

GALERIA
DOS
BRASILEIROS ILLUSTRES
(OS CONTEMPORANEOS)



GALERIA
DOS
BRASILEIROS ILLUSTRES
(OS CONTEMPORANEOS)

RETRATOS
DOS HOMENS MAIS ILLUSTRES DO BRASIL, NA POLITICA, SCIENCIAS E LETRAS

DESDE A GUERRA DA INDEPENDENCIA ATÉ OS NOSSOS DIAS

COPIADOS DO NATURAL E LITHOGRAPHIADOS

POR S. A. SISSON

ACOMPANHADOS DAS SUAS RESPECTIVAS BIOGRAPHIAS

PUBLICADA SOB A PROTECÇÃO

DE SUA Magestade o Imperador

VOLUME I.



RIO DE JANEIRO

LITHOGRAPHIA DE S. A. SISSON, EDITOR, RUA DA ASSEMBLÉA N. 67.

1861

L₁

(OS

INTRODUÇÃO

AS BIOGRAPHIAS dos homens notaveis e eminentes do um paiz são paginas soltas do grande livro da historia delle.

Nas re'ações dos feitos e dos trabalhos dos estadistas, dos diplomatas, dos generaes, dos administradores, dos sabios, dos poetas e dos artistas de uma nação está encerrado o segredo dos grandes acontecimentos politicos, do progresso moral e material, das provações, dos triumphos, da gloria, e tambem ás vezes da decadencia della.

Além da importancia immensa que debaixo deste ponto de vista apresentam as biographias, aceresce que todos os povos naturalmente se ufamão de ver perpetuada a memoria de seus heróes, e varões benemeritos, ou nos cantos dos poetas, ou nos monumentos que a gratidão nacional lhes consagra, ou enfim e principalmente nos escriptos de biographos conscienciosos, que são ao mesmo tempo uma justa satisfação para os contemporaneos, e um thesouro precioso reservado para a posteridade; um tributo de gratidão devido aos benemeritos, e, o que não importa menos, um incentivo poderoso, que convida os filhos a seguir os exemplos dos pais, e que faz succeder por novos os antigos benemeritos.

Mas a simples relação dos feitos dos grandes homens ainda não é tudo: a nação, como a familia, se apraz de conservar indelevel a imagem, e a figura de seus membros mais distinctos.

A patria, como a mais extremosa das mãis, se extasia ante os retratos de seus filhos: os contemporaneos, que nem todos conhecem de perto os seus concidadãos mais assignalados, e a posteridade, que é apenas herdeira de sua fama, folgão de procurar na fronte do sabio os calculos profundos de sua vasta intelligencia, nos olhos do guerreiro o fogo marcial que brilhára nos campos de batalha. Encontra-se finalmente um encanto indissolvel em ter junto da historia do heróe, ou do homem eminente, a imagem de seu rosto: então parece que se renova o passado, ou que se testemunha scenas bri-

lhantes, de que se esteve longe: então como que se vê o estadista meditando no seu gabinete, como que se admira o orador na tribuna, e o poeta exaltando-se em suas horas da mais feliz e ardente inspiração.

Foi levado por estas considerações, e pelo suave empenho de demonstrar de algum modo o nosso reconhecimento á hospitalidade amiga e generosa que viemos encontrar no seio do Imperio do Brasil, que empreendemos e tomámos sobre os hombros a difficil e trabalhosa tarefa da obra a que demos o titulo de *Galeria dos Brasileiros Illustres*.

O titulo da nossa obra indica bem claramente, que tomámos por ponto de partida a época gloriosa da Independencia do Brasil; mas por certo que não desconhecemos quanto se enriqueceria a nossa galeria com um grande numero de varões illustres, que se assignalárão nos seculos anteriores, e ainda nos primeiros annos do actual.

Desde o padre José de Anchieta, que embora nascido no velho mundo, foi o apostolo do novo, e tornou-se Brasileiro por uma vida inteira consagrada ao Brasil, desde o padre José de Anchieta, dizemos, até o padre Caldas, o illustre poeta e famoso orador fluminense, poderíamos contar uma insigne phalange de benemeritos, que se libertárão da lei da morte pelos serviços mais relevantes.

Mas assim comprehendida e dilatando-se pelo espaço immenso de mais de tres seculos a nossa tarefa tornava-se pesada de mais para nossas mesquinhas forças, e não poderia ser completamente desempenhada conforme o programma que nos impozemos, principalmente porque pediríamos debalde ao passado os retratos de muitos dos seus homens celebres.

Começando porém da época da Independencia do Brasil, nós partimos do berço do Imperio, começamos a nossa marcha ao grito do Ypiranga, e contemplamos ainda vivos muitos dos illustres cidadãos, que devem enriquecer a nossa galeria, ou sentimos ainda frescas e recentes as recordações daquelles que já descêrão ao tumulo.

Assim, pois, fica bem determinado, bem explicito o pensamento da obra, que tomámos a peito realisar.

Foi e é nossa idéa bosquejar sómente sob o ponto de vista historico a vida e o caracter dos homens que se tem illustrado no bello Imperio Americano; desenhar as principaes figuras, que tem deixado vestigios de sua passagem neste paiz e em sua scena politica desde a Independencia até os nossos dias; em uma palavra, apresentár os quadros e a historia do Brasil neste periodo, expondo a par dos retratos os feitos dos seus varões que mais se tem distinguido.

Podemos ufanar-nos de que o nosso empenho fosse bem reeebido e acorçoado pelos Brasileiros, e muito nos honra a distincção com que S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II se dignou de tomar debaixo de sua immediata protecção especial a *Galeria dos Brasileiros Illustres*.

E' uma gloria immensa para o Brasil, e que a posteridade aquilatará devidamente, o facto de se sentir sempre a influencia benefica e protectora do Imperador, onde quer que se trate de dar impulso ás sciencias, ás letras, ás artes, e á industria no seio do paiz cujos destinos lhe forão confiados pela Providencia.

Animados por este magestoso incentivo, e certos da continuação do favor do publico, a nossa obra progredirá esperançosa e constantemente dirigida pelo mesmo pensamento.

Em nossos trabalhos biographicos esmerilhando cuidadosos a vida publica do homem, suspenderemos nossos passos diante do lar domestico; e cerra-

remos os olhos ao proceder particular: não pertence ao escriptor a vida intima do cidadão: sómente á tradição cabe revelar esses detalhes para completar o character dos homens celebres.

Nossa missão, pois, se resume exclusivamente em transmittir á posteridade os traços dos principaes personagens do heroico drama da Independencia do Brasil, e daquelles outros que, herdeiros desse legado glorioso, dirigem o paiz em sua marcha regular. Dos primciros a maior parte já pagou o tributo á morte, e não são mais que sombras illustres do Pantheon historico do Brasil; alguns porém restão ainda, como venerandos monumentos do passado, e com seu exemplo, seus conselhos, e sua experiencia, animão aquelles que, jovens ainda, e cheios de vigor e de esperanças, continuão a obra grandiosa de seus pais.

Para estes ultimos, representantes das novas idéas, nossas biographias serão apenas a primcira parte de suas vidas, parte sem duvida a mais difficil, porém ao mesmo tempo a mais gloriosa; porque é ella o laço, o anel, a eadêa que prende duas épocas da historia do Brasil, o passado, época de lutas tremendas, e de organização depois da victoria; e a actualidade, periodo de progresso e de civilisação.

Tal é o fim a que se propõe a *Galeria dos Brasileiros Illustres*: praza ao céu que ella corresponda aos nossos desejos, ás nossas esperanças, e aos trabalhos a que não nos poupamos, e que possa concorrer no presente e no futuro para a gloria deste portentoso paiz, que Deos accumulou de favores e de riquezas, e a quem deu filhos tão dignos, e cidadãos tão dedicados.

S. A. Sisson.

LOS CONTEMPORÁNEOS



MARQUEZ DE PARANÁ

Marques de Paraná

O MARQUEZ DE PARANÁ.



HONORIO Hermeto Carneiro Leão, Marquez de Paraná, nasceu na provincia de Minas Geraes, villa de Jacuhy, em 11 de Janeiro de 1801; era filho legitimo do coronel Nicoláo Netto Carneiro Leão e de sua primeira mulher D. Joanna Severina Augusta Lemos.

Partio em 1820 para a universidade de Coimbra, onde tomou o gráo de bacharel em direito no anno de 1825.

Nomeado juiz de fóra de S. Sebastião em 1826, servio depois diversos lugares de magistratura, como os de auditor de marinha e ouyidor do Rio de Janeiro, e no fim de tres ou quatro annos de exercicio foi elevado ao cargo de desembargador da relação de Pernambuco com exercicio na desta côrte; na occasião, em que devia entrar para o supremo tribunal de justiça, como lhe vedasse pela lei a sua qualidade de conselheiro de estado, aposentou-se.

Perecorreu por conseguinte na carreira da magistratura todos os cargos e todas as honras, faltando-lhe unicamente o ultimo degráo de hierarchia judiciaria, que não atingio, porque já então o estadista dominava o magistrado, o homem politico fazia desaparecer o juiz.

Foi eleito deputado por Minas á segunda legislatura, que começou a funcionar no anno de 1830. Honorio Hermeto Carneiro Leão ligou-se ao partido moderado; apesar de não ser orador, a sua actividade e energia, a sua dialectica cerrada, o distinguirão logo entre os seus collegas.

Chegou finalmente o memoravel dia 30 de Julho de 1832, uma das datas mais celebres do Brasil: não entraremos no alcance politico dos acontecimentos que então se passarão, deixando que a posteridade julgue de que lado estava a razão e a justiça.

Apezar de haver adherido ao plano da convenção, H. H. Carneiro Leão apresentou-se na sessão de 30 de Julho resolvido a combatê-lo; separou-se de seus antigos alliados, e pronunciou-se com tanta firmeza e energia contra o projecto, que conseguiu produzir na maioria um fracionamento, que, ligando-se á opposição, supplantou o partido moderado, e rejeitou a idéa da reforma constitucional.

Deste facto data propriamente a influencia de H. H. Carneiro Leão; sua decisão, o seu pronunciamiento franco e energico, e sobretudo o feliz resultado de que foi corôada sua iniciativa, o collocarão immediatamente á frente do novo partido que havia organizado, porque era de facto um novo partido este que se havia formado da fusão dos opposicionistas com os liberaes divergentes.

Tornou-se pois o homem da situação, e depois do famoso ministerio de quarenta dias, foi chamado para fazer parte do gabinete de Setembro em que occupou a pasta da justiça.

Contava então pouco mais de trinta e um annos: seu caracter independente, que se havia revelado bem claramente no curto espaço de sua vida politica, tornou-se

ainda mais notavel no ministerio; desde o começo declarou que não accitaria imposições, nem governaria por direcções estranhas.

Era ainda muito moço na vida e na politica para que seus antigos chefes se resignassem a ceder-lhe o primeiro lugar e a trabalhar sob as suas vistas; dahi proveio uma divergencia entre o novo ministro da justiça e os homens que dirigião a onnipotente maioria.

Assim, apezar da situação que elle creára, e que elevou ao poder os homens da maioria, foi repellido por elles; e o odio politico dos seus antigos alliados chegou a tal ponto que reunirão os eleitores mineiros para cassarem o diploma do homem que acabava de obter a mais brilhante reeleição.

Nem por isso H. H. Carneiro Leão renunciou as suas opiniões de liberalismo moderado, e quando em 1834 a morte de D. Pedro I, anniquilando as esperanças de uns e os receios de outros, destruiu a barreira que dividia os antigos partidos, o seu talento deu-lhe uma posição eminente nesta camara poderosa, que obrigava a retirar-se da regencia o homem que ella mesma elevára.

Organisou-se então o celebre gabinete de 19 de Setembro de 1837; e nesta occasião deu H. H. Carneiro Leão uma prova de sua penetração de homem politico: desdenhando o prestigio de uma pasta, preferia conservar-se na camara como chefe da maioria, e dominar o ministerio desta posição respeitavel que o seu talento e a sua influencia então decisiva lhe asseguravão.

Iniciando-se em 1840 o projecto da maioridade, combateu-o apresentando outro com uma reforma da constituição; repentinamente porém o retirou sem prévio accordo com o gabinete, talvez por uma dessas resoluções promptas e decisivas, que o seu espirito providente e a sua firmeza de vontade lhe fazião tomar muitas vezes.

Deste facto resultou a indecisão que mostrou o governo do regente nesse periodo, e a lei que declarou a maioridade e inaugurou o reinado actual em 23 de Julho de 1840.

A mudança de politica que então se deu collocou-o na opposição, onde sob uma phase differente teve ainda occasião de dar provas de sua firmeza e actividade: naquelles tempos em que a opposição não era, como hoje, um simples descontentamento, mas uma luta tenaz e constante, o seu espirito revelou todos os recursos de um habil politico.

Com a entrada do ministerio de 1841 recuperou a sua posição de chefe da maioria, e distinguio-se como presidente do Rio de Janeiro, combatendo a rebelião de 1842, e foi nessa época nomeado senador e conselheiro de estado: a provincia ainda conserva a lembrança dos beneficios que deve á sua administração vigorosa.

Sendo encarregado de organizar um novo ministerio em 20 de Janeiro de 1843, occupou nelle a pasta da justiça, e depois a de estrangeiros, até Fevereiro de 1844, em que fez apparecer a questão de gabinete que mudou novamente a politica do paiz.

Voltou então á opposição, e nella manteve-se sempre firme até a elevação do ministerio de 29 de Setembro de 1848, ao qual prestou serviços relevantes com a sua presidencia de Pernambuco em 1849, e com a sua missão ao Rio da Prata em 1851.

Teve o officialato da ordem do Cruzeiro em 10 de Agosto de 1841 e a grão-cruz da de Christo em 18 de Março de 1851.

Carta real de S. M. D. Pedro V de grão-cruz da real ordem militar portugueza de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, em 26 de Janeiro de 1856, carta imperial de Visconde de Paraná em 10 de Julho de 1852; e de marquez do mesmo titulo em 5 de Dezembro de 1854.

Quando, em 5 de Setembro de 1853, o Visconde de Paraná foi chamado para a organização de um novo ministerio, a politica do paiz, essa politica que desde 1830 tinha dominado inteiramente o espirito publico, estava de todo gasta.

A luta, que durante tantos annos havia animado com a sua agitação febril as questões de governo e administração, desaparecia, deixando após si a reacção, e com ella o lethargo de todas as paixões politicas, a descrença nos poucos principios que haviam servido de norma e de programma ás diversas opiniões.

Um dos dous partidos enfraquecido, decomposto, sem harmonia e sem ligação, havia tudo perdido, até o nome que o distinguia; alguns homens notaveis pela sua influencia passada, restos de um grande nucleo, lembravam ainda, como hoje, esses liberaes illustres que haviam dirigido os negocios do paiz durante os primeiros annos de sua organização, e inaugurado por uma revolução legal o reinado actual.

O ultimo ministerio do Marquez de Paraná é a historia contemporanea que todos conhecem.

Elle realisou o grande pensamento da *conciliação* proclamado do alto do throno e foi o iniciador de uma nova politica.

Falleceu no dia 3 de Setembro de 1856, sendo presidente do conselho, ministro e secretario de estado dos negocios da fazenda, senador do Imperio, conselheiro de estado, ministro do supremo tribunal de justiça; official da ordem do Cruzeiro, grão-cruz da de Christo, da Aguia Branca da Russia, da ordem militar da Conceição de Villa Viçosa, provedor da Santa Casa de Misericordia.



OS CONTEMPORANEOS




Lith. G. A. Biazzi, Rue de Assemblée, 67, Rio de Janeiro

EUSEBIO DE QUEIRÓS COUTINHO MATTOZO CAMARA.

Eusebio de Queirós Coutinho Mattozo Camara

EUZEBIO DE QUEIROS.

UZEBIO de Queirós Coitinho Mattoso Camara nasceu aos 27 de Dezembro de 1812 em S. Paulo de Loanda ao tempo em que seu pai o conselheiro Euzebio de Queirós Coitinho da Silva ali servia o lugar de ouvidor geral da comarca.

Era este conselheiro casado com sua prima D. Catharina M. de Queirós Camara. Foi juiz de fôra de Benguela, ouvidor geral de Angola, e depois desembargador da Bahia com exercicio de ouvidor na comarca do Serro do Frio, então villa do Principe em Minas Geraes, donde foi escolhido em 1821 para ser um dos fundadores da relação de Pernambuco. Nomeado deputado para as côrtes de Portugal, preferio ir servir naquella relação o lugar de procurador da corôa por ordem do então ministro José Bonifacio d'Andrada e Silva, que lhe votava grande estima em consequencia da adhesão que mostrára aos principios da independencia proclamando ás colonias de Africa, convidando-as a que se separassem do Portugal para se unirem ao Brasil. Em 1825 veio tomar assento como desembargador aggravista na casa da supplicação; em 1827 foi nomeado desembargador do Paço e chanceler governador das justiças na relação da Bahia, donde regressou para o Rio de Janeiro em 1828 por ser da primeira organização do Supremo Tribunal de Justiça. Seu filho quinto de nascimento, mas primogenito dos dous unicos que escapáram ao clima deletereo d'Africa Portugueza, veio para o Rio de Janeiro contando tres annos de idade: tinha seis annos quando levado ao Serro do Frio aprendeu ali as primeiras letras; em 1822, aprendeu latim em Pernambuco com o padre Francisco do Rego Barros; em 1826 e 1827 frequentou o seminario de S. José, estudando philosophia racional e moral com o padre mestre Fr. Percs, rhetorica e grego com o padre mestre Fr. Custodio de Faria. Este professor fazia do seu discipulo tal conceito que no attestado de frequencia declarou ser tão distincto que se nessas aulas houvessem premios, os seus mesmos condiscipulos proclamarião que a elle competia. Em 1828 repetia na Bahia a aula de rhetorica quando se abriu o curso juridico de Olinda, para onde foi remettido em companhia do primeiro lente daquella Academia e seu director interino o desembargador Lourenço José Ribeiro.

Seu exame de latim foi por onde começou a nova Academia, assim como foi o primeiro estudante que se habilitou para nella se matricular. Tinha acabado de fazer 15 annos, teve por condiscipulos homens feitos e alguns dos que mais se tem distinguido. Entretanto coube-lhe a honra de ser premiado com o actual Bispo do Rio de Janeiro o Sr. conde de Irajá, que já era sacerdote e lente de theologia moral no seminario de Olinda. Foi premiado ou proposto a premio em todos os quatro annos desse curso em que houverão premios. Fechada a Academia antecipadamente pelas perturbações politicas de 1832, fez acto e tomou

o grão de Bacharel formado no mez de Setembro, e aos 20 de Outubro chegou ao Rio de Janeiro para a companhia de seu pai, que então servia no Supremo Tribunal de Justiça; aos 9 de Novembro foi nomeado juiz do crime do bairro do Sacramento nesta côrte, lugar que começou a servir com o de juiz de fôra no dia 24 de Novembro de 1832. Ia fazer 20 annos em 27 de Dezembro!

Em 19 de Março de 1833 foi nomeado juiz de direito chefe de policia da côrte contando, como se vê, muito menos de 21 annos. A época era melindrosa: filho de um homem que se occupava exclusivamente dos seus deveres como magistrado, e que se conservava sempre estranho á politica, o filho continuou na mesma vereda até o anno de 1840. Em 1835 casou-se com a Sra. D. Maria Custodia Ribeiro d'Oliveira Queirós, filha legitima do abastado capitalista o commendador Manoel José Ribeiro d'Oliveira, já então fallecido, e de sua mulher D. Engracia Maria da Costa Ribeiro, filha do tenente coronel Manoel José da Costa, a qual é hoje a Sr.^a condessa da Piedade por ser viuva em segundas nupcias do conselheiro de estado José Clemente Pereira. Occupou o lugar de chefe de policia desde Março de 1833 até o mez de Abril de 1844 com uma ligeira interrupção de 5 mezes em 1840.

Em Março de 1842 foi nomeado desembargador da Relação do Rio de Janeiro, continuando no exercicio de chefe de policia: apenas pois obteve a demissão desse cargo continuou a servir na Relação até Maio de 1848, em que da camara dos deputados passou a occupar o ministerio da justiça, em 29 de Setembro de 1848, onde se conservou até Maio de 1852.

Em 1838 foi eleito deputado á Assembléa Provincial, e logo um dos primeiros; em 1840, apesar de candidato da opposição, obteve o 5.^o lugar entre os Deputados do Rio de Janeiro para a Camara dissolvida em preparatorias no anno de 1842. Re-eleito na de 1843, servio nella até 1844 em que foi tambem dissolvida discutindo-se o voto de graças de que fôra relator, tendo previamente pedido e obtido demissão de chefe de policia.

Voltou á Camara dos Deputados em 1848, donde sahio, como vimos, para o Ministerio; reeleito dali em diante, constantemente foi eleito e escolhido senador em 1854.

Quando em Março de 1833 entrou para o cargo de chefe de policia, este cargo não tinha attribuições; não podia dar uma busca, e até havia quem lhe contestava o direito de ordenar prisões; a consignação para a policia apenas era para pagar a secretaria e deixava menos de dous contos annuaes para eventuaes.

Eis como se exprime o Relatorio do Sr. Marquez de Palma em 1833: «O chefe de policia está quasi limitado a transmittir noticias aos juizes de paz, e a recebê-las delle para as communicar ao governo.

É facil portanto ajnizar que o chefe de policia é quasi um nome vão que não serve senão para comprometter o magistrado que o tiver.

O publico, facil de illudir-se com os nomes, quer exigir delles os mesmos serviços que recebia do intendente geral da policia, mas elle de facto nenhuns serviços poderá prestar, e para disso nos convencermos basta ponderar que não tem jurisdicção para passar um só mandado de busca, um só mandado de prisão.

Entretanto a cidade estava inçada de ladrões que atacavam as casas mesmo nas ruas mais frequentadas da cidade como Ourives, Quitanda, Ouvidor, &c.

Pedro Hespanhol era seu chefe, que espalhava o terror, mas passeava impunemente: as fabricas de cobre trabalhavam até na rua do Cano!

A actividade da policia apprehendeu em 1833 dentro de poucas semanas mais de seis fabricas, uma dellas em tão grande escala, que excedia em alguns misteres á Casa da Moeda. Pedro Hespanhol foi preso depois de resistencia, que o deixou tão ferido que em alguns dias morreu; sua quadrilha foi dispersada, indo a maior parte para as galés, sendo o seu ultimo feito o ataque da ilha da Caqueirada, onde foi arruinado o infeliz Liberal: pagáráo quatro com a pena ultima o seu arrojo; algumas dezenas de seus socios forão purgar nas galés seus attentados.

O thesouro foi roubado; mas a perseverança da policia conseguiu em alguns mezes rehaver quasi todo o roubo, prender os salteadores, e se todos não pagáráo suas culpas, dependen isso do jury de Nietheroy, então de escandalosa celebridade.

Diligencias importantes sobre o papel moeda descobrião as fabricas até mesmo em Portugal, onde se encontráráo provas e fabricas por indicações feitas pela policia do Rio de Janeiro.

Já em 1836 assim se exprimio o Sr. Limpo, Visconde d'Abacté, no seu Relatorio: «Só uma actividade que não cansa, um zelo que não desmaia, podem explicar algumas importantes diligencias, que se tem feito nesta capital. Além das prisões de muitos

facinorosos, apprehendeu-se, em o mez de Dezembro do anno proximo passado, a um Francez cerca de 90 contos de réis em notas falsas. A fabrica foi vigiada constantemente pela policia por espaço de mais de um mez, e a apprehensão das notas effectuou-se precisamente na occasião em que ellas ião ser introduzidas na circulação. Uma diligencia delineada com tanta perspicacia, seguida com tanta perseverança e executada com tão feliz resultado, fazia honra á policia mais bem montada.

No Senado o Marquez de Barbaena exultava a nova actividade da policia, na Camara dos Deputados os membros de partidos oppostos elogiavão o joven chefe de policia.

O Sr. Vasconcellos, então ministro, Marinho, Ottoni e Limpo, de idéas inteiramente oppostas, o elogiavão. O jury chegou a ter onze sessões annuaes, das quaes oito presididas pelo chefe de policia para pôr em dia processos atrasados desde 1808! Em 1833 em Dezembro houverão os disturbios da Sociedade Militar; o chefe de policia então em nullidade em politica não era nem eleitor; as ordens erão transmittidas directamente aos juizes de paz; nestes dias elle nem teve a disposição da força da policia; o ministro mandou prender ao juiz encarregando a direcção ao juiz de paz da Gloria João da Silveira do Pillar; o chefe de policia inspirava tão pouca confiança em politica que só foi informado do que se fazia depois de tudo feito. O ministro procurou substitui-lo; e chegou a offerecer ao Sr. Paulino (Visconde do Uruguay) esse lugar, o que não foi aceito; e como as questões politicas cessáráo, tomando as deliberações todas o ministro com os juizes de paz, e no mais o chefe de policia agradeou e foi conservado.

Do tempo do ministerio os factos são muito recentes e publicos. Da vida parlamentar o mesmo.



OS CONTEMPORÂNEOS



SENHOR DA ASSEMBLEIA DE RIO DE JANEIRO

BARÃO DE MAUÁ

Barão de Mauá

O BARÃO DE MAUÁ.

IRENEO Evangelista de Souza, filho legítimo de João Evangelista de Souza e de sua mulher D. Marianna de Souza e Silva, nasceu a 28 de Dezembro de 1813 na freguezia do Arroio Grande, districto de Jaguarão, provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul. No anno de 1822 veio para a côrte concluir sua educação, estreando a sua carreira commercial no anno de 1823 como caixeiro do negociante de fazendas Antonio José Pereira de Almeida. Apesar de sua tenra idade, tanta aptidão mostrou para o commercio e por tal fórma se houve no desempenho de seus deveres, que retirando-se o Sr. Almeida á vida privada quatro annos depois, não se esqueceu de recommendar o seu joven caixeiro a um amigo que estava no caso de aproveitar os seus serviços. Em 1829, pois, entrou Irenêo Evangelista de Souza para a muito acreditada casa commercial de Ricardo Carruthers, o qual, reconhecendo logo as felizes disposições de que era dotado, comprazeu-se em auxilia-lo a desenvolvê-las, encarregando-o pouco depois da direcção da sua casa de commercio, á qual o associou no 1.º de Janeiro de 1836, e deixando-o á testa dos seus negocios quando no anno seguinte se retirou para a Europa.

Desde essa época a casa de Carruthers e C. da qual Irenêo Evangelista de Souza era socio gerente, tornou-se uma das principaes desta côrte pelo elevado credito que lhe grangeára a sua habil direcção. Para dar maior desenvolvimento ainda a suas operações commerciaes, empreendeu Irenêo Evangelista de Souza em 1840 uma viagem á Europa, estabelecendo durante sua estada ali uma casa em Manchester sob a firma de Carruthers, de Castro e C.

Regressando ao Rio de Janeiro em 1841, casou-se a 11 de Abril desse mesmo anno com sua sobrinha D. Maria Joaquina de Souza, que, conjunctamente com toda a sua familia, fôra buscar ao Rio Grande em 1835.

Querendo concorrer por sua parte para o progresso commercial da provincia onde nascêra, estabeleceu no anno de 1845 uma casa no Rio Grande sob a firma de Carruthers Souza e C. A actividade do seu espirito, porém, não se satisfaz com tão pouco. No anno de 1846 fez acquisição do bello estabelecimento de fundição e estaleiro da Ponta d'Arêa, elevando-o logo gradualmente da decadencia em que se achava ao estado prospero e florescente que poucos annos depois o tomáráo o primeiro estabelecimento desse genero na America meridional. Nesse mesmo anno, tendo sido pelo corpo commercial do Rio de Janeiro eleito presidente da commissão da praça do commercio, teve mercê do habito de Christo.

Em 1847, achando-se na cidade do Rio Grande, organisou ali a companhia Rio-Grandense de reboques a vapor, para facilitar o serviço da barra da provincia.

Por decreto de 24 de Janeiro de 1850, foi agraciado como officialato da ordem da Rosa, na qual foi elevado a commendador em 16 de Maio de 1851 em remuneração dos serviços prestados na confecção dos regulamentos para a execução do código commercial. Nesse anno fundou em New-York uma casa commercial sob a firma de Carruthers Dixon e C., e revertendo nessa época ao paiz os avultados cabedaes em-

pregados no trafico da escravidão, em virtude da cessação desse illicito commercio, iniciou Irenêo Evangelista de Souza o espirito de associação entre nós organisando nesse mesmo anno de 1851 o Banco do Brasil que tão assignalados serviços prestou a esta praça e que tres annos depois, pela sua fusão com o Banco Commercial, servio de nucleo á instituição de credito que hoje funciona com o mesmo titulo e para cuja fundação poderosamente concorreu Irenêo Evangelista de Souza.

Logo em seguida forão por elle creadas: a companhia de illuminação a gaz, a da estrada de ferro de Petropolis, a de navegação e commercio do Amazonas e a de diques fluetnantes.

Em 30 de Abril de 1854, por occasião da inauguração da primeira via ferrea no Brasil, levada a effeito pelo seu genio emprehendedor, foi agraciado com o titulo de Barão de Mauá. Em Julho desse anno transferio a propriedade do estabelecimento da Ponta d'Arêa a uma companhia que organisou e da qual é o principal accionista e administrador. Ainda nesse anno fundou nesta praça, com uma casa filial em Londres, a sociedade bancaria em commandita sob a firma de Mauá Mac Gregor e C., que a despeito da injusta e desabrida guerra que por muito tempo soffreu, tem prosperado em bem dos interessados e da praça do Rio de Janeiro, que nella encontra sempre um poderoso auxiliar.

Em Julho de 1856, estabeleceu uma casa bancaria em Montevideo sob a firma de Mauá e C., que muito bons serviços já tem prestado ao commercio da Republica Oriental, a cujo governo por varias vezes e em épocas bem criticas acudira o nosso distincto patricio com emprestimos de seus capitães, promovendo ainda por esta fórma os interesses do Imperio.

Além destas emprezas por elle mesmo creadas, o Barão de Mauá tem concorrido com seus esforços, sua vasta intelligencia e sua fortuna para a realisação de todas quantas emprezas de algum vulto existem no paiz.

Entre os concessionarios da projectada estrada de ferro de S. Paulo, figura ainda o nome do Barão de Mauá, que pretende levar a effeito mais esse importante melhoramento por meio de capitães levantados em sua maxima parte fóra do paiz.

Nas ultimas eleições para deputados, o circulo do Rio Grande resolveu unanimemente, em signal do apreço em que tem o seu distincto comprovinciano, dar-lhe um lugar na camara temporaria, na qual já tivera assento como supplente desde o anno de 1853. Ahi por varias vezes se tem feito ouvir o nobre Barão, sempre que se trata de questões commerciaes, pugnando pelos direitos da classe a que pertence e sustentando differentes medidas tendentes a beneficiar a industria do paiz.

O Barão de Mauá é membro honorario do Instituto Historico e Geographico do Brasil, thesoureiro do Hospicio de Pedro II, e socio de muitas outras instituições de beneficencia.

Seu talento não vulgar e seus serviços, a amenidade do seu trato e sua nunca desmentida probidade, tornão-o um dos caracteres mais distinctos de que o Brasil com razão se pôde ufanar.

THE NEW YORK PUBLIC LIBRARY

ASTOR LENOX TILDEN FOUNDATION
1009 Broadway
New York, N. Y. 10018-2474

Open daily, 10:00 a.m. to 5:00 p.m.
Closed on Sundays and public holidays.

For information, call (212) 854-2474
or write to the Librarian.

Reference and interlibrary loan
services are available to
other libraries.

For a complete list of
services and conditions of
use, please see the
Library's website at
<http://www.nypl.org>

The New York Public Library
is a non-profit organization
dedicated to the collection,
preservation, and dissemination
of knowledge and information
for the benefit of the people
of New York City and the
world.

The Library's collections
include books, manuscripts,
maps, and other materials
of historical and cultural
value.

The Library's services
include lending, reference,
and interlibrary loan.

The Library's website
provides information about
its collections and services.

The Library's website
also provides information
about the history of the
Library and the city of
New York.

The Library's website
is a valuable resource
for anyone interested in
the history and culture of
New York City.

The Library's website
is a valuable resource
for anyone interested in
the history and culture of
New York City.

The New York Public Library
is a non-profit organization
dedicated to the collection,
preservation, and dissemination
of knowledge and information
for the benefit of the people
of New York City and the
world.

The Library's collections
include books, manuscripts,
maps, and other materials
of historical and cultural
value.

The Library's services
include lending, reference,
and interlibrary loan.

The Library's website
provides information about
its collections and services.

The Library's website
also provides information
about the history of the
Library and the city of
New York.

The Library's website
is a valuable resource
for anyone interested in
the history and culture of
New York City.

The Library's website
is a valuable resource
for anyone interested in
the history and culture of
New York City.

OS CONTEMPORANEOS



Lim S. A. Siang e Kua de Escritores, 7^o An de 1990

JOSE CLEMENTE PEREZ

Joy Clements Perdig

JOSÉ CLEMENTE PEREIRA



17 de Fevereiro de 1787 nasceu JOSÉ CLEMENTE PEREIRA, no lugar de Adem, villa de Castello-Mendo, comarca de Trancoso, bispado de Pinhel em Portugal.

Seus pais, José Gonçalves e D. Maria Pereira, confiáram sua educação litteraria a um seu tio sacerdote, o qual habilitou-o nos preparatorios necessarios para matricular-se na Universidade de Coimbra, onde obteve o gráo em direito e canones.

No tempo da invasão dos Francezes na Peninsula, José Clemente alistou-se no batalhão academico que então organisou-se em Portugal e de que foi commandante José Bonifacio de Andrada e Silva.

Na carreira das armas não tardou muito que sua coragem e aptidão o tornassem conhecido muito vantajosamente, pelo que foi elevado a capitão e commandante de uma das guerrilhas que mais damno causou ás armas francezas.

De Portugal passou a atacar os Francezes em Hespanha, debaixo das ordens do duque de Wellington, fazendo parte do famoso exercito anglo-luso, que tanto concorreu para a primeira quédá do Imperio, dando em suas armas o mais terrivel golpe e obrigando-os á evacuação da Peninsula com grandes perdas e innumeras derrotas.

Nesse exercito militou por muito tempo; vio com a espada na mão a abdicação de Fontainebleau, e ouviu de sua patria o echo da quédá inesperada do mais assombroso astro do seculo.

Já não era preciso pelejar. A paz universal tinha tornado inutil a espada do joven guerreiro. José Clemente deixa a Europa em 1815 e vem para o Brasil começar uma nova carreira, em que tantos louros e tanta gloria o esperavão.

Deseonhecido na segunda patria que abraçou, vio-se obrigado a recorrer á advocacia para viver, e assim passou até 1819, tempo em que, graças a seu merito pessoal e reputação adquirida, foi nomeado juiz de fóra, encarregado de crear a villa da Praia-Grande, hoje cidade de Nictheroy, que com effeito creou, alinhando e medindo com suas proprias mãos ruas e praças, e edificando uma capella que servisse de matriz e que hoje já não existe.

Além disto, abasteceu d'agua a nova villa, e tantos outros serviços lhe prestou que a camara municipal reconhecida dedicon-lhe em 1840 uma rua que denominou de S. José.

Com verdadeiro entusiasmo recebeu, a 26 de Fevereiro de 1821, a noticia

de que o povo se reunia para jurar fidelidade á Constituição que as eórtes estavam fazendo, e sem perda de tempo reunio a camara de Maricá, onde se achava, fê-la prestar e tomar juramento, e ordenou luminarias, *Te Deum* e outras publicas manifestações de regozijo popular de que elle mesmo estava sinceramente possuido.

A 30 de Maio desse anno entrou em exercicio do lugar de juiz de fóra da córte, e por esse tempo foi eleito presidente da camara municipal, da qual recebeu assignado por seus collegas um documento em que se manifesta admiração e reconhecimento pela energia e coragem admiraveis que desenvolveu no dia 5 de Junho, oppondo-se destemidamente aos officiaes dos batalhões portuguezes que, iosurgidos e armados no largo do Roeio, querião que se jurasse a Constituição portugueza e se desse ao principe D. Pedro uma junta de nove membros que assistissem a seus despachos, o que era coagi-lo a fazer unica e exclusivamente o que fosse da vootade de Avilez.

Ainda como presidente da camara desta eórte, foi elle quem suscitou a idéa e levou a execução a celebre represeotação de 9 de Janeiro de 1822, o possuido de amor e santo zelo pela causa de sua nova patria, penetrou acompanhado de seus collegas no palaeio de Bobadella, onde encontrou o principe, que devia mais tarde ser o primeiro Imperador brasileiro, reeostado ao throno de seu pai. Ali fallou-lhe com taota força e eloquencia dos perigos imminentes a Portugal e ao Brasil se Sua Alteza Real partisse como exigião e urgião os Portuguezes, que este, tocado de suas razões, accedeu aos desejos ardentes do povo brasileiro e deixou escapar de seus labios esse famoso «fico» que foi o *fiat-lux*, a aurora venturosa de uma nova era de esperanças para o Brasil.

Nesse dia escreveu-se no livro das leis eternas o facto mais tarde realizado de nossa independencia, e José Clemente, que foi um dos mais ardentes corypheus dessa causa santa e gloriosa, é sómente por este, quando mesmo outros titulos não tivesse, eredor de nosso profundo e eterno reconhecimento; tanto mais que essa sua dedicação no momento em que Portugal mais se empenhava em recalcar a cabeça do gigante que ensaiava esse brado de morte, que lhe querião sopitar antes que reboasse em todos os angulos do mundo, attrahio-lhe o odio e a vingança portugueza que não erão por certo mui faceis de affrontar sem risocos e perigos, e que muito o fizerão soffrer.

Dado aquelle primeiro passo, José Clemente oão soube mais descansar. Na córte trabalhava com empenho e sofreguidão, já propondo ao principe a reunião de uma assembléa geral das provincias do Brasil, já animando-o e incutindo-lhe

a idéa de lançar a primeira pedra fundamental do Imperio da Santa Cruz; e fóra da côrte communicava-se com muitos independentes como o coronel Fontoura em Montevideo, e outros em varias provincias, merecendo por tudo isto uma portaria do principe D. Pedro, em que lhe fazia ver o desejo que tinha de que não se aproveitasse elle de uma licença que como juiz de fóra tinha alcançado, porque Sua Alteza, em vista de seu patriotismo e dedicação, não podia prescindir de seus valiosos serviços.

O Ypiranga ouviu soar esse brado glorioso de um principe magnanimo que deixa a patria e um throno fortalecido por muitos seculos, por um povo a quem ama e a quem quer dar a mão como um anjo de salvação. O Brasil não é mais uma pobre colonia, o riso de satisfação que se debuxa em todos os semblantes, e a legenda, *Independencia ou Morte*, que se lê nos laços que trazem todos os individuos, dão prova ao mundo que chegou o dia de levantar-se gigante o imperio americano. Resta sómente acclamar Imperador o principe que por nós tudo sacrificou e confeccionar uma Constituição que sirva de base a seu governo; e é ainda José Clemente quem dirige a famosa circular de 17 de Setembro de 1822 em que se exige um juramento previo de manter e defender a Constituição tal qual no-la desse a assembléa constituinte e legislativa. Mas assim como seus serviços a Portugal prestados em sua mocidade forão depreciados e esquecidos, assim tudo o que fez pelo Brasil foi interpretado e commentado por seus inimigos de modos que vio-se José Bonifacio na portaria de 11 de Novembro trata-lo e a seus amigos de facção occulta e tenebrosa, de furiosos demagogos e anarchistas que ousavão temerarios com o maior machiavelismo caluniar a indubitavel constitucionalidade do Imperador e de seus mais fieis ministros. Mudou José Clemente de idéas, ou foi infamemente calumniado?

Seja como fôr, na devassa que se seguiu á deportação forão pronunciados por demagogos José Clemente e muitos de seus partidarios mais notaveis; mas este homem que foi desterrado por demagogo recebe a 17 de Fevereiro de 1824 a dignitaria do cruzeiro juntamente com Labatut, general da independencia, e sendo essa a segunda vez que se distribuiu aquella condecoração.

Nas primeiras eleições para deputado foi eleito pelo Rio, por S. Paulo e por Minas, e por esse tempo foi pelo Imperador elevado a intendente geral da policia, e depois chamado para o ministerio, em que, conciliando as funcções de ministro e de intendente, prestou a esta cidade relevantes serviços.

O Codigo Criminal que hoje nos rege é obra sua refundida por Bernardo Pereira de Vasconcellos, e o Commercial de 1847 deve a elle como relator da commissão que apresentou o projecto primitivo em 1834 o ter passado no senado, embora com grandes alterações.

A provincia do Pará considerou-o digno de representa-la na camara dos senadores, e mandou seu nome na lista triplíce para um dos lugares daquella corporação. Sendo escolhido pela corôa, tomou assento entre os anciãos da patria e sustentou sempre ali o prestigio de seu nome.

Agora acompanhe-se o illustre Brasileiro em outra phase de sua vida e ver-se-ha que o homem politico, que tanto pugnou pela independencia do Brasil, em nada avulta mais que o homem da caridade que concebeu o plano e realizou a construcção dos dous mais bellos e mais uteis edificios desta côrte, onde o pobre que soffre do corpo e o que soffre do espirito achão remedio e cura para seus males.

Com effeito, José Clemente Pereira, deputado geral, senador do Imperio, ministro da justiça e duas vezes da guerra, não vale mais, e talvez nem tanto quanto José Clemente, provedor e fundador dos hospitaes da Misericordia e Pedro II, que rivalisão com os primeiros do mundo e são elles mesmos em seu genero os primeiros da America.

Na construcção e direcção desses hospitaes não poupou o provedor cousa alguma que pudesse ser util á humanidade pobre a quem dedicára os ultimos quinze annos de sua vida. Consultou a Academia de Medicina sobre o local que nem por isto foi bem escolhido, procurou para dirigir o serviço sanitario das enfermarias os medicos e cirurgiões mais notaveis, e conhecendo os grandes serviços que na Europa prestão as irmãs de caridade de S. Vicente de Paulo, chamou-as ao Brasil e proveu dellas os seus dous hospitaes. Sabe-o Deos se com isto prestou ou não um serviço ao soffrimento, mas em todo o caso suas intenções erão puras e suas vistas da mais sublimada caridade.

O Rio de Janeiro lhe deve nessas duas obras monumentaes que levarão á mais remota posteridade o nome e a gloria de José Clemente, uma divida de coração que não lhe pôde pagar, porque a caridade é de Deos e só elle tem o poder de remunerar aquelles que sacrificão a vida do mundo por essa a mais sublime das virtudes.

Este grande homem, este grande vulto duplamente amado e respeitado dos Brasileiros, deixou a peregrinação da vida em 1854, no meio de lagrimas e benções de uma população de infelizes que perdêrão nelle um pai sempre solícito em minorar-lhes os soffrimentos e as misérias.

O Senhor D. Pedro I nomeou-o desembargador, dignitario do cruzeiro, intendente da policia, ministro do imperio, grande dignitario da ordem da Rosa, e occupou-o em mais duas repartições ministeriaes.

O Senhor D. Pedro II nomeou-o ministro da guerra em 23 de Março de 1841, senador em 31 de Dezembro de 1842, conselheiro de estado em 14 de Setembro de 1850, e primeiro presidente do tribunal do commercio em 4 de Setembro do mesmo anno.

Foi eleito deputado á assembléa geral por Minas, S. Paulo, e quatro vezes pelo Rio de Janeiro, senador por Alagôas uma vez, duas pelo Rio de Janeiro e uma pelo Pará por onde foi escolhido.

Emfim, e como a prova mais saliente de seu merecimento pessoal e de suas virtudes, recebeu José Clemente do Senhor D. Pedro II a maior honra que um monarcha pôde despendar com um subdito. Sua Magestade mandou elevar-lhe uma estatua no Hospicio de Pedro II, defronte da sua que occupa uma das salas daquelle grande edificio.



OS CONTEMPORANEOS



VISCONDE DE URUGUAY

Visconde de Uruguay

VISCONDE DE URUGUAY

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA, hoje Visconde de URUGUAY, nasceu na cidade de Paris, no anno de 1807.

Ainda muito moço, deixou sua cidade natal e veio para o Maranhão em companhia de seus pais o Dr. José Antonio Soares de Souza e D. Antonia Magdalena Soares de Souza.

Naquella provincia começou a fazer os primeiros estudos para a carreira das letras, que tão brillantemente percorreu e em que logrou muito merecidamente crear um nome considerado e respeitado dentro e fóra do Imperio pelas nações cultas que reconhecem nelle o diplomata eminente e o estadista profundo do Brasil.

Na idade de quinze annos deixou sua familia e passou a Portugal, com o fim de estudar na Universidade de Coimbra, onde, com effeito, matriculou-se e estudou até o quarto anno de direito e canones; não podendo tomar o grão naquellas materias por ter nesse anno rebentado a revolução em favor de D. Miguel de Bragança e ter-se em consequencia fechado a Universidade.

Voltando ao Brasil, o Sr. Paulino não quiz perder tantos annos de fadigas, e com os olhos no futuro esperançoso que sua vasta intelligencia lhe promettia, resolveu proseguir na carreira que havia começado, para o que dirigio-se á provincia de S. Paulo, onde já então existia a Academia de direito, e ali terminou sua vida escolar, tomando o grão de bacharel no anno de 1831.

A politica que naquelle tempo revolvía todas as cabeças, e absorvia em seu turbilhão todas quantas intelligencias o Brasil produzia, nenhum attractivo teve para elle, ou se o teve encontrou em seu juizo recto e em sua vontade mais forte que suas inclinações, uma barreira insuperavel. O Sr. Paulino atiron-se para outro lado: escolheu a magistratura, e pouco tempo depois de formado alcançou o despacho de juiz de fóra de S. Paulo, donde no fim de oito mezes foi removido para a côrte, no lugar de juiz do crime do bairro de S. José, a que tambem foi annexado o expediente da Intendencia da policia.

Com a execução do Codigo do Processo deixou o juizado do crime de São José e passou a occupar o do civil da segunda vara da côrte.

O acto addicional creando as assembléas de provincia, abriu um novo campo em que brillarão e se fizeram conhecidas muitas intelligencias que não tinham alcançado entrar no seio da representação geral do paiz. Foi desse numero o Sr. Paulino, que estreou brillantemente sua carreira parlamentar

na assembléa provincial do Rio de Janeiro, da qual recebeu a maior prova de consideração, sendo por ella escolhido para entrar na lista dos vice-presidentes daquella provincia.

O magistrado integro tinha reunido á sua corôa de gloria novos louros colhidos na tribuna. Seu nome já era tão conhecido, quanto respeitado, e o regente Feijó, apreciando com justiça as qualidades que o distinguão, despachou-o presidente da provincia que o tinha eleito deputado.

Esse cargo importante que elle desempenhou tão habil quanto honradamente, deu-lhe tal popularidade que em 1836 foi eleito por aquella provincia para representa-la na camara dos deputados da nação.

Esta prova de consideração nunca mais lhe foi retirada até a sua entrada para o senado, salvo na eleição de 1844, em que sahio segundo supplente, o que o não privou de tomar assento por ter fallecido um deputado, e entrado para o senado o primeiro supplente.

Na camara ligou-se ao lado politico de que erão chefes Bernardo Pereira de Vasconcellos, e Marquez de Paraná; mas não só nunca se levantou para defender e sustentar idéas exageradas, tão em moda naquelles tempos, como até mesmo não tomou parte em discussões puramente politicas e de partido.

Essa abstenção n'uma época em que não havia outra base nem outra materia de discussão que não fosse a politica de partido, longe de prejudicar sua reputação, fazendo-o cahir no esquecimento, que para os homens politicos é a morte, deu-lhe pelo contrario a reputação de grave, prudente, e moderado. Lè que elle teve occasião de se mostrar e fazer-se lembrado.

Como relator da commissão que em 1836 apresentou o projecto de interpretação ao acto addicional de que foi o mais extrenuo defensor, teve elle occasião de mostrar-se muito mais vantajosamente do que o poderia fazer nessas questões pequenas que absorvião todos os animos e estragavão tão bellas idéas e tão robustas intelligencias.

No anno de 1840 foi o Sr. Paulino pela primeira vez fazer parte do conselho da corôa, aceitando a instancias de seus amigos e correligionarios politicos a pasta da justiça do ministerio de 23 de Maio, em que esteve apenas dous mezes, cahindo com seus collegas no dia 23 de Julho, em que subio ao throno imperial o Senhor D. Pedro II; mas nem por ter sido tão curto o seu governo, passou elle desaperebido e indifferente para o paiz.

No senado sustentou uma longa discussão sobre o projecto de lei de 3 de

Dezembro de 1841, apresentado pelo senador Vasconcellos, com as emendas que lhe foram annexas.

Nas eleições que se seguirão á maioridade do Imperador tomou uma parte muito activa, e tendo sido reeleito deputado, foi, em 1841, chamado ao ministerio de 23 de Março occupando novamente a pasta da justiça.

Como membro d'aquelle governo, e particularmente como ministro da justiça, tomou medidas energicas e até certo ponto violentas, para reprimir o movimento revolucionario despertado em Minas e S. Paulo.

Este procedimento do Sr. Paulino, que se tem alguma desculpa é sómente a de ter sido aconselhado por circumstancias extraordinarias, deu-lhe, na opinião publica o conceito de violento e partidario.

Em 1843 cahiu o ministerio de 23 de Março, e subiu o de 20 de Janeiro. O Sr. Paulino continuou neste, passando a 8 de Junho a occupar a pasta dos Negocios estrangeiros por ter passado a da Justiça ao Marquez de Paraná.

Continuou com essa pasta até 2 de Fevereiro de 1844, quando, retirando-se do poder, foi pára a Camara dos deputados fazer decidida opposição ao gabinete que subira naquella data.

Foi nesse anno que, pela dissolução da Camara, procedeu-se a novas eleições, em que, como já se sabe, sahio segundo supplente. Tomando assento em razão de ter morrido o conego Januario e entrado para o Senado o Marquez de Caxias, collocou-se novamente nos bancos da opposição, e nelles permaneceu firme até o fim da legislatura.

Nas eleições de 1848 foi reeleito deputado pela provincia do Rio de Janeiro, que elle por tantos annos representára; mas foi esta a ultima vez, porque logo após essa eleição o povo que o tinha honrado com seu voto desde 1834, que lhe tinha em todas as legislaturas subsequentes confiado a guarda e defesa de seus mais sagrados direitos, quiz dar-lhe uma prova mais subida de sua estima e seu reconhecimento, elegendo-o seu representante na Camara vitalicia, para onde entrou por carta imperial de 21 de Março de 1849.

Nem foi esta a unica e a primeira vez que igual honra coube ao distincto senador pelo Rio de Janeiro. Já antes a mesma provincia tinha offerecido seu nome á consideração da corôa, e o Maranhão o tinha tambem uma vez incluído na lista triplice para um senador.

A 8 de Outubro desse anno entrou para o ministerio de 29 de Setembro de 1848, e occupou pela segunda vez a pasta dos negocios estrangeiros, em que muito se distinguio da primeira.

Nesse ministerio, sem duvida a mais gloriosa phase da vida publica do Sr. Paulino, contribuiu elle eficazmente para a destruição do canero roedor da sociedade brasileira — o commercio infame de carne humana.

Seu brilhante discurso pronunciado na Camara dos deputados, a 15 de Julho de 1850, elevou-o e collocou o governo do Brasil em uma posição tão nova, quanto nobre e respeitavel. Foi com effeito a primeira vez que se vio

esse governo pronunciar-se com tanta decisão e firmeza; e a correspondencia de S. Ex.^a com a legação ingleza, em que se oppõe á arrogancia de uma nação poderosa que tudo quer levar pela força, a firmeza e resignação, calma e fria da nação fraca que prefere a extincção ao aviltamento de sua dignidade e de seus brios, é um padrão de gloria para o ministro, para a corôa e para o paiz.

Foi ainda nesse seu ministerio que o Brasil colligou-se com o general Urquiza para derrubarem o tyranno Rosas, e neste empenho tomou uma parte muito activa o ministro dos estrangeiros.

Com as republicas do Uruguay e do Perú concluiu o tratado de commercio, limites e navegação fluvial de 23 de Outubro de 1851, e depois de ter prestado todos esses serviços ao paiz, deixou o poder a 6 de Setembro de 1853, sendo dous dias depois nomeado conselheiro de Estado ordinario.

A 2 de Dezembro de 1854 foi-lhe concedido, por graça imperial, o titulo de Visconde de Uruguay, com grandeza; e em 1855 foi encarregado, como enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, de uma missão especial junto á corte de Napoleão, dando dessa vez mais uma prova de intelligencia, patriotismo e talento diplomatico. O fim daquella difficil missão era regular os nossos limites com a Guyana Franceza, que tinha a pretensão de estender sua posse até á margem esquerda do Amazonas.

O nosso ministro mostrou a sem razão d'esta pretensão, e provou á luz da evidencia que o rio Oyapok é a divisa dos dous paizes, como se deprehende não só das tradições e idéas arraigadas entre os dous povos, como e principalmente dos proprios tratados entre elles celebrados. De volta dessa missão o Sr. Visconde de Uruguay não tem mais tomado parte activa nos negocios do paiz, limitando-se a tratar delles como senador do Imperio.

Diversas nações da Europa honrarão nelle o distincto estadista brasileiro concedendo-lhe condecorações de suas ordens mais estimadas.

O Sr. Visconde de Uruguay, senador do Imperio e official da ordem imperial do Cruzeiro, foi agraciado em 1850 por S. M. o rei de Napoles com a gran-cruz da ordem de S. Gennaro; pelo rei da Dinamarca em 1852 com a ordem real de Danebrog; pelo imperador d'Austria, no mesmo anno, com a da ordem imperial da Corôa de Ferro, e pelo rei de Portugal com a da ordem de Christo daquelle reino.

Além disto, é membro honorario da academia Tiberina de Roma; da academia Archeologica da Belgica; da academia britannica de Sciencias, Artes e Industria; da sociedade de Zoologica de Aclimação de Paris; da sociedade Animadora das Sciencias, Letras e Artes de Dunkerke; do Instituto Historico Geographico brasileiro e do do Rio da Prata, e da sociedade Auxiliadora da Industria Nacional do Rio de Janeiro.

O Sr. Visconde de Uruguay é casado com a Ex.^{ma} Sra. D. Anna de Macedo Alvares de Azevedo, com quem se desposou a 20 de Abril de 1833.



OS CONTEMPORANEOS



Lith. A. Sison Editora 1.ª de 1887

VISCONDE D'ABATE

Visconde de Abate

VISCONDE DE ABAETÉ

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREU, Visconde de ABAETÉ, nasceu em Lisboa a 22 de Setembro de 1798.

Seu pai, Manoel do Espírito Santo Limpo, tenente-coronel do corpo de Engenheiros, leote de mathematicas do collegio dos Nobres, director do Observatorio astronomico, e socio da Academia real de sciencias de Lisboa, morreu deixando-o ainda muito pequeno em companhia de sua mãe, Dona Maria da Maternidade do Abreu e Oliveira, a qual tendo recebido do rei D. João VI uma pensão que devia ser paga no Rio de Janeiro, trouxe-o consigo para esta cidade pouco depois da mudança da corte para o Brasil.

No Rio, o Sr. Limpo de Abreu foi estudar no seminario de S. José as faculdades necessarias para matricular-se no curso de direito da Universidade de Coimbra, tendo vistas de seguir a carreira da magistratura.

Preparado convenientemente, partiu para Portugal em 1815, e tendo frequentado as aulas de direito, em que muito se distinguio, fez sua formatura a 19 de Maio de 1820, e a 17 de Julho tomou o grão de licenciado em leis, não podendo tomar o de doutor, apesar de estar para isto habilitado com todos os exames, por ter receio que rebentasse a revolução que já naquella tempo se preparava com grande afan, e ter por isto deixado a metropole e partido para o Rio em Setembro de 1820.

Chegado a esta corte, foi em seguida despachado juiz de fóra da villa de S. João d'El-Rei, por decreto de 22 de Janeiro de 1821, e tendo desempenhado este cargo por algum tempo com distincção, exerceu depois o de ouvidor interino da comarca do Rio das Mortes, que não menos reputação lhe grangeou.

Por decreto de 7 de Fevereiro de 1823, foi nomeado ouvidor da comarca do Rio Grande do Norte, mas não foi exercer este lugar porque o governo precisou de seus serviços em Paracatú, comarca de Minas Geraes, para onde foi nomeado por decreto de 24 de Setembro do mesmo anno, e onde se casou com a Ex^{ma} S^{ra} D^{na} Anna Luiza Carneiro de Mendonça, filha legitima do tenente coronel de milicias João José Carneiro de Mendonça, abastado fazendeiro e negociante.

A 12 de Outubro de 1826, o governo imperial, querendo remunerar seus bons serviços e aproveitar seus conhecimentos não vulgares, despachou-o desembargador ordinario da relação da Bahia, e a 19 de Dezembro de 1828, deu-lhe exercicio na casa da supplicação do Rio de Janeiro, onde servio até a extinção desse tribunal, e occupou uma casa de aggravos e o lugar de promotor da justiça.

Quando se executou em 1833 a reforma judiciaria, foi nomeado desembargador da Relação do Rio de Janeiro, onde servio até 13 de Maio de 1846, tendo como desembargador mais antigo presidido aquelle tribunal desde Maio até Dezembro de 1844.

Já nesse tempo era o Sr. Limpo de Abreu muito conhecido no paiz e justamente reputado uma de nossas celebidades mais eminentes; por isto e por depositar nelle toda a confiança que infundia sua carreira tão adiantada, e sem ocnhuma nodoa, aotes intelligente e honradamente percorrida, o governo da Regencia nomeou-o, por decreto de 26 de Maio de 1837, ministro adjunto do conselho supremo militar e de justiça, em que servio até 12 de Fevereiro de 1838, tempo em que pediu e obteve sua demissão, offereccodo ao mesmo tempo os vencimentos a que tinha direito, para as despezas do Estado a braços com a rebelião do Rio Grande do Sul.

Um só degráo faltava ao Sr. Limpo para tocar ao fastigio da magistratura brasileira. S. Ex^a tinha justos titulos para merecer aquella eminente posição a que não devem chegar senão os homens distinctos no paiz por sua illustração e por suas qualidades moraes; tambem a 14 de Maio de 1846 baixou a carta imperial que o nomeava ministro do supremo tribunal de justiça, lugar em que muito pouco tempo permaneceu, aposentando-se a 8 de Março de 1848 com os vencimentos de desembargador apesar da proposta do Sr. Pimenta Bueno, então ministro da justiça interino, que lhe queria dar, como já se tinha feito a outro, o ordenado por inteiro.

O moço que por seu proprio impulso atirou-se á carreira das letras e nella escolheu a magistratura é agora chegado ao fim d'aquella ardua missão em cujo desempenho foi collhendo sempre desde o primeiro até o ultimo passo os louros que nunca faltão ao homem de verdadeiro merito.

O relatorio da justiça, apresentado pelo Sr. Feijó á assembléa geral de 1832, falla do Sr. Limpo de quem aquelle senhor recebeu efficaz coadjuvação na repressão dos criminosos, nos termos mais laudatorios e lisongeiros possiveis. S. Ex^a exprime-se assim: « É á integridade e amor da justiça do desembargador que nestes ultimos tempos servio de promotor, que se deve nas suas visitas ás cadeas a descoberta de tantos desgraçados, inteiramente esquecidos e até fatalmente abandonados. »

O Sr. Feijó referia-se ao estado das cadeas, e á miseravel situação dos presos, e demora dos processos.

Além deste documento que tanto honra ao Sr. Limpo, e tanto abona sua conducta como magistrado, mereceu aquelle senhor do presidente do supremo tribunal de justiça, quando obteve sua aposentadoria, um outro em que se declara que fóra assiduo em desempenhar com zelo e actividade os deveres do emprego, conduzindo-se sempre com muita intelligencia e probidade, e tornando-se digno de toda a consideração e estima de seus collegas.

Tão breve quanto exige o pouco espaço reservado a este trabalho tem sido esboçada a vida do Sr. Limpo de Abreu encarada pelo lado da magistratura; mas não foi sómente por ali que se fez notavel aquelle cavalheiro e portanto é preciso acompanhá-lo em outra phase de sua existencia. Não fóra crível que um moço dotado de uma intelligencia tão robusta como a do Sr. Limpo, e animado pelas aspirações que são um verdadeiro e constante apanagio

daquella faculdade, se conservasse arredado da unica scena em que podia com mais largueza pôr em jogo todos os seus recursos intellectuaes, e fazer-se conhecido e subir. O Sr. Limpo ao chegar ao Brasil entregou-se corajosa e esperançosamente á onda politica que tão alto o elevou e em que de sua parte tão notavel figura fez desde seus primeiros annos.

Minas Geraes foi a provincia do Imperio que o escolheu para representa-la na assembléa geral legislativa. Eleito pela primeira vez em 1824, foi reeleito até a legislatura de 1843 que foi dissolvida em 1844, e em que não foi considerado por se achar fóra do Imperio em virtude do movimento revolucionario que em 1842 teve lugar nas provincias de Minas e S. Paulo; dahi por diante foi sempre eleito até o anno de 1847 em que entrou para o senado.

Na camara defendeu sempre e sustentou com muito calor e distincção as idéas liberaes, em cujo partido militou com muita popularidade, sendo elle mesmo um de seus chefes mais conspícuos.

Em 1830 e 1831 foi nomeado membro das commissões que examinarão e emendarão o projecto dos Codigos do Processo Criminal e Penal, e em 1834 sustentou e defendeu as reformas que se convertêrão em lei do Estado pelo acto addicional á constituição.

Na discussão calorosissima que suscitou o projecto em 1840 apresentado de considerar maior, e elevar ao throno o Sr. D. Pedro II, foi elle um dos membros mais proeminentes da opposição, e nesta occasião assumio uma posição tão brilhante e elevada, que o *Diario do Rio*, folha que não era do suas idéas, exprime-se a seu respeito nestas palavras: « Assim ficou a » camara pendente da indicação do Sr. Limpo, e é hoje o Sr. Limpo quem » tem de dar a direcção á discussão da camara, e não só isso, como tambem » ao espirito publico!! »

Foi presidente da camara nas sessões de 1832, 1833 e 1845, e completou sua carreira parlamentar entrando para o senado por carta imperial de 13 de Novembro de 1847, tendo já sido seu nome tres outras vezes offerecido á escolha do Imperador pela provincia de Minas de que é senador.

Resta considerar alguns factos mais importantes da vida administrativa e diplomatica do Sr. Limpo, na qual encontrar-se-ha o mesmo homem eminente, que já é conhecido como magistrado e como legislador.

Tendo no anno de 1833 rebentado na capital de Minas Geraes um movimento sedicioso, que obrigou o presidente a mudar para outro lugar a séde do governo, e achando-se a provincia em um gráo extraordinario de agitação, e a capital constantemente ameaçada, foi o Sr. Limpo de Abreu nomeado presidente daquela provincia, e seguiu para ali em fins daquelle mesmo anno.

Suas maneiras e suas qualidades o fizeram logo estimado e respeitado dos Mineiros, e elle, prevalecendo-se dessas boas disposições, logrou, sem derramar uma gota de sangue, pacificar a provincia, depois do que instou por sua demissão, que obteve em 1835.

Os Mineiros agradecidos derão-lhe dessa vez mais uma prova de consideração. O Sr. Limpo foi nomeado vice-presidente pela assembléa provincial, a quem naquella época competia tal attribuição.

Ao chegar de sua presidencia de Minas foi nomeado pelo primeiro Regente, por decreto de 14 de Outubro de 1835, ministro da justiça e interinamente do Imperio, passando a 3 de Junho de 1836 a occupar a pasta dos estrangeiros.

Fazendo parte do ministerio da maioridade, elle occupou pela segunda vez a pasta da justiça, e posteriormente dirigio pela segunda, terceira e quarta vez a dos negocios estrangeiros nos ministerios de 1845, 1848 e 1853.

No primeiro desses ministerios o Sr. Limpo muito se distinguio pela energia com que se portou em relação á Inglaterra, sendo o autor do protesto contra o bill approved pelo parlamento britannico, que sujeita os navios brasileiros

suspeitos de empregar-se no trafico ao julgamento dos tribunaes inglezes.

Esse protesto energico e patriótico do illustre ministro brasileiro contra o acto de violencia, e da mais inqualificavel prepotencia nunca se riscará da memoria e do coração daquelles que dão o devido apreço á honra e dignidade de sua patria.

No ministerio de 1853 o Sr. Limpo de Abreu foi quem deu ao ministro do Brasil em Portugal as instrucções que regularão e dirigirão as negociações que preeederão á convenção de 12 de Janeiro de 1855, que teve por duplicado fin a prevenção e repressão do crime tão escandalosamente generalizado em Portugal da falsificação da moeda e dos papeis de credito, com curso legal nos dous paizes, e a extradição dos individuos convictos desse crime.

Desse ministerio sahio o Sr. Limpo de Abreu em 14 de Junho de 1855, por assim ter entendido necessario, como manifestou no senado, logo que a expedição que o governo mandára ao Paraguay não teve, por motivos independentes de sua vontade, todos os resultados que se devião esperar.

Em 1851 o Sr. Limpo celebrou, por parte do Brasil, com o plenipotenciario da Republica do Uruguay, os tratados de 12 de Outubro, e nesta difficil commissão portou-se juntamente com o outro plenipotenciario brasileiro, de modo que o ministro dos estrangeiros, em aviso de 21 de Outubro do mesmo anno, lhes dirigio, por ordem de Sua Magestade Imperial, as mais significativas expressões de louvor.

Quando em 1855 rebentou em Montevideo a revolução que destruiu a autoridade do presidente legal daquela Republica, o Sr. Limpo de Abreu foi enviado pelo Brasil com plenos poderes para proceder como exigissem as circumstancias extraordinarias em que se achava aquelle paiz; e nesta tão difficil quanto arriscada missão ainda uma vez angariou elle a estima e a consideração do governo e do povo brasileiro, por ter della sahido tão bem quanto era para desejar e esperar de sua capacidade.

Ao terminar tão satisfactoriamente essa missão, foi o Sr. Limpo encarregado de uma outra, junto ao governo da Confederação Argentina, e neste novo empenho foi tão feliz como no primeiro, celebrando a 7 de Março de 1856 um tratado de commercio e navegação, que é do maior alcance para o futuro dos dous paizes.

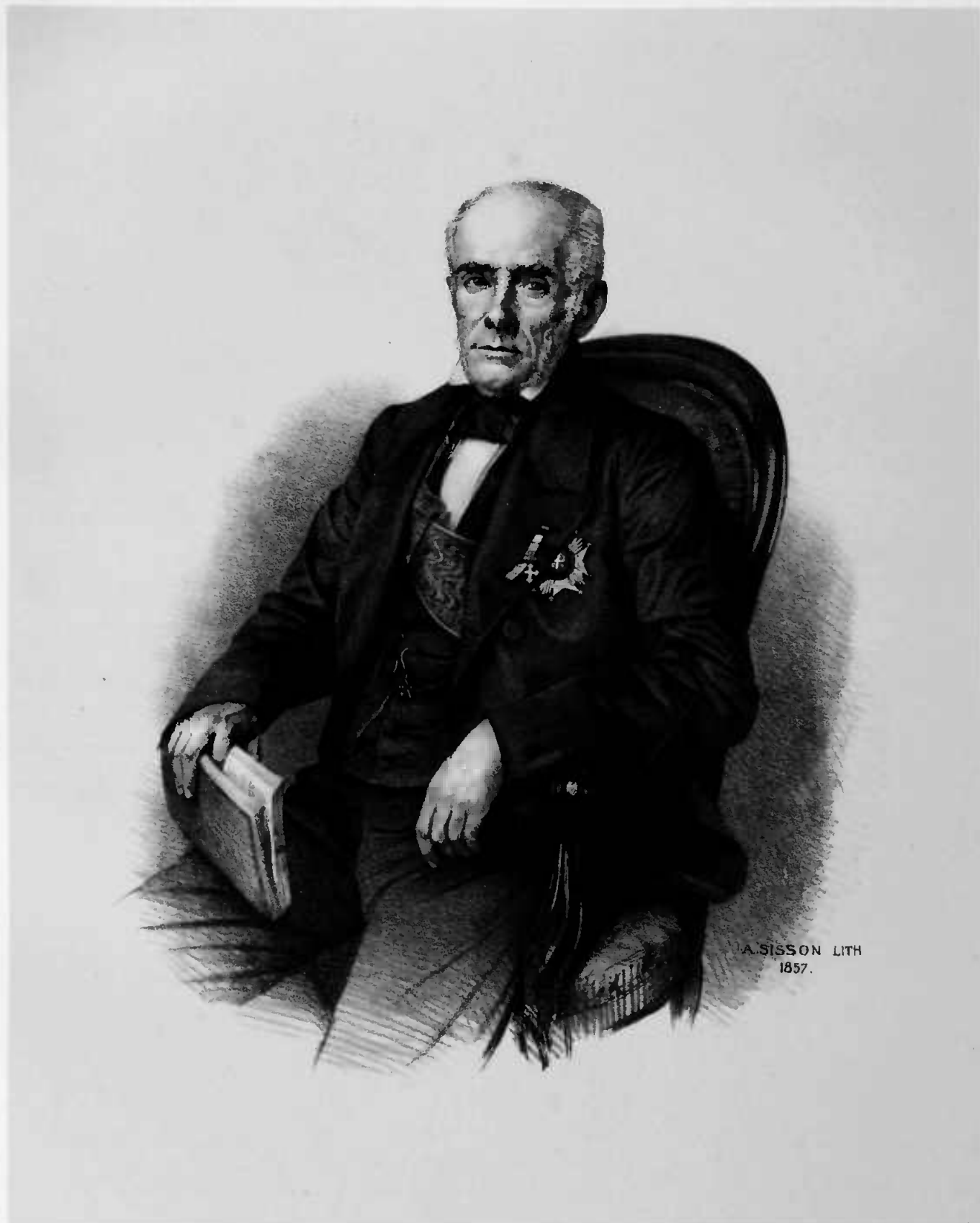
Assim que em Montevideo procurou o Sr. Limpo de Abreu libertar o governo imperial de quaesquer vineulos que pudessem compromettê-lo nas perturbacões e difficuldades que ali surgem e pullulão quasi diariamente, e no Paraná esforçou-se quanto pôde por estabelecer com um governo estavel, e com o paiz cheio de vida e de futuro as bases de uma politica franca e liberal que; segundo a opinião mais imparcial e esclarecida, convirá ampliar e desenvolver, com o que ganharão ambos os Estados, e não menos os interesses geraes da paz, do progresso e da civilisação.

Sua Magestade, que não sabe esquecer seus bons servidores, tem estendido sobre o Sr. Limpo sua imperial munificencia, concedendo-lhe por carta de 29 de Julho de 1840 o titulo do conselho; a 2 de Agosto do mesmo anno, a graça de gentil-homem de sua camara; a 9 de Fevereiro de 1841, o fôro de fidalgo cavalleiro; a 25 de Março de 1845, a dignitaria da ordem imperial do Cruzeiro; a 14 de Junho de 1848, o lugar de conselheiro de Estado ordinario; a 26 de Junho de 1852, a gran-cruz da ordem de Christo, e a 2 de Dezembro de 1854, o titulo de Visconde de Abaeté com grandeza.

Além destes titulos e condecorações que bem mostram a consideração em que tem suas eminentes qualidades o Chefe do Estado, o Sr. Visconde de Abaeté foi condecorado por carta regia de 17 de Outubro de 1855 com a gran-cruz da ordem portugueza de Nossa Senhora da Conceição de Villa-Viçosa.



OS CONTEMPORANEOS



Lith. G. A. Goussier, Rua de Assembléas, 67, Rio de Janeiro

MARQUEZ DE OLINDA

Marquês da Olinda

MARQUEZ DE OLINDA

PERNAMBUCO é a provincia natal do Sr. PEDRO DE ARAUJO LIMA, Marquez de OLINDA.

Nascido em 1787, viveu em companhia de seus pais até o anno de 1813, em que deixou sua bella patria e foi buscar em outros climas a instrucção e a sciencia, que seu espirito ávido de grandes futuros, ali não tinha achado sufficiente; porque o regimen colonial que então pesava sobre o Brasil não permittia a este paiz mais do que os primeiros rudimentos dos conhecimentos humanos, e estes mesmos, sabe Deos com quanto se lutava para os adquirir, visto como só nos lugares mais populosos, como as principaes capitães, é que se encontravão pessoas habilitadas para os ensinar.

O Sr. Araujo Lima teve a fortuna de nascer em lugar onde, ainda que escassa, não faltava completamente aquella especie de instrucção; tambem por isso, quando em 1813 partio para Lisboa, já levava de Pernambuco estudados e sabidos os preparatorios de que tinha necessidade para matricular-se na Universidade de Coimbra a que se destinava, e onde tomou grão de doutor em Canones no anno de 1819.

Immediatamente que terminou seus estudos em Portugal regressou ao Brasil, onde sua estrella feliz lhe preparava um caminho brilhante para um futuro ainda mais brilhante de gloria.

Chegando á sua patria em 1820, foi logo despachado Ouvidor da comarca de Paracatú, provincia de Minas Geraes; não chegou porém a exercer esse lugar, porque pouco tempo depois de sua nomeação, foi eleito deputado ás côrtes constituintes de Lisboa no anno de 1821, fazendo então parte dos 50 deputados brasileiros que se batêrão corajosamente contra os 130 portuguezes, que já em sua ausencia e a despeito mesmo de sua presença, prevalecerão-se a principio de estarem sós e depois da maioria de numero para suplantarem as justas reclamações contra as audaciosas pretensões de reduzirem o Brasil, a quem tinham elevado á categoria de reino-unido, ao antigo e miseravel estado em que vivêra antes da vinda e estabelecimento da Familia Real no Rio de Janeiro.

Sabe-se o resultado dessa luta desigual e gloriosa para os poucos filhos do Brasil que na capital da metropole ousarão levantar a voz contra o odio encarnizado de uma população inteira.

O Sr. Araujo Lima voltou ao Brasil com seus companheiros quando as

exigencias de Portugal leváram sua colonia ao extremo de dar o passo glorioso de sua independencia.

Ahi chegando, foi immediatamente eleito deputado á assembléa constituinte convocada em 23 de Março e reunida na côrte do Rio de Janeiro a 3 de Maio de 1823.

Nessa assembléa tempestuosa o Sr. Araujo Lima tornou-se muito notavel, e quando depois dos ultimos esforços daquela congregação dos primeiros homens do Brasil, o Imperador Pedro I fulminou-a com o decreto de dissolução, e teve de nomear um ministerio, chamou-o para a pasta do Imperio que occupou apenas por tres dias, porque tendo sido nomeado a 14 de Novembro, deixou o ministerio a 17 do mesmo mez.

Dissolvida a constituinte e jurada a 25 de Março de 1824 a constituição do Imperio, procedeu-se ás eleições para deputados á nova assembléa geral legislativa. Pernambuco não esqueceu ainda dessa vez seu distincto filho que já tanto se tinha feito notavel, quer na constituinte portugueza, quer na brasileira, a que por aquella provincia tinha sido mandado; elegeu-o seu deputado á assembléa geral, e ahi o Sr. Araujo Lima, a favor de seus grandes conhecimentos e de seus reconhecidos dotes oratorios, como de muitas outras qualidades, adquirio uma posição eminente, sendo na terceira sessão de 1827 eleito presidente, o que ainda tornou a ser por muitas vezes, como veremos.

Durante esta legislatura foi elle chamado pelo Imperador Pedro I ao ministerio do Imperio, cuja pasta recebeu a 2 de Novembro de 1827 e deixou a 15 de Junho de 1828.

Nesse anno procedendo-se á eleição de deputados á 2.^a legislatura, o Sr. Araujo Lima foi reeleito por Pernambuco, e continuou sempre a sê-lo em todas as outras legislaturas até sua entrada para o senado.

Por todo o tempo que continuou na camara dos deputados elle sustentou sempre no mesmo pé o prestigio e influencia de que gozára desde o principio de sua carreira parlamentar; é assim que o vemos presidente da camara em 1829, vice-presidente em 1831, 1832 e 1833: e novamente presidente em 1835, 1836 e 1837.

Durante todas as commoções que abalarão o Imperio desde a abdicção até a regencia unica do Sr. Peijó, o Sr. Araujo Lima não appareceu senão como deputado, sendo apenas uma vez encarregado das duas pastas da justiça e

estrangeiros que só occupou por 40 dias a contar de 3 de Agosto a 13 de Setembro de 1832.

Depois desse dia voltou outra vez ao seio da camara legislativa, donde sahio no anno de 1837 para o senado por eleição de Pernambuco, e pouco tempo depois, a 18 de Setembro do mesmo anno, ultimo dia da regencia Feijó, para o ministerio do Imperio, onde veio pela terceira vez tomâr sobre seus hombros o peso daquella pasta que muito pouco o sobrecarregou desta occasião, porquanto o regente Feijó achando-se a braços com a revolução do Pará ainda mal extincta, com a do Rio Grande do Sul em toda a sua força e com uma forte opposição na camara dos deputados, tomou a resolução de resignar o poder a 19 de Setembro daquelle anno, e em virtude disto e de ser elle ministro do Imperio, coube-lhe, como manda a constituição, a regencia interina do paiz.

A popularidade de que gozava em ambas as camaras, fez que a 22 de Abril de 1838 fosse por ellas confirmada a regencia que até ali exercêra interinamente. Esta influencia porém que lhe permittia dispôr de uma grande maioria, assim na camara temporaria como na vitalicia, não o defendeu contra o pronunciamento das provincias que lhe trouxeram serios embarços.

A Bahia a 7 de Novembro de 38 declarou-se independente até a maioria do Sr. D. Pedro II. O Maranhão por motivos da creação dos prefeitos, levantou o estandarte da revolta bem conhecida com o nome de balaiada; e o Rio Grande do Sul continuou a resistir ás forças da legalidade e a ter sobre ellas vantagens que lhe permittirão invadir a provincia de Santa Catharina onde tomárão a cidade da Laguna.

Era preciso da parte do novo regente muita força de espirito e energia de vontade para resistir a todos esses poderosos obstaculos que desde o principio de seu governo vierão antepôr-se e empecer sua marcha; aquellas qualidades porém não lhe faltavão, e graças a ellas elle foi pouco a pouco desassombrando o caminho que tinha de seguir em sua administração.

A cidade da Bahia, atacada a 13, 14 e 15 de Março de 1838, rendeu-se e com ella foi por terra completamente anniquilada a revolta que ali se levantára.

Os balaios depois de mil sacrificios e de immensa carnificina tiveram tambem de ceder nos fins de 1840 aos esforços do coronel Luiz Alves de Lima, a

quem o regente confiára no principio daquelle anno a pacificação da provincia do Maranhão.

O Rio Grande do Sul enfim que não pôde ser totalmente pacificado, foi ao menos reduzido a uma posição bem precaria.

Apezar de todos esses trabalhos e de muitos outros serviços prestados ao paiz, os jornaes achárão naquella guerra motivos para em principios de 1840 se declararem em opposição aberta á regencia do Sr. Araujo Lima, e esse echo da imprensa repercutio nas camaras que logo depois de sua abertura naquelle anno se declararão em maioria contra elle.

Todo o Brasil conhece o resultado dessa opposição, que trouxe como consequencia a maioria do Sr. D. Pedro II, e portanto a retirada do Sr. Araujo Lima da suprema administração do paiz.

Se este lhe deve bens, ou males por essa sua administração, não discutiremos, nem mesmo nos convém fazê-lo; o que é certo porém é que um homem menos activo e energico, teria sem remissão deixado sossobrar a não do Estado batida de todos os lados por tempestades politicas e tufões revolucionarios.

Em 1848 o Sr. D. Pedro II chamou-o ao ministerio de 29 de Setembro como ministro dos estrangeiros e presidente do conselho, lugar que deixou a 8 de Outubro de 1849, tendo a 6 de Outubro de 1848 deixado a pasta da fazenda que exercêra desde 4 de Setembro do mesmo anno.

No corrente anno de 1857, tendo pela morte do Marquez de Paraná ficado acephalo o ministerio por elle creado, resignou este o poder na proximidade da abertura das camaras, e por esta occasião foi o Sr. Araujo Lima encarregado de organizar como o fez o actual ministerio de que é presidente e ministro do Imperio.

S. M. I. o Sr. D. Pedro II, querendo dar uma prova publica do grão de apreciação em que o tinha, agraciou-o com o titulo de Visconde de Olinda e mais tarde em 1854 com o de Marquez do mesmo nome; além disto, condecorou-o com a Gran Cruz da Ordem de Christo e officialato do Cruzeiro.

Estrangeiras o Sr. Marquez de Olinda conta as seguintes condecorações: Gran-Cruz de S. Estevão da Hungria; da Legião de Honra da França; e S. Mauricio e S. Lasaro da Sardenha.



OS CONTEMPORANEOS



Enf. S. A. Stearns Rua da Assembleia, 67. Rio de Janeiro

VICONDE DE ITABORAÍ

Visconde de Itaboraí

VISCONDE DE ITABORAHY



13 de Dezembro de 1802 nasceu no Porto das Caixas, freguezia de Itaborahy, provincia do Rio de Janeiro, o Sr. JOAQUIM JOSÉ RODRIGUES TORRES, depois visconde de Itaborahy.

Forão seus pais o Sr. Manoel José Rodrigues Torres, já fallecido, e D. Emerencianna Mathilde Torres, os quaes não poupárão cuidados e meios de educa-lo nosãos principios da mais severa moral, cujo influxo ainda hoje se exerce e manifesta-se em todos os actos e na vida inteira do Sr. de Itaborahy, em quem nenhuma acção conhecida jámais marcou o brilho do nome de honesto e honrado que adquirio entre seus concidadãos e que ninguém poderá recusar-lh'o.

É que do mesmo modo por que as primeiras idéas e as impressões da infancia, são as que mais se gravão na memoria dos homens, e ali permanecem sempre vivas, assim também os primeiros principios de educação que reeebemos de nossos pais, são os que hão de em todo o tempo servir de norma a nossas acções e a todos os actos de nossa vida. Feliz quem teve pais zelosos que não esquecerão, ou não abandonarão a educação de seus filhos, e que lhes dêrão desde o berço o germen e a base de toda a felicidade na terra: uma consciencia apurada, e uma alma propensa para o bem tanto quanto instruida nas seudas da honra e da virtude.

Nesse ponto o Sr. Visconde de Itaborahy não tem que invejar a pessoa alguma, e a prova a mais palpitante do quanto seus pais se esmerarão por sua educação está na vida mesma desse cavalheiro.

Não foi porém somente o moral de seu filho que os pais do Sr. de Itaborahy quizerão e procurarão por todo o modo desenvolver e aperfeiçoar, o lado intellectual não lhes mereceu menos cuidado, porque bem vião elles que as luzes da intelligencia são a primeira condição e condição essencial de todo o progresso e desenvolvimento humanitario.

Assim pois ao mesmo tempo que com seus exemplos e conselhos ensinárão-lhe o caminho da honra; confiando-o a bons mestres que lhe illuminassem o espirito, procurárão ensinar-lhe também o caminho da gloria.

Foi por isto que ainda em mui tenra idade e depois de ter o Sr. Rodrigues Torres os seus estudos primarios, mandou-o seu pai estudar preparatorios no Seminario de S. José, donde sahio habilitado para matricular-se na Universidade de Coimbra a que se destinava, e para onde partio em 1821 com o fim

de estudar mathematicas, que com effeito estudou e em que sahio formado no anno de 1825.

Como estudante logrou o Sr. Torres adquirir uma reputação que, apesar de creada tão longe de seu paiz natal, não deixou por isto de chegar até ahi, tanto que vindo elle para o Brasil em 1826, foi nesse mesmo anno nomeado lente substituto da Academia Militar, o que não foi certamente pequena honra nem pequena prova de intelligencia para um moço de 23 annos de idade que apenas tendo deixado os bancos de estudante, não teve por isso mesmo tempo nem occasião de se fazer conhecido por outros trabalhos que não sejam os escolares.

Nesse lugar servio o Sr. Torres desde 1826 até 1833 em que pedio sua demissão, não sem duvida porque lhe faltassem as qualidades necessarias para o magisterio, mas talvez porque não visse naquella carreira o futuro que aspirava, e divisasse pelo contrario ao longe e em outras direcções mais bellos horizontes.

Seja como fôr, é para lamentar que o Sr. Rodrigues Torres não sacrificasse um pouco do interesse que o levou a dar aquelle passo, pelo amor da mocidade brasileira, que não tinha naquelle tempo, como tem hoje, muitos lentes que a animassem e a illustrassem com seus conhecimentos; e tanto mais é isto para sentir-se quanto o Sr. Torres, além do muito aproveitado tempo que levára na Universidade de Coimbra, tinha ainda voltado a Europa em 1827 e applicado-se em Paris até 1829, sem duvida a estudos de sua profissão.

Regressando pela segunda vez ao Brasil, começou o Sr. Torres a apparecer muito vantajosamente na scena politica, a ponto de ser em 1831 chamado á pasta da marinha pela regencia de Lima e Silva, Bráulio Muniz e Costa Carvalho.

Apezar de começar sua carreira administrativa sob os peiores auspicios, pois que, como bem se sabe, naquelle tempo calamitoso, os motins e sedições surgião a cada instante uns das ruinas dos outros, e isto não somente na côrte, mas ainda nas provincias e especialmente nas do Norte que tiverão cada uma sua sublevação particular; apezar de todos esses embaraços, dizemos, embaraços poderosos para um moço que pela primeira vez toma as redeas do poder, o Sr. Rodrigues Torres sahio-se bem e retirou-se do ministerio conceituado e prestigioso, de modo que logo depois em 1832 foi novamente chamado para a pasta que deixára; persistindo ainda toda a agitação geral do Imperio, e especialmente das provincias do Pará que mesmo em 1832 pro-

clamou-se independente; de Pernambuco que teve a guerra terrível dos Cabanos ou de Panellas de Miranda e Ceará a braços com a de Pinto Madeira que havia começado em 14 de Dezembro de 1831 e que terminou em 13 de Outubro de 1832, entregando Pinto Madeira as armas ao general Labatut commandante das forças da legalidade.

No meio de todos esses abysmos que se abrião diante dos passos dos regentes e que empecião a marcha regular de seu governo, ainda não naufragou a boa reputação e conceito em que era tido o ministro da marinha; ao contrario a habilitade com que por sua parte concorreu para que o governo do paiz se sustentasse firme no posto que a maioria da nação lhe havia confiado, o fez ainda mais estimado e tornou-o muito popular, especialmente na provincia do Rio de Janeiro, da qual teve em 1833 a honrosa missão de representa-la na camara dos deputados. Foi a primeira vez que o Sr. Rodrigues Torres se apresentou na tribuna dos representantes do paiz, mas já antes disto todo elle conhecia os talentos oratorios do novo deputado, que como ministro mais de uma vez tinha levantado a voz no seio de ambas as camaras.

Como deputado o Sr. Rodrigues Torres distinguio-se menos por orador eloquente, que o não é, do que por argumentador fino e consummado. Enuncia facilmente suas idéas, sua linguagem é precisa e limada e seus argumentos de uma logica cerrada, difficilima de desfazer. É um desses homens que convence, mas que não commove, que sabe fallar a razão, mas que ignora os meios de tocar o coração.

Por todas estas qualidades elle occupou logo na camara uma posição eminente, e abraçando as idéas saquaremas tornou-se um dos mais eminentes d'entre seus chefes.

Esta influencia que elle exerceu como deputado que continuou sempre a ter até 1844, estendeu-se além deste anno em que foi elle eleito senador pela provincia do Rio de Janeiro, e só a conciliação emanada do throno e executada pelo gabinete Paraná pôde, fazendo desaparecer a divisão politica, fazer tambem desaparecer de um e de outro lado aquelles individuos que mais se elevavão acima dos outros em cujo numero está o Sr. Torres.

Em 1837 o regente Feijó quiz aproveitar-se de sua pratica adquirida no ministerio da marinha, nomeando-o para aquella pasta.

Em 1840 foi o Sr. Torres deslocado de sua repartição favorita, sendo chamado a occupar a pasta do Imperio e interinamente a da marinha, muito tempo porém não durou neste ministerio, e quando em 1843 o Sr. D. Pedro II o chamou outra vez ao ministerio, voltou já pela quarta vez a dirigir os negocios tão atrasados da repartição da marinha.

Este ministerio deixou elle para subir novamente ao poder em 1849 como ministro dos negocios da fazenda, que continuou a ser até 1853, em que cahio aquelle ministerio, justa ou injustamente accusado de ter muito durado e pouco feito pelo paiz.

Por sua parte o Sr. Itaborahy prestou ao Brasil um serviço importantissimo fazendo passar nas camaras o projecto de creação do Banco do Brasil, de que veio ser presidente, pelo fallecimento do conselheiro Lisboa Serra.

Em 1841 teve o titulo do consellho e a condecoração de Official da Ordem Imperial do Cruzeiro, e em Setembro de 1853 foi nomeado conselheiro de Estado.

No dia 2 de Dezembro de 1854 S. M. Imperial o Sr. D. Pedro II concedeu-lhe o titulo que hoje tem de Visconde de Itaborahy.



OS CONTEMPORANEOS



Lith. S. A. Sisson, Rua de Assembleia, 67, Rio de Janeiro

MARQUEZ DE MONT'ALEGRE

Marquês de Montalgre.

MARQUEZ DE MONTE ALEGRE

JOSÉ DA COSTA CARVALHO, actualmente marquez de MONTE ALEGRE, é filho legítimo de José da Costa de Carvalho e D. Ignez Maria da Piedade Costa. Nasceu a 7 de Fevereiro de 1796 na freguezia de Nossa Senhora da Penha da provincia da Bahia, suburbio da capital.

Ainda muito moço foi a Portugal estudar na universidade de Coimbra, na qual tomou o grão de doutor em leis em 1819 na idade de 23 annos.

Apenas concluiu seus estudos, voltou á terra natal e ali abraçou e seguiu a carreira da magistratura, em que começou pelos lugares de juiz de fóra e ouvidor da cidade de S. Paulo, lugares estes que occupou desde 1821 até 1822.

Nesse ultimo anno casou-se naquella cidade com D. Genebra de Barros Leite, sua primeira mulher, que falleceu em 1837, pelo que passou á segundas nupcias em 1839 com D. Maria Isabel de Souza e Alvim, hoje marquez de Monte Alegre.

O principe D. Pedro, depois imperador Pedro I, tinha por aquelle tempo accedido aos votos dos Brasileiros, que de Minas, S. Paulo e Rio de Janeiro lhe tinham mandado representações pedindo-lhe que não partisse, como lhe fóra ordenado pelas côrtes portuguezas. Logo que determinou-se a ficar no Brasil, resolveu tambem o principe convocar uma assembléa constituinte legislativa para o Brasil e de facto a convocou a 3 de Junho de 1822 e a installou a 3 de Maio de 1823.

Nesta primeira assembléa brasileira, cujo fim lastimavel ninguem ignora, teve assento o Sr. Costa Carvalho eleito pela provincia da Bahia onde teve seu berço.

Não sabemos a qual dos dous grupos pertenceu elle na constituinte; mas acreditamos, que moço, cheio de fogo e de patriotismo, não podia ter abraçado outro estandarte que não o dos patriarchas da independencia do Brasil, os illustres irmãos Andradas.

Em 1826 reunio-se na côrte a primeira assembléa geral legislativa dos representantes das diversas provincias do Brasil, como foi determinado pela constituição jurada a 25 de Março de 1824. Nessa illustre corporação dos mais eminentes filhos das provincias brasileiras figurou o Sr. Costa Carvalho como representante da Bahia que já outr'ora o tinha mandado á constituinte.

Logo na primeira legislatura elle se distinguio muito entre seus collegas, de quem seus talentos e dotes oratorios não vulgares alcançárão a honra

de ser nomeado presidente da camara em 1828, tendo já sido vice-presidente na sessão de 1827.

Terminado o quadriennio da primeira legislatura, procedeu-se em 1829 ás eleições de novos deputados, e o Sr. Costa Carvalho ainda pela terceira vez mereceu de sua provincia natal a honra de representa-la.

Na nova camara aberta em 1830 alcançou elle de seus collegas desde logo a mesma consideração que já tinha merecido aos da camara passada, pelo que foi escolhido para presidi-la durante toda a sessão daquelle anno.

O anno de 1831 que devia ver a terminação do primeiro imperio, estava tambem destinado para ser aquelle em que coubesse ao Sr. Costa Carvalho a mais elevada honra a que pôde aspirar um cidadão, a honra de ter em suas mãos o leme do estado, e os destinos de sua patria.

A abdicação de 7 de Abril de 1831 deixou o Brasil acepbalo, porque o principe herdeiro da corôa apenas contava 6 annos. Para dar remedio a tão grave mal reunirão-se logo os senadores e deputados que se achavão no Rio de Janeiro ao tempo da salida do Sr. D. Pedro I, e nomeárão uma regencia de tres cidadãos, que devião funcionar até a abertura das camaras pelas quaes foi nomeada a regencia permanente ainda composta de tres membros.

Nesta entrou com o brigadeiro Francisco de Lima e Silva e deputado João Bráulio Muniz, o Sr. Costa Carvalho, que depois de ter com seus collegas lutado corajosamente contra as facções que se levantavão cada dia e a cada canto do imperio, retirou-se por doente para S. Paulo, e não assignou mais papel algum official como Regente desde 18 de Julho de 1833.

Tendo-se reconhecido a necessidade de uma revisão na constituição que nos regia, e apparecendo em consequencia a lei da reforma ou acto addicional, que mandava substituir a regencia trina pela unica, ou de um só individuo, resignárão o poder os regentes de 1831, e o Sr. Costa Carvalho, um dos tres, embora retirado da administração, foi justamente apreciado pelo paiz, cujos deputados autorisárão em 1835 ao novo regente Feijó para lhe conferir a Gran Cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro em remuneração de seus serviços.

Em razão de ter estado occupando o lugar de regente do Imperio não pôde ser eleito deputado á 3ª legislatura, e assim tendo deixado a direcção dos negocios do paiz, foi para S. Paulo, onde passou os annos de 1835 e 1836 como director do curso juridico daquella cidade.

Em 1837 foi eleito deputado por aquella provincia; em 1839 trocou o titulo de deputado pelo de senador do Imperio a que foi elevado pela provincia de

Sergipe, que quiz por si só pagar de um modo generoso a divida sagrada que o Brasil todo havia contrahido com aquelle homem.

Nem foi sómente aquella porção do povo brasileiro a quem o Sr. Costa Carvalho não era ligado por laço algum de familia, ou nascimento, quem quiz dar um publico testemunho de apreço ás qualidades civicas e relevantes serviços prestados ao paiz pelo regente decahido; S. M. I. o Sr. D. Pedro II, um anno quando nuito depois de sua ascensão ao throno agraciou-o em 1841 com o titulo de barão de Monte Alegre, que conservou até 1843 em que foi elevado a visconde do mesmo nome em que esteve até 2 de Dezenbro de 1854 em que foi novamente elevado a marquez de Monte Alegre que é hoje.

Em 1842 foi nomeado presidente da provincia de S. Paulo, onde era conhecido e muito estimado, razões por que foi elle de preferencia escolhido para aquella commissão, visto que achava-se naquelle anno abalada por movimentos revolucionarios a provincia que lhe foi confiada.

Esta sua administração ainda mais lhe grangeou a estima dos Paulistas que sempre forão seus amigos e admiradores.

Naquelle mesmo anno foi o Sr. Monte Alegre nomeado conselheiro de estado extraordinario, passando a ordinario dahi a 11 annos, em Março de 1853.

Em 1843 recebeu do senado a honra de presidir a sua sessão; e de S. M. o rei dos Francezes a Gran-Cruz da Legião de Honra por motivo de ter elle assistido como testemunha ao casamento do principe de Joinville com S. A. I. a Sra. D. Francisca.

Em 1848, o visconde de Monte Alegre organison o ministerio de 29 de

Setembro e foi presidente do conselho desde 8 de Outubro de 1849 até 11 de Maio de 1852, dia em que retirou-se do ministerio em que dirigio os negocios do Imperio.

Nesse ministerio cabe ao Sr. de Monte Alegre parte da accusação que lhe faz o paiz de não ter feito no periodo de cinco annos o bem que podia em prol do desenvolvimento intellectual e material de que tanto carecemos. É verdade que subindo ao poder no tempo calamitoso da revolução de Pernambuco, o ministerio de 29 de Setembro esteve muito empenhado em destruir aquelle terrivel flagello e reparar suas funestas consequencias.

O Sr. marquez de Monte Alegre é presidente da sociedade de Estatistica do Brasil; e da associação Central de Colonisação do Rio de Janeiro; é membro honorario da sociedade Auxiliadora da Industria Nacional; do Instituto Historico e Geographico Brasileiro; da academia imperial de Bellas Artes e de outras sociedades; porém um dos seus titulos que mais o deve ufanar é o de creador da imprensa na provincia de S. Paulo, em cuja capital fundou o primeiro periodico, denominado *Pharol Paulistano*, de que foi redactor desde seu apparecimento até Julio de 1831.

Como magistrado o Sr. Monte Alegre foi sempre respeitado e tido na maior consideração; parlamentar elle soube grangear o nome que ainda hoje o distingue e foi exactamente na tribuna que alcançou a posição eminente a que mui cedo se elevou e em que se acha hoje collocado; administrador foi sempre recto e justiceiro, tanto quanto prudente e intelligente; enfim, qualquer que seja o lado por onde se encare sua vida publica, o Sr. de Monte Alegre é sempre um nome respeitavel e um vulto venerando.



DE CONTEMPORANEOS



MARQUEZ DE CAYUL

Marquess of Cayul

TENENTE GENERAL MARQUEZ DE CAXIAS

LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, 1.^o Barão de CAXIAS, Conde e Marquez do mesmo título, nasceu a 25 de Agosto de 1803, no arrayal do Porto da Estrella, da provincia do Rio de Janeiro, e foi baptisado na freguezia de Inhomerim, a que o mesmo arrayal pertencia. É filho legitimo do fallecido Marechal de Campo, Senador do Imperio, Francisco de Lima e Silva, e de D. Marianna Candida de Oliveira Bello, tambem fallecida.

Casou a 6 de Janeiro de 1833 com D. Anna Luiza Carneiro Vianna, actual Marqueza de Caxias, Dama Honoraria de Sua Magestade a Imperatriz, filha legitima do Conselheiro Paulo Fernandes Vianna e de D. Luiza Rosa Carneiro da Costa, ambos fallecidos.

Seu pai o destinou á mesma prolessão das armas que abraçára, e a que se haviam dedicado todos os seus antepassados; pelo que, quando elle apenas contava cinco annos de idade, obteve assentar-lhe praça no 1.^o Regimento de Infantaria de linha da cõrte, a 22 de Novembro de 1808, sendo Commandante do dito Regimento seu Avô o Brigadeiro José Joaquim de Lima da Silva.

El-Rei o Sr. D. João VI (então Principe Regente) querendo agracia-lo, em attenção aos serviços de seu pai e avô, mandou que se lhe contasse tempo de serviço desde o dia da praça, como foi declarado por Aviso Regio. Completando seus estudos preparatorios, dedicou-se ao do curso de sua arma na Real Academia Militar da cõrte; e concluiu-o em 1819, sendo já Alferes, havendo obtido approvações plenas em todas as doutrinas do dito curso. Cedendo á louvavel ambição de adquirir conhecimentos theoricos superiores aos especiaes de sua arma, deu-se ao estudo do curso de engenharia na mesma Academia; e quando só lhe faltavão dous annos para conclui-lo, tendo tido sempre approvações plenas nos outros que estudou, foi escolhido pelo Sr. D. Pedro I, em Outubro de 1822, sendo então Tenente, para o lugar de Ajudante do Batalhão do Imperador, nessa occasião organizado pelo mesmo Augusto Senhor com aquella denominação, e com o nobre destino de marchar para a provincia da Bahia, a fim de expellir d'ali as tropas lusitanas que, sob o Commando do Brigadeiro Ignacio Luiz Madeira de Mello, ousavão impugnar a realisação da independencia do Brasil, que havia sido proclamada naquella mesmo anno. Nesse pleitear heroico de uma nação que sustentava o nome que havia escripto na lista das nações independentes, o Tenente Luiz Alves de Lima e Silva traçava pelo seu valor as primei-

ras letras do nome com que a historia do seu paiz ha de apresenta-lo á posteridade.

Depois da gloriosa luta da independencia, o joven Tenente do Batalhão do Imperador, em consequencia da recommendação especial de seus Chefes, e de seu General, teve a satisfação de ver seu nome na lista dos primeiros agraciados com a condecoração da Ordem Imperial do Cruzeiro, no grão de Cavalleiro, na mesma occasião da instituição desta Ordem. Sendo já Capitão daquelle Batalhão, seguiu com elle para Montevidéu (então capital da provincia brasileira Cisplatina) em Junho de 1825, a fim de sustentar a integridade do Imperio ameaçada pela revolta do General D. Juan Antonio Lavalleja. Nessa porliosa luta de perto de quatro annos, o Capitão Luiz Alves de Lima e Silva, na posição de Major de Brigada da columna da vanguarda, sustentou a reputação que ganhára na guerra da independencia. Entrou em todos os recontros das forças do General Oribe com as imperiaes que guarnecião a praça de Montevidéu, e dirigio pessoalmente quasi todas as sortidas destas forças contra as sitiantes. Dessas sortidas releva commemorar a em que o Capitão Lima, á testa de uma companhia de caçadores, e de alguns guerrilhas a cavallo, assaltou um lanchão armado, e guarnecido por 50 homens do inimigo, que, occultando-se durante a noite no Arroio do Pando, sahia de dia a roubar as embarcações mercantes que das outras provincias do Imperio se dirigião a Montevidéu. Para levar a effeito este arrojado lance, teve de atravessar com imminente risco a linha dos sitiantes da praça; mas elle fê-lo com tal sagacidade e fortuna, que não foi presentido pelas forças do commando do General Oribe, debaixo de cuja protecção estava o lanchão, o qual foi tomado, e toda sua guarnição aprisionada. Este feito de bizarria, pequeno pela luta, mas grande pela arrojada concepção e execução de seu plano, e pela importancia de suas consequencias para os sitiados, pôz ao peito do Capitão Luiz Alves de Lima, que o concebeu e executou, a Commenda da Ordem Militar de S. Bento de Aviz. Estabelecida a paz com a Confederação Argentina, teve elle em premio de seus serviços a promoção ao posto de Major. É porque não houvesse vaga deste posto em nenhum dos corpos de 1.^o linha, aquella promoção teve lugar para o 1.^o Regimento da 2.^a, ficando porém servindo no Batalhão do Imperador, a que pertencera, até abrir-se vaga neste, o que se deu dentro de poucos mezes. Havendo sido por este tempo (1829) creada a Ordem da Rosa, o Major Lima mereceu a honra de ser incluído na lista dos primeiros agraciados com a dita Ordem, no grão de

Cavalleiro. Apparecendo a quadra vertiginosa que produziu a revolução de 7 de Abril de 1831, elle não se deixou dominar pelo espirito revolucionario que havia contaminado quasi toda a tropa de guarnição á corte. Sem tomar nenhuma parte activa nas peripecias daquelle drama, esperou o desenlace, e as consequencias delle, no posto de honra em que a força das circumstancias o collocou, pela dupla qualidade de cidadão e de soldado. Depois da abdicação do Sr. D. Pedro I, a tropa, cuja subordinação e disciplina haviam sido profundamente abaladas por doutrinas perniciosas levantadas pelo vortice revolucionario, ameaçava a permanencia da desordem, e o saque á cidade; então o Major Luiz Alves de Lima, reunindo alguns officiaes seus parentes e amigos, tomou com elles a louvavel deliberação de empunharem a espingarda do soldado, e rondarem incessantemente as ruas commerciaes da cidade, por serem as mais ameaçadas pela soldadesca desenfreada.

Esta reunião de officiaes regularizou-se, e constituiu-se no Corpo que teve a denominação significativa e heroica de — Batalhão de Officiaes-Soldados voluntarios da Patria. — Deste batalhão foi o Major Luiz Alves de Lima escolhido 2º Commandante por aclamação de seus briosos camaradas officiaes-soldados, posto houvesse entre elles muitos de patente mais elevada.

Por esse tempo tratou-se da organização e instrução da Guarda Nacional; e o major Luiz Alves de Lima foi nomeado seu Instructor geral, com a gratificação de 50\$000 mensaes, que elle cedeu a favor dos cofres publicos, pela delicada consideração de ser então seu pai um dos Regentes do Imperio.

A dissolução da tropa de linha e da policial suscitou ao Ministro da Justiça de então, Diogo Antonio Feijó, a idéa da organização de um Corpo regular para a policia da cidade, a que deu o nome de — Municipaes Permanentes —; e estando nesse empenho, tendo já 123 homens distribuidos por duas companhias incompletas de infantaria, e meia de cavallaria, convidou o Major Luiz Alves de Lima para encarregar-se da organização e disciplina daquelle Corpo; e tendo elle aceitado tal commissão, no mesmo posto de Major assumio o commando do Corpo, para o qual affluirão desde logo muitos dos melhores Officiaes do Exercito, e Officiaes inferiores e soldados dos Corpos dissolvidos, que elle escolheu dos de melhor conducta que conhecia.

Foi á testa desse Corpo de homens escolhidos, unico então incumbido da guarda effectiva do socoço publico, que seu Commandante o Major Lima suffocou na Praça da Aclamação a revolta de 3 de Abril de 1832, e em Mataperecos a de 17 do mesmo mez e anno, tomando aos revoltosos naquella dia uma peça de artilharia, e neste duas, e aprisionando grande parte delles.

Por estes tempos já lavrava com intensidade o incendio da revolta na provincia do Rio Grande do Sul, atcado em 1835. Então o gabinete de 19 de Setembro de 1837 resolveu que um de seus membros fosse ao theatro das operações naquella provincia, investigar as causas do prolongamento de tão desastrosa guerra civil, e estudar os meios de pôr-lhe termo. O Conselheiro Sebastião do Rego Barros, que, como Ministro da Guerra, fazia parte daquelle gabinete, foi o indicado para tal commissão; e o já então Tenente-Coronel Luiz Alves de Lima foi nomeado para acompanhá-lo, além de coadjuvava-lo no que pudesse, a bem do proficuo desempenho de tão importante commissão. Sem ser desligado do Corpo de Municipaes Permanentes, seguiu com aquelle Ministro para a dita provincia do Rio Grande do Sul, levando 200 homens das praças addidas ao Corpo de seu Commando, por elle engajadas para irem reforçar os desfalcados Corpos de 1ª linha que se achavam naquella provincia. Nessa commissão, desempenhada a contento do Governo, soube o Tenente-Coronel Lima conquistar por tal modo as sympathias de seus camaradas do Exercito do Sul, que, depois de sua volta, muitas cartas para aqui dirigidas reclamaram o concurso de seus serviços ali; e até por parte do Governo se fizeram instancias para que elle voltasse ao Rio Grande.

O Tenente-Coronel Lima, porém, ponderou que existindo Empregados no Exercito do Sul dez ou doze Officiaes generaes de alta patente, não lhe era licito contar com a abnegação delles, para que se não resentissem de a verem, com a patente de Tenente-Coronel, á testa da direcção dos negocios

da provincia, em tão melindrosa conjuntura; e que resentimentos taes não podião deixar de ser ominosos para o resultado dessa direcção. Considerações semelhantes, por elle lealmente feitas ao então Regente do Imperio, Conselheiro Pedro de Araujo Lima, hoje Marquez de Olinda, demoverão-o dessa idéa.

Se tão ponderosas razões inhibião o Tenente-Coronel Lima de ir manifestar nas regiões do Sul do Imperio o zelo que o caracterisava pela manutenção da paz publica e das instituições nacionaes, ellas não tiveram a mesma força para inibi-lo de o ir fazer nas regiões do Norte. O Maranhão se havia conflagrado, e os negocios ali tinham assumido um caracter assustador, depois que os revoltosos dessa provincia segunda vez se apossaram da cidade de Caxias, e que suas forças receberão incremento, pelo incremento de sua audacia não reprimida. Então o joven Commandante dos Municipaes Permanentes, que havia sido promovido a Coronel a 2 de Dezembro de 1839, recebeu a Carta Imperial de 14 do mesmo mez e anno, nomeando-o Presidente da referida provincia do Maranhão, e o encargo de commandar em chefe todas as forças que ali tinham de operar contra a revolta, ficando assim reunidas em uma só pessoa as duas autoridades.

O novo Presidente partia pois para seu destino levando grande numero de officiaes de sua escolha para serem empregados na provincia. Esses officiaes, vendo no crescente prestigio do seu digno companheiro d'armas um penhor de mais lisongeiro futuro, voluntariamente se offerecerão para acompanhá-lo, e para partilharem dos perigos que o esperavão. Chegando a Maranhão, o Presidente achou a população, que se conservára fiel, sob a pressão do terror inculcado pela fama das atrocidades praticadas pelos rebeldes, os quaes em numero de dez a doze mil se haviam assenhoreado de todo o centro e sul da Provincia. A capital do Maranhão estava entrincheirada, a artilharia do Forte de S. Luiz encravada, e a mór parte da riqueza da provincia depositada a bordo das embarcações mercantes que estavam no porto.

O novo Presidente, encarando como de necessidade primaria restabelecer a confiança no povo, e a ordem na administração, mandou desencravar a artilharia do Forte de S. Luiz, e arrasar as fortificações que cercavam a cidade pelo lado de terra; providenciou efficazmente para fazer correr desassombrado o mecanismo administrativo; inspecionou os Corpos que tinha de conduzir ao encontro dos rebeldes; cortou os abusos que encontrou na instrução, disciplina, e fornecimento destes, e restabeleceu a regularidade na arrecadação e na despesa dos dinheiros publicos.

Na perseguição dos rebeldes o Presidente reprovou e cohibio o systema barbaro, que antes seguião as tropas legalistas, de vingar crueldades com crueldades.

Segundo esse systema atroz, ao prisioneiro rebelde não era permitido quartel. A crueldade para com seus companheiros enearnava os rebeldes, e lhes infundia a coragem do desespero, preferindo morrer combatendo até a ultima, ao supplicio que contavão como certo se calissem no poder dos Chefes legalistas.

As ordens terminantes do Presidente Commandante em Chefe a tal respeito, foram religiosamente executadas. A guerra desceu então das alturas de sua ferocidade, e por assim dizer humanizou-se. Os revoltosos, vendo á testa dos legalistas um homem que impunha ás suas baionetas o exterminio dos recalcitrantes, e a protecção aos vencidos, começaram a depôr as armas, e a paz da provincia. O Coronel Luiz Alves de Lima, tendo completamente desempenhado a ardua e nobre missão que lhe fôra commettida, solicitou do Governo Imperial sua exoneração dos cargos de Presidente e Commandante das forças da provincia, e essa exoneração lhe foi concedida a 2 de Abril de 1841. Os seus bons serviços prestados na pacificação da provincia tendo-lhe merecido a honra de ser nomeado Veador das Serenissimas Princezas Imperiaes a 2 de Agosto de 1840, tiveram como complemento de remuneração o ser elle promovido ao posto de Brigadeiro, e agraciado com

o título de Barão de Caxias, a 18 de Julho de 1841. A própria Província do Maranhão, querendo dar-lhe uma distincta demonstração de apreço pelo relevante serviço de havê-la arrancado da voragem da anarchia, elegeu-o unanimemente seu representante na Camera dos Deputados. O novo Brigadeiro estreou o seu generalato no Commando das Armas da corte, que o Governo confiou-lhe em 21 de Março de 1842.

A camara dos Deputados de que era membro o Brigadeiro Barão de Caxias foi dissolvida em Maio de 1842; e nesse mesmo mez arrebentou a revolta da provincia de S. Paulo, na cidade de Sorocaba. Aquelle General foi logo o escolhido pelo Governo para reduzir ao gremio da lei os Paulistas. E, pois, recebeu em 18 de Maio a missão de commandar em Chefe as forças de operações na provincia de S. Paulo e a carta imperial de 1.º Vice-Presidente da Provincia. Em menos de 24 horas embarcou com destino á cidade de Santos, levando consigo apenas 400 recrutas que devião servir de nucleo ao Exercito que foi autorizado a organizar com a Guarda Nacional da provincia, que foi posta á sua disposição. Chegado a Santos teve noticia de que os revoltados de Sorocaba, na força de mais de 2,000 homens, dirigião-se sobre a capital da provincia, da qual estavam distantes apenas tres marchas. Immediatamente o General abalou-se com a força de seu Commando, e entrou na capital no mesmo dia em que os rebeldes devião a ella chegar; e deixando ali um dos Officiaes do seu Estado-Maior encarregado de preparar a Cidade para defender-se de qualquer empreza dos rebeldes, partio a encontra-los, conduzindo d'ali duas peças de artilharia de pequeno calibre. Usando dos estratagemas da guerra, o General expedio ordens em todas as direcções, indicando sua marcha, requisitando ás autoridades locais forças para 2,000 homens, que realmente não tinha, e dando outras providencias que podessem ocultar aos rebeldes a verdadeira força do Exercito de operações, suas linhas de marcha, e seu ponto objectivo. A indecisão dos revoltados sobre este objecto fez com que elles não avançassem sobre a cidade, capital, e parassem distante della duas legoas pouco mais ou menos. O general então tomou posições, e de accordo com o Presidente da Provincia, Senador José da Costa Carvalho, hoje Marquez de Monte Alegre, tratou de reunir com toda a urgencia a Guarda Nacional, e fez cortar as duas pontes que estavam na direcção das estradas pelas quaes os rebeldes provavelmente deverião seguir. Conseguindo remir em poucos dias uma força respeitavel, fez uma arrojada sortida sobre a cidade de Campinas, e passando á retaguarda dos rebeldes sem ser presentido, sorprendeu e derrotou no lugar da Venda Grande, nas proximidades daquela cidade, a força que das Limeiras marchava contra ella, que até então se conservava fiel ao legítimo Governo. Depois deste feito seguiu immediatamente a atacar as forças que tinha pela frente na direcção da cidade de Sorocaba; e fazendo dispersa-las, mandou recolher todo o armamento que entregáram, e o que deixáram pelas estradas e matos; e fez com que os individuos se retirassem para suas casas debaixo da salvaguarda da amnistia que S. M. o Imperador lhes havia concedido.

Estando restabelecida a tranquillidade publica por esse lado, seguiu o General com toda rapidez para o norte da provincia onde havia mais de mil rebeldes armados na cidade de Taubaté, e suas immedições; fê-los depôr as armas, e marchou immediatamente para os limites da provincia com a de Minas-Geraes. Quando dispunha as cousas para atacar os rebeldes que por ali tambem haviam apparecido, recebeu ordem do Governo para voltar á corte, afim de marchar para a provincia de Minas-Geraes pela do Rio de Janeiro. Retrocedeu immediatamente e apresentou-se na corte a 23 de Julho, deixando inteiramente pacificada a provincia de S. Paulo.

Aqui teve a distincta honra de receber o decreto, com data do mesmo dia de sua chegada, pelo qual S. M. o Imperador nomeava-o seu ajudante de campo, sendo o primeiro a quem essa honra foi conferida pelo mesmo Augusto Senhor. A 25 de Julho, 40 horas depois de haver chegado de S. Paulo, o General Barão de Caxias, que já havia recebido a nomeação de Comman-

dante em Chefe das forças de operações da provincia de Minas-Geraes, seguiu a grandes marchas para esta provincia pela estrada do Rio Preto; e reunido com toda promptidão as forças que existião inactivas em Barbacena, S. João d'El-Rei, Rio do Peixe, Pomba, etc., marchou com ellas em soccorro da capital da provincia, ameaçada pelos rebeldes, que em força de mais de 3,000 homens pretendião assaltá-la. A marcha do General legalista foi operada com tanta rapidez e pericia que chegou com as forças de seu commando á cidade de Ouro Preto quando as dos rebeldes ainda estavam a uma legua de distancia della. O reforço que recebeu a capital fez os rebeldes desesperarem do exito feliz do pretendido assalto; e pois burlados em sua tentativa, mudáram de plano, e seguirão immediatamente para Salavá, onde, postando-se na forte posição do arrayal de Santa Luzia, esperáram o ataque, que contáram como certo da parte das forças legalistas. O General Barão de Caxias não se fez esperar por muito tempo. Abalou-se com as forças que commandava; e no dia 20 de Agosto encontrou as dos rebeldes. Travou-se a peleja, que foi portiosamente disputada por ambas as partes, mas a final a completa derrota dos rebeldes, e o aprisionamento de todos os principaes chefes da revolta, selláram a victoria dos legalistas, e a inteira pacificação da importante provincia de Minas. O General retirou-se para a corte; e no alto da serra encontrou um proprio, portador do Decreto de 29 de Agosto de 1842, pelo qual era elle promovido á graduação do posto de Marechal de Campo. A este Decreto acompanhava uma confidencial do então Ministro da Guerra o fallecido Conselheiro José Clemente Pereira, noticiando-lhe que, apenas chegasse á corte, seguiria para a provincia do Rio Grande do Sul, onde a revolta já durava por espaço de sete annos.

Com effeito, chegando á corte a 22 de Setembro, o General recebeu o Decreto de 24, e Carta Imperial de 28 do mesmo mez, que o nomeavam Commandante em Chefe das forças que operavão na dita provincia do Rio Grande do Sul, e Presidente da mesma provincia. As considerações que haviam sido apresentadas outr'ora ao Regente Pedro de Arango Lima tinham cahido ao impulso do sopro da fortuna; o Tenente-Coronel Luiz Alves de Lima e Silva de 1859 era o Marechal de Campo Barão de Caxias de 1842!

Chegando o General á provincia do Rio Grande do Sul, e pondo-se á testa do mesmo Exercito, encetou as operações de guerra. Depois de dous annos e meio de assiduos trabalhos, e de repetidos recontros, os rebeldes depuzêram as armas, restabeleceu-se a paz da provincia, e todos os Rio-Grandenses cordialmente se congraçáram. O Governo Imperial, que já em 11 de Setembro de 1845 havia conferido ao General, pelos seus importantes serviços do Sul, a Grã-Cruz da Ordem de S. Bento de Aviz, elevou-o a 25 de Março de 1845 a Conde de Caxias, e promoveu-o na mesma data á effectividade do posto de Marechal de Campo em remuneração dos mais serviços que ali acanhava de prestar. Os Rio-Grandenses, gratos ao General que lhes havia restituído a paz, de que estiverão privados por espaço de perto de dez annos, incluíram-o por quasi unanimidade de votos na lista triplíce para Senador pela sua provincia; e tiveram a satisfação de ver recahir nelle a escolha de S. M. o Imperador, feita por Carta Imperial do 1.º de Setembro de 1845.

Releva mencionar aqui que os Paulistas não se esquecerão de mostrar sua gratidão ao General que levou a paz á sua heroica provincia. Estando este no Rio Grande do Sul recebeu em Abril de 1844 o convite da Camara Municipal da cidade de S. Paulo, e o competente diploma para ir tomar assento na Camara dos Deputados como representante da provincia em lugar do desembarcadour Monteiro de Barros, que havia fallecido.

A provincia do Rio de Janeiro tambem deu por esse mesmo tempo ao seu illustre filho uma demonstração de seu apreço e confiança pelos serviços que lhe havia prestado nas crises arriscadas por que passára, conferindo-lhe votos para representa-la na Camara dos Deputados; e effectivamente convidou-o para tomar assento nesta Camara na vaga que deixou por fallecimento o Conde de Januario da Cunha Barbosa. O General não pôde annuir a estes dous convites; inhibia-o a ardua commissão em que se achava empenhado. Depois de um anno de pacificada a provincia, e achando-se sua administração no es-

tado normal, o General Conde de Caxias solicitou do Governo Imperial exoneração dos cargos que ali exercia; e esta exoneração lhe foi concedida por Decretos de 8 e 9 de Outubro de 1846; sendo nesses Decretos louvados os seus importantes serviços que elle prestára na provincia, promovendo e conseguindo a inteira e completa pacificação della. Recolhido á corte o General tomou assento no Senado, e continuou no exercicio de Commandante das Armas, lugar que sempre lhe foi conservado, por isso que não foi effectivamente provido emquanto elle desempenhou outras commissões, e do qual só foi exonerado a 21 de Setembro de 1849, a pedido seu.

As relações internacionaes do Imperio com as Republicas ribeirinhas do Prata trouxeram a necessidade da organização de um Exército na provincia do Rio Grande do Sul, afim de operar contra as forças que, ao commando do General Oribe, sitiavam Montevideo, e contra o General Rosas, Governador de Buenos-Ayres, e Chefe da Confederação Argentina.

O Governo Imperial resolveu fazer escolha do indigitado pela opinião publica; e por Carta Imperial de 13 de Junho de 1851, e Decreto de 16 do mesmo mez, foi o General Conde de Caxias pela segunda vez nomeado Presidente da provincia do Rio Grande do Sul, e Commandante em Chefe do Exército que ali se devia organizar.

A frente de 20,000 homens das tres armas o General penetrou no territorio da Republica do Uruguay; e de combinação com os Generaes Urquiza e Garçon, manobrou por tal maneira que o General Oribe, vendo-se, por assim dizer, cercado, depoz as armas, assignando uma capitulação com o General Urquiza. Continuando-se as operações contra o Governador Rosas, o General Urquiza, com as forças de seu commando, e uma divisão de 4,000 homens do Exército brasileiro, passou o Paraná, invadiu o territorio da Confederação, encontrando o Exército de Rosas a 3 de Fevereiro de 1852 sobre o Arroio Moron, cahiu sobre elle, e derrotou-o, seguindo-se a essa derrota a fuga de Rosas para fóra do paiz.

Concluida a missão que as forças alliadas tinham por objecto, o Exército brasileiro regressou para o territorio do Imperio; e alli o General Conde de Caxias recebeu do Governo por galardão de seus serviços a promoção ao posto de Tenente-General em 5 de Março de 1852, e a elevação a Marquez de Caxias em 26 de Junho do dito anno. Chegando á corte foi exonerado dos dous cargos que exercia por Decretos de 21 e 22 de Julho seguinte.

Depois desta ultima importante commissão de guerra que o General Marquez de Caxias teve de desempenhar, esteve elle tres annos no simples exer-

cicio de suas funções parlamentares, como Senador do Imperio. A alta administração do paiz, porém, exigio delle mais uma prova de dedicação; e o General nunca teve uma negativa para responder a taes exigencias, mesmo quando ellas importavam sacrificios. Em Junho de 1855 tratava-se de reorganizar o gabinete presidido pelo finado Marquez de Paraná, e o General entrou para os Conselhos da Corôa com a pasta da guerra, por decreto de 14 do dito mez de Junho. O Exército recebeu com lisongeiro enthusiasmo a ascensão de seu General ao alto cargo de seu Ministro; a imprensa recebeu-a com esperanças fundadas nos precedentes, na dedicação e no patriotismo do General; e o Corpo Legislativo recebeu-a com não equivocadas demonstrações da mais alta confiança que deve inspirar o militar cuja espada esteve sempre pesando na balança da integridade das instituições, da honra e da dignidade do Paiz. O General Marquez de Caxias começou sua campanha administrativa com a mesma energia, a mesma actividade e a mesma boa vontade com que desempenhára suas arriscadas tarefas de guerra. Tratou portanto de providenciar logo de conformidade com seu conhecimento pratico das necessidades vitaes da Repartição da Guerra, de fortalecer a disciplina do Exército; de regularisar o systema de processos de formação de culpa nos crimes militares; de reduzir as despesas provenientes do movimento do pessoal do Exército; de firmar principios para melhor administração dos dinheiros recebidos e consumidos pelos Conselhos Economicos dos Corpos; de melhorar a sorte da officialidade, pelo razoavel e indispensavel augmento de algumas das vantagens que ella percebia; de crear um centro administrativo do pessoal do Exército responsavel pela unidade e regularidade de sua disciplina e instrução; e enfim de todas essas providencias que com lealdade e franqueza expoz ao Corpo Legislativo nos relatorios que lhe apresentou nas sessões de 1856 e 1857.

Nesses trabalhos veio sorprendê-lo a sentida morte do seu intimo e dedicado amigo o Marquez de Paraná, no dia 3 de Setembro de 1856; e por Decreto desse mesmo dia S. M. o Imperador houve por bem honra-lo com a Presidencia do Conselho de Ministros, continuando na pasta da guerra, cargos que exerceu até 4 de Maio de 1857, em que solicitou e obteve exoneração d'elles, com todos os membros do Ministerio a que presidia.

O General Marquez de Caxias, além da geral sympathia que havia adquirido no Exército, recebeu do mesmo Exército durante o seu Ministerio, e tem recebido depois deste, mui lisongeiras provas daquella sympathia; e cordaes manifestações de agradecimento pelo modo por que sempre pugnou pelos seus essenciaes melhoramentos.

OS CONTEMPORANEOS



S. A. SISON LITH.
1861

Lith. de S. A. Sison Rua do Corno 45

MARTIM DE ABRANTES

Martim de Abrantes

MARQUEZ DE ABRANTES



Em 1796 foi baptizado na freguezia da villa, hoje cidade, de Santo Amaro, na Provincia da Bahia, o Sr. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA, MARQUEZ DE ABRANTES.

Seus pais foram os Srs. José Gabriel Calmon de Almeida e sua mulher D. Maria Germana de Souza Magalhães.

Mandado para a Universidade de Coimbra, ali applicou-se e distinguio-se muito entre seus collegas, pelo que foi premiado e com mnita aurea obteve o grão de Doutor em Leis por aquella Universidade no anno de 1821.

Logo que formou-se o Governo Portuguez quiz aproveitá-lo para a Magistratura e despachou-o Juiz de Fôra de Porto de Moz em Portugal; elle porém não aceitou esse lugar e retirou-se em 1822 para o Brasil.

Ao chegar á sua provincia natal encontrou seus concidadãos exaltados pelos motivos que derão lugar ao grito de nossa independencia; tomou partido com elles e ajudou-os no intento de obter aquelle grandioso fim.

Por esse tempo achava-se sua provincia a braços com a luta das tropas do paiz com as portuguezas por causa de ter sido Ignacio Luiz Madeira de Mello nomeado Governador das Armas em substituição a Manoel Pedro de Freitas Guimarães, Brigadeiro do Exercito e Brasileiro. Os Bahianos, como era de esperar, tomáram partido por seu patricio, e o Sr. Calmon nessas conjuncturas foi nomeado pela villa de Abrantes membro do Conselho interino de Governo installado na villa, hoje cidade, da Cachoeira, e esteve firme naquelle posto por quasi um anno enquanto durou a luta do secretario do mesmo Conselho.

Em todos esses movimentos tornou-se bem conhecido em sua provincia, onde desde logo gozou de grande influencia, o que valeu-lhe um lugar de seu representante na Assembléa Constituinte em que tomou assento, e da qual era primeiro Secretario no mez em que o Imperador Pedro I a dissolveu.

Nos principios de 1824 deixou seu paiz para ir viajar a Europa, por onde se demorou até os fins de 1826.

Durante sua ausencia seus comprouvicianos não o esquecerão, e quando procedeu-se á votação para Deputados á primeira Assembléa Geral Legislativa no anno de 1825, o nome do Sr. Calmon foi um dos que mais bem accitos foi, obtendo por isto aquelle senhor a honra de ser eleito deputado.

Em 1827 tomou assento na Camara dos Deputados, e no fim dessa sessão foi chamado pelo Imperador aos Conselhos da Corôa.

Nesse ministerio em que occupou a pasta da Fazenda, elle deu execução á Lei que fundava a divida fluctuante, e organisou a Caixa de Amortização da Divida publica fundada. Foi esse o tempo calamitoso de nossa guerra com Buenos-Ayres, em que o Governo teve de lutar com mil embaraços, e não podia distrahir a attenção para outro lado.

Demittindo-se em 1828 com mais quatro de seus collegas de ministerio, o Sr. Calmon voltou ao seio da representação nacional, mas no fim da sessão desse mesmo anno o Imperador precisou de seus serviços e chamou-o novamente ao Ministerio da Fazenda. Nessa pasta serviu até 1829, em que foi della transferido para o Ministerio dos Negocios Estrangeiros, no qual permaneceu até 1830, quando pediu e obteve sua demissão.

O Sr. D. Pedro I não quiz que seus serviços pela Independencia e pelo Imperio fossem olvidados, e como remuneração delles condecorou-o com a Dignitaria da Ordem Imperial do Cruzeiro, e com a Gran-Dignitaria da Ordem da Rosa no mesmo dia em que esta ordem foi creada.

A importante figura que fez na Camara dos Deputados, em que logo se distinguio como um de seus mais bellos talentos oratorios, não podia jámais ser esquecida por seus comprouvicianos, tão apreciadores e aproveitadores dos homens distinctos; nas eleições pois a que se procedeu para Deputados á segunda legislatura foi o Sr. Calmon reeleito pela Bahia.

Nos primeiros annos dessa legislatura, em principios de 1831, partio elle para a Europa com o fim de viajar. Achava-se portanto longe de sua patria quando o povo amotinado levou o primeiro Imperador a abdicar em seu Filho o Throno que os Brasileiros lhe tinham dado. Esta importantissima noticia foi surprender bem longe do Brasil ao Sr. Calmon, que, sabendo ao mesmo tempo de todos os movimentos que agitavão seu paiz depois da abdicção, regressou da Europa e veio tomar assento na Camara dos Deputados nas sessões de 1832 e 1833, em que muito apparecerão seus dotes oratorios, ainda hoje mui justamente reconhecidos e respeitados.

Não foi reeleito para a terceira legislatura; por isto encerrou-se na Bahia durante os annos de 1834, 1835 e 1836; mas por esse tempo não esteve ocioso, antes buscou quanto pôde ser útil a seu paiz, aconselhando a criação das sociedades de Agricultura e de Colonisação, que foram com effeito fundadas, e que o elegêrão seu Presidente.

A organização dessas sociedades não era nem podia ser naquelles tempos um facto de grande significação que chamasse a attenção do paiz; hoje porém, que as cousas estão tão mudadas, é que se póde apreciar todo o seu valor, e votar sinceros agradecimentos aos autores daquella idéa tão util quanto vantajosa.

O Governo da Regencia não quiz deixar esquecido o Sr. Calmon; precisando de um Presidente para a provincia da Bahia lançou mão d'elle, nomeando-o para aquelle lugar em 1835.

O Sr. Calmon porém não quiz aceitar a honra de presidir sua provincia natal, pelo que o mesmo Governo despachou-o em 1836 Ministro Plenipotenciario do Brasil junto á còrte de Vienna d'Austria, lugar que elle ainda recusou aceitar.

Nesse anno houve no Senado uma vaga pela provincia da Bahia; o Sr. Calmon apresentou-se candidato a ella e obteve entrar na lista triplice; o Governo porém escolheu a outro para preencher o dito lugar.

Em 1837 tomou assento na Camara temporaria em qualidade de Deputado supplente, e nesse posto concorreu com seus collegas para a resolução que tomou o Regente Feijó de resignar o poder que lhe fôra confiado, e que de facto passou ás mãos do Ministro do Imperio Pedro de Araujo Lima, depois confirmado naquelle alto lugar.

Por occasião desta alteração politica o Sr. Calmon deixou o retiro em que tinha vivido desde 1834, e veio pela vontade do novo Regente interino occupar um lugar no ministerio de 19 de Setembro daquelle mesmo anno.

Nesse ministerio occupou a pasta da Fazenda e teve juntamente com seus collegas de ver-se em serios embarços, porque a revolução do Rio Grande do Sul continuava sempre terrivel, menos por força que lhe fosse propria, do que pela que se lhe emprestava da còrte, enfraquecendo-se as armas da legalidade com ordens e disposições inqualificaveis.

Nem foi este o unico embarço opposto á marcha do ministerio de 19 de Setembro; na Bahia rebentou a 7 de Novembro daquelle mesmo anno a revolta que proclamou independente o *Estado da Bahia* até á maioridade do Sr. D. Pedro II, e no Maranhão rebentou a guerra dos Balaíos, tão terrivel pelos actos de atrocidade que commettião aquellas tropas desenfreadas.

Apezar de tudo isto o Governo foi continuando e trabalhando quanto era possivel não só por desafogar o paiz dos horrores da guerra, como por avançar alguma cousa em sua administração.

O Ministro da Fazenda por sua parte não esteve descansado durante esse tempo calamitoso; foi em sua administração que se encetou e regulou a emissão dos bilhetes do Thesouro.

Durante esse seu ministerio vagou pelo Rio de Janeiro uma cadeira no Senado; ainda se propôz a ella e entrou na lista triplice, mas pela segunda vez foi deixado de parte, sendo outro o escolhido.

Em 1839 deixou o ministerio que occupára desde 1837 e retirou-se para a Bahia, donde em 1840 propôz-se candidato a uma vaga de Senador pela provincia do Ceará.

Desta vez foi mais feliz. O Ceará, que nunca o tinha visto, nem recebido d'elle o menor beneficio, incluiu-o na lista triplice para seu Senador, e o Regente, querendo dar áquella provincia um representante capaz de fazer-lhe todo o bem e advogar com toda a vantagem os seus mais palpitantes interesses, escolheu-o para aquelle lugar, d'onde se grandes bens não tem feito á provincia que representa, é porque não tem absolutamente podido, em vista das pessimas condições naturaes daquella parte do Brasil, que não podem de modo algum ser reparadas, nem mesmo melhoradas.

Poucos dias depois da aclamação do Sr. D. Pedro II tomou o Sr. Calmon assento no Senado Brasileiro, sendo por esse tempo convidado por aquelle Augusto Senhor para fazer parte do Ministerio que então se organisou, e no qual não entrou por ter S. M. I. aceitado a escusa que solicitára.

Nesse mesmo anno casou no Rio de Janeiro com a Sr.^a D. Maria Carolina da Piedade Bahia, filha do Sr. Commendador Manoel Lopes Pereira Bahia, hoje Barão de Merity.

Logo que foi dissolvido o Ministerio da Maioridade, e teve-se de organizar outro, S. M. convidou novamente ao Sr. Calmon para fazer parte desse, convite que elle aceitou, encarregando-se ainda da pasta da Fazenda.

Durava ainda por esse anno a revolução do Rio Grande do Sul, e para mais complicação rebentou em Minas e S. Paulo a revolta que, embora supitada logo em seu começo, não pouco custou comtudo ao Ministerio, que teve de exercer sobre os seus chefes mais influentes perseguições desculpaveis pelas circumstancias em que uns e outros se achavão collocados.

Em 1843 retirou-se o Sr. Calmon do Ministerio, e no mesmo anno foi nomeado Conselheiro de Estado ordinario.

Em 1844 foi encarregado pelo Governo Imperial de uma missão especial a Berlim, cujo fim era negociar um tratado de commercio com o Zollverein, e comquanto essa missão não tivesse o desejado effeito, não perdeu o nosso encarregado o seu tempo, tendo obtido por meios indirectos que o Parlamento Inguez revogasse a clausula que havia prohibido o consumo do assucar produzido por trabalho escravo; clausula que, como é facil reconhecer, prejudicava muito profundamente aquelle importante ramo do nosso commercio.

Regressando ao Brasil em 1847 tem o Sr. Calmon continuado a servir ao paiz e ao Monarcha no Senado e no Conselho de Estado, e a prestar outros serviços de não pequena utilidade publica, como Presidente da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional e da Mesa do Recolbimento de Santa Thereza para asylo da infancia desvalida; Commissario do Governo no Instituto dos Meninos eógos; Presidente da Comissão Promotora do Instituto dos Surdos-Mudos; Provedor da Santa Casa da Misericordia e Presidente da Imperial Academia de Musiea Nacional.

Por Graça Imperial foi nomeado em 1849 Visconde de Abrantes, com grandeza, e em 1854 Marquez do mesmo titulo.



OS CONTEMPORANEOS



Desenho de A. J. de Almeida

CONDE DE IRAJÁ

Bispo do Rio de Janeiro + Manoel Pimenta Pinheiro - o Mar.
Conde de Irajá.

BISPO CONDE DE ARAUJO

VAMOS dizer duas palavras sobre uma vida calma e feliz; sobre um dos mais illustres varões que têm visto a luz da existencia no abençoado Imperio do Brazil.

O Sr. D. MANOEL DO MONTE RODRIGUES DE ARAUJO é um dos Brasileiros que mais estima, respeito e veneração têm sabido grangear de seus patricios e de todos que o têm conhecido; seu nome é um titulo de consideração a que se curvãõ os grandes e os pequenos, os sabios e os ignorantes; porque aos primeiros fascina com o brilho de seu immenso saber e profunda sciencia, e aos segundos atrahc com os thesouros da mais bella das virtudes, a caridade, que enche seu nobre coração, sempre disposto a fazer o bem e a lançar o balsamo da consolação sobre as chagas que acabrunhão e dilacerão o espirito de seus irmãos infelizes.

O Brasil deve ufanar-se de possuir em seu seio um homem em quem se reúnem e dão as mãos, para bem da humanidade e do soffrimento, uma sciencia e erudição não vulgares e uma virtude angelica tão rara em nosso seculo, tão rara em nosso paiz, e muito mais rara ainda em nosso clero desconhecido, e diremos mesmo, desmoralizado.

Nós que o não conhecemos de perto, mas que o conhecemos bastante pelas provas publicas que tem dado de sua sciencia e de seu saber, e pela voz eloquente de milhares de infelizes que nunca o encontrãõ surdo a seus soffrimentos; nós que nunca recebemos d'elle favor, ou obsequio, sentimo-nos orgulhoso de termos de lançar neste pequeno artigo as primeiras pedras de sua importantissima biographia; e quando, estudando attentamente as paginas de sua vida votada ao estudo e á beneficencia, soubemos que esse Brasileiro illustre nunca deixou seu paiz natal, e nelle se fez tão grande quanto é, cresceu muito mais de grão o nosso orgulho; porque é essa uma prova viva de que no Brasil, com os recursos que se tem nesta nação tão joven, tão criança, já se pôde um homem tornar celebre, celebre pelas letras e celebre pela religião.

Os grandes homens dão nome e honrão aos lugares em que nascem, e entre nós, que ha mingua e falta d'elles, maior motivo tem para se ensoberbecer de ter servido de berço a esse de quem ora nos occupamos, a muito illustre e já muito conhecida provincia de Pernambuco. Foi ali com effeito que nasceu em 1798 o Sr. D. Manoel do Monte, filho legitimo do negociante João Rodrigues de Araujo e de D. Catharina Ferreira de Araujo.

Desde que chegou á idade de poder applicar-se aos primeiros estudos, seus

pais não poupãõ cousa alguma capaz de tornar o mais completa possivel sua educação litteraria. Como é muito geral e muito commum entre nós, e principalmente na parte norte do Imperio, os desejos mais ardentes daquelle casal forão que seu filho seguisse a vida sacerdotal; e por isto confiãõ-o aos cuidados dos Padres da Congregação do Oratorio, logo que fez no Recife os seus primeiros estudos.

Com esses Padres estudou o Sr. D. Manoel do Monte philosophia, racional e moral, e estudou mathematicas com os religiosos Carmelitas.

Continuava o Sr. Monte os seus estudos na cidade do Recife, quando no anno de 1817 rebentou naquella cidade a celebre revolução que arvorou os estandartes da republica do Equador, e que tão bellas existencias creitou sem nenhum proveito resultar dali para o paiz. Em vista deste accidente inesperado o Sr. Monte deixou aquella cidade, foco principal das desordens que se seguirão á revolução, e passou á cidade de Olinda em companhia de seu irmão mais velho, que tanto como elle pretendia dedicar-se á carreira ecclesiastica.

Em Olinda forão os dous irmãos para o Seminario episcopal daquelle cidade com o fim de se prepararem para satisfazerem os desejos de seus pais, e talvez a suas proprias inclinações. Ali o Sr. Monte repetio alguns estudos que havia feito no Recife e entrou logo no curso de theologia do Seminario, onde, por sua intelligencia, applicação ao estudo e boa conducta, teve logo muita accitação e gozou de grande estima entre os lentes, de modo que apenas concluiu o ultimo anno de theologia, foi encarregado de reger a cadeira de theologia moral, durante a ausencia do lente proprietario que se achava com licença.

No seguinte anno chegou o Sr. Monte ao fim desejado de seus trabalhos escolares, e deu á sua mãe o prazer de satisfazer a sua vontade, realisando sua ordenação de presbytero. A ordenação não pôde ter lugar em Olinda porque naquelle tempo achava-se vaga a diocese de Pernambuco; em vista disto veio o Sr. Monte ao Rio de Janeiro e recebeu a unctione sacerdotal das mãos do digno Prelado que então era Bispo desta diocese, o Exm.^a Sr. D. José Caetano da Silva Coutinho.

Este facto teve lugar a 17 de Fevereiro de 1822, e logo que o Sr. Monte recebeu a unctione sacerdotal, partio para sua Provincia, onde obteve em propriedade a cadeira de theologia moral, que já interinamente havia regido, em cujo concurso mostrou que havia ser um dia um dos mais brillantes talentos do nosso clero.

O novo padre e o novo lente dividio sua existencia no desempenho dos deveres que aquelles dous cargos lhe impunhão, o assim se conservou até que um acontecimento inesperado veio modificar seu teor de vida; a provincia que o vio nascer e desenvolver em seu seio sua poderosa intelligencia, quiz mostrar-lhe que Pernambuco sabe animar e acoroçar os esforços de seus filhos, tanto quanto galardoar seu merecimento, elegendo-o seu representante á Assembléa Geral Legislativa. Por esse motivo deixou o Sr. Monte sua provincia e veio em 1837 para o Rio de Janeiro, onde fez-se logo muito conhecido e notado como clérigo instruido e virtuoso; o que levou o Regente, em nome do Imperador, a escolhê-lo de preferencia a qualquer outro para occupar a cadeira episcopal da diocese do Rio de Janeiro, vaga por morte de seu Bispo.

Esta escolha tão lisonjeira para o Sr. Monte, quanto feliz para os diocesanos do Rio de Janeiro, foi feita por decreto de 10 de Fevereiro de 1839, e confirmada pelo S. Pontífice Gregorio XVI, por Bulla de 23 de Dezembro do mesmo anno.

Logo que terminou a legislatura a que pertencêra por eleição de Pernambuco, e que se procedeu á eleição para a seguinte, o Rio de Janeiro apressou-se em escolhê-lo para seu Deputado, e comquanto nunca mais o reelegesse por não ser elle homem que servisse para as lutas politicas, não deixou comtudo esta provincia de mostrar-lhe sempre todo o acatamento e respeito que é devido a suas eminentes qualidades.

O Bispo do Rio de Janeiro não confia a pessoa alguma os negocios de sua diocese; por si mesmo faz tudo, e tudo quer ver e decidir segundo seu modo de pensar; é para lastimar, porém, que um homem tão distincto e tão bem intencionado, não seja dotado de um pouco de energia com que pudesse fazer frente e destruir esses enxertos de vicios e immoralidades que por todo o paiz lavrão sobre o clero, mas que sem duvida em nenhuma parte com tanta força como no Rio de Janeiro.

Um Bispo deve ter um coração bom, caridoso e sempre disposto a desculpar e a perdoar, como o tem o Sr. D. Manoel; mas um Bispo para ser completo deve ter também muita energia e severidade, para não permittir que o rebanho que lhe foi confiado, e principalmente que os pastores que dirigem esse rebanho e que estão debaixo de suas ordens, se desmandem da senda do dever e animem com seus exemplos a inclinação tão pronunciada do seculo para a incredulidade, e mesmo para a impiedade.

Esta ultima qualidade falta completamente ao Bispo do Rio de Janeiro; não é culpa delle; dotado de um coração eminentemente christão, elle não sabe ter palavras asperas para ninguém; quer corrigir com seus exemplos de virtude e com seus sabios conselhos, e esse é todo o seu erro; porque os homens que não são naturalmente bons, uma vez desviados do bom caminho, não voltão a elle senão pelo receio do castigo, e comquanto este movel não possa fazer bons clérigos, fará comtudo que elles não dêem escandalos publicos que partindo dos guardas da religião tirão-lhe todo o prestigio aos olhos das massas, que não a vêem senão nos actos de seus ministros sagrados pela Igreja.

S. M. o Imperador tem estendido sobre o Sr. Bispo do Rio de Janeiro sua munificencia nomeando-o capellão-mór de sua augusta pessoa e familia, dando-lhe o titulo de Conde de Irajá e condecorando-o com diversas ordens nacionaes.

O SS. Padre Pio IX nomeou-o seu prelado domestico e assistente do solio pontificio.

S. Ex.^a Rev.^a, além de todos os bens que tem feito á sua diocese, prestou a todo o paiz um grande valor publicando, em graça do clero brasileiro e no empenho de ampliar sua illustração, diversas obras, como são o muito afamado Compendio de Theologia Moral, e os Elementos do Direito Canonico.



OS CONTEMPORANEOS



Grav. J. A. Goussier. Del. J. A. Goussier. Lit. J. A. Goussier.

INTERVENIO DE LA GUERRA FRANCESA

Bernardo de Sazza Franco

BERNARDO DE SOUZA FRANCO

BERNARDO DE SOUZA FRANCO, filho legítimo do negociante matriculado da provincia do Pará Manoel João Franco, e de sua mulher D. Catharina de Souza Franco, nasceu na capital da mesma provincia em 28 de Junho de 1805.

Frequentando as aulas de preparatorios, quando sob a sábia direcção do actual arcebispo da Bahia cursava a de logica, foi em 27 de Maio de 1823 pronunciado e preso, por se ter envolvido na luta da independencia da provincia, e remettido para Portugal a bordo da galera *Andorinha do Tejo*, com 257 outros independentes, parte dos quaes falleceu na viagem á fome, sede e outras privações. Os que escapáráo, tendo sido recolhidos á fortaleza de S. Julião, forão dahi soltos poucos dias depois da sua chegada, e o joven Paraense voltou á sua patria em Fevereiro de 1824.

Deu-se então ao commercio; mas bem depressa a sua vocação pelas letras o fez deixar essa carreira, para continuar a cultivar o talento de que era dotado na academia de Olinda, onde matriculou-se no anno de 1831, e tomou em 1835 o grão de bacharel em direito, tendo durante todo o curso distinguido-se já nas aulas, obtendo o primeiro premio exclusivo no primeiro anno e nos seguintes, já na imprensa, redigindo com summa habilidade alguns jornaes, como a *Voz do Beberibe* e *Diario de Pernambuco*.

Voltando ao Pará em Março de 1836, assistio ainda em parte á luta contra os rebeldes que assoláráo a provincia, e servio de procurador fiscal da thesouraria desde Junho de 1836 até 16 de Agosto, em que foi nomeado juiz do civil da capital.

Eleito deputado para a legislatura de 1838 a 1841, tomou assento na respectiva camara em Maio de 1838, sendo reeleito por quinze annos consecutivos até 1853.

Neste intervallo foi nomeado presidente da provincia do Pará, em substituição do general Andréa; e, embora joven e sem prestigio, tendo tomado posse no dia 8 de Abril de 1839, pôde manter a ordem ameaçada e acabar de subjugar a rebellião que durante sua curta mas vigorosa administração den os ultimos arrancos nos campos de Ecuipiranga e Mont'Allegre, e no rio Acará, sendo desde então que se pôde dizer pacificada a provincia; e deixou as redeas da administração em Fevereiro de 1840, reassumindo-as de novo, como vice-presidente, em Fevereiro de 1841,

pelo fallecimento do vice-almirante Tristão Pio dos Santos, para as tornar a deixar em Abril de 1842. As muitas obras que então ali se começaram, e a regularidade e economia na arrecadação e dispendio das rendas publicas, são o testemunho da boa administração, que lhe grangeou na provincia a immensa popularidade de que ainda goza.

Querendo o Governo dar-lhe um testemunho do alto apreço em que tinha os seus serviços, por occasião da coroação de S. M. o Imperador nomeou-o commendador da ordem de Christo.

Depois desta época, entregue todo aos trabalhos da magistratura e parlamentares, apenas teve a interrupção da curta presidencia da provincia das Alagoas, de Junho a Dezembro de 1844, em que, atacado na capital por forças superiores ao mando do chefe das mattas Vicente Ferreira de Paula, puderão os revoltosos força-lo a retirar-se para bordo de um navio de guerra; não conseguindo porém arrancar-lhe nenhuma das concessões que exigião á ponta dos bacamartes e dos punhaes dos sicarios das mattas de Jacuipé.

Já desde 1842 o conselheiro Souza Franco, que andára alliado aos moderados de 1831 a 1837, e aos reorganisadores de 1838 em diante, tinha-se recolhido de novo ás fileiras do partido progressista, no proposito de oppôr barreira aos excessos do partido conservador; e foi nestas fileiras que o paiz o vio distinguir-se nas sessões de 1844, de 1848, e principalmente na de 1850, quando em unidade na camara sustentou a discussão contra todos os outros membros, tomando a palavra todos os dias, e mais de uma vez por dia, e em todas as questões.

Os estudos de parlamentar o havião lançado de preferencia nas questões financeiras e commerciaes; das quaes se alguma vez sahio para com distincção e brilho tratar de questões importantissimas, como a da maioridade e da lei das terras, em que fez notaveis discursos, era para voltar de novo aos seus estudos favoritos — os financeiros.

Chamado aos conselhos da corda em 31 de Maio de 1848, fazendo parte do ministerio Paula e Souza, occupou por quatro mezes, até 29 de Setembro, a pasta dos negocios estrangeiros, e interinamente por todo o mesmo mez de Setembro a da fazenda.

Durante a sessão das camaras nesse anno, que foi tempestuosa e difficil, o conselheiro Souza Franco sustentou na primeira linha os actos do ministerio de que fazia parte, e firmou a reputação de estadista e de parlamentar

distincto, que depois em 1850 mereceu-lhe a gloria de ser um dos principaes chefes do partido progressista, e hoje do conciliador.

Foi em 1853 que pela primeira vez, depois de 16 annos de vida parlamentar e de eleições successivas, contra os esforços até das autoridades, que por vezes, como em 1840, 1842 e 1849, lhe forão infensas na provincia, repellido da camara temporaria, para a qual fôra o unico eleito do partido progressista, liberal ou luzia, teve de retirar-se á vida privada. Ahi niesmo porém, o acompanhon a popularidade de que gozava, e que se augmentára com a injusta rejeição de sua eleição, e o novo advogado teve o patrocínio das principaes demandas do fôro do Rio de Janeiro, e por clientes a maioria do corpo do commercio desta importante praça da America Meridional.

Não tinha porém de durar muito a sua retirada da vida politica; e dous annos depois, em 1855, reapareceu na camara temporaria como deputado, por fallecimento do que n era, e foi dos primeiros a apoiar com sua voz poderosa os principios de moderação e concordia proclamados pelo gabinete de que era chefe o Marquez de Paraná, pugnando comtudo para que elles se tornassem reaes e effectivos, passando a administração do primeiro periodo, o da confusão dos partidos e amortecimento das paixões, para o do progresso e reformas exigidas pelo paiz.

Havia no anno antecedente fallecido o senador pelo Pará, conselheiro de estado José Clemente Pereira; e os Paraenses, dando mais uma prova do apreço em que tinham o seu illustrado patricio, o apresentárão em primeiro lugar na lista triplíce, da qual o escolheu a corôa no dia 5 de Junho de 1855, que fôra o mesmo da chegada do vapor do Norte em que veio essa lista. A corôa manifestou por mais este acto de justiça o apreço que faz do Estadista Paraense, e quanto conta com os seus serviços em prol do imperio, e firme dedicação á Sagrada Pessoa do Monarcha.

No senado continuou o conselheiro Souza Franco a abundar em provas de que os seus principios de conciliação erão sinceros; e os seus discursos, ainda os de opposição, revelavão a moderação que é propria de um senador, e a convicção de que só o respeito reciproco ás opiniões e pessoas pôde dar em resultado o amortecimento das paixões politicas, e a regularidade da

administração no sentido dos interesses geraes da nação, como é indispensavel para a prosperidade e grandeza do imperio.

Foi nesta posição que, chamado de novo aos conselhos da corôa no dia 4 de Maio de 1857, alliou-se com o Sr. Jeronymo Francisco Coelho ao respeitavel ancião o Sr. Marquez de Olinda, e mais collegas, o Sr. visconde de Maranguape, Pereira de Vasconcellos e Saraiva, para dirigirem os negocios publicos segundo os patrioticos desejos da corôa, de ver reunidos em uma familia os Brasileiros todos, e sómente preferidos a capacidade e os serviços, sem attenção ás opiniões politicas anteriores.

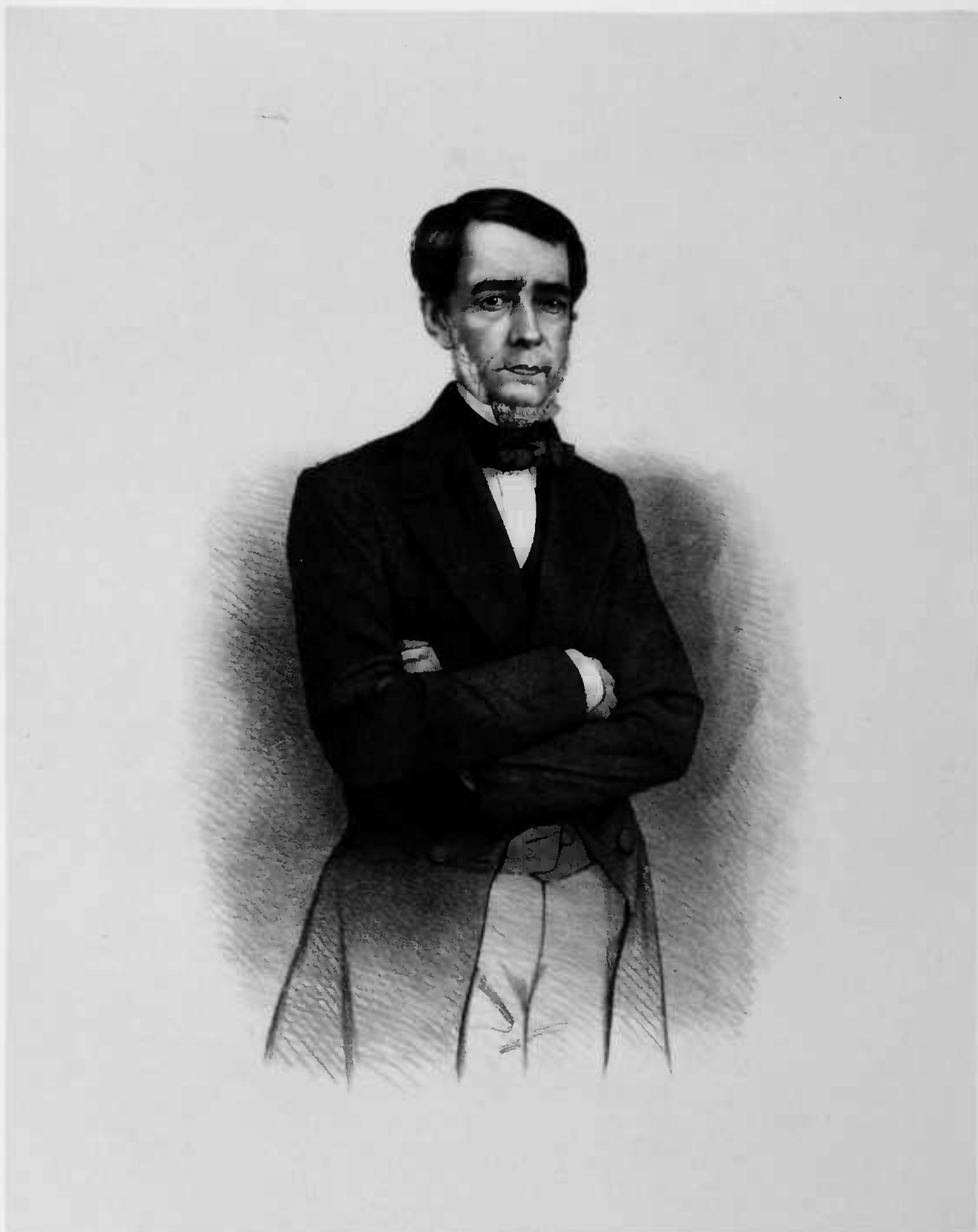
O que o ministro da fazenda, por sua parte, tem feito neste proposito está patente a todos; e todos os homens de boa fé confessão que nunca deixou de consultar nos seus actos os verdadeiros interesses do paiz, e servido o Monarcha com uma lealdade e dedicação digna de ser apreciada.

Esses actos estão por tal sorte recentes na memoria de todos, que não é preciso recorda-los. Progressista em finanças, o conselheiro Souza Franco tem sabido adoptar as vantagens do progresso sem os perigos das brnscas innovações; o credito, desenvolvido por meio da criação dos estabelecimentos bancarios, foi-o comtudo com tão grave madureza, que a crise financeira que sobreveio no mundo commercial não encontrou o imperio envolvido nessas excessivas especulações, que têm sido uma das principaes causas dos desastres de muitas outras praças commerciaes.

Sobre os serviços que o ministerio actual, pelo seu ministro da fazenda, n conselheiro Souza Franco, tem feito ao paiz e ao Monarcha durante a crise financeira por que vamos passando, já preparando em Londres, com grande antecendencia, os fundos necessarios para as despezas exteriores, ordinarias e extraordinarias, e já dando a mão ao banco do Brasil, e o dirigindo nas medidas que deve tomar para salvar a praça do Rio de Janeiro, e com ella as mais do imperio, das calamidades por que passarão as dos Estados-Unidos, Hamburgo, e até certo ponto a da soberba e riquissima Londres; sobre tão avultados serviços, dizemos nós, deixamos que fallem os factos, os comparativamente supportaveis embaraços da praça, e a confiança que renasce entre os commerciantes.



OS CONTEMPORÂNEOS



Lith. S. A. Sisson: Rue de l'Assemblée, 67, Rio de Janeiro

CONSELHEIRO C. BAPTISTA D'OLIVEIRA

C. Baptista d'Oliveira

CANDIDO BAPTISTA DE OLIVEIRA

NASCEU CANDIDO BAPTISTA DE OLIVEIRA na cidade de Porto-Alegre, provincia de S. Pedro, aos 15 de Fevereiro de 1801: sendo seus pais Francisco Baptista Anjo, natural de Portugal, e D. Francisca Candida de Oliveira, nascida na mesma provincia acima referida.

Destinado por seu pai á vida ecclesiastica, foi mandado para o seminario de S. José desta cõrte, no anno de 1817: e reconhecendo elle que a sua vocação o não chamava para o sacerdocio, partio dahi para Coimbra, no anno de 1820, onde seguiu os estudos que fazem objecto das faculdades de mathematica, e de philosophia; tomando o gráo de bacharel formado na primeira no anno de 1824.

Havendo concluido os seus trabalhos academicos, retirou-se de Coimbra para Lisboa, onde lhe dera honrosa hospedagem o seu dedicado amigo Marquez de Alegrete, Luiz Telles da Silva. Ahi se demorou por alguns mezes, até que lhe chegáram do Rio de Janeiro as ordens precisas para ir á França, com o intuito de aperfeiçoar-se nos conhecimentos que adquirira na universidade de Coimbra.

Sahindo de Lisboa, chegou a Paris no mez de Abril de 1825, onde permaneceu cerca de dous annos, empregados em visitar todos os estabelecimentos de instrucção publica, frequentando com especialidade os cursos da escola polytechnica (obtida para esse fim a necessaria permissão do governo francez), na qual era professor de astronomia o distincto sabio Arago, que o honrou com a sua amizade.

Não lhe sendo possivel visitar nessa occasião a Inglaterra e a Alemanha, como desejava, regressou ao Rio de Janeiro no começo do anno de 1827; e foi immediatamente nomeado lente substituto da academia militar (sendo ministro da guerra o finado Marquez de Lages), passando pouco tempo depois a ser proprietario da cadeira de mecanica racional.

Do anno de 1830 em diante foi o lente de mecanica da academia militar distrahido das funcções do magisterio em diversas occasiões, sendo chamado a prestar serviços em comissões importantes: tomando nesse anno assento na camara dos deputados, como representante da provincia de S. Pedro, que o havia honrado com a eleição de deputado para a segunda legislatura.

No anno de 1831, depois de encerrada a tormentosa sessão legislativa, na presença das occurrencias extraordinarias que perturbáram profundamente o estado politico do paiz, retirando-se da cõrte o deputado Baptista de Oliveira, com o intuito de ir restabelecer a sua saude, consideravelmente arrui-

nada, na provincia de S. Pedro, foi dahi chamado pouco tempo depois, pelo governo da primeira regencia, na menoridade de Sua Magestade o Senhor D. Pedro II, para occupar o novo e importante emprego de inspector geral do thesouro nacional. (Creado pela lei que nessa época reformára esse estabelecimento e suas dependencias, sendo ministro da fazenda o finado senador Bernardo Pereira de Vasconcellos, então membro da camara temporaria.)

Entre os melhoramentos uteis que fizera adoptar nas repartições fiscaes, cumpre notar a creação do serviço especial da stereometria, desconhecido até então em as nossas alfandegas; uma nova formula de arqueação dos navios mercantes para regular o pagamento do imposto de ancoragem; e a systematisação dos pesos e medidas nacionaes, tendo por collaborador neste trabalho o finado Visconde de Jerumirim, então inspector geral da caixa da amortização.

Na sessão de 1831, occupando-se a camara dos deputados de providenciar acerca da introdução da moeda falsa de cobre na circulação monetaria do Brasil, a qual havia já tomado proporções ameaçadoras, suggerio o deputado Baptista de Oliveira a idéa de permittir-se aos possuidores dessa moeda que a depositassem nas estações publicas designadas pelo governo, onde recebessem conhecimentos dos respectivos depositos, os quaes fossem provisoriamente recebidos como moeda corrente nos pagamentos legais, e pudessem transferir-se por meio do endosso; devendo por outra parte ser essa disposição acompanhada da fixação do maximo pagamento legal, em moeda de cobre, na quantia de mil réis.

Esta medida simples e pratica, não obstante ter sido menos convenientemente modificada pela camara, na parte relativa ao recolhimento da moeda de cobre, pôz termo a esse mal que flagellava o paiz.

Foi ainda nessa sessão que o mesmo deputado, fazendo parte da commissão denominada do *meio circulante*, de accordo com os seus dous collegas, propôz a medida da fixação do novo padrão monetario, na razão de *dous mil quinhentos réis a oitava de ouro de 22 quilates*, para servir de regulador na circulação monetaria do paiz, e facilitar nessa parte a creação de um banco, que, além de outras incumbencias, tivesse especialmente a seu cargo uniformisar o meio circulante em todo o imperio.

Causas que não cabe aqui apreciar devidamente, fizeram que deixassem a administração da fazenda no anno de 1834, tanto o inspector geral do the-

souro, como o digno ministro, com quem servira aquelle, na mais perfeita harmonia e reciproca confiança.

Encerrada a sessão legislativa do anno seguinte, em cujos trabalhos tomou parte o conselheiro Candido Baptista de Oliveira, ainda como deputado pela provincia de S. Pedro; quando se dispunha a retirar-se para esta provincia com a sua familia, chegou ao Rio de Janeiro a infausta noticia de haver ali rebentado no dia 20 de Setembro desse anno (1835), a deploravel revolução, que durante cerca de 10 annos flagellára essa interessante parte do imperio; e não obstante as antigas relações pessoais que o ligavão ao coronel Bento Gonçalves da Silva, chefe dessa revolução, não hesitou elle em aceitar de bom grado a nomeação de ministro residente junto á côrte da Sardenha, devida á intervenção de prestimosos amigos, com o fim de o tirarem da grave situação em que se achava, na presença de uma administração que lhe era desaffecta.

Chegando a Turim no mez de Junho de 1836 em companhia de sua familia, recebeu logo no seguinte mez de Agosto a exoneração do seu posto de ministro residente! retirando-se dali para Paris, onde permaneceu até meiado do anno de 1837.

Regressando ao Rio de Janeiro na occasião em que o regente Feijó, renunciando o poder, confiou o supremo governo do imperio, na fórma da constituição, ao Ex.^{ma} Sr. conselheiro Pedro de Araujo Lima, actualmente Marquez de Olinda, foi o ex-ministro residente da Sardenha novamente chamado para occupar o seu antigo posto de inspector geral do thesouro nacional.

E em Abril de 1839 o digno regente, em nome de Sua Magestade o Imperador, honrou com a sua confiança o inspector do thesouro, chamando-o a fazer parte do ministerio, que então se organisára em circumstancias difficeis, para substituir o ministerio denominado de 19 de Setembro, encarregando-se elle ao mesmo tempo das pastas dos negocios estrangeiros e da fazenda.

A situação dos negocios publicos em que estreára a direcção de duas repartições administrativas, sob a pressão de graves difficuldades, nascidas de embarços domesticos e internacionaes, não era por certo azada para que o novo ministro pudesse realisar nellas todo o seu pensamento em materia de administração; e apenas pôde elle, no curto prazo do seu ministerio, attender ás mais urgentes necessidades do serviço.

Na repartição dos negocios estrangeiros teve a boa fortuna de restabelecer pelos seus actos a boa intelligencia entre o governo imperial e o da Grãa-Bretanha, a qual havia sido profundamente abalada em consequencia das questões sempre desagradaveis sobre o trafico dos Africanos; e, como que lendo no livro do futuro, provocou elle nessa quadra a celebração de novas convenções sobre este objecto, por meio de um *memorandum* dirigido ao governo britannico. E posto que esse passo do previdente ministro brasileiro fosse então recebido com demonstrações de não equivoco desfavor da parte da opinião então dominante, fôra elle depois plenamente justificado pelas sérias occorrencias que induzirão o governo imperial a tomar esse objecto na devida consideração.

Pelo que respeita á repartição da fazenda, não se descuidou o mesmo ministro de dar provas das suas habilitações profissionais nessa parte. Porquanto, a par de outras medidas de importancia secundaria, tomou elle a deliberação assizada de restituir á circulação o producto das consignações mensaes em dinheiro, feitas pela alfandega desta capital á caixa da amortização; pondo assim em harmonia o espirito da lei com os principios da sciencia economica, e com os interesses da praça e do mesmo thesouro; medida essa cuja conveniencia tem sido reconhecida por todos os seus successores.

Achando-se autorizado por lei para augmentar a renda do Estado, pela elevação dos direitos de importação nos artigos que a pudessem supportar, creou o imposto addicional sobre as bebidas espirituosas, elevando a *cincoenta por cento* os direitos respectivos, cujo producto constitue presentemente uma verba importante da renda publica.

Não obstante a inteira confiança com que o honrava o regente do imperio, o ministro dos negocios estrangeiros e da fazenda tendo ponderosos motivos para deixar a administração antes de encerrada a sessão legislativa nesse anno, accitou a missão diplomatica de S. Petersburgo, no character de enviado, onde permaneceu no exercicio desse posto até o anno de 1843, em que fôra mudado, no mesmo character, para a côrte de Vienna.

Em ambas essas côrtes recebeu o enviado brasileiro distinctas provas de consideração da parte dos respectivos governos; e teve a fortuna de grangear a estima dos dous preeminentes estadistas da Europa « o Conde de Nesselrode, e o Principe de Metternich ».

Subindo ao poder o ministerio de 1844, julgou este conveniente chamar a esta côrte o enviado de Vienna, substituindo-o ali outro agente diplomatico de inferior categoria.

Chegado ao Rio de Janeiro, dedicou-se o ex-enviado de Vienna ao exercicio do magisterio na sua cadeira da academia militar, até completar o tempo para a sua jubilação, que obteve em principio do anno de 1847.

Em Maio desse mesmo anno foi elle chamado para fazer parte do ministerio que se organisou nessa época, e no qual teve lugar a criação da presidencia do conselho conferida por Sua Magestade o Imperador ao conselheiro « Manoel Alves Branco, » ministro da fazenda (depois visconde de Caravellas).

Na repartição dos negocios da marinha fez o conselheiro Baptista de Oliveira, na curta duração do seu ministerio, alguns serviços notaveis, que lhe grangearão a consideração e a estima da distincta corporação da armada. Entre outros cumpre assignalar a substituição da antiga brigada de marinha por um corpo militar de infantaria, com a denominação de *Fuzileiros navaes*, destinado especialmente para fazer a guarda dos estabelecimentos navaes, e a policia a bordo dos navios armados; passando o serviço da artilharia a ser incumbido exclusivamente ao corpo de imperiaes marinheiros e á marinhagem auxiliar.

Retirando-se do ministerio, com os seus collegas, em Março de 1848, foi o mesmo conselheiro encarregado pelo governo imperial de fazer o reconhecimento topographico da fronteira meridional do imperio; trabalho este que executou no decurso do anno de 1849, dando d'elle conta ao governo imperial, na occasião em que regressou da provincia de S. Pedro, afim de tomar assento no senado, na sessão legislativa de 1850, como representante da provincia do Ceará, honrado com a escolha imperial d'entre os seis nomes apresentados na lista eleitoral dessa provincia.

Além das funcções de senador do imperio, occupa actualmente o conselheiro Baptista de Oliveira o lugar de director do Jardim Botânico da Lagôa de Rodrigo de Freitas, para que fôra nomeado na anno de 1851.

Pelo que respeita a distincções honorificas, teve o senador Baptista de Oliveira o titulo de conselho no anno de 1832, que a lei annexára ao exercicio das funcções de inspector geral do thesouro nacional. Foi depois agraciado em diversas occasiões com as comendas da ordem de Christo, e da Rosa; havendo sido honrado pelo Imperador Nicoláo com a Grãa-Cruz da ordem de Santo Estanião, na occasião em que se retirára de S. Petersburgo. E ultimamente fez-lhe Sua Magestade o Imperador a graça de o nomear Veador de Sua Magestade a Imperatriz.

Ha d'elle algumas produções publicadas nesta capital sobre objectos litterarios e scientificos, com especialidade ácerca de alguns pontos importantes da Astronomia em que apresentára resultados novos, e de elevado interesse para a sciencia, no entender de homens competentes. Fez imprimir, além disso, em S. Petersburgo um opusculo, com o titulo de *Systema Financial do Brasil*, o qual, no conceito de pessoas entendidas, é um livro util.

É tambem o senador Baptista de Oliveira 1.^o vice-presidente do Instituto Historico Geographico Brasileiro, membro da Palestra scientifica desta capital, e de outras sociedades litterarias e scientificas da Europa e da America.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. S. A. Silva, Rua de Assembleia, 67, Rio de Janeiro

MARQUEZ DE VALENÇA

Marquês de Valença

MARQUEZ DE VALENÇA

ESTEVÃO RIBEIRO DE REZENDE, filho legítimo do Coronel Severino Ribeiro, de distincta familia de Lisboa, e de D. Josepha Maria de Rezende, de abastada e importante familia de Minas Geraes, nasceu no arraial dos Prados, Comarca do Rio das Mortes, Provincia de Minas, em 20 de Julho de 1777.

Educado desde seus primeiros annos com todo o esmero e cuidado que sóem ter por seus filhos os pais que, como os seus, prezão mais que tudo a honra e a virtude, nunca se mostrou indigno do nome que recebeu de sua familia, e pelo contrario mereceu sempre, por suas boas qualidades e morigeração, a estima de todas as pessoas que o conhecêrão apenas entrado no mundo, mas já pensando com um criterio pouco commum em sua idade sobre as cousas da vida.

Tendo mostrado muita viveza para os estudos primarios, aproveitou-se suas disposições para as letras e mandou-se-o estudar mesmo em Minas os preparatorios, que ali então se ensinavão. Em breve, pois, ficou o joven Estevão Ribeiro de Rezende prompto para exame em francez, latin, italiano, rhetorica e philosophia, estudos em que muito se distinguio, e tanto que seu pai logo que o teve nelles preparado mandou-o para Lisboa a seguir para Coimbra, onde devia estudar o curso de direito.

Separado de seus pais e do lugar de seu nascimento, onde deixava tanta sympathia, que quasi toda a população de S. José do Norte despedio-se delle com as provas do mais vivo pezar, caprichou o Sr. Rezende por continuar longe de sua familia a mesma norma de conducta que sempre seguira quando em seu seio; e com effeito, em Coimbra comportou-se por tal modo, que em breve foi muito estimado por seus collegas e bemquisto de seus professores.

Sua intelligencia não desmentio, nos novos estudos a que se applicou, os primeiros signaes de força e agudeza que dera em seus estudos primarios e secundarios; seu curso elle o completou sem nenhum embaraço, antes pelo contrario, recebendo sempre boas notas e muita consideração, o que lhe facilitou ser aceito para a leitura do desembargo do paço, primeira porta por onde então se entrava para a carreira da magistratura. Antes, porém, que fizesse a leitura, morreu-lhe no Brasil seu pai, e essa noticia chegando-lhe a Lisboa naquelle tempo, quiz elle interromper sua carreira para vir á patria beijar as mãos á mãe e apresentar-se-lhe depois de doutorado.

De volta a Portugal fez sua leitura no desembargo do paço, e foi logo nomeado pelo Senhor D. João VI, em 21 de Junho de 1806, juiz de fóra de Pal-

mella, tendo já antes recebido do mesmo monarcha o habito de Christo com uma tença e a propriedade do officio de tabellião do publico judicial e notas da villa de S. João d'El-Rei, em attenção aos bons serviços de seu pai e ás suas qualidades, mais que dignas daquella distincção.

Pouco depois de empossado no juizado de Palmella, em Portugal, teve lugar na Peninsula a invasão franceza, que vinha com o prestigio de mil victorias conquistar para o irmão do vencedor do mundo uma corôa e um Estado.

A côrte portugueza, collocada na alternativa que lhe offerecião, de um lado a França arrogante e orgulhosa de seus triumphos, e do outro a Inglaterra forte e sempre pertinaz em não ceder ás aguias imperiaes, a Europa e o mundo a que se atiravão com avidez, resolveu sabiamente escolher um meio termo, deixando a antiga Metropole para vir estabelecer-se no Brasil; o juiz de Palmella quiz aproveitar essa oportunidade de voltar á sua patria e á sua familia, e por isto muito se empenhou para fazer parte da comitiva real; porém sendo preciso, para bem do reino, que as autoridades permanecessem em seus postos, e manifestando o governo regencial a utilidade que resultava deste facto, o Sr. Rezende desistio de seus desejos, e ficou em Palmella, onde recebeu com animo e coragem as tropas franco-hespanholas, que acommettião o reino de Portugal.

Esta foi talvez uma das épocas em que o Sr. Rezende maiores serviços prestou á sua patria. No ponto em que se achava não se teve com effeito que lastimar grandes males que deixavão a consternação e a desolação por onde passavão as tropas invasoras. A honra e a fortuna foi respeitada em Palmella por esforços de seu juiz, que, revestindo-se de toda a coragem e energia, dirigia-se a fazer reclamações e censura, onde e sempre que se dava um facto de abuso de força da parte das forças ali estacionadas.

Por algum tempo marcharão as cousas assim de um modo o mais satisfactorio, mas nem era crível, nem mesmo imaginavel, que soldados acostumados a derrubarem todas as barreiras, quer physicas, quer moraes, viessem aqui estacar defronte de um só homem, embora por esse homem fallassem a razão e a justiça. O vencido não tem direitos, sua lei é a vontade do vencedor, e pois o que fazer o juiz de fóra de Palmella quando os Francezes, fechando os ouvidos á sua voz, quizerão obriga-lo, e obrigarão o povo que lhe tinha sido confiado a concorrer com o necessario para sua subsistencia e para a satisfação de seus caprichos? Enquanto foi possivel resistir-lhe, elle o fez; agora, porém, que sua influencia é nulla e que sua pessoa attrahe sobre os que o seguem odios e

mãos desejos, agora que sem duvida com perigo eminente sem que dahi resulte bem para ninguem, agora é tempo de ceder á força das circumstancias. E com effeito, o Sr. Rezende deixou Palmella e retirou-se para Lisboa, tendo antes em companhia de um vereador occultado em um altar os dinheiros publicos que tinha á sua disposição.

Recebendo d'El-Rei a faculdade de voltar para o Brasil, elle o fez immediatamente, e ao chegar em sua patria natal, vio apreciados por seu devido valor os serviços que acabava de prestar, e em attenção aos quaes o Senhor D. João VI nomeou-o em 13 de Maio de 1810 juiz de fóra da cidade de S. Paulo, lugar que foi elle encarregado de crear naquella cidade.

Em 17 de Dezembro de 1813 deixou elle o juizado de S. Paulo, por ter nessa mesma data sido nomeado fiscal dos diamantes, lugar importante que teve de deixar no anno seguinte, em consequencia de ter sido nomeado em 12 de Setembro de 1814 desembargador da relação da Bahia.

Em toda a parte por onde passa o Sr. Rezende era geralmente estimado e apreciado por suas qualidades, e cada um lugar que exercia dava-lhe novos titulos e mais direitos para alcançar lugares mais subidos.

Felizmente naquelles tempos as qualidades e aptidão davão direito; é por isto que o novo desembargador da Bahia foi a 29 de Março de 1817, quadra calamitosa de revoluções, nomeado ajudante do intendente geral da policia, e no seguinte anno de 1818, a 12 de Outubro, nomeado desembargador da casa da supplicação.

A 10 de Novembro de 1821 foi nomeado superintendente geral dos contrabandos, e nessa época em que o Brasil tanto precisou do esforço de seus fillos, Estevão Ribeiro de Rezende esteve firme na estacada, prestando a seu paiz e a seu principe os serviços que podia prestar.

Procurador da provincia de Minas Geraes, junto ao Principe D. Pedro, elle mostrou-se tal qual era e captou por esse modo a estima daquelle Principe, que sempre o distinguio e que elevou-o ao ponto de nomea-lo, a 6 de Abril de 1822, secretario de estado encarregado de todas as pastas para acompanhá-lo a Minas, onde uma nobre inspiração o levava com o fim de acalmar com sua presença os movimentos sediciosos que ali começavão a manifestar-se, a ponto de negar-se aquella provincia a obedecer ao Principe regente.

Veio a independencia, e logo após a necessidade de regular-se o pacto fundamental por onde devesse o paiz se regular; o Imperador convoca para esse fim a assembléa constituinte; e Minas, que attende para o merecimento quando escolhe um alto funcionario, tanto quanto um qualquer empregado, elege seu deputado ao Sr. Rezende. Cahe a constituinte em virtude do golpe de estado do primeiro Imperador, tudo se amotina, parece que vamos ter uma revolução, mas graças á boa escolha do Senhor D. Pedro I, mandando, a 17 de Janeiro de 1823, ao Sr. Rezende para intendente geral da policia, toda a tempestade se desfez sem deixar o mais ligeiro signal de sua aterradora passagem, e nem por isto foi necessario o emprego de armas e ameaças de prisões e perseguições, bastou a influencia e a confiança geral de que gozava o intendente para obter aquelle resultado.

Em 14 de Outubro de 1824 chamou-o o Senhor D. Pedro I aos conselhos da corôa, encarregando-o da pasta do imperio, que teve a seu cargo até 21 de Novembro de 1825, em que recebeu o decreto de sua demissão, no qual elogiava-o muito o Imperador e lhe agradecia seus bons serviços. Naquelle

mesmo anno de 1824 foi ainda nomeado, a 1 de Dezembro, Desembargador honorario do paço, e em 15 de Outubro de 1825 foi galardoado por Sua Magestade o Imperador com o titulo e grandezas de Barão de Valença.

Neste anno veio o Sr. Rezende eleito por sua provincia á assembléa geral legislativa, e ao mesmo tempo que tinha por essa honrosa eleição entrada na camara dos deputados, recebia ainda de seus comprouvenciaes maior honra e maior prova de estima e consideração, tendo seu nome na lista por elles offerecida ao Monarcha para escolher os senadores do Imperio. Conjunctamente com Minas Geraes, quiz S. Paulo mostrar toda a sua affeição e agradecimento pelo distincto Brasileiro, que em seu solo começou a carreira da magistratura em que tantas glorias colheu, escolhendo seu nome para mandar ao Imperador na lista dos que devião ser escolhidos seus senadores. Assim, pois, era o Sr. Valença ao mesmo tempo deputado por Minas, e eleito senador pela mesma provincia e pela de S. Paulo. Entre as duas provincias optou pela de Minas, onde tinha seu berço e tudo o que ha de mais caro ao coração do homeni, sua familia e as cinzas de seus bons pais. Em vista de sua opção, foi escolhido senador por carta imperial de 19 de Abril de 1826, e nesse mesmo anno, a 12 de Outubro, passou a desembargador do paço effectivo e foi aposentado por pedido seu; assim como tambem a 30 do mesmo mez e anno foi o seu titulo de Barão elevado ao de Conde de Valença.

A 18 de Maio de 1827 entrou novamente o então Conde de Valença para os conselhos da corôa, e desta vez coube-lhe a pasta da justiça, em que funcionou até 20 de Novembro de 1827, em que foi dissolvido o gabinete de que fazia parte e com o qual tambem elle cahio, tendo sido tres dias antes nomeado conselheiro de estado honorario.

Retirado da scena politica, ficon o Conde de Valença exclusivamente occupado com os deveres de senador do Imperio, e foi desse posto eminente que elle aggregou em torno de si esse grupo de seus collegas, que fizeram a mais heroica barreira aos excessos demagogicos que se desenvolvêrão no Brasil pela retirada do fundador do Imperio.

Firme nesse posto, que a honra e o dever lhe havião indicado, o Conde de Valença não desceus um momento enquanto não vio por terra a demagogia e elevado ao throno do Brasil o filho do seu primeiro Imperador. Então faltá-rão-lhe as forças para novas lutas; já tinha 63 annos, já tinha combatido com uma geração inteira, nova geração despontava nos horizontes da patria, era força ceder-lhe os negocios dessa cara patria. O Sr. de Valença retirou-se completamente da vida politica para entregar-se exclusivamente á vida privada.

Em 1848 o Senhor D. Pedro II elevou-o a Marquez de Valença, e em 8 de Setembro de 1856 veio a morte sorprendê-lo no seio de sua familia, e na idade de 79 annos.

O Marquez de Valença foi casado com a Exma. Sra. Elidia Mafalda de Souza Queiroz, filha do opulento fazendeiro Brigadeiro Luiz Antonio de Souza e sua mulher D. Genebra de Barros Leite.

Era socio honorario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, socio effectivo da sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, socio effectivo da Instrucção Elementar, membro da sociedade de Agricultura do Reino da Suecia, dignatario honorario da ordem imperial do Cruzeiro por carta de 16 de Agosto de 1830, cavalheiro do habito de Christo, grãa-cruz da mesma ordem e fidalgo cavalheiro da casa imperial.



OS CONTEMPORANEOS



ESTADOS DA PARLAMENTAR

Visconde de Albuquerque

VISCONDE DE MARANGUAPE

VAMOS escrever um esboço biographico tão pobre de datas quanto nos permitem as poucas notas ligeiramente traçadas que nos foram ministradas.

Seria talvez preferivel, em vista da completa deficiencia em que estamos de maiores dados para a confecção de um trabalho que possa mais tarde servir de base a uma biographia completa, pôr de parte o nome a que se refere esse trabalho, irremissivelmente destituído do unico merecimento que por ventura possam ter os outros do mesmo genero que temos publicado, e os que pretendemos continuar a publicar; queremos fallar das datas correspondentes ás phases mais importantes da vida daquelles homens com quem nos occuparmos; seria talvez preferivel nada escrever sobre a vida do Ex^{mo} Sr. visconde de Maranguape, de quem não pudemos obter nem sequer o anno em que nasceu; mas a importancia que tem tido e de que ainda hoje goza esse senhor, protestaria altamente contra uma resolução que tirasse de seu devido lugar, para collocar em outro menos digno, o nome desse Brasileiro que tanto tem apparecido nos negocios de seu paiz.

Na alternativa pois de fazer um máo esboço de sua vida, ou de deixar em esquecimento e do lado o nome do Sr. VISCONDE DE MARANGUAPE, preferimos o primeiro partido, porque mil vezes preferimos ver taxar o nosso trabalho de falto de gosto e de interesse, do que dar lugar a interpretações, quaesquer que sejam, de nossas intenções.

A' parte pois todo o juizo desvantajoso que de nós se possa fazer, e entre-mos em materia.

CAETANO MARIA LOPES GAMA nasceu na provincia de Pernambuco, e teve por pais o Dr. João Lopes Cardoso Machado e sua mulher D. Anna do Nascimento Gama. Em Pernambuco elle estudou os primeiros preparatorios para a universidade de Coimbra, onde estudou por alguns annos, voltando ao Brasil depois de ter concluido o curso a que se destinava, que foi de direito.

Começou sua vida no Brasil empregando-se na magistratura, na qual estreou pelo lugar de juiz de fóra do Penedo, na provincia das Alagôas, onde esteve muito pouco tempo, porque tendo sido nomeado ouvidor da mesma provincia e comarca das Alagôas, teve de deixar o lugar de juiz de fóra.

Era ainda ouvidor daquella provincia quando os primeiros movimentos de independencia despertados nos diversos pontos do Brasil, ali foram repercutir.

O Sr. Lopes Gama tomou nelles uma parte muito activa, e tanto se distinguio entre os que trabalharão pela nossa emancipação politica, que mereceu ser eleito presidente do governo provisorio então estabelecido naquella provincia.

Logo depois dessa eleição elle recebeu outra manifestação não menos honrosa do bom conceito em que era tido entre seus concidadãos, e foi esta o diploma de deputado á assembléa constituinte, que ainda lhe deu a provincia das Alagôas.

Por esse tempo foi instituida a imperial ordem do Cruzeiro, e o Sr. Lopes Gama, em remuneração de seus serviços em prol da independencia, foi um dos contemplados na primeira lista dos condecorados com aquella ordem, honra que é tanto mais apreciavel, quanto ella é pouco prodigalisada!

Dissolvida a assembléa constituinte, o Sr. Gama cahio nas boas graças do governo, tanto que ao mesmo tempo que muitos deputados se recolhião desgostosos a seus lares, e alguns erão mandados desterrados para fóra de sua patria, elle foi um dos que receberão do governo provas de confiança e consideração, como é a sua nomeação para presidente da provincia de Goyaz.

Nesta presidencia prestou os serviços que estavam em suas forças, e forão elles apreciados de tal modo que em recompensa teve a commenda da ordem de Christo do Imperio.

Eleito deputado á primeira legislatura da assembléa geral legislativa, o Sr. Lopes Gama deixou a presidencia de Goyaz, afim de vir tomar assento, e lá não mais voltou, porque ao terminarem os trabalhos legislativos, voltou á magistratura que tinha deixado, e foi despachado desembargador da relação da Bahia, com exercicio na casa da supplicação.

Muito tempo não esteve no exercicio desse lugar, porque o governo imperial julgou necessario utilizar seus serviços em outra parte onde elles fossem mais uteis, e em virtude disso despachou-o presidente da provincia do Rio Grande do Sul.

Essa segunda presidencia ainda teve elle de deixar para vir tomar assento na assembléa geral, a que tinha sido eleito pela provincia de Goyaz, e foi durante esse tempo que o governo nomeou-o intendente geral da policia, e lhe conferio o titulo do consellho.

Tendo razões que lhe não permittião continuar no exercicio de intendente geral da policia, pediu e obteve sua demissão daquelle importante cargo, do qual passou novamente ao serviço da magistratura.

Os filhos da provincia do Rio de Janeiro, agradecidos ao Sr. Lopes Gama pelos serviços que este lhes havia prestado, quer como intendente da policia, quer como magistrado, pagáram-lhe a divida elegendo-o seu senador, lugar em que foi confirmado pela escolha do chefe do Estado e sancção do senado.

Depois que foi eleito senador, o Sr. Lopes Gama tem sido diversas vezes chamado ao ministerio, e em 1842 foi despachado conselheiro de estado effectivo.

Em 1844, quando a provincia das Alagoas sublevou-se, e expellio seu presidente o conselheiro Bernardo de Souza Franco, actual ministro da fazenda, foi o Sr. Lopes Gama o homem que o governo imperial reconheceu mais apto para acabar pacificamente aquelle movimento revolucionario, e o governo fez uma boa escolha, porque, graças ao bom conceito, estima e consideração que ali gozava o novo presidente, conseguiu sem derramamento de uma gotta de sangue acalmar os animos, e chamar a seus deveres aquella porção do povo brasileiro momentaneamente desviada do verdadeiro caminho.

Este serviço seu, que de certo não foi dos menores por elle prestados á causa publica, foi galardoado com a gran dignitaria da ordem da Rosa, e com o reconhecimento dos Brasileiros em geral, e mui particularmente dos Alagoanos.

A 4 de Maio de 1857, tendo cahido o ministerio acephalo pela morte do marquez de Paraná que o tinha organizado, foi chamado a organizar o novo gabinete o Sr. marquez de Olinda, que escolheu para a pasta dos estrangeiros o Sr. Lopes Gama, o qual aceitou o lugar, e continúa a desempenha-lo.

Durante este seu ministerio recebeu o Sr. Visconde de Maranguape do rei de Duas Sicilias a condecoração da gran-cruz da ordem real de S. Januario, e além desta e de outras honras e títulos que já temos mencionado, elle conta os seguintes: Visconde de Maranguape, ministro aposentado do Supremo Tribunal de Justiça, socio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, da sociedade Amante da Instrução e da Auxiliadora da Industria Nacional, membro honorario da Academia de Archeologia da Belgica e de varias outras sociedades scientificas e litterarias estrangeiras.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. P. A. Sison, Rua da Assembleia, 10, Rio de Janeiro

VISCONDE DE SAPUCAIA

Visconde de Sapucaia

VISCONDE DE SAPUCAHY

CANDIDO JOSE DE ARAUJO VIANNA, VISCONDE DE SAPUCAHY, nasceu em 15 de Setembro de 1793 no arraial de Congonhas, termo da Villa Real (hoje cidade) do Sabará, da provincia de Minas-Geraes; forão seus pais o capitão-mór Manoel de Araujo da Cunha e D. Marianna Clara Vianna, ambos naturaes da mesma provincia de Minas.

Com decidida propensão para as letras desde os primeiros annos, preparou-se na terra natal com os estudos necessarios para graduar-se em direito na universidade de Coimbra, valendo-lhe então os conhecimentos variados de seu amigo o Dr. José Teixeira da Fonseca Vasconcellos, depois Visconde de Caethé, que servia em Sabará o lugar de juiz de fôra, e de seu mestre de latim, e tio, o exímio latinista, orador sagrado, e poeta, padre Joaquim Machado Ribeiro; porque faltavão ali nesse tempo professores publicos que não fossem de grammatica latina e de primeiras letras.

Depois de pacificada a Europa, e quasi extinctos os vestigios da invasão franceza em Portugal, partio para Coimbra em 1816, e matriculou-se na faculdade de direito em 16 de Outubro. Fez a sua formatura em 9 de Junho de 1821, tendo merecido em todo o curso a estima de seus mestres, contemporaneos, e condiscipulos, entre os quaes João Baptista Leitão, depois Visconde de Almeida Garret, que se comprazia de ouvir sua opinião a respeito das primeiras produções com que aquella aguia se ensaiava para tão arrojados vãos; levou a condescendencia ao ponto de aceitar sua critica severa, á qual se devem córtes e modificações consideraveis no retrato de Venus.

Voltando ao Brasil em Outubro de 1821 com o intuito de exercer a profissão de advogado, obteve a nomeação de promotor dos residuos do termo e comarca da villa do Sabará, por provisão da Mesa da Consciencia e Ordens de 17 de Novembro daquelle anno; mas não chegou a ter exercicio por se lhe facilitar a entrada na carreira da magistratura, sendo nomeado juiz de fôra da cidade de Mariana por Decreto de 19 de Dezembro do mesmo anno.

Durante a sua estada na Córte resolveu-se a tomar estado, casando em 22 de Maio de 1822 com a Ex^{ma} Sra. D. Anna Eligenia de Siqueira Ramalho, filha de Luiz de Siqueira Ramalho e de D. Anna Angelica de Castro Ramalho.

Em 5 de Outubro do dito anno tomou posse do lugar de Juiz de Fôra de Marianna, porque só então findava o triennio de seu antecessor o Ex^{mo} conselheiro Agostinho Marques Perdigão Malheiros, e teve logo de tomar, como presidente da Camara Municipal, parte activa na solemne aclamação do Sr. D. Pedro I, o que se effectuou no dia 12 daquelle mez.

Reconduzido no mesmo lugar por decreto de 26 de Agosto de 1825, não preencheu o triennio, porque foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, onde teve posse por procurador, por estar no exercicio de membro do Corpo Legislativo, no 1^o de Setembro de 1827.

Despachado em 1832 para a Relação da Bahia, ali tomou posse tambem por procurador, estando no ministerio da fazenda, em 12 de Março de 1833;

e por virtude da reforma judiciaria verificada neste anno, passou para a Relação do Rio de Janeiro, onde permaneceu até Outubro de 1849. Nesse periodo servio interinamente de procurador da corôa e fiscal do thesouro no impedimento do conselheiro Maia, por decretos de 4 e 7 de Novembro de 1837.

Promovido por antiguidade na fôrma da lei ao Supremo Tribunal de Justiça, na vaga trazida pela aposentadoria do conselheiro José Bernardo de Figueiredo, que presidia ao mesmo tribunal, entrou em exercicio no dia 30 do referido mez de Outubro, servindo ali até o dia 12 de Setembro de 1850, em que foi aposentado com metade do ordenado. Assim terminou a carreira de magistrado.

Na carreira meramente administrativa foi nomeado presidente da provincia das Alagoas por carta imperial de 13 de Novembro de 1826; mas tomou posse sómente em 14 de Fevereiro de 1828, por exigir o governo a sua presença em 1827 na Camara dos Deputados, de que era membro. O exercicio das respectivas funcções fez cessar o estado desagradavel e perigoso em que se achava a provincia, devido ás desavenças existentes entre as principaes autoridades—vice-presidente, commandante das armas e ouvidor da comarca.—Reintegrando no emprego o habil escrivão da Junta da Fazenda Joaquim da Silva Freire, que fôra suspenso pelo vice-presidente, conseguiu, á custa de vigílias daquelle intelligente funcionario, enviar para o thesouro, como lhe fôra especialmente recommendado pelo ministro da fazenda Ex^{mo} Miguel Calmon du Pin e Almeida, hoje Marquez de Abrantes, os orçamentos e balanços que estavam em atraso, e regularizou em todos os ramos a repartição da fazenda, que pela desintelligencia, ou antes guerra aberta, entre o vice-presidente e escrivão da junta não se achava em boa ordem.

Pouco mais pôde fazer no curto espaço de seis mezes de sua administração, tendo de voltar á Camara dos Deputados, onde era com o governo acremente censurado por um distincto parlamentar Mineiro, que imaginava a presidencia das Alagoas uma posição deliciosa que desfructava o seu collega, enquanto elle se mortificava na lida affanosa da opposição.

De volta á Córte, onde chegou em 7 de Setembro, achou já encerrada a sessão legislativa, tendo-se demorado na cidade da Bahia por falta de navios. Mal repousava das fadigas de uma viagem incommoda, foi nomeado presidente da provincia do Maranhão por carta imperial de 17 de Outubro; e partindo para ali em Dezembro, chegou á cidade de S. Luiz em Janeiro de 1829, e tomou posse do cargo em 13 do dito mez. Seu comportamento na presidencia das Alagoas tinha sido bem aceito pelo Sr. D. Pedro I, de saudosa memoria, segundo manifestou aquelle principe magnanimo, quando o presidente nomeado foi beijar-lhe a augusta mão em despedida: « Ora bem (disse S. M. I.), socegu uma provincia, vá agora socegar outra. »

Estas expressões do Fundador do Imperio carecem de explicação. Era preconceito dominante naquelle tempo, mórmemente nos governantes, que o

espírito republicano se agitava em todo o Brasil, com particularidade nas provincias do norte. Dissensões nascidas por ventura de meras rivalidades e competencias entre os homens influentes das localidades, segundo os partidos se pronunciavam, erão reputados pelos antagonistas como passos para a republica: receiava-se que taes dissensões degenerassem em sedições e revoluções que acabassem pelo estabelecimento do governo republicano. Assim se figuravão na Córte as desordens das Alagoas e Maranhão, designando-se especialmente nesta ultima provincia a sertão de Pastos Bons como assento de uma republica em effectividade!

O presidente Araujo Vianna não vio nas Alagoas senão desavenças ou rivalidades locais, e quando S. M. I. lhe perguntou, á sua chegada daquella provincia, se havia ali muitos republicanos, respondeu-lhe que, ou os Alagoenses erão os mais refalsados hypocritas, o que elle não acreditava, ou erão os mais dedicados monarchistas do Imperio, e amigos do systema constitucional representativo: taes forão os sentimentos que tinham manifestado ao seu presidente.

Da mesma sorte não vio no Maranhão senão deploraveis effectos da desintelligencia entre as duas principaes autoridades, o presidente e o commandante das armas, que então era o Conde de Escagnolle, cuja morte foi adiantada pelos desgostos immerecidos que lhe trouxe essa desintelligencia. Achou em verdade grande indisposição, principalmente na mocidade, contra os homens nascidos em Portugal, e essa indisposição mal pôde elle fazê-la ás vezes inefficaz; mas nunca destrui-la. Reconheceu, porém, que os Maranhenses erão verdadeiros monarchistas, e que ardão em desejos de ver praticada a Constituição do Imperio. Pelo que pôz todo o seu empenho em satisfazer a tão justos desejos. Na sua administração completou-se a organização das Camaras Municipaes, segundo a lei do 1º de Outubro de 1828, e se elegêrão os juizes de paz. Não foi pequeno o trabalho que teve em explicar, e como que commentar as leis respectivas nas suas mais claras e simples disposições; que tudo era objecto de duvida para homens pouco versados em taes materias.

Foi elle que deu exercicio ao conselho geral da provincia, obtendo do reverendo Bispo Diocesano casa para as sessões, e mandando pelo prestimoso official de engenheiros José Joaquim Rodrigues Lopes adapta-la aos usos para que se destinava.

Estabeleceu a Bibliotheca Publica da provincia por meio de donativos de particulares, ou em livros, ou em dinheiro e serviços.

Acabou com o pernicioso costume da inhumação nos templos, dando maior extensão ao acanhado cemiterio da Santa Casa da Misericórdia, de que foi provedor. E talvez fosse a provincia do Maranhão a que tomasse a dianteira ás outras do Imperio neste melhoramento sanitario e religioso.

Prestou efficaz auxilio á justiça, mandando destacar na cidade de Caxias o então 4º batalhão de caçadores de 1ª linha, cujo casco fôra enviado para a provincia, afim de preencher-se pelo recrutamento, o que fez desaparecer o grande numero de assassinios que ali se perpetravão.

Até Maio de 1831 correu serena e prospera a administração do presidente Araujo Vianna; mas chegando á cidade de S. Luiz nesse mez a noticia da abdicação do Sr. D. Pedro I, começou a turvar-se a atmospheria politica, e d'ahi vierão os deploraveis acontecimentos de Setembro. Comquanto fossem remediados pelos de Novembro subsequente, nunca será essa época lembrada sem dôr. Os limites destas noticias não permitem o desenvolvimento da materia, que consumiria longas paginas. A historia fará seu dever.

Ainda foi a provincia perturbada por novos movimentos, em que figurára no Itapicuru Antonio João Damasceno, e no Icatú Antonio Ferreira da Costa. Estes movimentos, depois de causarem males e despesas consideraveis, acabáram com a morte dos dous cabecilhas.

Entregando a administração da provincia ao successor o Ex^{mo} Sr. Joaquim

Vieira da Silva e Souza no dia 12 de Outubro de 1832, recolheu-se Araujo Vianna a esta Córte, e foi chamado pela Regencia para occupar a pasta da fazenda por decreto de 14 de Dezembro do dito anno.

Reconhecendo a necessidade de se concluirem os trabalhos encetados na Camara dos Deputados relativos ao melhoramento do meio circulante, propôz á Regencia a convocação de uma sessão extraordinaria da Assembléa Geral, onde se tratasse particularmente desse objecto, e a sessão teve com effecto lugar em Abril de 1833, expondo elle então em seu relatorio as suas idéas a semelliante respeito. As medidas que se adoptáram resumem-se na lei de 8 de Outubro de 1833.

Neste ministerio se verificáram as primeiras reformas da Alfandega e Consulado, e se organisáram diversas thesourarias provinciaes em conformidade da lei de 4 de Outubro de 1831.

Foi exonerado do cargo, por decreto de 2 de Junho de 1834, em resultado da desintelligencia havida com o presidente de S. Paulo, a quem não agradou a nomeação do inspector de fazenda daquella provincia. A Regencia, que nessa quadra se compunha dos Ex^{mos} Francisco de Lima e Silva, e João Bráulio Muniz, por estar ausente o Ex^{mo} Sr. Costa Carvalho, hoje Marquez de Mont'Algre, optou pela demissão do ministro, conservando o presidente.

Em 1841 foi outra vez chamado aos conselhos da Corôa, e entrou na organização do Ministerio de 23 de Março com a pasta do Imperio, compartilhando os trabalhos que a esse ministerio sobreviêram em consequencia das desordens de S. Paulo e Minas. Foi neste ministerio que se ajustou o casamento de S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II, e por esta occasião S. M. o Rei das Duas Sicilias condecorou ao ministro do Imperio dessa época com a Cruz de Cavalleiro da Real Ordem de S. Januario.

Em 20 de Janeiro de 1843 foi com seus collegas exonerado do cargo.

Por decreto de 14 de Setembro de 1850 foi nomeado conselheiro de Estado extraordinario, tem estado sempre em exercicio, e serve de secretario do Conselho desde o anno de 1851.

Entrou na carreira parlamentar com a inauguração do governo representativo no Brasil. Foi deputado da Assembléa Constituinte, e foi sempre sem interrupção eleito para todas as legislaturas, até que tomou assento no Senado em Abril de 1840, por virtude da carta imperial de 29 de Outubro de 1839, tendo já antes sido contemplado em lista triplíce.

Na Camara dos Deputados foi membro de commissões importantes, servio de secretario e vice-presidente; e nos dous ultimos annos, os de 1838 e 1839, occupou a cadeira de presidente, d'onde sahio para assentar-se no Senado. Ahí tem sido tambem nomeado para commissões importantes, foi presidente por tres annos, deixando de continuar porque assim o requereu.

Resta-nos memorar uma importantissima e honrosa commissão, de que foi encarregado o Visconde de Sapucahy. Foi nomeado pelo Ex^{mo} Marquez de Itanhaem, tutor de S. M. o Imperador e Suas Augustas Irmãs, em 11 de Janeiro de 1839, mestre da Imperial Familia, e exerceu tão eminente cargo até á época do casamento dos Augustos Principes.

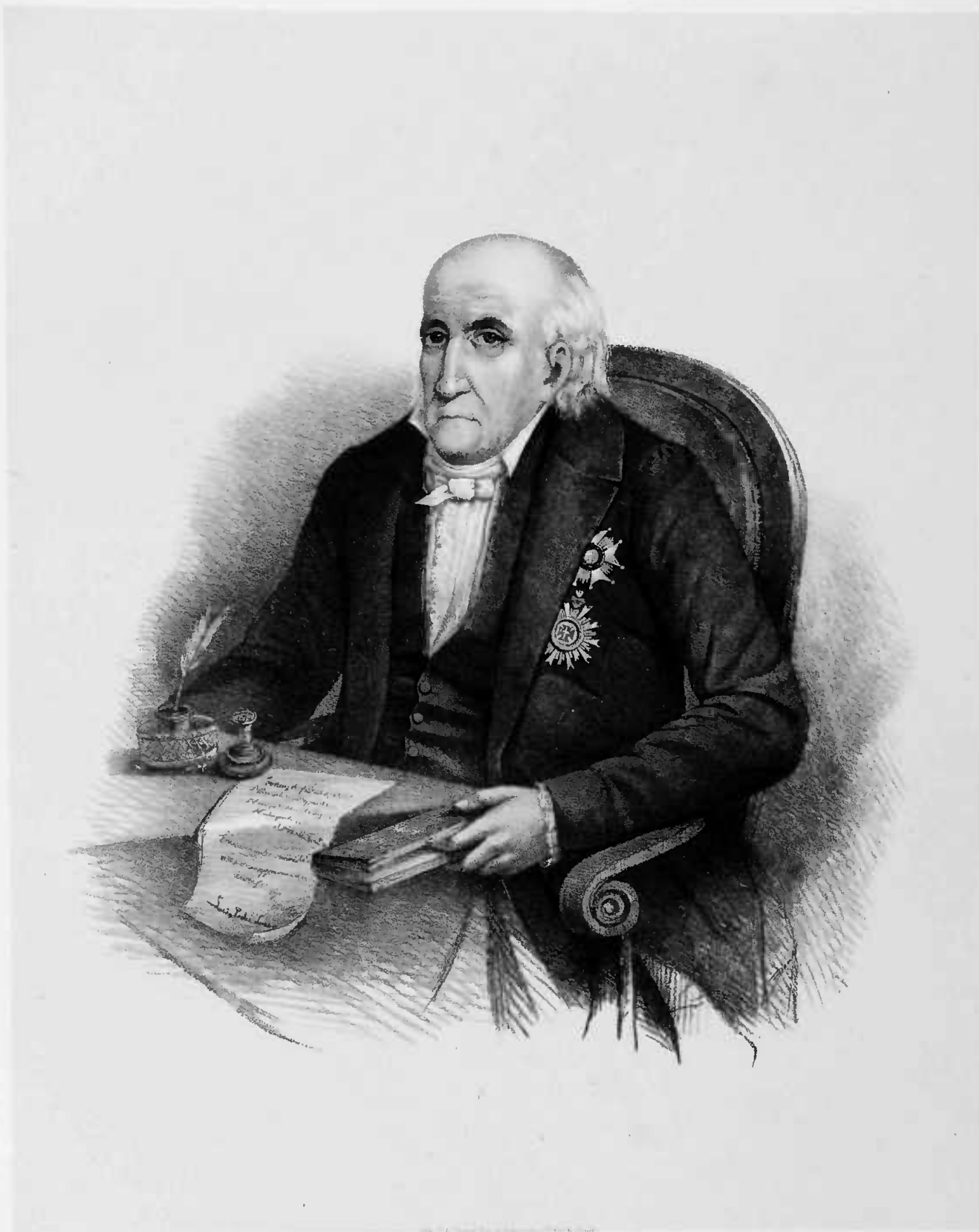
Os serviços de Araujo Vianna não forão esquecidos pelos Monarchas Brasileiros. O Sr. D. Pedro I, de gloriosa memoria, nomeou-o, em 12 de Outubro de 1826, cavalleiro da ordem de Christo, e em 18 de Outubro de 1829 official da imperial ordem do Cruzeiro.

S. M. I. o Sr. D. Pedro II nomeou-o cavalleiro da imperial ordem da Rosa em 18 de Julho de 1841, na occasião de sua sagração e coroação, por ser membro da deputação de uma Camara Municipal de Minas. Nomeou-o gentil-homem de sua imperial camara por decreto de 15 de Setembro de 1841. Deu-lhe o fôro de fidalgo cavalleiro em 14 de Março de 1842, e o titulo de Visconde de Sapucahy com grandeza em 2 de Dezembro de 1854.

O Visconde de Sapucahy é membro de diversas sociedades scientificas e litterarias, e presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.



OS CONTEMPORANEOS



WISSENDE DE CAIXA

José da Silva Lisboa

VISCONDE DE CAYRU

JOSÉ DA SILVA LISBOA, VISCONDE DE CAYRU', commendador da Ordem de Christo e Official da do Cruzeiro, Desembargador aposentado no Supremo Tribunal de Justiça, e Senador do Imperio, nasceu na cidade da Bahia em 16 de Julho de 1756. Seu pai foi Henrique da Silva Lisboa, natural da cidade de Lisboa, de profissão architecto; e sua mãe, Helena Nunes de Jesus, natural da Bahia. Desde os seus mais tenros annos distinguio-se pelo seu ardente amor ás letras, de maneira que entrou aos oito annos de idade para a grammatica latina, estudando depois philosophia racional e moral no convento dos frades Carmelitanos da mencionada cidade, tendo aprendido musica e a tocar piano.

Concluidos estes estudos, seu pai o enviou para Lisboa, onde se applicou á rhetorica na aula do insigne professor Pedro José da Fonseca, partindo em 1774 para a Universidade de Coimbra, afim de matricular-se nos cursos juridico e philosophico.

Tendo-se dado ao estudo das sagradas letras, e ancioso de as ler nos originaes hebraico e grego, applicou-se a estas linguas com tal afinco, que em 1778, por opposição publica, e concurso dos candidatos, fazendo exame perante o presidente, que era o reitor e reformador da Universidade, o Sr. D. Francisco de Lemos, bispo de Coimbra, foi nomeado, por carta academica, substituto das cadeiras daquellas linguas. Em 1779 tomou os grãos de bacharel formado em direito canonico e philosophico.

Voltando a Lisboa, procurou entrar no serviço da magistratura; mas sendo-lhe necessario tornar para sua patria, obteve, em resolução de consulta da mesa censoria, ser provido na cadeira de philosophia racional e moral da mencionada cidade da Bahia, onde creou tambem a cadeira da lingua grega, que exerceu por cinco annos, com o titulo de substituto, até chegar o proprietario. Nesse tempo casou-se com D. Anna Benedicta de Figueiredo, senhora virtuosa, e dotada de grande penetração, de quem teve 14 filhos, dos quaes ainda vivem cinco.

Depois de ter ensinado, por vinte annos, com geral applauso, as materias proprias da sua cadeira, dirigio-se novamente a Lisboa em 1797, obtendo ser jubilado, e fazendo-lhe então o principe regente, depois o Sr. D. João VI, a mercê de deputado e secretario da Mesa da Inspeção da cidade da Bahia, lugar que creou e onde prestou os mais valiosos serviços á agricultura e commercio da provincia.

Desde esse tempo principiou a trabalhar na sua obra «Principios de Di-

reito Mercantil» que publicou em Lisboa no anno de 1801 em oito tratados elementares. Esta obra, a primeira que se deu á luz na lingua portugueza sobre semelhante materia, e que fez conhecer os profundos conhecimentos do seu autor no direito civil, maritimo e das gentes, adquirio tanto credito e celebridade, que teve reimpressões em Lisboa, e até uma em Londres, sendo citada com louvor no Fôro pelos mais habéis advogados.

Encantado com a leitura da obra que o celebrado Adam Smith publicou em 1776, intitulada «Inquirição sobre a riqueza das Nações», esforçou-se em propagar os principios por elle empregados sobre a franqueza da industria, abolição de monopolios, e especialmente sobre a liberdade de commercio. Para este fim deu á luz em Lisboa em 1804 os seus «Principios d'economia politica,» que teve geral accitação, e servio de estimular aos estudiosos a applicarem-se a uma sciencia que tanto contribue para a prosperidade e grandeza dos povos.

Os grilhões coloniaes, que pesavão sobre o Brasil, e embaraçavão o commercio estrangeiro, retardarão por longo tempo as esperanças que Silva Lisboa nutria de ver em breve o seu paiz engrandecer-se, podendo livremente vender os seus variados productos a todas as nações.

A invasão de Portugal feita pelos Francezes no anno de 1807, que obrigou ao principe regente a passar para o Brasil, proporcionou uma occasião favoravel a Silva Lisboa para fazer executar-se o que o seu ardente patriotismo e luzes aconselhavão a bem da sua patria. Aportando aquelle soberano á Bahia, Silva Lisboa aproveitou-se da amizade que tinha com D. Fernando José de Portugal, depois marquez de Aguiar, para lhe indicar a necessidade de abrir os portos a todas as nações amigas da corôa de Portugal; e apezar da forte opposição que então se fez, tal foi a força dos seus argumentos, que aquelle fidalgo cedeu a suas persuasões, e fez com que o principe regente publicasse a carta régia de 24 de Janeiro de 1808, que liberalisou aquelle maximo beneficio á nação.

Tão salutar medida, que ainda hoje nos salva no meio das crises politicas que atormentão ao imperio, longe de ser apreciada no seu justo valor, mereceu pelo contrario a maior desapprovação da parte dos negociantes portuguezes; pois que, acostumados a ter unicamente communicação com as praças de Lisboa e Porto, não podião soffrer idéa alguma de concorrência, e por isso não se poupáram a esforços e diligencias para que se revogasse a carta régia, que, segundo proclamavão, augmentava os males que a nação soffria e privava o Estado de suas rendas; e não faltáram pessoas influentes, e até estadistas, que esposassem a causa dos ditos negociantes, os quaes seguramente havcrião alcançado o que dese-

javão, se Silva Lisboa, que havia acompanhado a El-Rei, sendo nomeado professor de economia politica, não lançasse mão da penna, e em uma phrase cheia de fogo, e em que se mostrava vastissima erudição, não pulverisasse os argumentos dos seus adversarios, dando á luz em 1808 as suas «Observações sobre o commercio franco» parte 1.^a e 2.^a, em que provou, com o exemplo dos Estados-Unidos d'America, quanto aquelle commercio contribuiu para curar os males que a guerra da independencia por sete annos havia produzido. E aqui seja-me permitido narrar um facto que demonstra quanto um homem illustrado, que procura destruir prejuizos populares, é exposto ás settas da calumnia e intriga. Certo censor tendo lido a citada obra, pôz á margem do exemplar as seguintes notas: — É réo de Estado, merece pena capital, — e outros termos desta natureza.

A creação do tribunal da Junta do commercio, agricultura, fabricas e navegação deste imperio, deu lugar a que Silva Lisboa fosse nomeado deputado, sendo encarregado das mais difficeis commissões, e entre ellas a de apresentar um projecto do Codigo do Commercio, trabalho em que assiduamente se empregou, mas que não pôde completar por causa do seu fallecimento. Tambem organisou o regimento para os nossos consules, que muito servio para se concluir aquelle que se acha hoje em execução.

Quando rebentou a revolução do Porto em 1820, e que o seu echo repercutio em todo o Brasil, tendo-se visto o senhor rei D. João VI na necessidade de jurar em 26 de Fevereiro de 1821 a Constituição que as Côrtes constituintes em Portugal fizessem, era tal o credito de que gozava Silva Lisboa, que foi nomeado inspector dos estabelecimentos litterarios, emprego summamente espinhoso, pois que tinha de censurar todas as obras que se publicassem; mas que elle satisfactoriamente desempenhou, não se esquecendo, no meio das suas graves occupações, de aconselhar a concordia e harmonia entre os cidadãos, publicando o jornal *Conciliador do Reino-Unido*.

Resolvendo o Sr. D. João VI voltar para Portugal em Abril de 1821, deixou, com sabedoria politica, como regente a seu filho o principe D. Pedro, pois que era claro a todas as luzes que o Brasil só se poderia conservar unido áquelle reino não perdendo nenhuma das vantagens de que já estava de posse. Logo porém que pelo decreto das Côrtes constituintes se determinou a retirada do principe regente, a abolição dos tribunaes e remessa de tropas para o Brasil, Silva Lisboa foi com os seus escriptos, principalmente com as suas — Reclamações, — um dos mais estremosos antagonistas dos refalsados constitucionaes e facciosos da cabala anti-brasilica, procurando encaminhar o espirito publico para resistir á arrogada supremacia metropolitana, e se defenderem os direitos do principe regente, conforme aos principios do verdadeiro liberalismo, sempre em justo meio entre os extremos do poder despotico e furor popular; expondo as vantagens da monarchia constitucional segundo os actuaes modelos de Inglaterra, França e Hollanda, que tinham por si a experiencia dos seculos.

Estes principios foram por Silva Lisboa sempre energicamente sustentados, tanto na Assembléa Constituinte do Brasil, aonde foi deputado pela provincia da Bahia, como depois na qualidade de senador do imperio. Os seus emulos, apesar de se opporem ás suas opiniões politicas, nunca deixaram de reconhecer o seu profundo saber, e de admirar a independencia e firmeza de character com que Silva Lisboa sustentava a sua doutrina, como se manifestou em todas as circumstancias criticas em que se tem achado a nação; especialmente quando na primeira fusão das camaras em 1830, elle, á semellhança do varão constante descripto por Horacio, desprezando todas as contemplações humanas, e só firme em cumprir com seus deveres, entrou com toda a coragem na discussão, sem que lhe incutisse o menor susto o aspecto aterrador que apresentavam então os partidos. Existem impressos os seus discursos, em que se conhecem a eloquencia e energia com que sustentou os seus argumentos, sendo em verdade espantoso que em uma idade quasi octogenaria apparecesse tanto calor e valentia de phrase.

É votado inteiramente ao bem da patria, procurou illustra-la com as continuadas obras que foi dando successivamente á luz, a expensas proprias, sobre economia politica, religião e moral.

Estes escriptos merecerão o apreço e estimação das sociedades nacionaes e estrangeiras, que não duvidarão inscrevê-lo no numero dos seus socios, a saber: — A sociedade Promotora da Industria Nacional do Rio de Janeiro; da Agricultura da Bahia; a Philosophica de Philadelphia; de Agricultura de Munique; da Propagação das Sciencias Industriaes; do Instituto Historico de França; e do Instituto Real para a propagação das sciencias naturaes de Napoles.

Apezar de ser dotado de uma constituição robusta, contudo, continuado estudo e trabalho principiaram a debilitar as suas forças, e depois de uma prolongada molestia de tres mezes, falleceu aos 20 de Agosto de 1835, deixando a seus filhos o exemplo de um homem justo e religioso, e aos seus concidadãos o de um magistrado probo, e patriota genuino.

Rematei esta memoria, transcrevendo tanto o decreto pelo qual o governo imperial concedeu uma pensão ás filhas de Silva Lisboa, como a resolução da assembléa provincial da Bahia ordenando que se collocasse na Bibliotheca Publica o seu retrato, enquanto não se fizesse o seu busto. Estes documentos são monumentos erectos á memoria de Silva Lisboa, mais duradouros do que o bronze —

Monumentum aere perennius.

DECRETO.

O regente interino, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tomando na devida consideração os distinctos e mui importantes serviços do Visconde de Cayrú, prestados pelo longo espaço de 57 annos, não só na simples carreira de empregado publico, bem como na magistratura em alguns tribunaes, e no de muitos outros cargos e empregos, em todos os quaes fez conhecer e admirar a sua vastidão de conhecimentos, que tornarão distincto e até respeitavel o seu nome entre as nações estrangeiras; e sendo não menos attendiveis os seus serviços como escriptor publico e incansavel, em cujos trabalhos não cessou jámais de propagar as suas luminosas idéas com utilidade publica, e de propugnar por meio da penna e da tribuna pela dignidade e honra nacional, e pelo respeito á constituição e ao throno, que sempre soube sustentar: em consideração pois de tão prestantes e valiosos serviços, que constituirão ao dito Visconde um dos varões benemeritos em sublime grão, e um dos sabios mais respeitaveis da época actual, cuja memoria será indelevel para os vindouros: Ha por bem conceder ás suas tres filhas D. Joanna da Silva Lisboa, D. Eufrosina da Silva Lisboa e D. Isabel da Silva Lisboa, a pensão annual de um conto e quinhentos mil réis repartidamente, em plena remuneração dos seus serviços: ficando porém esta mercê dependente da approvação da assembléa geral. Bernardo Pereira de Vasconcellos, ministro e secretario de estado dos negocios da justiça, encarregado interinamente dos do imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Maio de 1838, decimo-setimo da Independencia e do Imperio. — PEDRO DE ANAJO LIMA. — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLÉA PROVINCIAL DA BAHIA.

Francisco de Souza Paraiso, presidente da provincia da Bahia: Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou, e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.^o O governo da provincia fará collocar no salão da Bibliotheca Publica desta cidade o retrato do Visconde de Cayrú, tendo por inscripção o seu nome, e o lugar do seu nascimento.

Art. 2.^o A disposição do artigo antecedente terá vigor enquanto não houver um busto de metal ou de bronze.

Art. 3.^o Ficão sem effeito quacsquer disposições em contrario.

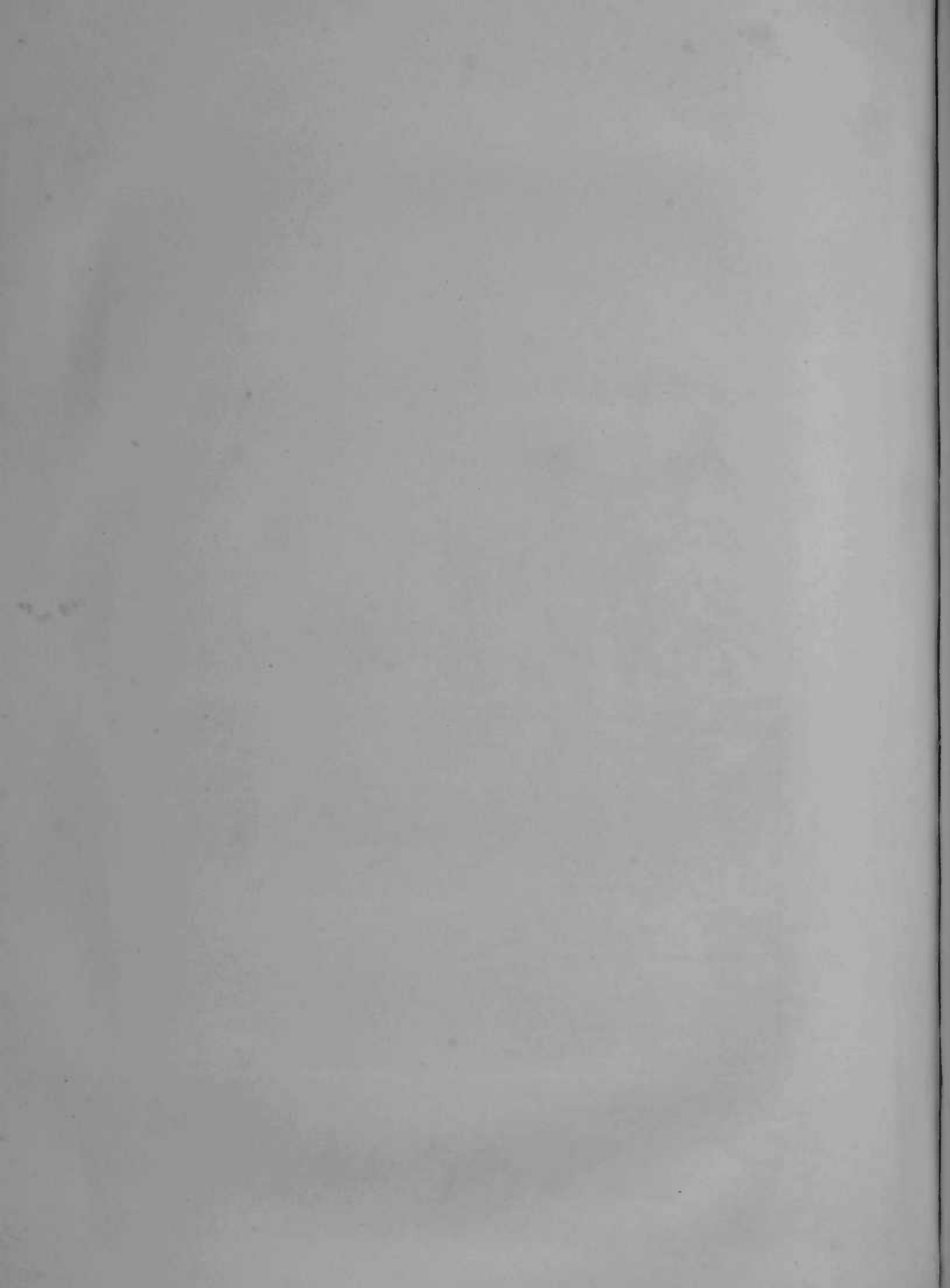
Mando, etc. Palacio do governo da Bahia, 13 de Março de 1837, decimo-sexto da independencia e do imperio. — Francisco de Souza Paraiso.

OS CONTEMPORANEOS



JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA.

D.^o José Bonifácio de Andrada e Silva



JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA

Tendo maduramente reflectido sobre a posição politica deste Imperio, conhecendo quanto se faz necessaria a minha abdicção, e não desejando mais nada neste mundo senão gloria para mim, e felicidade para minha patria, hei por bem, usando do direito que a Constituição me concede no cap. 5º art. 130, nomear, como por este meu Imperial decreto nomeo, tutor de meus amados e prezados fillos ao muito *probo, honrado e patriótico cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, meu verdadeiro amigo.*

Bon-Vista, aos 6 de Abril de 1831, 10ª da Independencia e do Imperio.

D. PEDRO I.

NASceu JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA, em 13 de Junho de 1763, na pequena villa de Santos, da provincia de S. Paulo, já illustrada e famosa pela gloria litteraria e politica de Bartholomeu e Alexandre de Gusmão, que havia conseguido do vigario de Jesus-Christo o titulo de *Fidelissimo* para o reino de Portugal, ajuntando á corôa de Alfonso Henriques mais esse eterno florão.

Forão seus pais o coronel Bonifácio José de Andrada, e D. Maria Barbara da Silva, descendentes dos Senhores d'Entre-Homem e Cavado, na provincia do Minho, antigos Condes de Amaris, e os mais felizes pais da terra de Santa Cruz, porquanto, além de José Bonifácio, que por si só podia fazer a gloria de um seculo, tiveram mais dons fillos, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, e Martin Francisco Ribeiro de Andrada, que reunidos pelos vinculos do sangue, do pensamento, e coração, constituirão essa eloquente trindade da patria, *fiat* da independencia, á vontade do qual a espada de Ourique e Aljubarrota se embotára.

O coronel Bonifácio de Andrada era conhecido em Santos, pela geração de seu tempo, como o typo da bondade e da condescendencia; porém sua esposa D. Maria Barbara, de caracter altivo, e de vontade forte, e ambiciosa da grandeza e gloria de seus fillos, suppria na direcção litteraria delles o vazio que deixava a incorrecta bondade de seu marido. Qual a mãe illustre dos Scipião, ella zelava e guardava seus fillos como se tivesse previsto que no futuro seriam chamados para primeiros operarios do grande monumento do Ypiranga, tão pouco distantes de seus olhos.

Cada dia ella se torna mais severa.—Os Andradas, ainda erianças, estudavam compridas horas encerrados em um aposento constantemente vigiado por D. Maria Barbara.

Em 1777 seguiu José Bonifácio para a cidade de S. Paulo, onde o virtuoso báculo do bispo D. Manoel da Resurreição havia aberto á mocidade todas as aulas de humanidades.

José Bonifácio, para quem o estudo era um alimento quotidiano, e indispensavel, delle aproveitou mais depressa que se poderia pensar. O bispo, admirado de tão rapidos progressos, e dos triumphos que obtivera o joven, tenta chama-lo á tribu dos Levitas; seus pais resistem a uma tal pretensão do bispo. Seu destino estava marcado pela mão da Providencia.

No anno de 1780 volta o rosto da cidade de S. Paulo, silencioso, e meditando sobre seu futuro, passa pelos campos do Ypiranga, abraça seus pais em Santos, chega ao Rio de Janeiro, e parte para Portugal, demandando com o mais santo enthusiasmo a Athena Lusitana, a velha Coimbra de D. Diniz, de saudosa recordação.

A universidade tinha tocado ao fastigio de sua gloria, e seu doutoral nos dias das festas litterarias se illustrava em os mais venerandos cidadãos da republica das sciencias. A mão poderosa do Marquez de Pombal descansava sobre este eloquente

Pantheon da verdade. No caracter de tenente Rei o immortal Marquez, do alto do solio regido na universidade, entregou a seu reitor os sabios estatutos, que marcando a rota da intelligencia, fizeram a resurreição brilhante dos estudos classicos já em abatimento. Como estão longe esses tempos, e como são raros os ministros que cuidão das glorias do passado.

Matriculou-se José Bonifácio na faculdade de direito canonico, e em philosophia natural, em cujas materias se formou depois de haver dado os mais modestos, sim, porém notaveis testemunhos de sua prodigiosa intelligencia, e renascido fervor pela sciencia.

De Coimbra retira-se sandoso José Bonifácio para Lisboa, onde gozava de toda a influencia e prestigio da nobreza ornada de intelligencia, e glorias civicas, o duque de Lafões. Elle estende mão de amigo e admirador sincero ao joven José Bonifácio, e não espera que seus cabellos embranqueçam, ou o enthusiasmo escue na desesperança, para propôr e fazer aceitar ao Brasileiro no recinto da academia real das sciencias.

Naquelle tempo a entrada na academia das sciencias era um grande successo, porque os ministros compareciam ás suas sessões, levando a intenção de escolherem ali os homens que depois deverião passar ao serviço do Rei.

O duque de Lafões foi um verdadeiro amigo de José Bonifácio, e de Portugal, para quem preparava um grande servidor. Que bello patronato!

José Bonifácio começa de apparecer na arena gloriosa que se lhe abria por vontade do duque de Lafões, com um brilho tal, que em pouco tempo attrahio a attenção e amizade dos sabios que frequentavam a real academia. Leu algumas memorias suas que lhe trouxeram verdadeiros triumphos, e a reputação de *naturalista*.

A privança scientifica foi curta, porém fertil. Em 1789 a graciosa rainha de Portugal D. Maria I, rubricou o decreto de nomeação feita a José Bonifácio, e um outro Brasileiro Arruda Camara, sob proposta da real academia de sciencias, afim de fazerem uma viagem scientifica por toda a Europa como naturalista, e especialmente metalurgista, á custa do erario regio, voltando para Portugal, enriquecido de novos conhecimentos nestas especialidades, que se tornarião em lucro para a nação. Hoje tal nomeação talvez se capitulasse de *esbanjamento*.

Em 1790 começou José Bonifácio sua excursão scientifica, percorreu a França, Alemanha, Belgica, Hollanda, Italia, Hungria, Bohemia, Suecia, Noruega, Dinamarca e Turquia. Como mineiro da sciencia desceu nas profundezas da terra, trazendo sempre á luz do dia verdades desconhecidas. Tudo estndou com a mais parada attenção, ouviu os sabios—Abraham Werner em Freyberg, o conde de Burgsdorf, Alexandre Volta em Italia, Lavoisier, de Chaptal, de Fourcroy, Lourenço Jussien, abade Hany em Paris, Nicholson em Londres, Abilgaard em Copenhagen, Bergmann em Upsal, Salncio, de Menusiglio em Turim, e Priesley em Haikney. Obteve de toda essa pleiade brilhante de pensadores, os mais honrosos titulos scientificos, e com elles entreteve relações de amizade como sóem ser as dos sabios.

Por seus trabalhos litterarios, alguns dos quaes se referião ao Brasil, tornou-se conhecido em toda a Europa, como attestão os seus diplomas de socio das mais afamadas corporações scientificas do mundo. José Bonifacio era membro da academia real das sciencias em Lisboa; das de Stockholm, Copenhagen, Turim; da sociedade dos investigadores da natureza em Berlim; das de historia natural e philomatica de Paris; da geologica de Londres; da Werneriana de Edimburg; da mineralogica, e da Lineanna de Jenna; da de physica, e historia natural de Genova; da sociedade maritima de Lisboa; da philosophica de Philadelphia; e da imperial academia de medicina do Rio de Janeiro. Além de suas memorias, escreveu para muitos jornaes scientificos da Allemanha, França e Italia, notando-se entre esses trabalhos os que são relativos ás minas da Suecia, Noruega, e ao fluido electrico, que Foureroy honrou publicando em seus annaes de chimica.

Na Allemanha ouviu igualmente as lições de philosophia de Emm. Kent, e com tal proveito, que depois ensinou as doutrinas deste grande metaphysico a seu illustre irmão Martim Francisco, o qual, apaixonado santa e justamente pelas sublimes theorias do philosopho de *Königsberg*, abriu uma aula de philosophia em S. Paulo, com o intuito de dar a lume suas desconhecidas doutrinas naquella boa cidade, onde o *Gennense* era explicado no convento de S. Francisco pela poderosa palavra de frei Francisco de Mont'Alverne.

Humboldt, talvez a primeira intelligencia que neste seculo partio do seio da Eternidade, se correspondia com o nosso distincto patrio José Bonifacio.

Em 1800, voltou José Bonifacio para Portugal após 10 annos de estudos de observação, rico de idéas e poderoso pela reputação que havia adquirido, não obstante o ruído da guerra européa, que parecia chamar todos os espiritos para a gloria das armas!

Ainda não tinha José Bonifacio descansado dos continuados estudos de 10 annos, quando foi surpreendido pela nomeação de lente da Universidade de Coimbra para ler em aulas de geognesia, e metallurgia, cadeiras creadas para elle expressamente, conferindo-lhe a *Universidade* de logo o grão de Doutor em philosophia natural, grão exigido pelos estatutos, e sem o qual ninguém poderia fazer lições na Universidade.

Era então ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, que substituiu o duque de Lafões no honroso empenho de aproveitar as luzes e probidade de José Bonifacio. Que bellas lições de governo—não se tira da vida de José Bonifacio—sempre procurado para os empregos pelos ministros e grandes senhores do reino!

Retirou-se José Bonifacio para Coimbra, em cujos arredores arrendou uma quinta de *Almeida*, empregando-se no magisterio que deixou vestígios vivos na Universidade, e em plantações apropriadas a seus estudos de botanica.

Como intendente geral das minas, fez a Portugal serviços, de que ainda hoje existem provas irrecusaveis. A amizade entre elle e o conde de Linhares se aperta todos os dias, e na proporção de seus feitos, ganhando gloria para si, para o ministro e para o rei.

A invasão dos Francezes em Portugal no anno de 1808 acenden em seu coração *patriotic* os bríos da nacionalidade offendida, como também acontecera na *Allemanha*; elle marcha á testa do corpo academico, deliberado a arriscar a vida da mais hella mocidade, e a sua, em sacrificio da liberdade portugueza. Aquartelou-se na heroica cidade do Porto, onde Lord Wellington deixou o coronel *Trant*, o qual alevantou algumas autoridades interinas, e como José Bonifacio era graduado desembargador, incumbio-lhe a policia da cidade. Todo o seu peccado neste emprego interi no consistio em mandar soltar multos e bons Portuguezes como innocentes do crime de inconfidencia.

Accusado nas côrtes portuguezas na sessão de 28 de Junho de 1822, como réo do crime de *leso despotismo*, seu illustre irmão Antonio Carlos o defendeu de taes crimes alevantados pelo deputado Ferreira Borges; e na sessão de 1º de Julho, o grande orador brasileiro, em um discurso modelo de eloquencia, logica e patriotismo, disse fallando de seu irmão José Bonifacio:

« Justo Deos, em que tempo estou! E' despotismo salvar a humanidade! E' despotismo salvar as victimas das injustas prevenções de uma plebe brutal e furiosa! Bemfazeja Providencia, que vigias sobre os destinos da nação portugueza: tu que, espero e creio, conservarás a integridade deste imperio apesar dos encontrados empuxões da inexperiencia, da ignorancia presumptuosa e da mesquinha rivalidade, permite que se, entre o clangor das armas, no silencio das leis, no meio das convulsões da anarquia, houver de insinuar-se alguma arbitrariedade e poder disericioio, seja este sempre disposto, como foi o grande despota José Bonifacio, a desopprimir afflicto, a arredar da garganta da desgraça a espada do resentimento, a arrancar, emfim, ás fauces ensanguentadas da vingança as victimas que ella já saboreava! »

A accusação estalou como um raio aos ouvidos do accusador! E nenhum outro libello accusatorio as cortes portuguezas irritadas tiverão animo de offerecer contra o patriarcha da independencia brasileira!

Em 1819, pede José Bonifacio licença, e obteve, para voltar á patria. Chegando ao Rio de Janeiro, delibera recolher-se a Santos, sua cidade natal, no sitio dos Oiteirinhos de sua propriedade, onde só poderia em socego tratar de methodisar seus trabalhos scientificos, e no regaço do socego, quiçá da solidão interrogar a natureza virgem da patria sobre seus mysterios!

Indo a despedir-se e pedir as ordens d'el-rei o Sr. D. João VI, em companhia de seu irmão o finado conselheiro Martim Francisco, el-rei tentou obstar a viagem do sabio, dizendo-lhe que delle muito era mister para reitor de uma universidade que tinha em mente constituir na corte. José Bonifacio disse que de Santos responderia a S. M. caso houvesse de chama-lo para tão honroso empenho.

Em Março de 1820, junto com seu irmão Martim Francisco, fizeram uma excursão

montamistica em parte da provincia de S. Paulo; designarão os terrenos auríferos, descobrirão novos mineraes, descreverão-os e especificarão as especies de ferro encontrado. Esta noticia foi publicada no *Journal des Mines*.

Eis os traços geraes de sua vida de saho. Sobre sua vida politica não faremos observações, apenas recordaremos as épocas dos grandes feitos, porque só temos fé no futuro e na posteridade.

A 24 de Dezembro de 1821 redigio, e apresentou em pessoa a 1º de Janeiro de 1822, a representação da junta provisoria de S. Paulo, pedindo ao principe regente de ficar no Brasil, apezar do decreto das côrtes portuguezas.

Em 30 de Janeiro entrou nos ministerios do reino e estrangeiros.

Em 3 de Julho de 1822 se constituiu o ministerio da independencia, que se compoz de José Bonifacio, Martim Francisco, conde de Souzel, Pinto Miranda Montenegro, Luiz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho.

Fez-se a independencia (7 de Setembro de 1822).

Os trabalhos que vencêrão José Bonifacio e seus collegas para constituir-se o Imperio livre, que se imaginem, já que se não podem recordar no curto espaço que nos foi marcado.

Nesta memoravel campanha da independencia o *Washington* foi José Bonifacio, não só pela sua abnegação e modestia, que bem era attestada pelo finado senador João Evangelista, quando narrava as repugnancias que encontrou em José Bonifacio para subir ao poder, como pelos grandes riscos a que se aventurou.

Ao Sr. D. Pedro I, joven principe herdeiro da coroa portugueza, tudo seria perdoado no dia da derrota e da desgraça. Pelos virulentos e insultuosos discursos dos mais proeminentes oradores das côrtes portuguezas se vê que toda a vingança tinha de cabir tremenda sobre a cabeça de José Bonifacio. A José Bonifacio esperava o cada-falso ou a masmorra perpetuamente!

Em 17 de Abril de 1823 convocou-se a assembléa constituinte brasileira, e José Bonifacio foi nomeado seu presidente. Dahi a tres mezes justos, foi demittido José Bonifacio e dissolvido o ministerio da independencia.

Dissolvida a constituinte a 12 de Novembro, foi preso e deportado José Bonifacio juntamente com seus irmãos, o Sr. Montezuma, hoje Visconde de Jequitinhonha, e outros, e conduzidos para o desterro pela fragata *Luconia*! Sobre os azares desta viagem nada diremos, porque não é tempo, porém copiaremos um eloquente trecho do mais eximio de nossos oradores academicos, o Sr. Porto-Alegre:

« Os acontecimentos occorridos naquella inesperada deportação a bordo do navio que os conduzia, eu tremo de os narrar. A historia ainda não divulgou esse horrivel acontecimento, essa especie de odysseia, esse naufragio *sui generis*, essas revoltas, essas *trahições*, essa fome; e a energia de José Bonifacio e as representações ao governo de Hespanha. Mas quando divulgar, a posteridade ha de tremer, como eu estremei ao ouvi-lo da propria boca das victimas, com uma serenidade patriarchal e com aquelle amor com que narramos os perigos do passado. »

Nem mais uma palavra, as escriptas e citadas valem tudo.

Depois de cinco annos de desterro, volta á patria, e mudo e silencioso, sem exhalar um queixume sequer, *desterra-se* voluntariamente para a illa de Paquetá.

O decreto de 29 de Agosto de 1829 lhe concede *quatro contos de réis* de pensão annual para indemnisa-lo dos ordenados que perdêra com a independencia. Elle aceita.

Em 6 de Abril de 1831, na hora solemne da abdicção de um throno, o Sr. D. Pedro I procura o companheiro e conselheiro de 1822, o patriarcha da independencia, o sabio amigo de *Humboldt*, o exilado de 1823, a victima que por sua coragem escapou ás garras do algoz em *Vigo*—para entregar-lhe o precioso legado da tutela de seus amados e prezados filhos—e ainda o encontrou fiel e desinteressado! José Bonifacio, aceita a tutoria!

Por decreto de 14 de Dezembro de 1833, a tutoria instituida pelo Pai Augusto lhe foi arrancada. Elle protestou ao mundo e ao Brasil, soffreu perseguições e julgamentos. O Marquez de *Itanhaem* o substituiu.

Em 6 de Abril de 1838, o conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva entregou sua alma pura, grande e sábia a seu Creador!

Sua morte foi um triste acontecimento, que ferio a todos os corações brasileiros.

Os talentos do tempo rodearão seu feretro e chorarão-o, esparzindo saudades sobre seu tumulo! A posteridade, quando levada de entusiasmo pelos seus feitos, procurar o seu jazigo, talvez não o encontre; ainda menos sua estatua ou singela pedra, que commemore a gratidão de seus contemporaneos!

Desceu á tumba aos 75 annos de idade com o habito de Christo, com que a dadivosa mão de D. Maria I lhe honrou o peito, e embrulhado na becca de desembargador do tempo colonial! Erão todas as suas honras!

Não! que a verdade seja dita ante a sepultura do patriarcha da independencia!

A assembléa provincial de S. Paulo em 1838, por intermedio do presidente da provincia, decretou o que se segue:

« O Dr. Venancio José Lisboa, presidente da provincia de S. Paulo, etc. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte;

« Artigo unico. Fica elevada á categoria de cidade de Santos a villa do mesmo nome, patria do conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva. »

Sua bibliotheca foi enriquecer a bibliotheca nacional, por sua derradeira vontade, a qual seus illustres irmãos religiosamente cumpirão.

Suas cinzas dormem na igreja de Nossa Senhora do Carmo em Santos!

VISCONDE DE CARAVELLAS

CONFRANGE-SE-NOS o coração sempre que aos olhos do povo apresentamos a tela brilhante, onde se acha lavrado o painel das glórias de um vulto gigantesco da nossa historia politica. A fria lousa do sepulcro tem-se fechado sobre os benemeritos da patria, e a mocidade de hoje, esquecida talvez da preciosa herança que nos legarão os apóstolos da nossa independencia, e os defensores valentes de nossas liberdades publicas, vê no tumulto não o istmo que prende a terra á eternidade, nem o quadro luminoso onde devemos ler os feitos illustres dos nossos heroicos antepassados, mas sim o emblema do nada, e a imagem do esquecimento.

O retrato venerando de Manoel Alves Branco occupa um lugar distincto na *Galeria dos Brasileiros Illustres*, e é o mais solemne protesto á opinião daquelles que julgão do passado pelo presente.

Manoel Alves Branco, filho do negociante João Alves Branco e D. Anna Joaquina de S. Silvestre, nasceu em 7 de Junho de 1797 na cidade da Bahia, onde estudou as primeiras letras, as linguas latina e franceza, a logica e a rhetorica. As provas brillantes que deu do seu talento nas escolas da Bahia levárão sua familia a manda-lo em 1815 para Coimbra, onde formou-se em Direito e Sciencias Naturaes, havendo tambem frequentado por tres annos o curso de Mathematicas.

Regressando em 1824 á sua patria natal, fez uma viagem ao Rio de Janeiro, donde voltou despachado juiz do crime da cidade da Bahia. O modo satisfactorio por que cumprio os deveres desse cargo durante o espaço de tres annos grangeou-lhe a nomeação de juiz de fóra da villa de Santo Amaro.

O respeito e consideração que a todos inspiravão as qualidades invejaveis de Manoel Alves Branco tornárão-o merecedor do lugar de juiz de fóra da Córte, e da honra de ser eleito deputado á segunda legislatura da Assembléa Geral.

Tomando assento na Camara dos Deputados, alista-se nas compactas e brillantes fileiras do partido liberal, e em breve mostra na tribuna e no gabinete o mais profundo talento. Manoel Alves Branco é encarregado de confeccionar o codigo do processo criminal, apresenta varios projectos sobre a judicatura e o systema eleitoral, pugna pela patriótica idéa das incompatibilidades dos juizes e outros empregados, e assigna com o deputado philosopho de sua provincia a proposta da liberdade completa de consciencia e federação monarchica.

O procedimento de Manoel Alves Branco nas duas primeiras sessões da

segunda legislatura revela uma alma verdadeiramente liberal. Não é debalde que o idolo das poesias que nos legou o illustre Bahiano é sempre a liberdade.

A maioria da camara dos deputados condemnou os projectos de Alves Branco a uma triste retirada, não para o autor, mas para aquelles que os quizerão votar ao desprezo ou esquecimento. Em 1834 e 1835 triumpharão no parlamento medidas identicas ás propostas por Alves Branco em 1831.

Nomeado contador geral do thesouro nacional, confecciona importantes regulamentos de contabilidade e escripturação por partida dobrada, e em breve é nomeado ministro da justiça e estrangeiros. Como ministro Alves Branco sempre esforçou-se por melhorar os differentes serviços publicos, e ainda uma vez maldisse o parlamento por desaprovar a convenção que havia feito com Mr. Fox sobre a repressão do trafico. Em desintelligencia com o regente Feijó, e além disso molesto, retirou-se do ministerio, e voltou á Bahia, que lhe dá a prova mais solemne de sua admiração e gratidão honrando-o com um lugar n'uma lista senatorial.

Escolhido senador em Julho de 1837, é chamado para a pasta da fazenda e imperio, recusa a regencia interina do Imperio, quando Feijó, desgostoso do procedimento insolito e inqualificavel do partido negreiro, renuncia o cargo a que o tinha elevado o suffragio universal. O estadista eminente não se dedigna de occupar o humilde lugar de membro do tribunal de contas depois de haver sido elevado ás mais altas posições do Estado.

Era tal a reputação de Manoel Alves Branco, que o regente Pedro de Araujo Lima, hoje Marquez de Olinda, nomeou-o em 1840 ministro da fazenda. Nesse caracter introduziu no thesouro o systema de contabilidade adoptado na França. Voltando ao ministerio da fazenda em Fevereiro de 1844, melhorou a arrecadação das rendas e o systema de ancoragem, e confeccionou a tarifa das alfandegas. Ficou até Maio de 1846.

Em 22 de Maio de 1847 foi pela ultima vez chamado aos conselhos da corôa como ministro da fazenda e do imperio.

Como funcionario publico mostrou Alves Branco uma incorruptibilidade descommensurada; como ministro nunca deixou de apresentar medidas importantes sobre as fontes da riqueza nacional; como deputado e senador, foi sempre escolhido para as commissões de maior consideração.

Manoel Alves Branco possuía apenas o officialato do Cruzeiro, quando o Monarcha em 2 de Dezembro de 1854 conferio-lhe o titulo de Visconde de Caravellas, do qual pouco gozou, porque morreu a 13 de Julho de 1855.

A succinta, mas verdadeira exposição que acabamos de fazer da vida publica de Alves Branco, engendra-nos a convicção profunda de que é merecedor da honra de ser collocado no Pantheon de nossas glorias. A provincia da Bahia, ciosa dos nomes illustres do grande estadista Visconde de Cayrú e do distincto litterato Visconde da Pedra Branca, se ufanará de ver collocada a effigie veneranda do Visconde de Caravellas a par dos bustos desses filhos dilectos, cujos trophéos alcançados na conquista da sciencia e das letras abrirão-lhes o templo da immortalidade.

A posteridade, talvez mais imparcial do que a idade contemporanea, concederá ao cidadão Alves Branco os fóros de grande juriseconsulto, eminente legislador, abalisado estadista, e profundo economista.

O sanctuario da poesia abrir-se-ha para receber a veneranda estatua de Alves Branco, e a lyra de ouro dos poetas calar-se-ha ao som das harmonias do verso do Bahiano, que glorificou-se pela admiração que lhe inspirarão as producções dos mais acreditados litteratos.

Ainda bem que a penna diamantina de uma das nossas glorias litterarias, o Sr. Manoel de Araujo Porto Alegre, já anticipou o juizo que a geração futura tem de proferir sobre o Visconde de Caravellas.

A vida publica de Alves Branco não foi senão o reflexo brilhante de sua vida privada. Quem o conheceu, faz justiça á maneira por que sempre cumpriu os deveres de esposo e pai.

As tribulações em que constantemente vivia como homem em extremo esmerpulo no desempenho das commissões de que a bem do povo era encarregado, não o impossibilitavam de derramar sobre seus filhos os carinhos de um extremo pai.

Quantas vezes não ouviu Alves Branco ás pessoas que o procuráram tendo nos braços um dos seus mais tenros filhos! Tanta magnanimidade de coração, tanta grandeza de alma, fazem-nos prostrar com a maior humildade ante a campã que encerra o corpo inanimado do Visconde de Caravellas.

O homem que no seio da familia e em face do povo dá eloquentes demonstrações de um bom pai de familia, e de um cidadão capaz de sacrificar-se pelo bem geral da nação, é merecedor de oblações maiores do que as que merecem Alves Branco.

A austeridade de costumes, a probidade elevada ao gráo de loucura, e o caracter severo do Visconde de Caravellas, diz a herança que legou á sua progenie.

Os filhos desse homem, cujos gloriosos feitos a mão poderosa do tempo escreveu no livro da historia, esquecem as amarguras da pobreza guardando com zelo a immorredorã memoria de seu illustre pai.

Inscrevamos no modesto tumulo de Alves Branco o honroso epitaphio por elle proprio proferido momentos antes de expirar—nasci pobre e pobre morrerei; mas nasci na mediania social, e fui elevado ao fastigio das posições pela magnanimidade de um Principe que não pergunta pelos avós dos servidores do Estado.





SAISON

Lith. A. Simon Rue de Assemblée, 67 Rio de Janeiro

D. PEDRO II^o

D. Pedro 2^o

O SENHOR D. PEDRO II.

A IMPORTANCIA immensa ligada pelos reis de Portugal ao commercio da Asia e Africa foi a causa do desprezo em que jazeu o Brasil durante os primeiros tempos de sua descoberta. A Providencia, condoida da triste sorte dos Brasileiros, inflamma-lhes no peito o sagrado fogo do patriotismo, e indica-lhes os brilhantes resultados que para sua patria devião provir, se por ventura aos raios do sol da liberdade se fundissem as algemas que apertavão os robustos pulsos do futuro gigante da America.

Em 1790 echoou nas virgens florestas do Brasil o primeiro grito de independencia. Os patibulos são levantados, e as portas das prisões escancaradas diante dos patriotas que em Villa Rica onsárão erguer o pavilhão de uma nacionalidade.

O povo estorce-se nas dores do desespero; não possui recursos poderosos que importem a realisação do seu desideratum, e considera as hecatombes o premio daquelles que protestão contra a egoistica politica da metropole.

Um grande acontecimento traz o allivio das victimas offerecidas em holocausto nos altares da patria. As invencíveis agnias da França pairão no horizonte bisitano, e a familia real, amedrontada diante da bandeira tricolor que tremulava na egregia cidadella de Affonso Henriques, busca um asylo seguro na terra de Cabral.

O entusiasmo dos Brasileiros foi unanime e excessivo, e virão na chegada da casa de Bragança a primeira pedra levantada para a inauguração do edificio da independencia da colonia.

D. João VI, a quem se confára o governo da nação em consequencia do estado desgraçado de sua mãe, sella a sua administração com o estabelecimento das mais uteis instituições.

Em 1815 é o Brasil elevado á categoria de reino. Em 1821 volta D. João VI para Portugal, e deixa seu filho D. Pedro revestido da autoridade de Principe Regente.

Pouco tempo antes havia D. Pedro desposado a Archiduqueza d'Austria D. Leopoldina, filha distincta dos Cozares, e irmã da segunda esposa de Napoleão. Esta alliança encheu de júbilo a nação, e enquanto Napoleão expiava em Santa-Helena o crime de plantar na Europa inteira a arvore da liberdade constitucional, D. Pedro principiava a gloriosa cruzada de conquistar a independencia do Brasil.

O dia 9 de Janeiro de 1822 foi o crepusculo brilhante que precedeu ao

dia 7 de Setembro. O povo embriaga-se de prazer nos festins celebrados por occasião da independencia do Imperio, e no meio dos epicenios entoados em honra do Imperador, pede a convocação de uma constituinte que formule a constituição politica da nação. Razões que por agora não queremos analysar levárão D. Pedro a dissolvê-la, e a 25 de Março de 1824 é jurada a constituição que hoje nos rege.

O brado heroico proferido pelo Fundador do Imperio nas virgens campinas do Ypiranga echoava ainda na amplidão do espaço, e as aclamações com que o povo havia acolhido a constituição politica da nação repercutião na immensidade dos mares, quando a Providencia, vindo em auxilio dos Brasileiros já cansados de soffrer as torturas do absolutismo, que apenas se enfraquecera aos primeiros raios da luz da liberdade constitucional, concede-lhes a 2 de Dezembro de 1825 o verdadeiro penhor da prosperidade do Brasil. O nascimento do senhor D. PEDRO II marca uma época importante nos annaes da nossa historia politica. Os martyres de 1824 condemnárão os excessos da realza, mas em breve a aurora do dia 2 de Dezembro, que a historia da humanidade assignala como um dos mais celebres da vida dos povos, irradia-lhes a mente. Aquelles que no patibulo expiárão o crime de 1824 lavão com seu sangue o throno imperial das nodoas da iniquidade, e orgulhão-se de ver refulgir no diadema real a esperanza de jámais serem calçados os direitos do cidadão, e aniquiladas as garantias do povo. Aquelles que por mais felizes escapárão da morte, saudão a aurora desse dia memoravel que para sempre afingenton as trevas do absolutismo que de vez em quando toldavão o horizonte do Brasil, e que assegurou o futuro brilhante da nação.

D. Pedro, cirenidado dos patrioticos ministros de 1822, havia-se posto á testa do movimento glorioso da nossa independencia, e accedido aos desejos do povo, que prostrado aos pés do immortal Fundador do Imperio pedía-lhe a convocação de uma constituinte que dêsse aos Brasileiros as taboas sagradas de uma nova lei. As cadêas do captiveiro esfarellárão-se ao sopro das auras livres dos nossos bosques.

Com razão, os respeitaveis heróes da constituinte desconfiárão do Imperador, quando chamon para substituir aos ministros de 22 homens que se tinham mostrado contrarios á nossa independencia. Não pretendemos justificar a opposição virulenta que a assembléa nacional declarou ao novo ministerio: a imparcialidade nos aconselha a dizer que a situação melindrosa em que se achava o Brasil, foi a causa desse receio e desconfiança que os

deputados constituintes manifestarão pela volta ao antigo systema governativo.

A inauguração de uma fôrma de governo compativel com a dignidade do homem e com os brios de um povo que, embora por muito tempo escravo, soubera sempre amar a liberdade, era uma necessidade palpitante. As hecatombes que precederão ao triumpho da nossa emancipação politica, ao passo que comprovão essa tendencia que os povos do Brasil patentearão desde as mais remotas éras para a aquisição dos fóros de nação livre, erão tambem o obstaculo maior que se oppunha á organização de um gabinete, composto de homens que outr'ora disserão-se infensos á nossa independencia. Não era, pois, de estranhar que os filhos predilectos da nação se embriagassem nos festins celebrados em louvor da nossa primeira conquista, e deixassem escapar no recinto sagrado da assembléa popular palavras que de algum modo offendessem o prestigio da autoridade. Quando é breve o triumpho de uma empresa custosa, são desculpaveis os desvarios dos vencedores.

D. Pedro, acercado de homens que aos olhos do povo merecião o titulo de criminosos de lesa-patria, dissolve a convenção nacional, e justifica seu procedimento com o receio de ver a constituinte brasileira transformada em arena dos mais perigosos anarchistas. Aquelles que ao lado de D. Pedro assistirão á independencia do Brasil são retirados da scena publica, e lançados em galeões para serem transportados ás mais ignotas praias.

O povo desgosta-se do Imperador, a revolução eleva seu collo altivo, e embora por algum tempo suffocada, rebenta com maior estridor.

Estava talvez marcada a hora em que D. Pedro devia deixar o manto imperial que ha pouco sobre seus hombros desdobrára o povo. Estava talvez marcada a bora em que D. Pedro devia entregar a corôa e o sceptro do Brasil que a nação lhe offerecera em galardão dos serviços relevantes que prestára ao florescente imperio.

O dia 7 de Abril de 1831 foi a consequencia da dissolução da constituinte. Os ministros que aconselhárão ao Imperador as medidas violentas de 1823 forão os principaes autores da sua abdicção. Em vez de terem recuado diante dos bastiões levantados pelo povo, provocárão instantemente as iras da nação.

Em breve se não respeita mais a pessoa do Imperador, que offendido em sua dignidade conserva no poder aquelles de que o povo queixava-se. A retirada do ministerio teria salvado o Brasil da hydra revolucionaria, a sua conservação irritou os animos de maneira tal que a nação considerou o Imperador a causa dos males que a affligião.

Se os ministros de D. Pedro tivessem procedido como aconselhava o bem do Brasil, teria sido possivel a conciliação entre o Imperador e o povo.

Hoje o historiador imparcial póde proferir um juizo certo sobre os acontecimentos de 1831. Se de um lado D. Pedro devia attender ás reclamações da nação, de outro lado o povo não devia concorrer para que elle renunciase um throno que lhe fôra offerecido em homenagem dos feitos por elle obrados em prol da independencia do Imperio.

A abdicção de D. Pedro foi o abysmo mais perigoso cavado aos pés do povo. A morte de D. Leopoldina cobrio os principes com as vestes da orphandade: a renuncia de D. Pedro abandonou-os á generosidade do povo. Por direito de successão o throno imperial competia ao Sr. D. Pedro II. Entretanto as paixões politicas dominavão o coração dos revolucionarios. Tres partidos disputavão a palma da victoria.

D. Pedro havia deixado seu filho com a idade de 6 annos, e nomeado seu tutor ao patriota José Bonifacio de Andrada e Silva. A uma regencia composta de tres distinctos cidadãos confiou-se na fôrma da lei o destino do Brasil, e a escolha de Diogo Antonio Feijó para ministro da justiça foi annunciada como presagio da salvação de nossas instituições. Os absolutistas e republicanos forão exterminados; e os defensores da constituição elevados ao fastigio das posições do Estado.

O partido moderado proclama a victoria, e vai além do que convinha á inte-

gridade e segurança do Estado. Concede-se ás provincias uma liberdade ampla de acção, e declara-se electivo o cargo de regente, quando não haja membro da familia reinante que o occupe.

O povo sauda o triumpho da monarchia, e nas praças publicas apregôa como Imperador aquelle que pela constituição devia succeder a D. Pedro I. Os inimigos do principio da hereditariedade vêm no movimento de 31 a imagem eloquente de uma eleição popular, e considerão o governo do Sr. D. Pedro II antes filho do suffragio universal do que do direito de successão.

Diogo Antonio Feijó, a quem com razão se denomina o salvador do Imperio, é escolhido regente. Em breve a assembléa geral declara-lhe uma opposição violenta, e obriga-o a renunciar a regencia. E' eleito para substitui-lo o Sr. Pedro de Araujo Lima, hoje Marquez de Olinda. Não tardou muito que a representação nacional se manifestasse contra seu governo.

O decennio das regencias foi um complexo de calamidades que pesarão sobre o Brasil. Com razão esperava o povo com anxiedade a época em que o Sr. D. Pedro II tomasse as redeas do governo. Os desmandos da regencia, e o desejo ardente que os representantes da nação manifestavão pela maioridade do joven Imperador, apressarão esse importante acontecimento. O deputado Antonio Carlos pede a maioridade do Sr. D. Pedro II. O povo acompanha-o nesse louvavel procedimento, e o—quero já—proferido pelo nosso actual imperador leva a assembléa geral a colloca-lo á testa dos negocios publicos no dia 23 de Julho de 1840. A coroação do Sr. D. Pedro II, effectuada no dia 18 de Julho de 1841, presagiu o verdadeiro reinado da liberdade constitucional.

As provincias do Imperio, que ha muito lutavão com a hydra da revolução, buscão abrigo á sombra do throno imperial. A amnistia é o conforto que o monarcha concede áquelles que nos carcereos soffrião os tormentos de uma condemnação por faltas dignas da compaixão publica. Emfim o manto imperial protege todos os Brasileiros, e estimula-os a amarem-se como irmãos. O Sr. D. Pedro II colloca-se acima das paixões politicas. Chama indistinctamente para o ministerio homens das diversas parcialidades, e desgostoso das exagerações de partido que em 1842 e 1848 forão causa de guerras civis, arvora o pavilhão de uma politica nova, que acabará com os excessos dos partidos politicos, e concorrerá para que os Brasileiros perpetuamente se congracem.

Casou o Sr. D. Pedro II por procuração em 30 de Maio de 1843, e recebeu as benções em 4 de Setembro do mesmo anno, com S. M. a Sra. Thereza Christina Maria.

A Providencia abençoou esta feliz união, concedendo a SS. MM. II. quatro filhos, os principes Affonso e Pedro, e as princezas Isabel e Leopoldina. Quiz a fatalidade que em breve fossem chamados aos céos os dous principes. Existem as duas princezas, que formão as delicias dos seus augustos pais.

Os actos da vida publica do Sr. D. Pedro II attestão sua capacidade intellectual e uma erudição invejavel. As nações estrangeiras considerão-o como um dos mais illustrados monarchas.

E' o primeiro a collocar-se á testa de todo o movimento litterario e industrial inaugurado no Imperio, e um protector extremo das sciencias, letras e artes. Não ha dia em que o Sr. D. Pedro II não honre com sua presença alguma das faculdades da côrte, alguma associação litteraria, e constantemente visita aquelles collegios que mais serviços têm prestado á educação e instrucção dos Brasileiros confiados á solicitude dos seus directores.

A bolsa do nosso Imperador abre-se sempre ao pobre que lhe supplica uma esmola. Milhares de familias abençoão a mão imperial que as livra dos tormentos da fome. Milhares de familias de servidores do Estado dirigem fervorosas supplicas ao Omnipotente pela conservação da vida daquelle que por meio de pensões mitiga-lhes os soffrimentos que, infelizmente ainda hoje cabem ás mulheres e filhas dos homens encanecidos no serviço da patria.

Nos dias de epidemia vai consolar em sua choupana o filho ingrato da fortuna que se estorce de dôr no seu leito de palha; visita os differentes hospitaes, e ordena que parte da sua insignificante dotação seja distribuida pela classe pobre.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. S. A. Sisson, Rua da Assembleia, 11, Rio de Janeiro

LUIZ PEDREIRA DO COUTTO FERRAZ

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz

LUIZ PEDREIRA DO COUTTO FERRAZ.

A 7 DE MAIO DE 1818, nesta cidade do Rio de Janeiro, nasceu o conselheiro LUIZ PEDREIRA DO COUTTO FERRAZ, filho legítimo do desembargador aggravista da Casa da Supplicação do Rio de Janeiro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, e de D. Guilhermina Amalia Corrêa Pedreira.

Seu pai, varão de grata memoria, com espirito illustrado e magistrado integerrimo, occupou-se dos primeiros passos de sua educação moral e litteraria, e aos 7 annos de idade tinha completado o estudo das primeiras letras.

Por elle entregue ao celebre latinista Florencio, e successivamente a outros mestres, achou-se o conselheiro Pedreira na idade de 13 annos prompto em todos os preparativos exigidos então pelos estatutos da faculdade de S. Paulo.

Sem idade legal para matricular-se na academia de direito, e sendo negada pelo governo, por contraria á lei, a dispensa pedida por sua mãe, já então viúva, passou os dous annos de espera no estudo das linguas vivas, e de outras materias, que muito concorrêrão para o desenvolvimento e progresso do seu espirito.

Approvadu plenamente na academia de S. Paulo em todos os estudos preparatorios, aos 15 annos de idade matriculou-se no curso juridico, tomou o grão de bacharel formado em direito no dia 6 de Novembro de 1838, e em Abril do anno seguinte o de doutor.

Convidado por alguns de seus mestres, e depois de reiteradas instancias do Dr. Antonio Maria de Moura, bispo elcito do Rio de Janeiro, resolveu oppôr-se a uma das cadeiras de lente substituto.

No mez de Agosto de 1839, voltou a S. Paulo, entrou em concurso, e sendo proposto pela congregação foi nomeado logo em seguida pelo governo imperial, de sorte que ainda naquella mesmo anno tomou posse do lugar de lente, e, com a idade de 21 annos, teve a honra de sentar-se entre seus mestres, e de com elles assistir aos actos de alguns annos da mesma faculdade! Nesta benemerita posição conservou-se o conselheiro Pedreira até o anno de 1843, em que tomou assento na assembléa provincial do Rio de Janeiro.

Encerrada a assembléa provincial, e tendo apparecido grande divergencia entre o Visconde de Sepetiba, presidente da provincia, e o vice-presidente em exercicio, divergencia que fez receiar sérias desordens em alguns municipios, em consequencia da excitação dos animos, foi o conselheiro Pedreira nomeado

vice-presidente, e em dias de Julho de 1846 entrou no exercicio da administração da provincia.

Remmindo as qualidades da moderação, da perspicacia, e de uma grande actividade no gabinete e fóra delle, governou a provincia naquella difficil conjunctura com uma prudencia tal, que os animos acalmáram-se; e ao passo que merecen elogios da propria imprensa opposicionista, e em pleno senado os do Marquez de Paraná, conhecido pela sua franqueza, coragem e lealdade, o governo deu-lhe uma evidentissima prova do quanto avaliava sua administração nomeando-o presidente da provincia do Espirito-Santo, e pouco depois condecorando-o com o officialato da imperial ordem da Rosa.

Na provincia do Espirito-Santo congrassou os partidos ali existentes, moderou as opiniões extremas, e concentrou em si as sympathias geraes.

Otido este primeiro triumpho, tratou de por si mesmo conhecer a provincia, e viajou com aquelle fructo que uma intelligencia altamente cultivada pôde colher. Reconheceu na excellencia topographica da provincia, orlada de mar, cortada de rios, com um solo fertilissimo, que só bastava-lhe para progredir, concordia e braços, e para isso solicitou do ministerio, e mandou ir para ali uma porção de colonos allemães, com os quaes fundou a colonia de Santa Isabel, cuja prosperidade attesta sua vigilancia e providencia; e a prova maior do que acabamos de dizer é a de terem ficado os colonos dentro em pouco tempo em sua maioria independentes dos auxilios pecuniarios do governo, tratando actualmente de promover a vinda de seus parentes e amigos para aquelle novo nucleo de população.

Ao passo que colonisava e estendia os bens da agricultura, cuidava da catechese dos indigenas, e promovia o seu melhoramento moral e material com incansavel assiduidade, para o que nunca se poupou a esforços, quer viajando com os commodos usuaes da terra, quer caminhando ás vezes a pé por alguns lugares, perlustrando sertões e entregando-se a todas as privações inseparaveis de semelhantes viagens.

Promoveu o melhoramento da instrucção primaria, as vias de communicação, e, homem que abraça todo o pensamento generoso e bom, continuou as obras planejadas por seus antecessores, como foram as da estrada de S. Pedro de Alcantara e outras.

Foi elle quem deu os primeiros passos para a nova estrada de Santa Thereza, coroada com o mais feliz successo, a qual, segundo o primeiro projecto, devia partir das cachoeiras do rio de Santa Maria, no municipio da

capital, e chegar ao Cuyaté, em Minas, e nesta exploração empregou alguns indios sob a direcção do sargento Norberto, que longos annos habitára as mattas, e que mandou vir de proposito daquella provincia, promettendo-lhe um premio se, explorando as florestas virgens, fosse ter ao ponto destinado. O anno de 1847 está ainda presente na memoria de todos os Espirito-Santistas, assim como a grata lembrança de tão pacifica e intelligente presidencia. Em reconhecimento a estes serviços, foi o conselheiro Pedreira eleito em 1848 deputado á Assembléa Geral, e, cousa singular, com o accordo de ambos os antigos partidos da provincia. Tal é o premio dos varões que sabem satisfazer o desejo dos povos, e equilibrar com a mais sabia ponderação a balança da justiça; e muito mais ainda lisongeiro é este premio quando o eleito se acha fóra do centro eleitoral, e em viagem, como aconteceu ao nosso benemerito Fluminense, que estava na cidade de S. Mathens, quando os chefes de taes partidos se lembravam de apresentar seu nome aos eleitores.

No recinto da camara cuidou de obter meios para favorecer os trabalhos planejados e em andamento na sua nova provincia, como fossem os da estrada de Santa Thereza, fonte de seguro engrandecimento e riqueza para a mesma provincia.

Nesse anno conservou-se silencioso na camara, mas desde o principio manifestou que abraçava as idéas conservadoras, votando com a opposição de então nas principaes questões.

Exonerado da presidencia do Espirito-Santo, foi logo ao terminar a sessão nomeado presidente da provincia do Rio de Janeiro, onde se conservou de Outubro de 1848 até Setembro de 1853.

Nas collecções das Leis Provinciaes estão estampados os regulamentos que expedio, já para a reforma da Instrução Publica, já para a melhor arrecadação de certos impostos, e para o augmento da renda provincial, e já para o desenvolvimento de outros muitos ramos do serviço publico, e no seu solo baseados de uma maneira inalteravel os trabalhos materiaes que empreendeu, os que continuou, e os que planejou com vistas gigantescas, e com o intuito de exemplificar os animos timoratos, que vivem no futuro por descreverem de si proprios. Ahi estão a estrada nova da Serra da Estrella, cujas obras fez continuar com extraordinario progresso; muitos trabalhos importantes da colonia de Petropolis, o andamento que deu ás obras do canal de Campos a Macahé, e ás da Serra da Mangaratiba, da Matriz de Nietheroy, que concluiu, ás da Matriz da Barra-Mansa, e outras obras, que seria longo enumerar, e das quaes só apontaremos a da importantissima estrada de rodagem dos Mendes, que foi aberta em seu tempo, tendo a satisfação de ser nellas auxiliado pelo benemerito Conselheiro José Clemente Pereira, pelo Visconde do Rio Bonito, pelo irmão deste o Veador Camillo Faro, pelo Commendador Ezequiel Padilha, e por muitos outros fazendeiros importantes dos municipios de Vassouras e Valença. Foi durante a sua presidencia que partio do Rio de Janeiro a primeira carmagem que parou ás margens do Parahyba, passando agradavelmente pela estrada da Policia, pela de rodagem chamada dos Mendes, e hoje com o seu nome, e por outros lugares, onde pouco antes mal podião sustentar-se as tropas e viajantes. No melhoramento que promoveu de todas as vias de communicação, introduziu na provincia, não sem objecção, diversas pontes de ferro, principiando pela do rio Alcantara, realisada durante a benefica vice-presidencia do Visconde do Rio-Bonito.

Assignou o contracto da primeira estrada de ferro, que se fez no Imperio, e facilitou tudo quanto estava a seu alcance ao Barão de Mauá, empresario da mesma estrada. Este exemplo quanto não tem fructificado hoje, quanto não tem cimentado no espirito publico o bom uso das forças nationaes, e quantos bens não propicia ao paiz?!

Honrado por S. M. o Imperador com o título de seu conselheiro em 2 de Dezembro de 1850, e acreditado como excellent administrador e homem dedicado aos melhoramentos do paiz, foi chamado em 6 de Setembro de 1853 para os conselhos da corôa, na qualidade de ministro e secretario d'estado dos negocios do imperio. Os actos do seu ministerio, a extensão

de suas vistas, e a moderação do seu espirito politico, o collocarão na plana dos benemeritos da patria.

Fez os contractos das estradas de ferro de Pernambuco, da Bahia e de S. Paulo, contractos em que teve de lutar com objecções bem sérias da parte de muita gente grada do paiz, que nutria a convicção de que ainda não era chegada a hora de empreender factos materiaes de tamanho alcance, mas tudo pôde superar com o seu modo e illustração, como se vê pelos resultados obtidos. Ahi está a estrada de ferro de D. Pedro II inaugurada no dia 29 de Março ultimo, cujos contractos com a companhia existente e respectivos estatutos forão por elle elaborados e publicados dentro do curto espaço de tempo que mediou entre a chegada a esta corte em Março de 1853 do contracto celebrado pelo Conselheiro Sergio Teixeira de Macedo, em Londres, com o empresario Price, para as obras da 1ª secção, e a abertura da Assembléa Geral em Maio, á qual forão presentes todos estes trabalhos annexos ao seu relatorio.

Ahi estão os decretos de renovação dos contractos da Companhia de Navegação do Amazonas; da linha geral de paquetes de vapor ao Norte e ao Sul do Imperio; das linhas costeiras de Caravellas a Pernambuco, de Pernambuco ao Ceará, e da Corte até Santa Catharina pelo porto de Santos, e outros da Provincia de S. Paulo e do Paraná; a de reboque da barra de Sergipe, e da navegação de Nietheroy, etc., etc. Ahi estão, entre outros actos de seu ministerio, os contractos para a estrada por trilhos de ferro da corte para a Tijuca, e para o Jardim Botânico, que em poucos annos hão de formar quasi um circulo, e offerecer a esta população todos esses sitios saudaveis e pittorescos, que nada têm que invejar aos mais bellos e mais afamados de toda a terra; as providencias para a navegação dos rios Araguaya, Tocantins e outros.

De quanto não lhe é devedora a Companhia União e Industria, que tão bellamente encetou seus trabalhos?

Não satisfeito das proprias idéas, abraçava todas as que lhe erão apresentadas, uma vez que entrassem no dominio da utilidade publica. Teve a coragem de realisar um pensamento dos tempos coloniaes, adiado do reinado para o imperio, do imperio para a regencia, e da regencia para uma época organica. Mandou planejar e principiar o canal da Cidade Nova; fez importantes melhoramentos em muitos dos arrabaldes da corte, e teve a gloria de destruir o systema das antigas calçadas, consagrado pela rotina, e por mal entendida economia; obra esta em que o ajudou muito o seu collega Ministro da Fazenda Marquez de Paraná com os donativos que obteve dos accionistas do Banco do Brasil.

Não são para esquecer as providencias que deu para a exploração e aproveitamento das minas de carvão de pedra do Rio Grande e outros lugares, de cujas analyses se occuparão longamente tres chimicos desta capital; e nem tambem serão esquecidos o desenvolvimento que deu ao abastecimento d'agua potavel a esta cidade, assim como o contracto celebrado com L. P. Vianna de Lima e J. Russell para o serviço do asseio e limpeza das habitações e esgoto das aguas pluvias, obra esta que porá um dia a capital do Imperio ao nivel das primeiras cidades europeas, conhecidas por sua policia e boas disposições hygienicas.

O impulso que deu ás obras do hospital maritimo de Santa Isabel, as medidas que tomou a bem do melhoramento do regimen sanitario de nossos portos, e os relevantissimos serviços que fez ao paiz quando pela primeira vez foi acommettido pelo cholera-morbus, nunca serão esquecidos.

Nesta desgraçada occurrencia, o Conselheiro PEDREIRA não sonhe o que era somno e repouso: trabalhou como as almas caridosas, e olhou para a vida do cidadão com aquellas vistas benfazejas e magnanimas do homem d'Estado.

Hospitais, enfermarias, ambulancias, commissões medicas, providencias a favor da pobreza, tudo levou a effeito com uma coragem e abnegação dignas de exemplo. Levou a sua caridade a ponto de ser advertido pela imprensa opposicionista de que o seu zelo administrativo era excessivo, e que com elle outros negocios importantes a seu cargo podião soffrer. Acompanhou

o Imperador na visita que Este fizera a todos os hospitaes e enfermarias, visita esta que fez mais no espirito da população do que todas as palavras imagináveis; e por vezes os tornou a visitar e inspeccionou quando o flagello recrudescia.

Estes serviços, esta dedicação pessoal, não podem ser pela população esquecidos, como os do medico que, passada a crise e o horror da morte, o são de ordinario por aquelles que lhes devem a vida e a felicidade domestica.

Alvo das vistas e esperanças de uma grande cidade, e de toda a população do litoral e da bahia fluminense, teve a gloria de ver passar o flagello, e de convencer-se de que essas vigílias e insomnias, de que esses trabalhos mentaes e corporaes muito concorrerão para minorar a infelicidade. Por menos se hão levantado estatuas.

Resta de tudo isto um monumento de gratidão bem significativo e bem honroso para o nosso paiz, o qual a inveja e a maledicencia nunca poderão destruir. E' a mensagem do corpo consular estrangeiro dirigida ao ministro Pedreira, tendo-se reunido extraordinariamente para este fim.

Tres grandes vultos sobressahirão naquelle lumbre painel, o Imperador, o ministro Pedreira e o doutor Paula Candido, presidente da junta de hygiene publica.

No meio da afflicção geral o conselheiro Pedreira nunca arrefeceu na continuação de seus trabalhos; diversos nucleos de colonisação foram por elle creados em varias provincias, e os outros sempre merecerão sua constante solicitude; ali estão o contracto com a sociedade central de colonisação e os diversos regulamentos que formulou para a execução da lei das terras, a qual começou a ter effeito no seu tempo, as colonias e presidios militares que creou em Santa Catharina, no Mucury, em Goyaz, no Maranhão e no Pará, e o desenvolvimento que deu a outras já creadas.

Apar destes trabalhos importantes, fez a reforma da instrucção primaria e secundaria; a das faculdades de direito de S. Paulo e Olinda, e das escolas de medicina do Rio e da Bahia; a da aula do commercio, transmutada em instituto commercial; a do conservatorio de musica; e a da academia das Bellas-Artes; creou o imperial instituto dos meninos cegos; coadjuvou o dos surdos-mudos, e acabou as obras do muséu nacional.

Todos estes estabelecimentos lucrão em suas disciplinas e obtiverão grandes melhoramentos, não só em commodos materiaes, como em donativos para compras de bibliothecas, collecções, medalheiros e instrumentos, etc., e tendo tido as Bellas Artes em geral um grande impulso durante a sua administração.

Reformando a academia das Bellas-Artes, introduziu no seu ensino as sciencias exactas auxiliares, melhorou a sorte dos artistas que viajam e estudam na Europa á custa do Estado, creou e edificou a Pinacotheca, pelo que o corpo academico lhe votou um busto de marmore, que deve ser collocado a par do do Sr. Visconde de S. Leopoldo, fundador da academia. Foi quem primeiro mandou enviar á Europa um musicu, e o que acolheu com grande enthusiasmo a criação da opera nacional.

Passou, e obteve os meios para se edificar um magestoso theatro, digno da capital, e preparava-se para construir um edificio proprio para o conservatorio de Musica, e outra para a Escola de Medicina.

Ahi estão os Decretos para a execução da lei da reforma eleitoral, os regulamentos e as providencias que expedio nesta nova phase politica, onde

se observa o seu espirito de justiça, e seu reconhecimento de todas as localidades do Imperio, e a sinceridade de se conservar em toda a parte a liberdade do voto. As individualidades de que se compoem a nova Camara justificação altamente esta verdade.

E para coroar tantos e tão importantes serviços ao paiz, deferio a petição do instituto historico, creando a commissão scientifica para a exploração e estudo de algumas provincias do Imperio, e fornecendo-lhe todos os meios necessarios para o bom desempenho de sua missão, incluindo nestes meios uma rara, avultada e riquissima bibliotheca especial, e uma collecção de instrumentos como não ha segunda na America.

Os embaraços externos e internos nunca o desviarão do seu nobre escopo, nem as lutas com as difficuldades com que se vio a braços o ministerio de que fez parte no Estado Oriental e no Paraguay, nem as duas epidemias por que passou o paiz e que por toda parte levirão após si o horror e a desolação, e nem a morte inesperada do 1º presidente do conselho de seu ministerio, de quem era particular amigo.

Até aqui perpassámos pelos factos da vida do homem publico, e com justa satisfação os enumerámos rapidamente, e tanto quanto pede esta nota biographica; porém agora senos antolha o homem privado, o cidadão. As virtudes, baseadas na vida particular, resumirão mais altamente quando o individuo é arrancado do lar domestico para o theatro da vida politica; porque a probidade, o amor do proximo e a illustração formão os tres pontos por onde passa o grande circulo do verdadeiro homem de estado daquelle que edifica pelo exemplo; e o exemplo é o maior e o mais seguro de todos os mestres.

Como homem politico, o Conselheiro Pedreira tem a gloria de só ter por inimigos os inimigos da sua patria, e por adversarios um ou outro de idéas exageradas. Como particular, a sua vida é um exemplo de todas as virtudes sociaes e domesticas.

Teve a fortuna de dirigir a educação de suas quatro irmãs, e a de vê-las casadas e felizes; teve a fortuna de auxiliar a educação de seu irmão, levando-o em tenra idade para S. Paulo, e a de vê-lo formado, e occupando o lugar de secretario do Supremo Tribunal de Justiça.

O Conselheiro Pedreira é cavalleiro da ordem de Christo, official da imperial ordem da Rosa; lente proprietario da cadeira de economia politica da faculdade de S. Paulo, e como tal desembargador honorario; inspector geral da caixa da amortização; commissariu do governo no instituto commercial da corte; deputado á Assembléa Geral desde 1848 sem interrupção, sendo eleito duas vezes pela provincia do Espirito Santo, e tres pela do Rio de Janeiro; membro do instituto historico geographico e ethnographico do Brasil; membro honorario da imperial academia das Bellas-Artes, da sociedade amante da instrucção; da sociedade propagadora das Bellas-Artes; e da auxiliadora da industria nacional; da de colonisação das Alagoas; e de outras.

O nome do Conselheiro Pedreira está unido ao solo da patria, está no coração da mocidade, no dos homens amigos dos melhoramentos e progresso do seu paiz, e terá aquella duração com que a Providencia costuma galardoar os bons. Tanta felicidade é devida á sua vasta intelligencia, ao seu coração brasileiro, á sua modestia, e á amenidade de seu trato social, que o constitue o mais perfeito gentleman!

Tem apenas 40 annos de idade, e o paiz espera portanto ainda muito de seus serviços.



OS CONTEMPORANEOS



Retr. A. J. Silva Paranhos, 1878

JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS

José Maria da Silva Paranhos

JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS.

O CONSELHEIRO JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS nasceu na provincia da Bahia em 16 de Março de 1819. Seu pai, Agostinho da Silva Paranhos, oriundo de Portugal, mereceu naquella provincia, assim como seus irmãos, o titulo de negociante honrado e philantropico.

Ainda no verdor dos annos o conselheiro PARANHOS achou-se orphão dos entes que lhe derão a existencia, perdendo primeiro seu desvelado pai, e não muitos annos depois sua carinhosa mãe D. Josepha Emericiana de Barreiros Paranhos. A estas duas perdas irreparaveis juntáram-se outras circumstancias, filhas das injustiças e vicissitudes, tão frequentes neste mundo, e aquelle que nascêra em meio de riqueza, passou subitamente á condição sempre difficil do pobre que aspira a uma vida honesta e não obscura.

Graças ao espirito de que o dotou a Providencia, e aos envidados do seu illustrado tio o coronel de engenheiros Euzebio Gomes Barreiros, habilitou-se elle em tempo com os estudos de humanidades para a carreira das sciencias e da administração em que tão cedo se distinguio.

No anno de 1836 matriculou-se na academia da marinha do Rio de Janeiro, na qual primou entre os seus condiscipulos, por um comportamento exemplar, raro talento e incessante applicação. E' prova de sua proficiencia e indefesso estudo a circumstancia de ter sido ao mesmo tempo discipulo e mestre, professando como explicador as doutrinas dos annos em que acabava de obter approvação.

Em 1844 foi nomeado lente substituto da academia onde assim se havia assigalado, e na mesma categoria passou no anno seguinte para a escola militar do Imperio, cujas aulas cursára com igual distincção. Em 1848 foi elevado a lente cathedratico do 6º anno daquella escola, e posto que até então as doutrinas militares não fossem de sua predilecção, professou com brilho as sciencias da artilharia e da fortificação permanente.

A politica e a administração merecerão sempre alguns momentos de reflectida leitura ao distincto estudante e lente das sciencias mathematicas. Assim o vimos apparecer em 1844 como um dos principaes redactores do periodico *Novo Tempo*, que defendeu com talento e dedicação o ministerio de 2 de Fevereiro desse anno, cujo vulto mais proeminente era o do illustre estadista Manoel Alves Branco, depois Visconde de Caravellas.

Conhecida a sua nova vocação e as qualidades que na carreira politica lhe promettião iguaes triumphos, foi recommendado por varios amigos aos eleitores fluminenses, cujos suffragios lhe derão assento na assembleia legislativa da provincia.

Logo depois foi nomeado secretario e vice-presidente da mesma provincia do Rio de Janeiro, lugares que serviu com tanta honradez, tino e aptidão, que grangeou a estima e consideração de amigos e adversarios. Era então presidente da provincia do Rio de Janeiro o fallecido conselheiro Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, mais tarde Visconde de Sepetiba, cuja amizade adquirio por

seu merecimento e lealdade, recebendo do chefe e amigo os mais invejaveis elogios. Foi por esse tempo agraciado com o officialato da ordem imperial da Rosa.

Eleito em 1847 deputado á assemblea geral legislativa pela provincia do Rio de Janeiro, tomou assento entre a maioria parlamentar de 1848, recommendo-se por alguns discursos, e por seus trabalhos na commissão de marinha e guerra.

A mudança politica operada na alta administração do paiz, em fins da sessão legislativa de 1848, sendo iniciada pelo adiamento da camara temporaria, que mais tarde foi dissolvida, levou outra vez o joven lidador ás penosas tarefas da imprensa. Como redactor em chefe do *Correio Mercantil*, na época em que o partido liberal lutava para relhaver a posição que perdêra em 1848, dedicou-se com admiravel zelo á sua causa, algumas vezes com ardor, mas sempre patriota, ordeiro e monarchista.

Tudo neste mundo tem seus periodos de acção e reacção. O jornalista infatigavel que collocou o *Correio Mercantil* a par da primeira folha diaria do Rio de Janeiro, o esforçado partidario cansou, e retirou-se por algum tempo da arena politica. A imprensa é, porém, uma dama de quem jámais pôde fugir inteiramente aquelle que uma vez lhe provou os encantos. Nessa tregoa politica, nesses momentos talvez de fastio e desencanto, o ex-redactor liberal accitou uma parte distincta na redacção do *Jornal do Commercio*, quando este gigante da imprensa brasileira se conservava estranho e inacessivel ás questões de politica interna.

Nessa posição o foi encontrar o insigne estadista Honorio Hermeto Carneiro Leão, depois Marquez de Paraná, quando o convidou e conseguiu que elle o acompanhasse aos Estados do Prata na qualidade de seu secretario. Escolhia honrosa para ambos: para o estadista, porque aproveitava o merito em um de seus antigos adversarios, a quem nem ao menos conhecia pessoalmente; para o joven esperancoso, porque assim recebia o mais valioso titulo de seu nobre character e de sua privilegiada intelligencia.

A missão especial confiada áquelle estadista brasileiro, de saudosa memoria, teve por objecto, como se sahe, negociar uma alliança que em poucos mezes deu por terra com o poder do feroz dictador da Republica Argentina, açoute de uma e outra margem do Prata. O secretario dessa missão especial foi collaborador tão prestante e amigo do seu illustre chefe, quo d'elle mereceu os mais expansivos elogios e uma amizade a mais extremosa.

Aquilatado o seu merito por tão distincto mestre, e por outra autoridade não menos competente, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, hoje Visconde do Uruguay, que a esse tempo dirigia a politica exterior do Brasil, passou de secretario a chefe da legação imperial em Montevideo, na categoria do ministro residente. Foi o successor do seu proprio chefe, e os relatorios do ministerio dos negocios estrangeiros de 1853 e 1854 mostram que correspon-

deu dignamente a tão honrosa confiança. Aos seus serviços no Rio da Prata deve a commenda da imperial ordem da Rosa que ganhou em 1852.

Organizando um gabinete em 4 de Setembro de 1853 o Marquez de Paraná, a cujo apreço e amizade devia principalmente o seu antigo secretario a eleição de deputado geral pela provincia do Rio de Janeiro, convidou-o para seu collega, reservando-lhe a pasta da marinha.

Ministro e secretario de estado dos negocios da marinha, foi honrado pelos electores fluminenses com uma brilhante reeleição, e elle por sua parte, na camara e no gabinete ministerial, confirmou o seu bem estabelecido credito de homem laborioso, e revelou aptidões proprias do alto posto em que o haviam collocado a confiança da corôa, a justiça e estima de seu generoso amigo.

Como ministro da marinha, desde 14 de Dezembro de 1853 até aos primeiros dias de Junho de 1855, os seus relatorios, que foram louvados até pelos mais extrenuos adversarios do gabinete a que pertencia, attestão os conhecimentos profissionais que adquirira em sua primeira carreira, um profundo estudo das necessidades desse ramo da publica administração, e um tacto raro em descobrir-lhes o verdadeiro remedio.

O projecto de promoções que apresentou na camara dos deputados, as medidas que solicitou e obteve do corpo legislativo, os varios regulamentos que promulgou, e não poucos projectos de reforma que passou já mui adiantados a seu successor, comprovão a figura proeminente que o nosso contemporaneo representou na direcção do ministerio da marinha.

Entre os regulamentos a que acima alludimos, citaremos os que creáão companhias de aprendizes marinheiros no Pará e na Bahia, sementes que promettem preciosos fructos á armada imperial; os que marção os prazos de serviço, accessos, soldos e outras vantagens das classes dos imperiaes marinheiros e marinheiros avulsos; finalmente, aquelle por que hoje são feitos os alistamentos de voluntarios e recrutas para as equipagens de guerra.

Em Junho de 1855, passando por uma recomposição o gabinete Paraná, coube ao digno administrador da marinha substituir ao seu collega demissionario, Visconde de Abaeté, no ministerio dos negocios estrangeiros.

As circumstancias em que esta mudança teve lugar, e a importancia daquelle nome, tornavão a posição do novo ministro dos negocios estrangeiros sumamente difficil. O conselheiro Paranhos, porém, soube sahir triumphante dessa nova experiencia, e desde então, dentro e fóra do Imperio, é considerado como um verdadeiro homem de Estado.

Aquelle que, como ministro da marinha, havia sem o menor estrepito, e com o maior zelo e acerto possivel, preparado uma luzida expedição naval, para apoiar a missão diplomatica enviada em 1855 á Republica do Paraguay, como ministro dos negocios estrangeiros teve de procurar uma solução pacifica e honrosa das questões pendentes com esse Estado, e logrou o seu empenho por modo mui distincto.

O tratado de amizade, navegação e commercio de 6 de Abril de 1856, e os protocolos dessa longa e porfiada negociação, serão a todo o tempo um titulo de gloria par o plenipotenciario brasileiro, que destarte evitou a guerra que se mostrava imminente, e abriu as portas do rio Paraguay á rica e infeliz provincia de Matto-Grosso.

Ao mesmo tempo que pessoalmente desempenhava tão ardua tarefa, o nosso ministro dos negocios estrangeiros tinha sua attenção applicada a outros interesses de não menor importancia, e pôde ligar o seu nome com o illustrado Visconde de Abaeté no tratado de 7 de Março de 1856, que assentou em novas e solidas bases as relações entre o Brasil e a Confederação Argentina.

A interminavel querella do trafico de escravos motivou por esse tempo uma das mais renhidas e desagradaveis discussões com a Legação Britannica. A dignidade, moderação, e habilidade com que o conselheiro Paranhos sustentou o nosso decore e os nossos direitos, excitáão o respeito dos proprios Ingleses em Londres. Por ali correm impressas as nobres e honrosas palavras

com que Lord Malmesbury apreciou o protesto do ministro dos negocios estrangeiros do Brasil contra a nova ameaça de que foi orgão em 1856 o Sr. William Leningham, encarregado de negocios de Sua Magestade Britannica.

A morte do illustre Marquez de Paraná sujeitou, em fins de 1856, o gabinete por elle organizado a uma segunda modificação, na qual coube ao Conselheiro PARANHOS o duplo encargo de ministro dos negocios estrangeiros, e de ministro interino da marinha. A sua volta ao ministerio, que tão bem dirigira até Junho de 1855, ainda que interina e passageira, não foi esteril.

Nessa curta interinidade, sobrecarregado com os graves assumptos das relações exteriores do Imperio, membro de um gabinete cuja missão estava a findar, teve elle tempo bastante para levar a effeito o importante projecto da conclusão do dique da Ilha das Cobras, formular a reforma do corpo de saude da armada e dos officiaes de fazenda, e dar organização ás classes dos artistas dos vapores de guerra; trabalhos que foram honrados com a acceitação do seu illustrado successor, e por este concluidos e promulgados.

Em 1857 foi reeleito deputado á assembléa geral pelo 2º districto do municipio da corte; justo galardão de tantos serviços prestados na alta administração do paiz, da qual retirou-se com os seus collegas logo depois da abertura da primeira sessão da actual legislatura. Está ainda na memoria de todos o seu nobre procedimento como deputado e ex-ministro defendendo os actos da administração a que pertenceu, o credito de seus collegas como o seu proprio.

Actualmente acha-se o Conselheiro PARANHOS fóra de sua patria concluindo uma das mais importantes missões diplomaticas de que haja exemplo entre nós. As difficuldades suscitadas entre o Imperio e a Republica do Paraguay, difficuldades em que a guerra parecia inevitavel, tal foi o objecto principal confiado ao zelo e habilidade do nosso diplomata.

Já se sabe que elle conseguiu conjurar tão lamentavel calamidade cotre dous povos vizinhos, chamados por sua posição e interesses a cultivar estreita amizade, e que conseguio-o por modo que a todos surpreendeu. Não só obteve a exacta observancia das estipulações vigentes, pelas quaes reclamamos, mas até que fossem ellas ampliadas no sentido o mais amigavel e vantajoso aos interesses do Brasil e das demais nações.

Além deste verdadeiro triumpho diplomatico, o plenipotenciario brasileiro celebrou uma convenção fluvial, um tratado de limites e outro de extradição com a Confederação Argentina, actos que só por si tornarião a sua missão uma das mais ferteis e uteis ao Imperio.

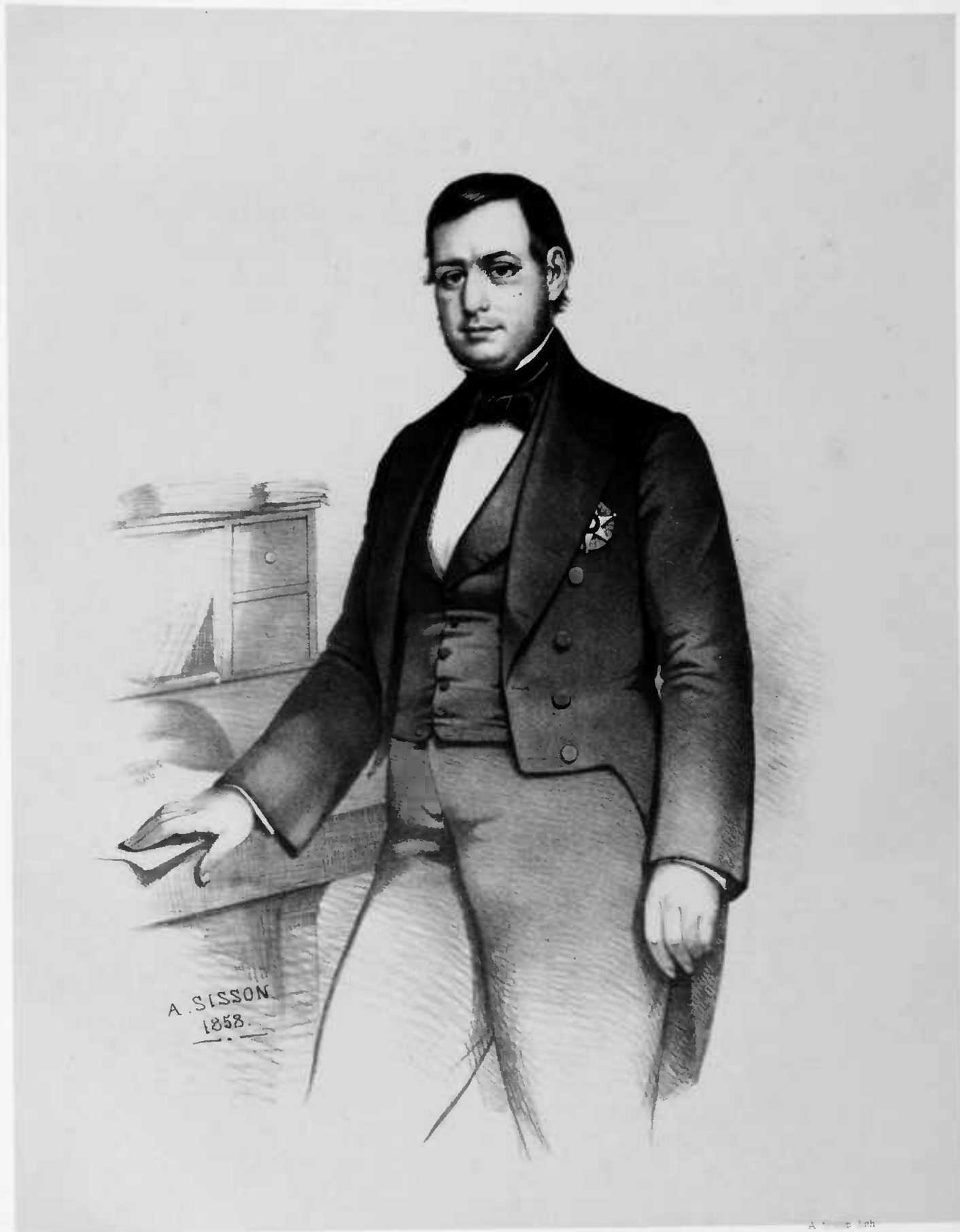
As demonstrações de sympathia e apreço que o Conselheiro PARANHOS acaba de receber entre os Estados do Prata, assim dos governos junto aos quaes foi acreditado, como das populações entre as quaes pôde exhibir os dotes do seu espirito, e a amenidade do seu character, são o mais completo elogio do seu merito e de suas distinctas qualidades.

Tão relevantes serviços, com tanta dedicação, pericia e felicidade prestados ao Brasil, já merecêão do Augusto Monarcha Brasileiro uma demonstração altamente honrosa, sendo conferidas ao distincto diplomata as insignias de Dignitario da Ordem Imperial do Cruzeiro.

O Conselheiro PARANHOS é Grã-Cruz de Sant'Anna de 1ª classe da Russia, socio do Instituto Historico e Geographico do Brasil, e da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, presidente honorario da Sociedade Universal Promotora das Artes e Industria de Londres, etc., etc.

Reunindo a todos estes titulos, que o recommendão á estima e consideração social, as suas excellentes qualidades como esposo, pai, irmão e amigo, completamos a breve noticia e elogio que nos propuzemos escrever acerca da vida e serviços desse illustre contemporaneo.

DE CONTEMPORANEOS



GABRIEL JOSÉ RODRÍGUEZ DE MONTAÑANA

Abogado de la Corte

GABRIEL JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS.

Não começarei como quasi todos os biographos, recordando os pais, a familia, e a adolescencia dos grandes caracteres, não; os laços de ascendencia ou descendencia deixão inexplicavel o talento, a virtude e a gloria. A mortalha não cobre senão os esqueletos, e o ouro do mundo, e as tradições de familia empanão-se e se esquecem nas orlas frias da sepultura. Se o triumpho de nossos antepassados nos orgulha, e faz bater] quente o sangue do coração—nem por isso nos illustra, nem glorifica. Ah! quantos infelizes tenho eu visto lutar contra as maldições do mundo, que lembrando as glorias dos pais se irrita de contemplar o filho; quantas vezes a severa historia nos ensina a desdenhar o descendente pela saudade do ascendente. Uma vida triumphante—se revela por si mesmo, se traduz em seus actos, e se eternisa pelas proprias virtudes. Esses que tentão aviventar todos os dias as desbotadas saudades dos mausoléos, são quaes os comicos que envergão as togas do genio, e enlação as frentes de alheias grinaldas, para entreter a multidão, que em falta dos grandes vivos, quer recordar os grandes mortos. A luz do sol não se empresta, sem que lhe falte vida e esplendor. O renome do pai—é uma reliquia, uma lembrança, um luzeiro, se quizerem, para o filho, que o deve fitar sempre nesta peregrinação tempestuosa da vida, porém não se herda, nem se personalisa com uinguem por qualquer titulo. A historia de um pai—é uma luz que se vê sempre acesa, e que queima o coração de um moço, é uma estrella no meio da procella, uma sonda em meio de rochedo! O povo adopta tambem os filhos de seus heróes, porém quanto mais notavel foi a vida de um cidadão, mais se exige de seu herdeiro. Tunica de Djanira—é esta do sangue—não se a despe sem morrer em dôres, e só se veste pela vontade do destino, ou fatalidade—não sei.

No entretanto a superstição, o espirito do povo—quantas vezes quer tornar uns responsaveis pelos outros, em virtude do nascimento e do nome!

Não—sigamos novo caminho—demos á vida sua independencia, á gloria seus heróes, á virtude seus proselytos. Nos altares da patria ninguem se sagra sem poderosos esforços, e batalhas tremendas. Ninguem pergunte porque a intelligencia ergue altiva a fronte, porque a força domina a fraqueza—e porque o espirito conquista a materia?

Deos responde todas as horas aos scepticos. O homem em sua origem—é a imagem, ou a personificação do poder espirital na terra.—A natureza é a

mãe commum, e igual—que repartiu por todos as mesmas capacidades. A vida é uma grande peleja—uns fallecem ao entrar na arena, ou se misturão na poeira do combate; são esquecidos como o pyrilampo, que vive um instante, para morrer eternamente; outros abusão das forças naturaes, batem-se uma vida inteira, sem obter um triumpho, e morrem sem nma gloria—são os máos que o mundo entrega aos corvos que os dilacerão. Nem uma lagrima, nem uma flôr, nem um suspiro para elles, senão dos parentes que pensão respeitar a virtude, e enmpriir um dever sagrado—chorando o mirrado esqueleto da perversidade—e alguns passão incolumes na batalha da vida—sem ferirem, nem serem feridos; são como as aguias que conjurão a tempestade, e se envolvem nas tormentas!

O povo deste seculo não se deixa seduzir pelas mysteriosas e bombasticas phrases de heraldicos pergaminhos. Não se deve confundir a corrupção individual, o egoismo de classe, e o orgulho de familia, que se remorde e agita nas aneias do desespero, no rancor do eiume, e nos aloucados impetos de mal entendida rivalidade—com as largas aspirações do povo—cuja vida é impessoal, e cujas idéas são sempre nobres e verdadeiras. Não se vê ali por entre varzeas correr o carregado eonstrangido e retorecido pelas pedrinhas de seu leito—é o homem, ou sua imagem nesta vida;—não se vê aeolá—o mar soberbo, que avassalla dous terços do nosso planeta, e senhor, e sem contestação, estende seus braços sobre as praias, e contra ellas luta sempre com renascido esforço—sem cansar um momento—é o povo, ou a sua imagem nesta vida.

A intelligencia tem partido um por um todos os élos da longa e fatidica cadeia aristocratica. Cromwell fez-se dictador—Napoleão Imperador, um dominou a Inglaterra—o outro o mundo—um desdenhou o diadema e o throno, e outro distribuiu-os com pulso de soldado e mão de genio por entre seus geraes.

Para a intelligencia não ha columnas de Hercules—em um instante ella percorre todo o mundo—reecorda o passado, aviventa o presente, e concebe o futuro—ergue as lousas, e se envolve no turbilhão de poeira do que se sumio—lemhra—alenta os vivos, e com elles se bate em campo aberto—actua—rasga os nevoeiros do porvir—esereve seu testamento—raioeina.

O grito de Independencia ou Morte, que agitou o limpido espaço dos campos do Ypiranga, acendeu o entusiasmo dos valentes Paulistas de 1822, e como um bello hymno encantou a juventude da patria. Os élos da cadeia colonial quebrárão-se aos olhos desses meninos, que mal poderião comprehender os

compromissos patrióticos que deste brilhante feito nascerião. O pendão português rasgado na hora da liberdade, devia ser substituído por um outro, que eterno fosse, saudado pelos povos, respeitado de todos, e admirado pelos seculos futuros. Os cavalleiros da Independencia, os grandes estadistas brasileiros, tudo havião feito com a Independencia. A organização social e politica tinha de ser o gigantesco trabalho dessa juventude, que por assim dizer havia inspirado a liberdade ao nascer, que com ella despertára, e com ella deveria crescer. A Independencia tinha sido uma solemne aclamação; a organização do Imperio uma terrivel luta, sim, mas gloriosa. O enthusiasmo santo da Independencia vinculou todos os corações, e identilicou todas as vontades; mas esta febre quasi divina passou, e entrou-se na arena dos interesses contradictos, e dos principios oppostos.

O regimen do poder singular, se batido estava em suas primitivas e rudes expressões, nem por isso desamparou o campo de batalha. Vestio-se com estranhas roupas, tomou novos emblemas, e alçou bandeira nova, occultando porém no fundo da consciencia a reservada intenção de conferir ao povo apenas a irrecusavel particula de liberdade, com susto de que se envenenasse se por ventura saboreasse toda a que tinha incontestavel direito. Era a autoridade com todas as suas pretensões de força, encobriundo, sob o pretexto de ordem, o desejo de arbitrio.

Porém a Independencia havia exaltado por demais o animo da mocidade para que ella se contentasse com um tal simulacro.

Começa a luta. O parlamento é a arena e a espada a palavra. Que bellas batalhas, que guerreiros, e que eloquencia foi a daquelle periodo!

Ninguém triumphou, porque não era tempo de vencer, mas de lutar sem desesperar um dia, nem recuar um instante. A escola classica da autoridade divina, ainda que se pensasse moribunda, quiza dissolvida por o grande acto de 25 de Março de 1824; o tempo, este primeiro poder dos engenhos humanos, havia-lhe imprimido tal vida, e tão duradoura havia sido, que suas raizes se afundarão nos espiritos daquelle geração já decadente, sim, porém sempre respeitavel pelos seus talentos, idade e prestigio social. O direito divino desapareceu das taboas constitucionaes, porém o principio de autoridade e ordem disfarçou-se, para amparar o velho systema já modificado pelo bom senso.

A escola da liberdade constitucional, do governo do homem pelo homem, sem privilegios offensivos e inuteis, sem exploração do rico sobre o pobre, veio com toda a mocidade do tempo collocar-se adiante daquelle como uma barreira e um protesto.

E' a época da resistencia liberal do 1º reinado. Figurão na scena politica os mais avantajados talentos do Brasil — Vasconcellos — Honório, — Evaristo. São os primeiros lidadores naquelle tempo.

A abdicção em 1831 mudou completamente a scena politica. A liberdade constitucional triumphou, mas eu creio que foi por cedo que esse triumpho não produziu o bem que devêra. Entretanto o principio liberal se reforça pelo poder, e tenta consagrar-se nas instituições; e parece incrível, o resultado foi muito inferior aos poderes de que dispunha então o partido liberal; as reformas, por precipitadas, tornárão-se na vida pratica difficeis de execução, o governo tinha a vontade, porém faltava-lhe a força. O pensamento ficou no espaço da intellectualidade.

O periodo regencial é uma cadêa de ameaças burladas pela impotencia do governo, e divisão dos partidos, que se repartem em grupos de aspirações extraordinarias, porém pobres de acção. Salvárão a monarchia e a integridade do Imperio.

A academia de S. Paulo conferio nestes tempos os primeiros grãos de formatura em Direito. Começa portanto a independencia litteraria a dar seus primeiros e robustos rebentões. Então a academia de S. Paulo era por assim dizer uma escola de Girondinos, encorajada pelas circumstancias especiaes que se reflectião sobre o governo do Imperio. As palestras, os clubs, as maçonarias e todas as sociedades, erão labaredas que requemavão aquelles nossos primeiros estudantes de Direito. A agitação estava no paiz pela abdicção, e pelas idéas que a animavão e conservavão, nos

livros que então servião de roteiros em direito social naquelle academia. O impulso liberal de tudo triumphou, menos do direito existente e consagrado pelos seculos. Parece que houve patriotas, mas faltárão juriscultos, que terião de apparecer com brilho e verdadeiro successo, educados em nossas academias. O corpo academico era forte em numero, ardente de patriotismo, e reunia em si fillos de todas as provincias do Imperio, que a vontade da conquista scientifica havia attrahido á capital da provincia de S. Paulo. Nas vespéras da abdicção a cidade de S. Paulo era uma fornallia ardente, em que as paixões politicas se encandecião ao sopro do fogo da mocidade talentosa. O recinto da academia mais de uma vez foi invadido pela turba entusiasta dos estudantes, que, convocados em assembléa politica e deliberante, offerecião á liberdade seus mais preciosos bens, e muito alto fazião ouvir seus protestos de liberdade, que o tempo veio modificar a respeito de uns, e condemnar a outros como perjuros. Nos dias subsequentes á abdicção a cidade de S. Paulo foi um verdadeiro altar da liberdade. Entoárão-se todos os hymnos liberaes, e correu-se a largo panno pelo mar imenso das paixões politicas. Mas toda esta festa era nobre, generosa, sincera, porque a mocidade, além de incorruptivel, é sem calculo.

Nestas primeiras convulsões politicas, nestas primeiras multidões de liberaes, decididos a resistirem á oppressão — já se começava a ver os primeiros traços do caracter e talentos extraordinarios do homem que a morte tão cedo arrebatou dos primeiros postos do partido liberal.

O Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos foi um fiel e eloquente pugnador da escola liberal. A sua virilidade deve-se considerar como a sagração de sua juventude. Entrou na vida publica como liberal, e desceu á tumba com o mesmo pensamento, confirmado e enrobustecido pela experiencia e proações. É um traço este que bem caracteriza aquelle notavel caracter politico, tanto mais apreciavel, quanto é certo que difficil é a constancia em um paiz ainda não constituido, e consequentemente de reiteradas vacillações nas cousas e nos homens.

Curta, e hem curta foi sua peregrinação na terra; porém, nem assim faltão vivos vestigios de sua passagem, principalmente na provincia de S. Paulo, para cuja prosperidade concorreu tanto como outro qualquer de seus mais abençoados fillos.

Em Novembro de 1836, com 20 annos de idade, recebeu o grão de Bacharel em Direito. Em 1838 defendeu theses, e obteve o grão de Doutor, afim de concorrer a uma cadeira vaga na Faculdade; porém o governo imperial annullou o mesmo concurso, e nunca mais o Dr. Gabriel voltou ás pelepas academicas, nas quaes alcançou os mais assignalados triumphos, e bem merecidos louvores.

Logo depois de formado foi nomeado promotor publico da capital; emprego que abandonou por delicados escrupulos de sua bella alma. Exerceu igualmente com honra e intelligencia superior o lugar de juiz de direito da capital.

Em 1840, ainda no verdor dos annos, foi eleito deputado provincial por S. Paulo, e tomou assento depois de longas disputas naquelle assembléa, que, a pretexto de lhe faltar a idade legal, tentava recusar-lhe a cadeira de legislador, que o povo lhe havia concedido. O motivo do ostracismo parlamentar a que seus adversarios o querião votar é uma de suas glorias.

A voz da justiça se fez ouvir, e os direitos do talento e do povo forão, como cumpria, respeitados. O Dr. Gabriel entrou na assembléa provincial.

A nomeação imperial para presidente de S. Paulo recahindo sobre a pessoa do distincto e sempre chorado Paulista Tobias de Aguiar, trouxe tambem a nomeação do Dr. Gabriel para seu secretario. Neste posto prestou relevantes serviços á sua provincia.

Desde aquella memoravel época até a infausta de sua morte, teve sempre, salvo poucos intervallos, assento na assembléa provincial. Embora o exclusivismo dos partidos empregasse todos os meios para excluir seu nome, tão conhecido e illustrado, das urnas eleitoraes, o seu prestigio mais de uma vez triumphou destes injustos odios e caprichosas exclusões, senão mesmo criminosas.

Em 1844 foi eleito deputado á Assembléa Geral, e o Brasil inteiro sabe quão honrosamente desempenhou este mandato do povo, resistindo á força em nome da lei, aos poderosos em nome dos abatidos, e á tyrannia em nome da liberdade.

Em 1848 foi reeleito. Dissolvida porém a Assembléa Geral naquella nefasta época, não voltou ao corpo legislativo na sessão que se seguiu; porquanto o paiz apresentava a feição triste da divisão entre vencidos e vencedores. Resistio pela imprensa com artigos constantes pautados pela prudencia, e animados pela convicção. Nesta arena era um lidador temivel, contra o qual era possível e facil a luta, porém não o triumpho.

O prélo da folha *Ypiranga* — trouxe a lume por muitos e inteiros annos, seus vigorosos artigos, em que a belleza da dicção, o fogo do patriotismo e o sentimento do liberalismo tinham suas mais bellas e eloquentes expressões. Elle sabia unir os descontentes, aplacar os resentimentos dos amigos, animar os fracos, e conter os impetuosos, que levavam seus sentimentos á ultima escala de exaggeração, de modo a parecerem-se imprudentes, ou desesperados.

Sua saude se foi consumindo como uma luz. Os poderosos e graves interesses de um partido inteiro, a que estava unido de alma e coração, não lhe concedião tempo para refazer-se de forças.

Lutador que morreu na luta, e que jámais viveu para si! O seu grande porvir foi uma nuvem dourada, que o furacão da morte dissipou; e hoje resta a memoria de sua alma, e o tumulto que encerra o seu esqueleto!

Era o Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos um consummado orador, de palavra bella e fluente, de variados conhecimentos, e de tão feliz expressão e gesto, que realmente seduzia e arrastava.

Recusou em 1848 a presidencia da provincia de Pernambuco, e em 1857 a do Rio Grande do Sul, não por se esquivar dos serviços que como bom e leal cidadão devia á patria, mas por sentimento filial, que o possuia tão fino e delicado, quanto mais que era elle o centro de sua numerosa familia, que o adorava.

Nunca esteve na alta administração, pelo que não se offereceu oportunidade de firmar creditos de espirito pratico; porém, a regular-se as grandes empresas pelas pequenas, deveria ter sido um distincto administrador. Eleito pelo povo da capital da provincia de S. Paulo vereador da camara municipal, mostrou-se zeloso, activo, e fez importantes serviços áquelle municipio.

Acompanhou seus amigos com fidelidade e coragem na desgraçada revolução de 1842, soffreu o destino reservado aos vencidos, apresentou-se ao tribunal do povo para ser julgado, e foi absolvido, porque o povo não sabe condemnar a consciencia pura e o martyr da liberdade, que ainda que illudido estivesse, ou exagerado fosse, não lhe passava pelo espirito senão o pensamento de vingar a lei fundamental offendida.

Foi seu defensor o Dr. João Crispiniano Soares, verdadeiro amigo. O sabio jurisconsulto brasileiro advogou a causa da lei, da patria e da innocencia na pessoa do distincto Paulista Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, que um alvará de soltura restituiu á sociedade e aos amigos.

Em 1854 foi nomeado pelo Governo Imperial lente da Academia Juridica de S. Paulo; o filho illustre daquella Faculdade envergou a veste do apostolado scientifico, e ensinou com proveito para a mocidade para o paiz, e para as lettras juridicas.

Em 1856 foi eleito deputado geral pelo circulo do Rio Claro, em sua pro-

viucia. A compressão dos vencedores tinha cessado, o paiz entrava em confraternisação, seu nome não podia ser excluido das urnas eleitoraes.

Em 1857 foi igualmente eleito deputado provincial por dous circulos eleitoraes, o de Taubaté, e Rio Claro. Parece que o povo, descobrindo nos nevoeiros de um proximo futuro seu tumulto, se tornava selicito em lhe dar as mais solemnes provas de confiança, dedicação e reconhecimento no derradeiro adeos pronunciado entre as aclamações da victoria eleitoral e uma sepultura!

Em 1858 a assembléa provincial o nomeou seu presidente. Os representantes da provincia estavam tambem animados dos sentimentos de que o povo dera espontaneas e sinceras expressões.

Aos 23 de Maio de 1858 o immortal Paulista restituiu ao Creador sua alma—victima de um ataque apoplectico. Seu craneo era acanhado para conter sua intelligencia!

Nascido ao 1º de Abril de 1816, a Providencia só lhe concedeu 42 annos de vida, de trabalhos e dedicação por sua terra e por o Imperador.

O luto cobrio a cidade e a provincia de S. Paulo! Bem pouco sobreviveu a seu amigo e correligionario Raphael Tobias de Aguiar que elle acompanhou na desgraça e na ventura.

Forão duas perdas irreparaveis. As cinzas do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos descansão na santa terra da Igreja da Ordem Terceira do Carmo da cidade de S. Paulo. Fechou os olhos na mesma terra em que os abriu; assim não acontecera ao illustre Paulista Raphael Tobias de Aguiar!

O destino, se não é caprichoso, é certo que se não explica—resignemo-nos á vontade daquelle que é *Senhor do mundo*!

Se os principios libreaes não fossem os dogmas do culto politico da geração actual, se a liberdade deixasse de ser a honra do individuo bomem, e o poderoso elemento que anima e engrandece as nações de boje; se no Imperio do Brasil a multidão não amasse nossa livre Constituição—seria para affrouxar aos mais crentes a cruel fatalidade que pesa sobre o partido liberal em que a morte escolhe seus mais enérgicos e dedicados propugnadores.

Temos perdido em pouco tempo as mais bellas esperanças e os mais solidos prestigios. Desde os fundadores da Independencia até o Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, se tem finado com sandades para todos os Brasileiros—os nossos muito conspícuos politicos e estadistas.

A França, a Inglaterra e Allemanha vêm seus homens de estado crescerem em gloria e idade—até tocarem a uma velhice a todos os respeitos veneranda. Dupont de l'Eure assistio a quatro revoluções, Lafayette dirigio os batalhões do povo em 1789, e ainda em 1830 com uma palavra deu uma corôa. O gabinete de S. James e o parlamento inglez têm ufania de offerecer ao mundo politico o bello espectaculo do governo do seculo actual pelos homens do seculo passado!

Entre nós não se vê estes homens, que a idade abatendo o corpo, entretanto fortifica o espirito. Nossos talentos como que morrem na madrugada da vida. Apenas começo a constituirem sua influencia, como principal elemento para a conquista do poder, que a morte os arrebatá!

Não se deve comparar a luta politica na Inglaterra, com a do Brasil; ali quatro gerações trahalhão, levando cada uma sua pedra, afim de estabelecerem um dia a independencia de um de seus descendentes; cá, um só homem affronta todas as provações, soffre todas as vicissitudes, e em sua rapida carreira cura de fazer sua fortuna, e firmar seu credito politico.



OS CONTEMPORANEOS



RETRATO DO SR. BARÃO DE GUARANI

Barão de Guarani.

BARÃO DE IGUARASSÚ.

S E um grande saber junto a uma probidade irreprehensível, se o amor da patria e a dedicação ao soberano, se enfim a reunião geralmente reconhecida de um bello character e de uma urbanidade toda particular merecem uma lembrança historica, ninguem tinha mais direito do que o Conselheiro DOMINGOS RIBEIRO DOS GUIMARÃES PEIXOTO de figurar na *Galeria dos homens illustres do Brasil*.

Lisongei-me, pois, eu que fui seu amigo, de ter a honra de referir esta vida toda de abnegação e de trabalho, inteiramente dedicada ao allivio das misérias da humanidade.

O Dr. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto nasceu em Pernambuco no dia 14 de Agosto de 1790, filho legitimo de Luiz Ribeiro Peixoto dos Guimarães, e de D. Josepha Maria da Conceição Peixoto. Depois de ter feito suas humanidades na sua cidade natal, entregou-se ao estudo da medicina e da cirurgia, não sómente sob a direcção de seu pai, mas ainda seguindo os cursos de cirurgia nos hospitaes.

No anno de 1810, desejando adquirir uma instrucção mais completa, veio para o Rio de Janeiro, onde, depois de se ter matriculado na escola cirurgica desta corte, entrou como alumno interno no extincto hospital militar; apenas tinha concluido o curso de anatomia e physiologia, foi encarregado (sem ordenado nem gratificação) da instrucção medico-cirurgica dos pensionistas que por ordem do Senhor D. João VI forão mandados vir da Costa d'Africa, e a estes explicou um curso completo de anatomia e physiologia.

Em 12 de Maio de 1812 teve carta de cirurgião na conformidade da lei; e em 1813 foi nomeado 2º cirurgião do sobredito hospital, continuando no ensino dos sobreditos pensionistas.

Impellido pelo desejo de augmentar sua instrucção, conseguiu, na qualidade de 1º cirurgião, dirigir-se a Coimbra, passando a Lisboa na não *Meduza* em 1814. Tocando por escala na bahia, foi ali julgada incapaz a dita não, e o Dr. Peixoto vio mallogrados os seus desejos.

Teve pois de voltar ao Rio de Janeiro, onde foi nomeado vaccinador em 1815. A consideração publica, de que se vio então investido, consolou-o um pouco de não ter effectuado a sua viagem á Europa.

Em 1817 foi nomeado cirurgião da casa real, em 1820 cirurgião da real camara. Estas duas ultimas distincções lhe forão tanto mais caras, que forão devidas ao favor do Senhor D. Pedro I, então Principe Real.

Foi a partir desta época que a protecção deste Principe Magnanimo imprimio no coração do Dr. Peixoto sentimentos de gratidão e de veneração, aos quaes conservou-se fiel toda sua vida, como teve muitas occasiões de o provar.

Um incidente de que foi victima o Principe Real teve uma grande influencia na carreira do Dr. Peixoto. S. A. Real, ao chegar á tribuna da capella por occasião de uma festividade, se ferio no lado esquerdo da testa, com um varal de ferro que sobre Elle cahio casualmente, fazendo um talho e interessando toda a espessura da pelle, no comprimento de uma pollegada. Chamado para soccorrê-Lo, o Dr. Peixoto prevenio as consequencias, ordinariamente tão graves, em uma parte tão melindrosa, e obteve uma cicatriz regular sem deformidade.

Depois desta época foi encarregado de tratar a Familia Real, assim como S. M. a Imperatriz, cada vez que o não podia fazer o Barão de Goyana. Estas relações tornáram-se de mais a mais estreitas e frequentes, e quando morreu o dito Barão, foi elle quem lhe succedeu em todos os seus cargos.

Em 1821 foi condecorado com o habito de Christo, e agraciado com o fôro de cavalheiro fidalgo.

Um notavel acontecimento occorreu em 4 de Fevereiro de 1822, e foi o fallecimento do Principe de Beira, o Senhor D. João Carlos. Pelos movimentos politicos de então, achando-se S. M. a Imperatriz grávida, julgou o Imperador acertado remover a Familia para a Fazenda de Santa Cruz, d'onde em poucos dias voltou com o Principe gravemente doente de febre nervosa com convulsões, ás quaes succumbio na idade de 10 mezes e 8 dias. O Dr. Peixoto recebeu a honrosa missão de o embalsamar.

No mesmo anno no dia 11 de Março teve lugar o feliz nascimento da Princeza Imperial; e posto que o Barão de Goyana tivesse sido encarregado de a receber, o seu máo estado de saude obrigou S. M. o Imperador a convidar o Dr. Peixoto para o parto; alta prova de sua estima e confiança para com elle, confiança que nunca desmentio, como se póde ver nas instrucções por escripto que deixou ao Dr. Peixoto, relativamente a seus Augustos filhos, quando deixou o Brasil.

Em Julho de 1823 vindo pela chacara da Joanna deu o Imperador uma grande queda de cavallo, com fractura de duas costellas; o Dr. Peixoto O tratou por espaço de um mez pouco mais, e cabendo-lhe igual honra na occasião em que Sua Magestade se ferio no pé com a propria espada, quando em exercicio de tropa no campo de S. Christovão.

Em Agosto de 1824 nasceu felizmente a Princesa a Senhora D. Francisca, e o Dr. Peixoto teve a distincta honra de a receber, sendo remunerado com a creche de fôro de lidalgo cavalheiro.

No mesmo anno foi nomeado cirurgião-mór do Imperio, e em 23 de Fevereiro de 1825 recebeu o titulo de conselho.

A 2 de Dezembro de 1825 nasceu S. M. o Imperador, hoje reinante; ao Dr. Peixoto coube a muito prezada honra de o aceitar em suas mãos. e S. M. o Imperador em seu jubilo de ter um herdeiro varão, não julgou poder dar-lhe maior prova de satisfação, do que abraça-lo em publico; e para tornar esta homenagem mais honrosa, quiz que a Imperatriz lhe concedesse o mesmo favor, sendo então agraciado com commenda da ordem de Christo.

No anno de 1826, elle acompanhou SS. MM. II. na viagem que fizeram á Bahia.

O dia 11 de Dezembro do mesmo anno foi fatal pela morte de S. M. a Imperatriz: a profunda afflicção que esta perda tão inesperada causou ao Dr. Peixoto, reacendeu em seu coração o antigo projecto de ir formar-se na Europa. Dirigio pois ao Imperador a sua petição, e obteve a graça da licença, e endurecendo o seu coração sobre os laços de sua familia, partio com destino a Paris em 16 de Setembro de 1827.

Conhecendo a pureza de suas intenções, dignou-se S. M. o Imperador ajudar os seus esforços com a Sua protecção, dando-lhe a pensão de 600\$000 réis annuaes até concluir a sua formatura, com os vencimentos de todos os seus empregos. Emlim os seus votos estavam cumpridos, habitava Paris, centro de todas as sciencias e de todas as illustrações.

Frequentava as escolas com a maior assiduidade, notava-se a sua cabeça branca em todos os cursos, assim como em todas as clinicas; os professores não contentes de o acolher á porta, o designavão á mocidade estudiosa como um modelo a seguir.

Frequentava tambem os salões dos mais celebres professores, e foi n'um dos sarás do illustre Cuvier que tive a honra de o conhecer.

Chamado a Paris por um augusto suffragio, eu esperava que a alta posição que eu ia occupar, deixasse tempo de me entregar aos grandes estudos que me impunha a futura publicação da bibliotheca — cirurgica — polyglotte: mas assim como o Dr. Peixoto, eu não tinha contado com as revoluções.

De ha muito recebia elle desfavoraveis noticias do Brasil, cujo horizonte politico se cobria de nuvens. Já lhe tinham tirado a pensão que devia á Munificencia do Imperador, assim como o lugar de cirurgião-mór do imperio e os ordenados correspondentes.

O Imperador sempre grande, sempre grato, deu de seu bolsinho a pensão de 800\$000 que lhe foi regularmente paga, até que se formou. Durante a sua residencia em Paris, recebeu o officialato da ordem da Rosa, como prova de sua dedicação e dos seus serviços. S. Ex.^a o Sr. Marquez de Rezende, plenipotenciario encarregado de receber a rainha de Portugal, o induzio a ir espera-la em Genova, onde devia arribar; esta viagem foi inutil, por ter S. M. aportado á Inglaterra; foi contudo util á sciencia: durante a sua assistencia em Genova, o conselheiro Peixoto teve numerosas conferencias com o conselho superior de saude sardo, sobre as questões das quarrentas.

O conselheiro Peixoto apresentou uma these que fez sensação; tratava de medicamentos pouco conhecidos, ou ignorados na Europa; o Dr. Alibert fez-lhe elogios que muito o devião lisongear; mas o que foi para elle um premio muito mais elevado, foi a viva e sincera amizade que lhe tinham os Drs. Dubois pai e filho, A. Richard, os dous Cloquet, e sobretudo Orfila, de quem era muitas vezes commensal.

O Dr. Lisfranc o tratava com uma cordialidade rara, de que lhe deu provas publicas.

Deixou Paris, levando consigo a amizade e a estima de todos que o conhecerão. Por mim nunca esquecerei seu bello proceder, nem suas vivas ins-

tancias para que eu o acompanhasse ao Brasil; mas não previa então que eu aqui viria sem poder gozar de sua amizade e protecção.

Arrebatando a tormenta revolucionaria, o Imperador abdica e se retira a bordo de um navio inglez.

Nada detem o conselheiro Peixoto, e passando impassivel pelo meio de uma multidão exaltada por esse recente successo, dirigio-se a bordo do navio em que estava o Imperador, que entre lagrimas e soluços lhe agradece esta nova prova de affeição, recommendando-lhe de não abandonar os Seus Augustos Filhos. A multidão respeita a sua volta, como o fizera no momento em que ia pagar este piedoso e ultimo tributo áquelle que tinha sido seu constante Meceenas.

A Regencia não podia ficar indifferente ás provas de saher e de dedicação que acabava de dar o conselheiro Peixoto, salvando em 1833 a vida ao Senhor D. Pedro II, actual Imperador, pois que n'um officio muito conhecido, para que seja mister referir aqui, apressou-se em felicitá-lo offerecendo-lhe uma recompensa pecuniaria.

Esta offerta foi recusada com extrema delicadeza, e o conselheiro Peixoto contentou-se com o titulo de 1.^o medico de S. M. e da Familia Imperial, impondo com condição absoluta que este titulo nenhum honorario lhe traria até á maioridade de S. M.

Em 1841 foi agraciado com o titulo de official-mór honorario.

— Enfim o ultimo e não pequeno serviço com que terminou esta tão brilhante carreira, foi o de haver recebido em 23 de Fevereiro de 1845 o Filho do Mouareha, que elle mesmo recebera, quero dizer o Principe Imperial D. Afonso, pelo que foi agraciado com o titulo de BARÃO DE IGUARASSU.

O BARÃO DE IGUARASSU exerceu durante mais de vinte annos a cadeira de physiologia, e ali estão os seus numerosos alumnos que mais alto fallão do que eu o posso fazer, e que todos de commun accordo confessão, que a benevolencia com que tratava sempre a mocidade, era igual á sua eloquencia e profunda sabedoria.

Além dos numerosos documentos esquecidos na secretaria do Imperio, deixou um volumoso manuscrito sobre physiologia, que aguarda ainda as honras da publicação.

Foi por varias vezes director da escola de medicina. Haverá quem ignore os extraordinarios esforços, os trabalhos immensos de que necessitou, a principio, semelhante estabelecimento? Haverá quem ignore que até o dotou com estatutos feitos por elle, e impressos á sua custa, e que para sustentar a dignidade desta sua filha, sempre deixou de lado amizades, considerações e interesses particulares?

Seus serviços á humanidade foram bastante apreciados em toda esta cidade, e mórmente na Santa Casa da Misericordia desta corte, já como facultativo, já como digno irmão, e duas vezes provedor, constituindo-se credor do maior respeito e gratidão. Falleceu no dia 28 de Abril de 1846.

A vida do Barão de Iguaressu foi a de um homem de saber, de probidade e de coração. Não faltou para sua felicidade e de sua familia, senão mais alguma firmeza; mais pertinacia na sua resistencia aos esforços da inveja, e do cinze, sempre sentados no degrão do throno.

Em posição scientifica nada tinha a invejar, e até hoje nenhum medico brasileiro pôde lisongear-se de ter sido, como elle, medico correspondente da academia imperial de medicina de Paris, da sociedade de Medicina d'Emulação, da de historia natural, e de chimica medica da mesma cidade, do instituto historico, da sociedade das sciencias, bellas letras, e de muitas outras sociedades sabias.

Aquelles que o conhecerão, lamentarão a sua morte, e ainda hoje conservão delle uma honrosa lembrança.

DR. CH. J. F. CARRON DU VILLARDS.

OS CONTEMPORANEOS



MARQUEZ DE BAQUEDANO

Marques de Baquedano

MARQUEZ DE BAEPENDY.

POVO esquecedor somos nós, e se dahi nos provêm a vantagem das fa-
ceis rehabilitações, de modo que o passado, ainda o de hontem, não
é obstaculo para ninguem, tambem dahi nos provêm a desgraçadis-
sima perda das lições da nossa historia, que tão uteis poder-nos-hião
ser; e, o que ainda é peor, perdemos a recordação dos grandes ser-
viços, dos grandes merecimentos . . . , e isso nos dá certa feição de
ingratos, que cumpre repellir.

Seja isso devido á rapidez com que entre nós se alterão as gerações,
como deve de acontecer em um povo que constantemente recebe da
emigração novos elementos, ou seja devido á rapidez com que os fac-
tos nos impellem para diante, impedindo-nos de olhar para trás, afim de
prestar ao passado o culto e o reconhecimento que lhe são devidos, o
certo é que o hontem da sociedade brasileira está tão longe do hoje della,
que já, dos que ainda se lembrão dos grandes cidadãos que presidirão ao
nosso nascimento politico, aos primeiros esforços de nossa organização, desses
mesmos que ainda disso se lembrão, pouco os aprecião devidamente, poucos se
collocão nas circumstancias em que se elles achárão, poucos reflectem nas diffi-
culdades com que lutárão; poucos dizem: « Se temos patria, se no dia da nossa
independencia não cahimos nesses abysmos de miseria em que tantos povos fo-
rão arrojados, a esses nossos compatriotas o devemos: honra e gloria a elles! »

E quando a morte leva para melhor mundo algum desses veteranos da patria,
a penna de algum jornalista, dando treguas ás questões do dia, escreve uma pal-
lida necrologia, ás vezes della se encarrega algum amigo . . . , e quando essa
necrologia tem occupado um cantinho de algum periodico pensa-se que está
pago o tributo devido ao illustre morto!! Pensa-se que essa voz que lhe uanda
uma fria saudade saldou todas as contas, e que nada mais lhe deve a poste-
ridade!

Ao distincto Marquez de Baependy outro tanto por certo não aconteceria se a
penna que da sua biographia se encarrega fosse mais digna della, se o estylo
da obra igualasse o sentimento de profunda veneração que lhe consagra quem,
collocando-se no meio da inexperiencia de então, devidamente aprecia a sua
superioridade.

Na cidade de São João d'El-Rei, em 8 de Setembro de 1763, nasceu MA-
NOEL JACINTHO NOGUEIRA DA GAMA (MARQUEZ DE BAEPENDY). Oriundo de antiga
e distincta familia de servidores do Estado, teve de seu avô e de seu pai
exemplos de dedicação á patria que nunca esqueceu nem marcou.

Seu pai, Nicoláo Antonio Nogueira, que se esposára na cidade de São João
d'El-Rei com D. Anna Joaquina de Almeida e Gama, de distincta familia,
sendo alferes de ordenanças da mesma cidade, mal tem noticia de se acha-
rem ameaçadas as fronteiras, reune o corpo em que a força moral e o amor dos
cidadãos lhe dão o commando, e marcha nos annos de 1776 e 1777 para São
Paulo, na distancia de 160 leguas, recusando, com o nobre paterno exemplo,
indemnisações e galardões.

Com taes exemplos alimentado, logo nos seus primeiros annos, o joven
Manoel Jacintho mostrou que em intelligencia, em força de animo, em todas
as virtudes do homem e do cidadão, continuaria e augmentaria o thesouro da
familia.

A esse tempo, bem que, como colonia, atrasadissimo se achasse o Brasil
em tudo quanto era cultivo intellectual, a provincia de Minas Geraes estava
em um gráo de desenvolvimento de que facil explicação nos dão a riqueza do
seu ouro e dos seus diamantes, e o cuidado especial que da metropole por
isso recebia: as letras pois ahi erão, não só cultivadas, senão honradas, e a
existencia de tantos poetas, e entre elles o immortal José Basilio da Gama (pri-
mo de Manoel Jacintho), dão documento desse asserto. O menino frequentou
com assiduidade e proveito esses estudos, e tanto que aos 19 annos incompletos,
tendo ido para Portugal afim de continuar em Coimbra a carreira das letras, e
achando-se desprovido de recursos pecuniarios pelas difficuldades das communi-
cações e das remessas de fundos, conseguiu em Lisboa sustentar-se com o pro-
ducto do seu trabalho intelligente e paciente por espaço de dous annos.

Como Rousseau, teve de copiar musica para viver. Por fim chegárão-lhe os
paternos auxilios, e o joven laborioso, que lutára com a miseria e a vencêra,
pôde ir á Athenas Portuguesa fortificar a sua intelligencia.

Matriculado nas faculdades de philosophia e de mathematica da Universidade
de Coimbra, começou os seus estudos com tanto brilho, que, tendo-o o in-
fortunio de novo perseguido, achando-se destituido de auxilios paternos por
haver a fortuna de seu pai sido comprometida na liança de um arrematante de
dizimos que se deixára alcançar, achou o joven Manoel Jacintho fructo imme-
diato da sua applicação. Lições particulares que dava a seus collegas, mais
felizes, porém menos estudiosos, o habilitárão não só para viver sobre si e
continuar seus estudos, senão até para mandar ao Brasil á sua familia al-
guns ténues auxilios que ao menos lhe servião para provar-lhe que seu filho
não soffria as privações da miseria, e assim lhe minoravão as mágoas da sau-

dade. Insaciavel de trabalho, não lhe bastavão as doutrinas do curso de philosophia e da de mathematica; approvedo, premiado em todos os annos, ainda quiz mais, e matriculou-se na faculdade de medicina, de que frequentou o primeiro e o segundo annos com geral applauso.

Foi então a sua carreira escolar interrompida: inesperadamente, e sem que o requeresse, recebeu, por decreto de 16 de Novembro de 1791, a sua nomeação de lente substituto de mathematica da Academia Real de Marinha em Lisboa, e ali teve de exercer o professorado até 1801.

Nesse periodo, honras e distincções o vierão procurar, e a par dellas a amizade e estima de pessoas da maior consideração. Em 16 de Dezembro de 1793 foi promovido a 1º tenente de marinha, em 20 de Outubro de 1796 a capitão-tenente, e em 23 de Julho de 1798 a capitão de fragata; cavalleiro de São Bento de Aviz, professou em 20 de Novembro de 1795.

Entre as pessoas cuja amizade então o acolheu, enumpre mencionar o illustrado ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho (depois conde de Linhares), que em tão alta consideração tinha a inteireza e as luzes do lente de mathematica, que até ao ultimo instante o apregoou como seu melhor amigo. Dessa amizade utilisou-se Manoel Jacintho, menos em beneficio proprio do que para dar expansão ao seu espirito generoso e homfazejo, especialmente para com aquelles seus patricins que, longe da patria, mais necessitavão de protecção. Na escola da desgraça tinha Manoel Jacintho aprendido a conduer-se dos desgraçados. D'entre os que aproveitirão os beneficios do seu distincto compatriota, só apontaremos o conselheiro José de Rezende Costa, que, envolto com seu pai no famoso processo da *inconfidencia* e desterrado para Cabo-Verde, foi agraciado e empregado no Erario de Lisboa, d'onde ao depois passou para o do Rio de Janeiro.

Ainda no meio dessas prosperidades, a desgraça o não deixou tranquillo: seu irmão mais velho, Antonio Joaquim Nogueira da Gama, que com elle fôra do Brasil doutorar-se em Coimbra, mal acabava de tomar o capello na faculdade de medicina, quando falleceu, deixando em summa pobreza sua viuva e seis filhos menores. Não obstante seus poucos recursos pecuniarios, teve Manoel Jacintho de acudir ás necessidades de sua cunhada e de seus sobrinhos, a quem enviou para Minas ao seio de sua familia, continuando a dar á viuva uma mezada, em Coimbra, enquanto existio.

Despachado no 1º de Junho de 1801 inspector geral das nitreiras e fabricas de polvora de Minas Geraes, e ao mesmo tempo deputado da junta de mineração e moedagem e secretario do governo, teve de deixar a sua cadeira de lente de mathematica. Foi logo depois, no 1º de Outubro, nomeado deputado da junta da Real Fazenda na mesma provincia, então capitania, declarando-se vitalicio em sua pessoa o lugar de secretario do governo.

No entretanto, querendo o governo da metropole ainda aproveitar-se em Portugal dos talentos do nosso distincto compatriota, nomeou-o, em 12 de Novembro do mesmo anno, ajudante do intendente geral das minas e metaes do reino, no curso docimastico da casa da moeda; e ali estabeleceu elle o laboratorio chimico, e igualmente encarregou-se da construeção das nitreiras artificiaes em o Braço de Prata, e dellas foi nomeado inspector.

Promovido em 9 de Fevereiro de 1802 a tenente-coronel do corpo de engenheiros, pediu e obteve, em 2 de Julho de 1803, a sua demissão de secretario do governo de Minas Geraes, lugar que não chegou a exercer, e em 24 de Setembro do mesmo anno foi nomeado deputado e escrivão da junta da Fazenda da dita provincia. Em Março seguinte pôde voltar para sua patria, a cujo progresso de então por diante teve de consagrar um espirito cultivado por diuturnas luctuações, fortificado pelo soffrimento, e cheio da mais acrisolada dedicação.

Proseguindo na sua carreira administrativa, sempre estimado e coadjuvado na razão do seu zelo pelo serviço publico, apesar da reluctancia que á sua posse oppoz, sob o mais frivolo pretexto, o capitão general Pedro Maria Xavier de Attayde, e que o obrigou a voltar a Lisboa, donde regressou em Julho de 1806, foi sustentado no emprego pelo Principe Regente e pelo seu ministro, o sempre memorado Luiz de Vasconcellos e Souza.

Nesse emprego, que começou a exercer em 27 de Setembro do mesmo

anno, mostrou quanto pôde um espirito esclarecido junto a um caracter integro e a um coração generoso. Pelo estado em que ainda hoje entre nós se achão a fiscalisação, a arrecadação das dividas do Estado e a cobrança dos impostos, pôde-se fazer idéa do que serião ellas em 1806, em uma provincia central da colonia. A esse estado procurou-a arrancar Manoel Jacintho, e sem queixames nem reluctancias o conseguiu em grande parte.

Tanto ali se distinguio, que em 1808, creado no Rio de Janeiro o Real Erario, foi chamado para o elle desempenhar as funcções de escrivão. Então começou essa serie de immensos e inapreciaveis serviços, que só poderão ser comprehendidos por quem attender ás circumstancias do tempo, á falta de homens, e aos interesses filhas do abuso e da prevaricação, que de tropelião achar-se offendidos pelo genio fiscalizador e systematico do nosso distincto patricio.

Estreou elle não só com os seus conselhos quanto á administração, senão apresentando um douto e bem deduzido parecer ácerca dos melhoramentos exigidos para a cobrança das rendas e fiscalisação da despeza. Levado ao conhecimento do Principe Regente em 1812 esse plano, foi por elle muito approvedo. Mas se recebeu Manoel Jacintho essa honra, teve em compensação os odios e rivalidades de quantos sugavão a substancia do Estado, que queria elle salvar para ser applicada ao serviço publico. Sobranceiro porém a esses odios, a essas inimidades, nem por amor dellas sentio Manoel Jacintho arrefecer o seu zelo, nem por vingança perseguia os que o hostilizavão; antes, generoso, salvos os publicos interesses por elles offendidos, procurou adoçar-lhes o rigor das suas destituições.

Enquanto na carreira administrativa assim proseguia, era chamado a prestar outros serviços, e indefesso sempre acudia ao reclamo. Installada em 1811 a Real Academia Militar (que depois de tantas transformações e mudanças de nome ainda subsiste sem grande alteração no essencial), foi elle nomeado deputado da junta que a devia dirigir, e inspector das suas aulas, lugar que servio sem estipendio até ao anno de 1821.

A par dos serviços, não lhe forão escassos os galardões honorificos. Promovido a coronel do corpo de engenheiros a 4 de Julho de 1808, foi em 6 de Fevereiro de 1818 nomeado brigadeiro graduado; em 8 de Junho de 1819 obteve a effectividade desse posto, reformando-se em 11 de Dezembro de 1822 no de marechal de campo. Commendador de Aviz em 31 de Maio de 1809, obteve em 10 de Março de 1814 o titulo do conselho, e em 18 de Janeiro de 1815 o fôro de fidalgo cavalleiro.

Nessa posição se achava Manoel Jacintho Nogueira da Gama, quando o movimento politico que agitou em 1820 a Europa, e que ao mesmo tempo envolveu a Italia, a França, a Hespanha e Portugal, propagou-se ao Brasil, unico de todos esses paizes que teve de dever-lhe beneficios reaes e progresso, pois deveu-lhe a constituição e a independencia.

A agitação das idéas, a effervescencia dos espiritos então dominantes não podião deixar de tirar um cidadão da importancia e do merecimento de Manoel Jacintho da esphera administrativa em que até então se havia circumscripção o seu zelo activo e patriotico, e de aproveitá-lo para cousas ainda maiores e mais uteis. A vida politica se lhe abriu.

Em 23 de Fevereiro de 1821 foi nomeado secretario e deputado da junta que com os procuradores das camaras do Brasil devia tratar das leis das câortes de Portugal e dos melhoramentos uteis ao Brasil. Em 4 de Abril passou a ter exercicio no conselho da fazenda, para o que pediu e obteve a sua exoneração das funcções que exercia no Real Erario, em que ao depois só interveio em 21 de Fevereiro de 1822 como membro da comissão encarregada de seu exame, e posteriormente e por diversas vezes como ministro da fazenda e presidente do thesouro publico. Em 21 de Abril de 1824, eleitor da freguezia de S. José, assistio a essa tragica reunião dos eleitores na praça do commercio.

Não é da nossa tenção escrever aqui a historia politica de nossa patria; abtemo-nos portanto de apreciar os acontecimentos, de explicá-las suas causas; sómente os indicamos em tudo quanto nelles se achou envolto o nosso distincto compatriota, contentando-nos com dizer que sua voz illustrada e eloquente, interpreto de uma opinião conscienciosa e despida de ambições,

nunca servio uma só idéa de desorganisação, nunca favoreceu a demagogia; nunca porém também sacrificou a causa do progresso humanitario para a liberdade.

Deputado pela provincia do Rio de Janeiro á assembléa constituinte, que, como se sabe, foi o centro de reunião de todos os homens conspícuos de que então se gloriava a nossa patria, e a quem, ainda virgem de cabalas e trapaças electoraes, o povo congregava para que lhe dessem, o que a sua inexperiencia desejava, uma sabia constituição politica, Manoel Jacintho, precedido pelo seu nome, pelos seus serviços, não podia deixar de para logo occupar eminente posição, especialmente como financeiro. Tanto se distinguio, que dali a tres mezes, em 17 de Julho de 1823, foi chamado ao ministerio da fazenda e á presidencia do thesouro publico.

Em época tão calamitosa, o poder poucas condições de estabilidade offerecia, o paiz poucos elementos de grandeza apresentava: achar meios de acudir ao serviço publico, de satisfazer todas as exigencias que appareciam, era o mais que ao ministro da fazenda era dado; nem então lhe era possível conceber e menos realisar grandes planos. Manoel Jacintho o comprehendeu, e, ministro, continuou a obra de organisação a que, annos antes, havia posto peito.

Infelizmente a agitação demagógica impellia o paiz para a sua ruina; a assembléa constituinte não sabia segregar-se della; em luta directa com o poder, atacando-o no seu principio, collocava-o na necessidade de salvar-se por um golpe de estado. O ministro da fazenda e quatro dos seus collegas não quizerão aceitar a responsabilidade moral desse acto, e renunciáráo as pastas dois dias antes da dissolução da constituinte.

Dissolvendo porém essa assembléa, que, como todas as constituintes, era, apesar da illustração dos seus membros, incapaz de cumprir a sua missão e de subtrahir-se ao dominio das facções, o chefe do Estado havia prometido aos povos uma constituição: cumpria mostrar-lhes que a dissolução não havia sido uma aggressão á liberdade nem uma falta á fé jurada, mas simplesmente um recurso extremo contra abusos legalmente irreprimíveis e inevitavelmente funestos: foi pois em 13 de Novembro nomeado conselheiro de estado o ex-ministro Manoel Jacintho, e coube-lhe a gloria de ser um dos autores e signatarios desse pacto fundamental a que deve a nação brasileira a diuturnidade da sua duração e a garantia das suas liberdades. Por esse serviço condecorou-o a corôa com a dignitaria da ordem imperial do Cruzeiro.

Por carta imperial de 15 de Outubro de 1825 foi-lhe conferido o titulo de Visconde de Baependy com as honras de grandeza, e foi pouco depois, em 21 de Janeiro de 1826, chamado de novo ao ministerio para a repartição da sua especialidade, a da fazenda. Em 12 de Outubro do mesmo anno obteve o titulo de Marquez.

Infelizmente só conservou o poder um anno: nomeio das intrigas e maneios da época, persuadindo-se que não gozava de sufficiente confiança da corôa, por não haver ella querido acceder ao desejo, por elle mostrado, de reformar a alfandega, contra a qual tantas e tão fundadas accusações erão geralmente dirigidas, pediu em 19 de Outubro a sua demissão; não lhe foi porém ella concedida, e teve o dedicado e leal servidor de continuar ainda tres mezes contra a vontade nessa posição, em que, victima de tantos euredos, não lhe era dado servir, como entendia conveniente, o monarcha e a patria. Emfim, em 15 de Janeiro de 1827, conseguiu retirar-se do ministerio com os seus collegas, Marquezes de Caravellas, de Paranaguá e de Inhambupe.

Retirando-se porém do poder, não arrefeceu o seu zelo pelo serviço do paiz e devoção ao Imperador: no conselho de estado, os seus votos, os seus pareceres escriptos e luminosamente deduzidos, de accordo com os dictames da sã politica, se nem sempre infelizmente forão seguidos, ali estão todavia para mostrarem que, se o erro dominou, não foi por não haver quem apontasse a verdade. Entre esses pareceres faremos sobresahir o em que aconselhou a reprovação desses empréstimos de Londres que com tão funesto encargo oneráráo as finanças do paiz, e tantos pretextos derão aos clamores contra o governo de então. Não menos importante é o que deu sobre as questões suscitadas pela morte d'El-Rei o Sr. D. João VI e pelo chamamento do Imperador do Brasil como D. Pedro IV ao throno portuguez. E por fim, em annos posteriores, quando o espirito revolucionario, já senhor das massas

populares, impellia a camara temporaria, onde dominava, contra o senado e o principio conservador, quando a crise precursora do sete de Abril se apresentou, o seu voto aconselhando ao poder que se circunscrevesse na restricta esphera da sua acção legal, mas nella cumpriu energico a sua missão constitucional e firmasse a independencia e ponderação dos dous ramos do poder legislativo, o seu voto, dizemos, se houvesse sido adoptado, talvez nos tivesse poupado os desastres de uma revolução.

Apresentado em 1826 em lista triplice para senador pelas provincias de Minas Geraes e do Rio de Janeiro, foi escolhido por aquella, e tomou assento logo na installação do senado, nesses bancos a que tanto realce soube dar.

Entretanto iam correndo os tempos, e os esforços revolucionarios, mal contrariados pela acção inexperiente e frouxa do governo, tinham chegado ao seu ponto: a revolução estava madura; só lhe faltava um opportuno ensejo, e os seus planeadores o procuravão com todo o afan. Verificáráo-se as fataes occurrencias de Março de 1831; o monarcha que em frente dellas julgou possível accommodar a opposição organisando um ministerio de sua confiança, sentio que nem assim a satisfaria, e organisou outro gabinete em vistas de reprimir as tendencias revolucionarias que ameaçavão a sociedade. Desse gabinete, organiado na noite de 5 de Abril, fez parte, como ministro da fazenda, o Marquez de Baependy.

Mas a revolução estava em campo: seus autores, receiando perder os elementos que haviam congregado, acolherão a noticia da organisação do novo ministerio com o rompimento de ha muito preparado.

A parte que nos ultimos acontecimentos do reinado do magnanimo fundador do Imperio coube ao nobre Marquez de Baependy, o que houve contra o seu conselho, ou conforme com elle, nessas occurrencias que precipitadas se agglomeráráo no dia e na noite de 6 de Abril de 1831, poder-uos-lha mais de espaço occupar; facil nos seria recompôr essas scenas intimas em que a timidez lutava com a dedicação, e os mais nobres pensamentos erão contrastados por frio desanimo; deixemos porém á historia o que á historia pertence, e, biographos, digamos sómente que em todos os momentos, que equivalião a seculos, desse dia fatidico, o nobre marquez não desmentio um só instante a sua reflectida lealdade, a sua intelligente dedicação á patria e ao Imperador.

No dia da abdicção, na presença dessa grande prova de ingratidão dos povos, o nobre Marquez como que deu por linda a sua missão politica. Victima dos furores revolucionarios, como ex-ministro, apontado ás calumnias mais torpemente inventadas, [insultado o seu domicilio, o prestante Brasileiro apenas reuniu os seus esforços aos alguns amigos da ordem que procuravão neutralisar com a propagação das suas doutrinas o espirito da irreflectida destruição de que se achavão possuidos os revolucionarios.

Para justificar a revolução, os dominadores da época tratáráo de formular accusações contra os ex-ministros do Imperador: o Marquez de Baependy foi um dos escolhidos, e para honra sua ali está essa accusação em que o espirito sagaz do odio politico, pesquisando uma longa vida ministerial, em uma pasta de tão complicados quão graves negocios, apenas achou para base do crime de prevaricação um facto meramente administrativo e da maior insignificancia. Firme na sua consciencia, o nobre Marquez respondeu victoriosamente a tão injusto projecto de accusação. E de facto tão injusto era elle, que a propria commissão encarregada de examinar a accusação a desprezou pelo seu nenhum fundamento, o que foi approvedo pela camara dos deputados em Setembro de 1831.

Não podendo lutar contra a torrente, o nobre Marquez retirou-se da vida politica: se comparecia no senado, se com o seu voto ainda disputava alguns dos grandes principios de ordem á conquista revolucionaria, se defendeu a constituição do imperio contra os ataques dos seus reformadores, nunca mais occupou a tribuna; sua voz eloquente emmudeceu.

A causa porém da monarchia constitucional brasileira tinha de ser salva. O anno de 1836 vio resurgir poderoso, illustrado e unido o partido que reagiu contra os erros revolucionarios; logo no anno seguinte foi o nobre Marquez eleito vice-presidente do senado, e como tal teve de reger em toda essa

sessão os trabalhos de tão importante camara; no anno de 1838 foi eleito seu presidente.

De posse da plenitude do poder executivo e moderador, o Senhor D. Pedro II. por occasião da sua coroação em 18 de Julho de 1841, galardoou o velho e constante servidôr da monarchia brasileira, o ministro fiel e amigo de seu Augusto Pai, com a Grãa-Cruz da Ordem da Rosa.

A vida politica, a vida activa e de trabalho do nobre Marquez estava acabada; seus dias continuárão ainda alguns annos a deslisarem-se no seio do socego e da ventura domestica de que era tão digno. e se ainda, não obstante a sua idade, apparecia entre os anciãos da patria, se ainda pôde com o seu voto sustentar algumas vizes a causa de toda a sua vida, já não era senão o venerando representante do Brasileiro distincto que tão alto havia elevado o seu nome. No meio dessas vicissitudes dos tempos, e dessas modificações de caracteres, de opiniões e de principios, que tão infeliz consequencia são da fraqueza humana na vida politica, ao nobre Marquez cabe uma gloria: seu character, suas opiniões forão sempre os mesmos, os seus votos nunca se desmentirão; nunca em sua longa existencia politica houve um passo que lhe deixasse a amargura do arrependimento.

No meio dessa existencia tão activa, tão cheia, o nobre Marquez, ainda conservando essa previdente generosidade que nas lutas da sua mocidade com a pobreza se havia acrisolado, teve a lembrança da fundação de um monte-pio, especie de associação mutua em que os pais de familia menos abastados, e a quem era tolhido economisar um patrimonio para seus filhos, pudessem com alguns fracos sacrificios comprar para suas familias parca, porém segura subsistencia. Em Junho de 1825 offereceu elle ao Senhor D. Pedro I um projecto para a fundação de um monte-pio geral para as familias brasileiras; já anteriormente havia offerecido um para as familias dos militares. Aquelle interessante trabalho foi apresentado no senado em 26 de Agosto de 1834, e d'elle posteriormente resultou o instituto que ali temos com o nome de Monte-Pio geral dos servidores do Estado, cuja idéa é attribuida a outrem, realisando-se assim ainda uma vez o famoso distico de Virgilio: *sic vos non vobis...*

Na vida do nobre Marquez pôde-se considerar o homem privado e o homem publico; e neste podemos ver — o homem de estudo e de magisterio, — o homem de administração, — e o homem politico, e em todos esses aspectos pôde o Brasil ufanar-se de tão distincto filho, e apresenta-lo como modelo.

Homem politico, em uma época de luta com a desorganisação revolucionaria, quando os mais funestos absurdos erão reconhecidos como principios e até proclamados como axiomas, teve elle na sua intelligencia fria e calma, no seu coração cheio de lealdade e de devoção, meios de premunir-se contra todos os erros, e, convencido que só sob a egide da autoridade pôde vigorar a liberdade, nem um só momento sacrificou uma á outra. Até 1831 foi um dos oradores mais distinctos e que melhor direcção deraõ aos debates do nosso parlamento, elucidando-os com a maior clareza de expressão, a mais logica argumentação. Ministro e conselheiro de estado, sempre fallou o monarcha, ainda em risco de desagradar-lhe, a linguagem da verdade. Disso tem o archivo do conselho de estado provas escriptas que o futuro historiador das cousas da nossa terra poderá compulsar.

Homem de administração, todos os seus trabalhos na provincia de Minas Geraes e na organização do Erario do Rio de Janeiro dão testemunho de que tinha elle todas as qualidades necessarias ao administrador, comprehensão rapida e clara, perspicacia, perseverança, e essa qualidade sem a qual nocivas são todas as outras, acrisolada inteireza.

Homem de estudo e de magisterio, basta lembrar que, ainda estudante, no ensino achou os recursos da existencia, que, chamado ao professorado

publico em um estabelecimento importante, conquistou a mais subida estima e consideração, para se ter idéa do que foi; e se como litterato administrador escreveu diversos trabalhos sobre as finanças do Brasil, se como agromomo e amigo do progresso publicou interessantes memorias sobre o cultivo da canella do Ceylão e sobre a granza ou ruiva dos tintureiros, como professor traduzio, para uso da mocidade, a *Metaphysica* do calculo de Carnot, a obra de Fabre sobre torrentes e rios, e a *Mecanica* de Lagrange. Foi membro de muitas sociedades litterarias e scientificas, quer nossas, quer estrangeiras: a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, o Instituto Historico Geographico do Brasil, as sociedades Litteraria e Amante da instrucção, a Promotora da instrucção de Vassouras, a de Agricultura, Commercio e industria da Bahia contárão-o entre os seus socios; bem como a Sociedade Universal de Estatistica em França, a Academia Franceza de industria agricola, manufactureira e commercial, a Academia Real das Sciencias de Lishoa, a Sociedade Litteraria Tibuciana, &c.

Como homem particular, sempre prestimoso e obsequiador, não poucos beneficios soube espalhar. Affavel, jovial e docil, conciliava com o respeito a affeição de quantos tinham a ventura de o tratar.

Casando-se em 5 de Agosto de 1809 com a Senhora D. Francisca Monica Carneiro da Costa (Marqueza de Baependy), filha legitima do coronel Braz Carneiro Leão, um dos mais abastados e consideraveis negociantes da praça do Rio de Janeiro, cuja viuva foi posteriormente nomeada baroneza de São Salvador de Campos, teve desse feliz consorcio tres filhos, um o Visconde de Baependy (Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama), a quem deixou em maioridade, e dous outros, Manoel Jacintho Carneiro Nogueira da Gama e Francisco Nicoláo Carneiro Nogueira da Gama, ainda menores. Modelo de todas as virtudes domesticas, amou extremosamente a sua familia, e, zeloso pela sua sorte, nada deixando ao acaso, conhecendo a fragilidade das cousas humanas e os vaivens do mundo, com os bens da fortuna que lhes deixou, ainda melhor herança lhes preparou, quer no exemplo das suas virtudes, quer no assiduo cuidado da sua educação.

Do Estado nada deixou a seus filhos senão o seu nome e a recordação dos seus serviços, que mais devem considerar-se como empenhos que os obrigação que como vantagens de que tenham de fruir.

Cidadão tão virtuoso, homem de tanto merecimento, devia merecer da Providencia uma remuneração; elle a teve na sua longa existencia, nos serenos annos da sua velhice, no amor da sua familia.

Em 15 de Fevereiro de 1847, pela meia hora da madrugada, depois de curta enfermidade, entregou a alma ao Creador. Sua morte foi a do philosopho christão, como fôra a sua vida. Seu corpo foi sepultado nos jazigos da ordem terceira de São Francisco de Paula desta cidade com as honras devidas aos altos cargos que durante tantos annos exerceu. Tinha de idade 81 annos, 5 mezes e 7 dias.

Sua morte foi geralmente sentida não só pelos seus amigos, como por aquelles que só de nome o conheciao; e se inimigos teve, nascêrão-lhe elles das lutas politicas e do exacto cumprimento dos deveres dos cargos que occupára, porque a ninguem odiou, e nunca a ninguem perseguiu.

Nenhum cidadão mais do que elle consagrou ao serviço da patria diuturna dedicação. Nas épocas difficeis do nascimento politico da nação brasileira, quando tudo estava por crear, finanças, administração, recursos materiaes e moraes, e quando entretanto, alimentado pela infancia nacional, o espirito revolucionario tudo perturbava, até como que adrede tudo compromettia, o Marquez de Baependy, esse glorioso Brasileiro, ahi se achou em constante esforço, em constante luta, victima, como todos os que se consagrão ao serviço publico, da inveja de uns, da calumnia de outros, nunca porém menos energico, menos dedicado.

OS CONTEMPORANEOS



JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR

José Martiniano de Alencar

JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR.

I.

Al 1822 uma mocidade ardente e entusiasta pela liberdade e independência de sua patria representava o reino do Brasil no Soberano Congresso que se reunira em Lisboa.

Trinta e seis annos são passados; e daquella pleiade brilhante, daquella phalange illustre dos primeiros representantes do paiz, apenas se encontra hoje no senado, entre as novas glorias que o voto popular e a confiança da corôa chamou a occupar essas cadeiras, uma trindade respeitavel por muitos titulos.

O Marquez de Olinda, Vergueiro e Alencar, são os tres nomes que lembrão ainda aos Brasileiros as calorosas discussões do congresso portuguez, em que os filhos da joven patria que ia surgir proclamavão á face da metropole o direito que tinha o Brasil de declarar-se independente, lançando assim através do oceano o grito dessa revolução que devia consummar-se em 7 de Setembro de 1822.

O Marquez de Olinda, quando a sua carreira parecia terminada, assumio de novo o poder; Vergueiro depois de ter illustrado a tribuna e dirigido a opinião publica, trabalha ainda pelo paiz dedicando-se á colonisação e á agricultura; Alencar, uma das popularidades de 1830, um dos homens mais notaveis da opposição de 1839, um dos autores da revolução parlamentar que produziu a maioridade em 1840, só aspira a servir a seu paiz com o seu voto de legislador, e a conservar puras e inalteraveis as crenças politicas que o dirigirão durante a sua vida.

Poucas existencias ha no Brasil tão cheias de vicissitudes como a sua; poucos homens passarão por tão duras provanças, e acompanharão a revolução da independência de seu paiz desde o primeiro balbuciar deste povo, ainda menino e já respirando a liberdade, até o momento em que o arrefecimento da luta e a calma dos espiritos extinguiu os antigos partidos.

O que ba de notavel porém na sua vida, é que, tendo muitas vezes exercido, pelo seu prestigio, pela sua habilidade na direcção da politica, uma influencia decidida sobre os negocios do paiz, não occupou nunca as primeiras posições officiaes; além do cargo de senador a que fôra chamado na primeira vaga por uma eleição espontanea e quasi unanime, apenas foi duas presidente de sua provincia.

Mas o seu caracter explica este facto: a sua modestia reprimia as aspirações; e o seu interesse pelo paiz passava adiante dos calculos da ambição pessoal; depois de ter servido nobremente o seu partido, depois mesmo de se baver sacrificado por elle, offuscava-se e desprezava as glorias de chefe, para gozar da intima satisfação que sente o simples e obscuro cidadão, quando tem a consciencia de baver cumprido o seu dever.

Assim em todas as épocas em que as suas idéas triumpharão, ou em que o

seu partido dirigio o paiz, elle conservou-se na sua modesta posição; em 1831, sendo presidente da camara dos deputados, continuou no seu posto depois da revolução; em 1834 quando Feijó, seu amigo intimo e dedicado, governava o Brasil, contentou-se com a presidencia do Ceará, onde o levára o seu amor pela provincia natal; em 1840, quando a revolução da maioridade sahio de sua casa (*) para rebentar no senado e echoar na camara dos deputados, apenas aceitou aquella mesma presidencia com o fim de ir reparar os males que as administrações passadas ahi haviam feito.

O reverso desse quadro é ainda mais significativo.

Se durante a sua carreira politica Alencar pela sua modestia e pela sua reserva não quiz ou não soube procurar para si as primeiras posições officiaes no momento em que os seus amigos dominavão; sempre que o seu partido foi vencido, sempre que uma reacção se operou contra os liberaes, o seu nome figurou como martyr entre os mais distinctos e os mais celebres; algumas vezes mesmo na primeira plaina.

Em 1817, soffreu quatro annos de prisão rigorosa na Bahia, onde teve por companheiro Antonio Carlos, que depois foi um dos seus mais dedicados amigos, e verdadeiro apreciador do seu caracter; em 1824 esteve de novo preso um anno; em 1842 accusado de ser o chefe de uma imaginaria associação dos *Invisiveis* foi processado com Feijó, Vergueiro e José Bento; em 1848 attribuiu-se-lhe o movimento politico de Pernambuco e o accusarão na camara dos deputados.

Tanta celebridade e tanto prestigio no revez; tanta obscuridade e tanto afastamento no triumpho; — é um contraste que faz honra ao caracter do homem politico, e que lhe deu essa reputação de integridade que seus proprios inimigos nunca lhe negarão.

Mas naquelles tempos de verdadeiro entusiasmo e fé robusta o povo sabia desempenhar a sua missão; e a urna popular era como o altar da patria onde se sagravão puros votos de reconhecimento e gratidão aos bons fillos e aos bons cidadãos.

Ao passo que Alencar era esquecido, ou fazia-se esquecido das distincções officiaes, não lhe faltavão as honras populares.

Em 1821 as portas do carcere se abrirão para deixa-lo saber, ao mesmo tempo que as do Soberano Congresso se abrirão para recebê-lo. De volta da Europa encontrou no Rio de Janeiro o diploma de deputado á constituinte. Minas Geraes e o Ceará o elegêrão simultaneamente á segunda legislatura.

Em trinta e seis annos, apenas quatro esteve fôra do parlamento; e isto porque achando-se ainda em 1825 comprometido na revolução do anno anterior não pôde ser eleito á primeira legislatura.

(*) Rua do Conde n. 55.

II.

J. M. DE ALENCAR começou a sua carreira politica muito cedo.

Em 1817, achava-se estudando em Olinda, quando sobreveio essa revolução mal planejada, aspiração precoce de um povo pela liberdade que ainda não se tinha impregnado nas primeiras camadas da sociedade; e que era apenas comprehendida por alguns homens instruidos, a quem os échos da revolução franceza, e da independencia dos Estados-Unidos, chegavam apezar de amortecidos pelo tempo e pela distancia.

Moço, entusiasta, amando a sua patria com o mesmo ardor que depois sempre mostrou, arrastado pelo exemplo de seus mestres, Alencar deixou-se levar pelo movimento; e partiu para o Ceará, munido das cartas e instrucções necessarias para fazer apparecer a revolução naquella provincia. Desempenhou a sua commissão; porém pouco tardou que a impericia dos chefes fizesse abortar todo o plano.

Effectuou-se a restauração; e elle foi preso e conduzido a Pernambuco: depois passou á Bahia, onde esteve quatro annos encarcerado com o rigor que o governo absoluto usava para os crimes politicos; ali assistia elle a essas expansões da immensa erudição de Antonio Carlos, que consolava a uns da desgraça, e a outros instruia, como um livro vivo e eloquente.

Solto em 1821, voltou ao Ceará, e eleito deputado ás côrtes de Lisboa, tomou assento em 10 de Maio de 1822. Foi companheiro de Antonio Carlos, Vergueiro, Barata, Muniz Tavares, Lino Coutinho e outros; apezar de muito moço e inteiramente alheio aos estylos parlamentares, apezar do aspecto imponente dessa respeitavel assembléa onde tinham assento Borges Carneiro, Fernandes Thomaz, Guerreiro, Ferreira Borges, Girão e mais homens notaveis de Portugal; o joven deputado achou nas suas convicções a coragem necessaria para acompanhar os seus collegas nessa luta parlamentar que preludiou a separação do Brasil.

Chegando a Portugal a noticia da independencia, Alencar abandonou as côrtes com alguns outros deputados; e sem passaporte, não obstante a prohibição do congresso, passou á Inglaterra, e correu ao reclamo de sua patria; acabou porém a revolução consummada, e recebeu o diploma de deputado á constituinte.

Nessa assembléa, seguindo sempre os principios de liberdade, sustentou os de ordem nas sessões agitadas que então apparecerão; pelo que mereceu a sympathia geral, e a estima de D. Pedro I, que sempre o distinguio. Dissolvida a constituinte, voltou á sua provincia, da qual estava ausente havia dois annos; ali achou os seus amigos e sua familia comprometidos na revolução de 1824; preferio comprometter-se com elles a abandoná-los.

Preso e conduzido por Minas Geraes até o Rio de Janeiro, foi ser julgado na capital do Ceará pela commissão militar presidida pelo coronel Conrado, a qual proferio sentença reconhecendo-o innocente e absolvendo-o. Passou esse pouco tempo estranho á vida politica, até que em 1828 as provincias de Minas Geraes e do Ceará o elegêrão deputado á segunda legislatura.

Este facto bastante notavel, era a rehabilitação do seu passado politico, se elle precisasse de outra além do reconhecimento da sua innocencia pela commissão militar; o voto de uma provincia illustrada como a de Minas Geraes, que o tinha visto na desgraça, era a maior prova de consideração que podia merecer um cidadão.

Alencar optou pela sua provincia, como é de lei; e na vaga que elle deixou tomou assento Evaristo Ferreira da Veiga, eleito primeiro supplente. Foi nesta sessão de 1830 que elle mais se distinguio pela sua moderação, defendendo como membro da commissão de poderes contra os liberaes exaltados, o direito que tinham José Clemente Pereira, Salvador José Maciel e Oliveira Alvares de tomarem assento como deputados; devendo notar-se que nesta defesa, movida

apenas por sentimento de justiça, elle corria risco de perder a sua popularidade á vista da excitação dos animos contra aquellas elcções.

Em 2 de Maio de 1832 entrou no senado, sendo o primeiro senador eleito pela regencia; e foi aceito por aquella corporação, então quasi toda composta dos membros da primitiva fundação, como uma garantia contra as idéas da abolição da vitaliciedade, que começavam já adquirir muita voga; recebendo no seu seio um dos membros mais proeminentes do partido liberal, o senado julgava adquirir um defensor valioso.

Mas elle não contava com o caracter de Alencar; e não sabia que, deputado ou senador, elle votaria com a mesma facilidade pela idéa, desde que a considerasse util para o paiz; e assim o demonstrou pouco depois, e em todos os actos de sua carreira parlamentar.

Nomeado presidente do Ceará em 1834, dedicou-se, durante os tres annos que exerceu esse lugar, a promover os melhoramentos moraes e materiaes que reclamava o estado de atraso de sua provincia. Purgou-a dos assassinos que a infestavam; fez punir todos os criminosos grandes e potentados; introduziu colonos naquella época em que nem se fallava de colonisação; mandou vir operarios da Europa; creou um banco pequeno mas em relação aos recursos do lugar; reprimio o trafico, apprehendendo o unico contrabando que appareceu no tempo de sua administração, de modo que um só Africano não escapou; e desenvolveu as obras publicas, construindo estradas e pontes.

Não tendo a provincia rendas para as suas despesas, tanto que recebia uma quota de Pernambuco para supprir o deficit, elevou a receita a ponto que não só cobria aquellas despesas accrescidas com a criação da assembléa provincial, e os gastos feitos com a prisão de criminosos e com as obras publicas, mas deu para se enviar uma remessa á Inglaterra afim de amortizar a divida publica, facto de que não havia exemplo na provincia; e deixou ainda um grande saldo.

O maior elogio que se póde fazer da sua administração é que o ministro do imperio em 1837, Vasconcellos, um dos nossos mais distinctos estadistas, acerrimo adversario politico de Alencar, quando este pela desistencia de Feijó e mudança de politica foi demittido, recommendou ao seu successor, o conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello, que não desfizesse os actos da presidencia anterior, nem hostilizasse o partido que a havia apoiado; instrucção que o novo presidente executou tanto quanto era possivel naquello tempo de luta e opiniões extremas.

Voltando da presidencia do Ceará, Alencar veio tomar em 1839 o seu posto de opposição no senado, e ali foi um dos sete senadores que impedirão durante um anno a passagem da interpretação do acto addicional, apezar de todo o esforço do governo e da maioria.

No anno seguinte planejava elle com Antonio Carlos, José Bento, Paula e Souza, Limpo de Abreu, Martin Francisco, Hollanda Cavalcanti e outros a revolução da maioridade, que se realisou em 23 de Julho, e que inaugurou o presente imperio; ainda desta vez aceitou a presidencia do Ceará para comprazer com os seus amigos, e evitar uma difficuldade ao ministerio.

Foi o segundo e ultimo periodo de sua vida administrativa; periodo durante o qual mostrou ainda uma vez a sua energia e coragem civica em reprimir os movimentos sediciosos que alguns dos adversarios da maioridade fizeram apparecer na provincia, e dos quaes não se devem revolver as cinzas.

Voltando á opposição em 1842, em quo teve de soffrer o processo de que fallámos, nella se conservou até 1845, em que exerceu uma influencia notavel como um dos chefes da maioria que apoiava o ministerio Macahé.

Desde então, ou porque julgou com razão que depois do tão longa luta tinha direito ao repouso, ou porque entendeu que os seus serviços não eram mais precisos, retirou-se da scena politica; porém até hoje ainda nem um seu aliado dirigio-se a elle que não encontrasse o mesmo liberal de 1830.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. C. A. Dreyer. Rua da Assembleia, 10. Rio de Janeiro.

EVARISTO FERREIRA DA VEIGA

Evaristo Ferreira da Veiga



EVARISTO FERREIRA DA VEIGA.

Onde está elle?—Esse homem fabricado
De sangue novo, pelo molde antigo,
De grega e de romana contextura,
De tempera sublime,
Que vale mais que os seculos que o produzem?
MAGALHÃES.

A HISTORIA, pharol brilhante erguido nas fronteiras do passado para illuminar a estrada do futuro, nunca mais digna se torna do que quando, espaneando as trevas que rodêao os tumulos, nos mostra em todo o seu esplendor os varões illustres, cujos feitos honrarão o paiz de seu nascimento, cuja vida foi gloriosa para a humanidade. Esses homens modelos, que provocão a attenção do presente, deixão escapar dos labios gelados palavras conselheiras de virtude, de valor, de nobreza; os raios da luz, que, como auréola sagrada, circumdão suas fronteiras, acendem n'alma o amor da patria, e o respeito, que acompanha sua memoria, excita no coração desejos de imita-los; nobre e energica a ambição desperta, cresce, inflamma a vontade, que então opera prodigios. Muitas vezes—quasi sempre—a inveja e a ignorancia contemporaneas, dando-se as mãos, pagão com desprezo, senão com martyrio, as nobres abnegações, os esforços generosos das almas escolhidas. Os interesses, que lutão uns contra outros por alcançar o predomínio; as paixões, que obscurecem a razão e aconselham o mal; o erro, que cala profundamente nos animos e que o falso orgulho ainda mais afferra, temem, odeião, desconhecem os espiritos elevados e nobres, que os combatem em nome da virtude, da justiça e da razão.

Mas ha um momento em que todas essas vozes emmudecem, uma época em que a verdade profere a sua sentença definitiva; é quando um tumulo se abre, quando uma nova geração, gozando dos beneficios que resultarão dessas lutas, repelle a herança de preconceitos, e, buscando nas sombras do passado o autor de tantos bens, repete o seu nome entre vivas de gratidão. Este juizo da posteridade, sentença da justiça divina, que a humanidade proclama, é a recompensa mais pura, mais duradoura, mais invejavel; essa crença de vida futura, essa esperança de merecer um dia as bençãos de uma geração inteira, constituem o mais nobre incentivo para as almas verdadeiramente heroicas.

Cumpra pois que a historia, illuminando com seu facho as sombras do passado, nos deixe ver em toda a luz as imagens dignas de veneração; que de geração em geração uma voz se erga d'entre o povo, como a da sentinella quando alta vai a noite, repetindo o nome e os feitos dos homens que ganharão a immortalidade, prestando homenagem ao passado e incitando os animos, que desfallecem no presente.

O Brasil, bem que de moderna data no quadro das nações, conta já numerosos filhos, que devem ser apontados como exemplos, e a Galeria dos Brasileiros Illustres póde ufanar-se de sua riqueza. Nesse monumento erguido à memoria dos grandes homens do Brasil, um dos mais elevados pedestaes deve ser reservado para o busto nobre do varão, cuja vida vamos rapidamente bosquejar.

EVARISTO FERREIRA DA VEIGA nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 8 de Outubro de 1799. Seu pai, Francisco Luiz Saturnino, era professor de primeiras letras e tinha aula aberta na rua de S. Pedro, donde mais tarde foi passada para a do Ouvidor. Ahi recebeu Evaristo os primeiros rudimentos de instrucção, e ao mesmo tempo lições de severa moralidade, que ficárão profundamente impressas em seu coração. Na idade de doze annos passou a estudar grammatica latina com o professor Manoel Marques, e rhetorica com João José Vahia: pouco tempo depois frequentou como externo as aulas do Seminario de S. José, onde estudou philosophia racional e moral e as linguas franceza e ingleza, aprendendo mais tarde comsigo mesmo a italiana. Contava dezenove annos quando concluiu os estudos. Então seu pai, que deixára a aula de primeiras letras para abrir uma loja de mercador de livros á rua da Alfandega, chamou-o para o balcão. Depois de cinco annos, tendo perdido sua mãe, estabeleceu de sociedade com seu irmão, o Sr. João Pedro da Veiga, uma livraria á rua de S. Pedro, esquina da da Quitanda, donde mais tarde sahio para continuar o mesmo negocio por sua conta na rua dos Peseadores.

Até então Evaristo era apenas conhecido como negociante honrado, ho-

mem affavel e esposo modelo, que já então se achava casado com D. Edeltrudes Maria da Ascensão, a quem consagrou viva amizade até o derradeiro instante de sua vida.

Não obstante, essa perspicaz intelligencia, que seus professores tanto haviam apreciado, não dormitava, não; enriquecia-se no estudo, concentrava-se para mais tarde resurgir cheia de força e de esplendor. A sede de conhecimento, que desde os primeiros annos o atormentava, encontrára fonte abundante para faltar-se nos livros, entre os quaes elle vivia. Seu natural discernimento e bom gosto haviam-o levado a fazer uma ajuizada escolha entre as diversas obras de bons autores. Com elles conversava Evaristo durante as longas horas da noite, e nesse continuado lidar sua intelligencia mais se desenvolvia, novos pensamentos ensinados pelos sabios, ou inspirados pela meditação, vinhão enriquecê-la, e de dia em dia mais vasta se tornava sua erudição.

Limitar-se-hião a isso os desejos de Evaristo? Não, de certo; fôra preciso ser profundamente egoista para, conhecendo-se tão rico, guardar consigo esse thesouro, e Evaristo primava em generosidade. A fortuna, que adquirira no negocio, não a empregava consigo, que erão simples os seus habitos e seus gostos bem afastados da ostentação; distribuia-a pelos desvalidos, a quem sua caridade ia encontrar até em paizes estrangeiros. Quem assim tão despegado se mostrava das riquezas materiaes, tão prompto em soccorrer os infelizes mal aquinhoados, não podia certamente ser avaro das riquezas intellectuaes; não, elle as entesourava porque sentia instinctivamente que havia de chegar o dia em que infelizes de outro genero, desvalidos de outra fortuna precisariam tambem de seu auxilio. Mas a modestia, que era base de seu character, e a desconfiança das proprias forças ainda não experimentadas, não lhe deixavam conhecer que esse dia já era chegado, embora alguns amigos, que o apreciavam em intimas conversações, assim lh'o dissessem e lhe vaticinassem um porvir de gloria.

Filho do Brasil, nascido em meio desta natureza tão garrida, desta vegetação tão luxuriante, sob este céu tão anilado, escutando as poderosas vozes das florestas, a suave harmonia dos bosques, o doce murmurar dos rios, o estalar das catadupas, Evaristo era poeta; e sua brilhante imaginação, despertada pelo brado erguido nas margens do Ypiranga, celêbrou em bellos cantos a aurora da liberdade. A patria foi a musa que acordou o poeta; a patria, seu primeiro amor, foi tambem o termo unico de todas as suas ambições. Desde então elle publicou varios artigos e folhetos politicos, que respiravam o perfume embriagador do patriotismo, e que desde seu apparecimento attrahiram a attenção publica, incerta ainda sobre o nome do autor, porque esses escriptos erão publicados sob o anonymo. Bem depressa porém o nome de Evaristo tornou-se conhecido no Brasil de uma extremidade á outra.

A 11 de Junho de 1828 os batalhões de Allemães e Irlandezes se sublevão na cõrte e perseguem ferozmente o povo: a 6 do mez seguinte o barão Roussin, vice-almirante francez, entra de morrões acesos pela bahia do Rio de Janeiro e vem insultar a fraqueza do Brasil! Ao ouvir os clamores do povo, ao sentir as faces abrasadas pela vergonha da affronta, Evaristo esquece a propria modestia e escreve estas nobres palavras: *Desgraçado o povo que soffre o jugo estrangeiro! Os seus mesmos beneficios são amargos e pagão-se a peso de ouro; os seus insultos, quem os tolerará?*

A *Aurora Fluminense* repetio esse brado de indignação aos ouvidos do povo. Fundado em fins de 1827 por tres cidadãos, esse periodico foi desde 1828 exclusivamente redigido por Evaristo, e tornou-se a tribuna em que se advogavam os interesses publicos, o pulpito de que baixavam lições para o povo. Despontára o dia esperado; Evaristo abriu o cofre em que amontoára riquezas de conhecimentos e com larga mão as distribuiu.

Não cabe nos limites deste simples esboço uma apreciação de Evaristo como jornalista; diremos sómente que a *Aurora Fluminense* tornou-se em pouco tempo conhecida de todo o Brasil, e grangeou para o seu redactor uma grande popularidade, que foi de dia em dia augmentando. Durante os oito annos de sua existencia a *Aurora* foi o órgão das necessidades e dos interesses do povo, o defensor estrenuo de seus direitos, o campeão destemido das liberdades

publicas, o guia consciencioso da opinião, a ara sagrada em que se venerava a patria. Dotado de vasto talento, rico de erudição, animado pelo mais desinteressado patriotismo, Evaristo discutia com alta superioridade em sua folha todas as questões que importavam ao progresso do paiz; mas, vivendo no meio do turbilhão das facções, cujos planos elle contrariava e que buscavam afasta-lo jogando-lhe insultos, via-se obrigado a descer ás questões individuais; se ás declamações respondia com raciocinios, combatia os insultos com uma ironia penetrante, que deixava profundamente ferido o amor-proprio de seus adversarios.

O nome de Evaristo espalhava-se por todo o imperio, e além do Oceano; seu merito grangeou-lhe os titulos de socio do Instituto historico de Paris e da Arcadia Romana; a sociedade Amante da Instrucção contou-o mais tarde no numero de seus membros benemeritos. Ao mesmo tempo a fama de seus talentos, de suas virtudes, reunia na sua loja de livreiro todos os verdadeiros patriotas; ali doutrinaava elle o povo, e aquelles que o ouvião iam mais longe repetir suas palavras e augmentar a sua popularidade. A provincia de Minas tres vezes o escolheu para seu representante na camara dos deputados. O Rio de Janeiro não se mostrou ingrato para um filho que tanto o honrava; se nas eleições de 1828 Evaristo ficou no numero dos supplentes, nas de 1836 reunio dous diplomas, o de Minas e o do Rio de Janeiro.

Como deputado Evaristo foi o mesmo homem que no jornalismo, defensor dos mesmos principios sobre que se baseava sua doutrina: liberdade moderada para o povo, prestigio e força para a monarchia, respeito ás leis, fiel observancia da constituição do Estado. Não quadrava esse programma á administração, e por isso encontramos Evaristo dirigindo a opposição parlamentar de 1830.

Começarão a apparecer nessa época as idéas de reforma da Constituição e federação das provincias, como consequencias fataes dos erros do governo. Evaristo vio na adopção de taes idéas uma offensa á constituição e o enfraquecimento do Brasil; sua voz poderosa ergueu-se contra os reformistas. Mas embalde! a reacção estava na razão directa da oppressão; a faísca lançada nos espiritos ardentes devia em breve produzir o incendio.

Pela primeira vez Evaristo hesitou; pareceu-lhe a principio que devia resistir á torrente, que dar-lhe o apoio de seu nome seria contribuir para a perdição da patria; logo porém coheceu que todo o esforço humano seria impotente para soster o rochedo, que, despegado de sua base e impellido por uma força fatal, rolava irresistivel e ganhava nova velocidade com a carreira, cujo termo era o abysmo da anarchia. Então a alma do heróe partio-se em um soluço, houve um momento de agonia, uma dôr sem nome varou-lhe o coração! Pago esse tributo á natureza, Evaristo ergueu a fronte, e, cerrando os ouvidos aos insultos, aos sarcasmos, ás maldições com que era pago o sacrificio de seu amor-proprio, passou para as fileiras dos reformistas. Não podendo fazer parar o rochedo, queria ao menos desvia-lo do abysmo, arriscando-se a ser por elle esmagado. « Combati a reforma, dizia elle então, em quanto não a julguei do voto geral; hoje é necessaria, e pugno por ella; faça-se, faça-se, mas a ordem e a tranquillidade presidão a tudo, e a lei á sua propria alteração. »

De dia em dia os espiritos mais se azedavam. D. Pedro I parte para a provincia de Minas, alim de com sua presença restabelecer ali a ordem, e publica em Onro Preto a proclamação de 22 de Fevereiro, que foi mais uma faísca para apressar a explosão. Por occasião de seu regresso á cõrte fazem-se grandes festejos, acendem-se fogueiras, bandos armados percorrem as ruas da cidade insultando e maltratando os Brasileiros, cujo sangue corre. Evaristo querendo evitar mais graves desordens, escreve estas memoraveis palavras: *O sangue derramado pede sangue, tristes effeitos dos odios e dissensões civis!* admoestação prudente, que seus inimigos traduzirão como provocação ás paixões populares. Longe porém de aconsellar represalias sanguinolentas, o heróe apella para a autoridade e redige a representação de 17 de Março, assignada por 23 deputados e um senador, na qual se pede ao monarcha que *desaffronte o Brasil vilipendiado e pungido!*

Tudo é baldado ! O dia 7 de Abril vê consummar-se a revolução ! Evaristo conhece que é chegado o momento do perigo e redobra esforços para affastá-lo. Elle sabe que na taça das revoluções o povo bebe um licor que embriaga ; que a liberdade, virgem santa, veste uma túnica tão fina que se despedaça aos abraços frenéticos do povo em delirio ; então a virgem profanada se transforma em medonha fúria, corre nua, soltos os cabellos, sacudindo o brandão da anarchia, e vinga com as proprias mãos o ultrage que soffreu.

Resolvido a encaminhar a revolução, Evaristo começa pregando o esquecimento das offensas, pedindo perdão para todos ; arrisca-se para salvar seus inimigos. Graças á influencia do seu talento e de sua virtude elle conseguiu suspender o braço armado da revolução ; luctuosas scenas de proscriptão e de exterminio, quasi inevitaveis em taes momentos, não empanarão o brilho desse quadro magestoso, que representava a liberdade triumphante.

Apenas porém se completa a victoria, os interesses individuaes, as paixões exaltadas, os espiritos hallucinados resuscitam os antigos partidos, cada qual mais absurdo em suas pretensões, querendo por calculo ou por irreflexão arremessar novamente o paiz para o abysmo que ainda está mui proximo. Evaristo conhece que essas mãos malvadas ou ignorantes hão de dilacerar o seio da patria, seu unico amor, e por cuja felicidade tanto tem porfiado ; olha em torno de si, procura um lado — não o mais poderoso e mais forte, — que lhe importa o poder ? — mas aquelle onde ha mais razão e mais justiça, porque só o seu triumpho póde ser duradouro, só elle póde produzir a paz. Então torna-se chefe do partido moderado, dá-lhe vigor, empresta-lhe sua influencia, alarga seu circulo, consegue enfim supplantar seus contrarios, isto é, salvar a ordem, a liberdade, a monarchia. Por longo tempo tem em suas mãos os destinos do Brasil, a sorte de um imperio depende de sua vontade. podendo ser tudo, elle quiz ser sómente Evaristo, o amigo de sua patria. Essa immensa influencia, de que dispõe, elle só emprega para debellar as facções que renascem, e conservara conquista que lhe assegura o futuro do paiz.

Na celebre sessão de 30 de Julho de 1832, em que devia ser proclamada a nova constituição, que lhe pareceu um acto precipitado e perigoso, Evaristo deixou por momentos seu partido, que então tinha na camara maioria. Seu

silencio e completa abstenção em tal crise contribuirão fortemente para mallograr o plano dos moderados.

No entanto as esperanças de restauração do ex-imperador ganhavam corpo de dia em dia. Evaristo, julgando que a realisação dessa idéa seria uma fonte de males para o Brasil, a combatia com todo o vigor, face a face. Na noite de 8 de Novembro de 1832, achava-se elle em sua loja discorrendo em companhia de varias pessoas, quando ouviu-se o estrondo de uma pistola, e Evaristo vio tres de seus amigos cahirem por terra banhados em sangue. O heróe levemente ferido corre á porta da loja, explica ao povo a scena que se acaba de dar e termina exclamando : *Não nos farão calar com estes argumentos.*

Dessa época em diante Evaristo dominou em todas as eleições, e influio poderosamente na marcha do governo. Em 30 de Dezembro de 1833 terminou a publicação da *Aurora Fluminense*, e desde então conservou-se afastado dos negocios publicos.

A 22 de Novembro de 1836 partio para a provincia de Minas afim de pagar uma divida de gratidão para com essa briosa provincia, que tres vezes o elegêra deputado. De volta á côrte, e já molesto, sentio tão doloroso abalo ao contemplar o estado das cousas publicas, que atacado por violenta enfermidade falleceu a 12 de Maio de 1837, depois de sete dias de soffrimento, dando á sua esposa e ás suas tenras filhas este ultimo conselho : *Vivei no santo temor de Deos e nelle confiai, e em meu irmão.*

Seu corpo foi sepultado na igreja de S. Francisco de Paula ao lugubre som das lamentações da cidade inteira.

O dia 12 de Maio de 1837 foi uma data de desolação e de luto para o imperio ; a grande familia brasileira pranteava a morte do seu filho mais querido, do varão que, sempre calmo no vortice das revoluções, generoso no triumpho, modesto no fastigio do poder, consagrando toda riqueza da sua intelligencia, todo o amor de seu coração, toda a energia de sua vontade, á ventura da patria, vivendo no periodo mais agitado da historia do Brasil, legou ás gerações por vir o exemplo de uma vida pura e bella, como em noite serena o céu estrellado desta terra que elle tanto amou !



THE CONTEMPORANEUS

A. Sisson del. Lith.
1858.

A. Sisson del.


ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

Antonio Carlos Ribeiro de Albuquerque

A. C. R. DE ANDRADA MACHADO E SILVA.

« Eu passarei á posteridade como o vingador da dignidade do Brasil. »

Discurso de ANTONIO CARLOS na Constituinte; sessão de 10 de Novembro de 1823.

o meio das grandes peripecias do drama social; nas oscillações tempestuosas que sóem sempre acompanhar a infancia das nações que se constituem, a Providencia não abandona a humanidade. Quando os destinos da sociedade, agitados pela luta das paixões, vacillão incertos a perder-se nos abysmos da dissolução, ella envia á terra esses apostolos predestinados, a quem entrega o verbo de uma nacionalidade nascente, e confia a missão de dirigir as gerações que timidamente o caminho apenas encetado da existencia. Sua passagem na terra é como um clarão luminoso atravez dos acontecimentos que os circundão. Engrandecidos pela consciencia de sua elevada missão, elles atravessão com serenidade impassivel o tumultuar das paixões, que ao redor delles se desencadão, e realisão seu destino com a omnipotencia das grandes convicções. Em suas fronte, ungidas pela gloria, está estampado o sello da grandeza. Seus passos são mareados com os beneficios que derramão, com o heroismo que os engrandece.

O infortunio e o soffrimento conferem-lhes ás vezes a corôa do martyrio; e a gratidão dos povos colloca seus vultos venerandos no templo da patria, allumiados pelo irradiar de uma gloria infinda.

Tal foi Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

Patriotismo ardente, provado nas lutas do despotismo; character romano temperado nas provações do infortunio; coragem civilizada levada até o heroismo; consciencia nobre e orgulhosa de seu merecimento; alma volcanica, exaltada pela perspectiva da gloria; tudo concorreu para tornar Antonio Carlos o homem do povo, o tribuno gigante de nossas liberdades. Sua imaginação rica e fecunda, sua variada e brilhante erudição, a energica vivacidade de sua expressão, seu mesmo busto magestosamente talhado, — allumiado pelo raio de um pensamento viril, tudo assegurou á sua palavra essa omnipotencia grandiosa, que força as convicções e arrasta os espiritos. Os talentos da eloquencia brilhavão-lhe na fronte sulcada pelo infortunio, e cada debate era um trophéo, cada discurso um louro, que ajuntava á sua corôa de orador. Sua palavra autorizada dominava as discussões, e intervinha para decidir o pleito, como o raio rebenta entre trevas para desfazer a tempestade e serenar o horizonte. Quando occupava a tribuna, suas palavras, encendidas pelo entusiasmo, rebentavão em borbotões, e vasavão-se nos moldes de uma eloquencia animada no fogo sagrado do patriotismo. Dir-se-hia que ellas levavão consigo a centelha, que lhe ardia no cerebro.

Foi o vulto gigante das côrtes de Lisboa, o orador mais proeminente da constituinte; e em nossa galeria parlamentar ninguem lhe disputa a primazia. Seu nome é um monumento nos fastos da patria: e pois reivindica-lo do olvido é restaurar um monumento de glorias, esquecido pela ingratição dos contemporaneos.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva nasceu na, então, villa de Santos, no dia 1.º de Novembro de 1773; forão seus pais o coronel Bonifacio José de Andrada, e sua mulher D. Maria Barbara da Silva.

Feitos seus primeiros estudos em sua terra natal, foi sua educação litteraria confiada aos cuidados do virtuoso bispo D. Fr. Manoel da Resurreição, o mesmo que abria a José Bonifacio os thesouros da intelligencia. Munido desses principios, que fazião-lhe já antever os segredos da sciencia, seguiu para Coimbra, o theatro dos talentos brasileiros naquella tempo, e ahi obteve com assignalado aproveitamento o grão de bacharel em direito. Sua intelligencia, desabrochada sob o sol dos tropicos, robusteceu-se com os variados estudos da historia e da litteratura, e adquirio esse brilhante cabedal de erudição, que era como o preludio do grandioso futuro que o aguardava.

Concluidos seus estudos, começou seu tirocinio na carreira publica; depois de haver servido o lugar de juiz de fôra em Santos, foi promovido a ouvidor e corregedor da comarca de Olinda, sendo logo depois elevado á categoria de desembargador da relação da Bahia.

Seu destino porém estava escripto nas paginas do porvir; não o talhára a Providencia para seguir placido e sereno a vida impassivel do juiz; fadára-o para ser o heróe de uma nacionalidade. Sua existencia devia reflectir as oscillações que caracterisão as grandes épocas, e soffrer as duras provações que engrandecem os filhos da liberdade.

Em 1817 Pernambuco, cansado sob o peso de um absolutismo sem grandeza, recordou as tradições de sua historia, e levantou um grito prematuro em prol da independencia da terra de Santa Cruz. Antonio Carlos não trocou a toga do juiz pela opa do tribuno. Sua intelligencia e seu coração negavão-se a um movimento generoso embora, mas que o lugubre exemplo de um passado ainda recente augurava, que havia de ser esmagado sob a acha implacavel do poder, e que o sangue de novas victimas viria ajuntar-se ao eruento supplicio de Tira-dentes.

Sua fidelidade entretanto foi posta em duvida por um poder suspeito, e das mãos do algoz só o salvou o seu destino providencial.

Atirado em lobrego segredo no calabouço das Cinco Pontas, quando, certo de sua innocencia, fôra voluntariamente apresentar-se ao governo interino da capitania, Antonio Carlos estava votado á mesma sorte, que pesou sobre o padre Roma e tantas victimas infelizes, que cahirão sob o gladio do absolutismo.

O soffrimento exalta e depura as grandes almas; os caracteres superiores contão seus triumphos pelos dias de tribulação. Longe de recuar espavorido diante do cadafalso, seu espirito antolhou a palma sublime do martyrio; e a resignação e a coragem civica convertêrão-lhe a agonia do suppliciado em um cantico de inspiração altiva:

« Sagrada emanção da liberdade,
« Aqui do cadafalso eu te saúdo!
.....
« Livre nasci, vivi, e livre espero
« Encerrar-me na fria sepultura,
« Onde Imperio não tem mando severo,
« Nem da morte a medonha cadadura
« Incultr pôde horror n'um peito fêro,
« Que aos fracos tão sómente a morte é dura! »

O solo do Brasil não manchou-se com esse crime: o patriota resignado, que vira despontar-lhe o sol da gloria detrás do cadafalso, teve sua cabeça salva; sua missão não estava ainda cumprida. Sua dedicação pela causa da liberdade ia soffrer a prova do soffrimento para mais aerisolar-se. Transportado aos carcereiros da Bahia, mais de quatro annos geoteu nas torturas da prisão.

Os seres predestinados porém imprimem o sello de sua grandeza, em todas as situações de sua vida. A masmorra, o lugar do crime e do vicio, convertente-se para Antonio Carlos, em theatro de brillantes virtudes. Sua intelligencia, comprimida pela mão de ferro do poder, não apagou-se oas trevas que o cercavão: foi um raio luminoso levado ao canto escuro da prisão. Seus companheiros de infortunio, elle os enriqueceu com os thesouros da sciencia, e derramou sobre elles a resignação de sua alma impassivel.

Quanta grandeza encerrada no ambito estreito de uma masmorra! quanta elevação no soffrimento! quanta sublimidade no martyrio!

O orgulho nacional deve despertar-se ao influxo benefico desses grandes exemplos de nossa historia, que energicamente proclamão a magnanimidade do caracter brasileiro. Mais de uma epopéa de heroico soffrer tem no Brasil illustrado as profundezas teubrosas da prisão. Clandio Manoel da Costa, esse genio desditoso, cuja alma exhalava-se em hymnos de suave melancolia, entou entre grilhões o canto da agonia, e resignado pôz termo á sua existencia, por ver apagar-se a luz que a allumiava — a liberdade. Gonzaga, o cantor melodioso, que sonhára um paraíso nos braços de sua querida Marilia, que enlaçava as inspirações do poeta com a causa de seu paiz, foi, coitado! gemer suas poesias plangentes estreitado entre quatro paredes ennegrecidas, no meio de gemidos de proscriptos! Antonio Carlos, privado da liberdade, vigiado por baionetas, assumio o sacerdocio augusto da palavra, purificou o crime, e sagrou ao serviço da patria seus dias amargurados, quando ella lhe imprimia na fronte o ferrete da ignominia!

Sua grandeza d'alma pareceu sublinhar-se no infortunio. Ao rei, que acenava-lhe com a liberdade, se pedisse perdão, respondeu com a dignidade da innocencia: « *que perdão só a Deos de seus peccados, e ao rei só pedia justiça.* » Essas palavras notaveis sellão a nobreza de seu caracter.

Suas virtudes devião ter uma recompensa: não podia terminar seus dias em uma masmorra aquelle que estava destinado a inscrever seu nome no grandioso monumento da criação de um imperio. Antonio Carlos adormeceu um dia nos latibulos do calabouço, e no dia seguinte vio saudá-lo o sol da liberdade, e apontar-lhe para as côrtes portuguezas, como para o theatro de suas glorias. Sua estrella, obumbrada na America, rutilára refulgente em Portugal:

Reconhecido innocente, e proclamado o systema constitucional pela revolução do Porto, foi o illustre Paulista deputado por sua provincia ás côrtes de

Lisboa. Do antro escuro da prisão o destino fê-lo passar para o sanctuario augusto do legislador. Ahi sua voz desprendeuse magestosa como a do filho da liberdade, e fez ouvir sua palavra eloquente em defesa de uma causa proscripta, enquanto não lhe elegava o dia de crear uma patria para sagrar-lhe o culto de sua intelligencia, as pulsações valentes de seu coração.

A grande epopéa da independencia começava a desenrolar seus largos episodios. Arrastado pela cegueira do interesse, Portugal tentava escravizar o Brasil, como outr'ora Nêrkes lançar cadêas ao mar. O genio da liberdade Americana, encadeado tres seculos pelo absolutismo, sacudiu seus pesados grilhões, e arrojou-os quehrados aos pés de seu injusto dominador. A metropole estremeceu de colera; o congresso portuguez tremejou ameaças contra o Brasil. Era uma luta de morte.

Antonio Carlos ergueu-se como um gigante, e oppôz o poder de sua palavra fulminadora á arrogante prepotencia dos deputados portuguezes. Baldado esforço! Força nenhuma humana pôde desvendar os olhos ao fanatismo politico, e conter-lhe os desvios: a luz da razão lhe é desconhecida.

Vendo os primeiros arreboes da liberdade dourarem as plagas de sua querida patria, deixou um paiz surdo á voz da prudencia, um paiz em que seu patriotismo esgotava-se em baldadas, posto que generosas, tentativas para abater o poder da força e o despotismo do numero. Negou sancionar com sua approvação essa constituição das côrtes, que fazia desaparecer nossa nacionalidade, declarando a destituição do rei, se viesse para o Brasil; em Outubro de 1822 a Inglaterra, o asylo classico dos foragidos filhos da liberdade, recebia em seu seio o illustre Brasileiro, acompanhado de seis dignos deputados, enjos peitos pulsavão com igual ardencia pelo engrandecimento de sua patria.

No Brasil já o systema constitucional começava a fructificar; estava convocada a assembléa constituinte, encarregada de organizar o novo imperio. Ainda em Inglaterra foi Antonio Carlos a ella deputado pelos suffragios de sua provincia; e chegando á sua patria, foi tomar assento no seio da representação nacional. Novo theatro desdobrou-se para o portentoso orador das côrtes de Lisboa.

Quando o paiz, longo tempo adormecido sob o jugo de um captiveiro inglorio, despertou-se aos doces accents da liberdade, o seu vulto grandioso desenhou-se com magestade no horizonte da patria.

Antonio Carlos foi na constituinte a encarnação viva da reacção nacional, que se erguia energica contra o passado para abater o absolutismo. Dir-se-hia o genio altaneiro da liberdade, que quebra as cadêas em civico denodo, e recupera seus direitos postergados. Sua palavra traduzia as arrojadas inspirações de um patriotismo ardente: parece que o sol dos tropicos depositára em sua alma o raio vivificante de sua luz animadora.

Sua imaginação brilhante e lecnnda communicava a seus discursos uma energia e vehemencia do mais bello effeito. Fallando do barbaro alvará de 30 de Março de 1818, a indignação do patriotismo arrancou-lhe estas energicas palavras: « *Steterunt comae, et vox faucibus haesit.* » Pareceu-me ver nelle os ultimos arrancos do assustado despotismo, o qual, certo de largar para sempre o ensanguentado assento que para desgraça do Brasil tanto tempo occupára, queria ao menos na sua quéda rodear-se de victimas e de sangue!

Ao lado desse poder da palavra, dessa eloquencia superior, que constituia sua preeminencia, brilhava o talento do publicista, robustecido por um estudo profundo e severo. Encarregado pela assembléa da honrosa tarefa de elaborar com outros dignos deputados o projecto de constituição que devia reger o imperio, redigio esse trabalho luminoso, que será sempre um padrão de gloria para seu nome, e um monumento imperecedouro de suas crengas liberaes.

Uma aureola de brillantes glorias veio cingir a fronte do patriota, que sagrava o culto de seu coração, os recursos de sua intelligencia ao engrandecimento de sua patria. Feliz quadra essa, em que a erença vigorosa da primeira idade, a esperança da mocidade — virgem do descrever da velhice, alentada pelas illusões da liberdade, operava a grande obra da regenera-

ção política do Brasileiro no meio dos applausos jubilosos de uma nacionalidade nascente.

A primeira phase da constituinte porém, limpida e risonha, ia desaparecer, apagada nas trevas de um futuro assustador. A queda dos Andradas produziu no paiz esse fatal estrequecimento, que abalára profundamente o systema constitucional vacillante ainda. O ministerio de hontem tornára-se a opposição de hoje. Antonio Carlos, arrastado por seu genio fogoso, pela ardencia de seu patriotismo, fulminou na imprensa e na tribuna a marcha de um poder que desenhava em seus actos uma reacção ao principio da revolução da independencia.

No meio desse exaltamento politico, um facto acompanhado dos mais tristes episodios veio despertar-lhe o espirito, e avivar-lhe as apprehensões do patriotismo. Um Brasileiro foi por motivos politicos aggreddido e gravemente ferido por dous officiaes portuguezes. O facto revestio, pelas circumstancias do tempo, o character de uma offensa feita á nacionalidade. Foi uma centella atirada ao tumultuar ardente da alma apaixonada de Antonio Carlos. Seu coração revoltou-se, e do alto da tribuna lançou ao paiz estas palavras de indignação, que parecião queimar-lhe os lábios quando as proferia:

« Como, Sr. presidente, lê-se um ultrage feito ao nome brasileiro. . . e nenhum signal de marcada desapprovação apparece no seio do ajuntamento dos representantes nacionaes? . . . Morno silencio da morte, filho da coacção, pèa as linguas; ou o sorriso, ainda mais criminoso, da indifferença salpica os semblantes. Justo céo! e somos nós representantes? . . . Não! não somos nada, se estupidos vemos, sem os remediar, os ultrages que fazem ao nobre povo do Brasil estrangeiros, que adoptamos nacionaes, e que assalariamos para nos cobrirem de baldões. . . Os cabellos se me irrição, o sangue ferve-me em borbotões á vista do infando attentado, e quasi machinalmente grito — *Vingança!* Se não podemos salvar a honra brasileira, e se é a incapacidade e não traição do governo, quem acoorçoa os scelerados assassinos, digamos ao illudido povo, que em nós se fia: « *Brasileiros! nós não vos podemos assegurar a honra e vida; tomai vós mesmos a defesa da vossa honra e direitos offendidos!* Mas será isto proprio de homens que estão em a nossa situação? Não. . . ao menos eu trabalharei, enquanto tiver vida, por corresponder á confiança que em mim pôz o brioso povo brasileiro. Poderei ser assassinado: não é novo que os defensores do povo sejam victimas do seu patriotismo; mas meu sangue gritará *Vingança!* e eu passarei á posteridade como o vingador da dignidade do Brasil » . . .

O poder estremeceu ante essa indignação omnipotente do patriotismo, e jurou suffocar nos antros da masmorra essa voz poderosa, cujos échos repetião sua condemnação. Assentou-se a força armada para dispersar os representantes do povo: na hora suprema da agonia, quando a acha do poder pendia sobre a assembléa, essa gloriosa constituinte, que proclamava como um dever do cidadão o morrer pela patria, aceitou resignada o sacrificio, e allunhou seus ultimos dias ao clarão de uma gloria immorredoura! E nós, em criminosa ingratidão, esquecemos esses episodios grandiosos de nossa historia, essa epopéa de civismo romano, e só temos para o passado um estúpido riso de desdenho!

Antonio Carlos foi um daquelles a quem o poder conferio a corôa do martyrio.

Preso ao sahir da assembléa, foi arrastado aos carcerees, e dahi atirado violentamente nas plagas do estrangeiro.

Uma sina mysteriosa, uma sorte impiedosa parece perseguir na terra os filhos da liberdade. O sello do infortunio foi-lhes impresso na fronte no dia de seu nascer. A grandeza está sempre enlaçada com o martyrio: o symbolo do heroismo é sempre uma corôa de espinhos. Comenin teve um presentimento profundo da mysteriosa afinidade que liga a virtude e o soffrimento, quando, aliuhand o busto monumental de Dupont de l'Eure, e descrevendo-lhe o character venerando, disse que á sua virtude, para ter um que de perfeito e de completo, faltava apenas um pouco de proscricção, que entretanto não lhe desejava.

Mais de quatro annos gemeu o illustre proscripto em França, lamentando nas dôres do exilio os males que ameaçãõ sua querida patria.

Em 1828 foi-lhe dada voltar ao Brasil, não como homem restituído á liberdade para saudá-la em jubiloso enthusiasmo, mas para entrar no escuro segredo de uma prisão sob o peso de um processo, que procurava imprimir o ferrete do crime na fronte laureada com as glorias da independencia. Proclamado innocente pela relação da côrte a 6 de Setembro de 1828, voltou á sua terra natal, a villa de Santos, para ali repousar em quieto abrigo das vicissitudes de uma vida tempestuosa, amargurada pela ingratidão de seus concidadãos.

E sua patria não soube acolher o filho perseguido, que corrêra a buscar um asylo em seu seio. A provincia da Bahia pagára a José Bonifacio o tributo da gratidão nacional, e o ministro da independencia apparecêra, como uma gloria do passado, na legislatura de 1830. Minas dera a Martin Francisco uma voz no parlamento, e o congresso dos legisladores retumbou com os échos de sua palavra magestosa. Antonio Carlos, o heroe propugnador dos direitos do Brasil, que affrontára as iras da metropole para nos dar uma patria, o portentoso orador da constituinte, teve em recompensa de seus serviços o esquecimento, a ingratidão. Mesmo no retiro os destinos de seu paiz occupavão a mente do patriôta, proscripto na obscuridade. Seu patriotismo, mais de uma vez provado em crises difficeis, não podia testemunhar com impassibilidade o funebre espectáculo que ante seus olhos se desenvolvia. Essa patria, que se erguera ao som de sua palavra poderosa, que lhe custára as dôres do exilio, elle a via abysmada em um pelago insondavel de desgraças. O 1º imperador abdicára, e o novo imperio, apenas sahido do berço, antolhava com dôr os males sinistros de uma longa menoridade.

O espirito nacional, abalado pela repercussão do sete de Abril, abandonado a si mesmo, reflectia a divisão, que produziu nos animos a queda do monarcha. Tres partidos politicos desenhavão-se no paiz, e tentavão partilhar a posse de um poder enfraquecido pela revolta. Os Andradas guardarão generosa fidelidade ao ex-imperador, e affrontarão as paixões do dia, os odios implacaveis da exaltação politica, em defesa da monarchia. Nomeado pela regencia enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto á côrte de Londres, Antonio Carlos declinou de si essa commissão para não participar dos fructos de uma revolução que lhe despertava as apprehensões do patriotismo.

Por este tempo, quando o paiz oscillava no meio dos receios melancolicos da restauração, partio para a Europa, depois de haver pela imprensa unido sua voz á de seus illustres irmãos, em prol da causa publica, ameaçada pela lava revolucionaria. O governo olhou com desconfiança para esse acto, e julgou nelle enxergar uma tentativa simuladamente empreendida para trazer ao Brasil o duque de Bragança, como querião os restauradores.

As paixões do dia aceitãõ essa palavra, emanada das regiões do poder, e repetirão-a em odio a Antonio Carlos. A verdade historica a este respeito ainda não appareceu em toda sua luz. Cumpre desvendá-la para dizê-la com inteireza ao paiz e á posteridade.

Em 1833, desvanecidas já as apprehensões da restauração, voltou ao Brasil. Sua provincia lembrou-se então, posto que tarde, do filho esquecido, e pagou-lhe o tributo de sua gratidão, elegendô-o deputado á legislatura de 1838.

Pela primeira vez, após uma ausencia de longos annos, sua voz saudosa ia ecoar no augusto recinto dos legisladores. Não era o novel parlamentar, que vinha balbuciar na tribuna a palavra de suas timidas inspirações. Era o patriôta, encanecido no serviço de seu paiz, que gemêra dias amargos na terra do estrangeiro, e voltára com a fronte irradiada pelas glorias da proscricção. Sob aquella corôa de cabellos brancos agitava-se ainda o mesmo pensamento viril, ardia o mesmo fogo de inspiração, que era o segredo de seu poder na tribuna.

Antonio Carlos appareceu com magestade no antigo theatro de suas glorias, e parecia haver-se engrandecido com as lutas do soffrimento. Sua

palavra era fecunda de graves pensamentos, e sob suas fulminações omnipotentes o poder recuava terrorificado. Essa brilhante opposição de 1838, que conquistou em nossa historia parlamentar um lugar de honra, e procurou sustentar a democracia ferida pela reacção monarchica, essa opposição engrandecida pelos talentos dos Alvares Machados, Martin Francisco, Montesuma, Limpe de Abreo, teve por luzeiro de seus triumphos a palavra luminosa de Antonio Carlos.

Um dia sua eloquencia devia abater sob seus golpes audaciosos esse governo, que vergava sob o peso de uma tarefa superior ás suas forças, e abrir uma época nova nos destinos do paiz. Os grandes oradores são os arbitros dos imperios. Os discursos de Mirabeau desmoronarão um throno secular; e suas palavras cheias de fogo, como salidas de um vulcão, converterão-se em outros tantos factos sociaes, que mudarão a sorte da especie humana. A' eloquencia de Antonio Carlos faltava esse triumpho soberano, que devia provar, que, confiando-lhe o poder da palavra, Deos lhe dera o verbo de uma nacionalidade e o sceptro da situação.

A maioria appareceu como a estrella que propicia rutilava no horizonte do Brasil: á sua luz radiosa surgiu a personalidade politica de Antonio Carlos, e revelou-se em toda sua grandeza.

Essa idéa fecunda, que alentava as forças da nação, como fadada a restituir-lhe a vida, pairava em todos os espiritos. Todos os labios murmuravam tremulos essa palavra de salvação para o paiz. A representação nacional recebeu o influxo da opinião, e em sua physionomia desenhou-se a anxiedade que preocupava a todos para apagar de uma vez a luz tibia e agonizante do governo da regencia. Depois de mil oscillações e hasares, o deputado Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva propoz na sessão de 21 de Julho de 1840 a maioria do Sr. D. Pedro II. Estava travada a luta. Trazendo para o paiz a salvação, a nova idéa acarretava para a regencia a perda do poder; acceder a ella era, por parte desta, um suicidio. A maioria encontrou no governo vigorosa opposição.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, chamado no momento supremo para conjurar a crise, adion a assembléa geral por decreto de 22 de Julho de 1840. Foi um verbo de morte atirado no meio da indignação publica. « *E' um traidor, é um infame o actual ministerio. . . . quero que estas palavras fiquem gravadas como protesto,* » disse Antonio Carlos, e suas palavras soárão como uma fulminação terrivel contra o ministerio. A camara resiste á execução de um decreto, que parecia destinado a abysmar a nação em um pe-lago de infundadas dissensões. Os deputados correm pressurosos ao senado, dirigem uma energica representação ao throno; o monarcha accede á anxiedade geral: o imperio está salvo. A maioria era uma realidade.

Em todo este patriotico movimento, que desenlaça em um dia os anneis do futuro, e decide dos destinos da nação, figura com honra e gloria o nome de Antonio Carlos.

Proclamada a maioria, foi o illustre patriota chamado a dirigir uma situação creada por elle, e a insignia do ministro cobrio o peito do tribuno popular, cingido já com o laço glorioso da independencia. O poder e a liberdade derão-se as mãos em união fraternal. A confiança publica renascia, e dias risinhos parecião aguardar o imperio.

Foi o raiar de um dia que allumiou os horizontes da patria, e sumio-se vencido pelas trevas, que vierão de novo enlutar os destinos da nação.

A 23 de Março de 1841 o ministerio da maioria estava cahido do poder, e Antonio Carlos descia de novo á arena politica para combater pela causa da liberdade, que seu patriotismo via ameaçada pela volta da reacção monarchica.

Na assembléa provincial de S. Paulo desprendeu contra o poder sua voz

prestigiosa, e em uma representação ao throno significou com energia suas melancolicas apprehensões pelo futuro do paiz: « Senhor, as convulsões politicas, como funestos cometas, trazem em sua cauda os estragos, as miserias, o derramamento de sangue mesmo innocente, e o abalo dos governos estabelecidos, e talvez sua ruina inteira; como não deprecará, pois, a assembléa provincial de S. Paulo o exercicio do poder tutelar do monarcha para arredar de si tão medonho porvir? Já se nos antolha lobrigar na lava revolucionaria os talismans quebrados da jerarchia e da antoridade, e só da piedade de V.M.I. esperamos o socego de nossa inquietação. »

. . . . A assembléa provincial de S. Paulo tem cumprido com o seu dever, sabe que a verdade nem sempre é agradável aos principes, e de certo nunca aos zangões que os rodão e abuso de sua inexperiencia. . . . »

A recompensa deste acto de civismo elle a teve em uma solemne desfeita por parte do poder, a exautoração das honras de gentil-homem. A adversidade, que assignala a vida dos filhos da liberdade, devia persegui-lo até a ultima hora.

Dissolvida a camara dos deputados em 1842, para a qual fôra eleito pelos suffragios de sua provincia, retirou-se á sua cidade natal, para ahi repousar, no tranquillo remanso da paz domestica, de uma vida tempestuosa e agitada, cheia de dolorosas tribulações. Ainda o voto da patria veio arranca-lo do placido retiro, e a legislatura de 1843 vio-o em seu seio como representante do povo. Sua vida fôra toda dedicada á causa de seu paiz; a gloria de sua patria o sol luminoso que lhe allumiava a existencia. Seus ultimos momentos ainda os empregava em pagar-lhe o tributo de seus esforços para engrandecê-la.

Tantos e tão relevantes serviços, entrelaçados com as glorias da procrição, que é como a prova suprema da virtude civica, devião concitar a gratidão de seus concidadãos. A provincia de Pernambuco, em cujo peito bulhárão sempre ardentes as crenças do patriotismo, essa provincia, que em cada feito de sua historia enumera um louro immarcescivel, levantou-se para pagar a Antonio Carlos a divida nacional. Em 1845 o illustre Paulista estava escolhido senador por essa provincia. Sua palavra luminosa foi lançar seu ultimo clarão no theatro das glorias dos Paulas Souzas, Vergueiros, e Feijós.

Mas era tarde, bem tarde, que a patria o revocava do esquecimento para pagar-lhe a divida de sua gratidão. A sina dos grandes homens acompanhava-o sempre. Tasso morreu na vespera do dia em que sua patria arrependida ia no Capitolio cingir-lhe a fronte com a corôa de—principe dos poetas italianos. Antonio Carlos entrou para o Congresso dos Anciãos da Patria, quando sua vida, esgotada nas lides politicas, buscava o repouso eterno, e sua voz enfraquecida ia a sumir-se nas voragens do tumulto.

No dia 5 de Dezembro de 1845 já o paiz lamentava seu passamento; já seus labios, consumidos pelo fogo da palavra, estavam pregados pela mudez da morte.

Foi um astro luminoso, que afundou-se nas côres do poente; um nome glorioso, que a historia conquistou para suas paginas. Sua figura gigante avulta no portico da independencia, como um dos creadores de nossa nacionalidade. No meio da geração presente symbolisava um resto do passado, respeitado pela mão do tempo para illustrar sua patria com os episodios de seu civismo romano, e no meio da descrença do seculo ser o modelo vivo das venerandas virtudes de nossos maiores. O brilho de sua gloria nunca mareou-se com a mancha do crime. Enquanto houver um culto pelos grandes homens, e a virtude civica inspirar a gratidão, o Brasil inteiro repetirá com religioso respeito o nome de Antonio Carlos, que irá abrindo um sulco luminoso através dos seculos futuros!



Lith. S. A. Sisson, Rua de Assembleia, 67, Rio de Janeiro

JOÃO DA SILVA BARILLO

João da Silva Barillo



JOÃO DA SILVA CARRÃO.



PROVA mais eloquente que os Brasileiros têm para demonstrarem a sua liberdade politica é a de contarem na galeria de seus bustos historicos homens que fizeram as suas reputações a troco de sacrificios proprios, independente do prestigio da familia, ou da riqueza. Embora o patronato alguma vez se acenda de pretensões audaciosas para succumbir o merecimento, que arrebenta valente do seio da mais modesta, quicá empobrecida familia; embora: o talento desmente em publico a medioeridade ornada de ouropel, e vexa solemnemente os patronos, quando de tal tarefa se não encarregão innocentemente os afilhados da fortuna.

E' um erro grave do poder acerear-se da ignorancia protegida, deixando em desamparo a intelligencia enrobustecida pelo trabalho, e resignada pela consciencia do que vale, o que é mais que uma bella esperanza, pois que essa mesma consciencia se torna a final a sagração de um direito. Resistir á intelligencia é multiplicar-lhe os triumphos, dando-lhe ao mesmo tempo nova tempera e renascido vigor.

A unica escola da gloria é o trabalho; a unica aristocracia que a sã philosophia reconhece é a do talento e da virtude, e a unica força que jámais abandona o homem é aquella que se conquista pela vigilia, e não a que se recebe em doação.

Ter a coragem de esperar o bem do futuro, dobrando-se sem humiliação ao presente que esmaga e afflige, é talvez a mais distincta virtude para um espirito que se dedica ás pejeas politicas.

Conquistar uma posição, sustenta-la enquanto passa o tufão da adversidade sem perder a postura, e engrandecê-la sem exaggeração nos dias da ventura, é um grande testemunho de razão pura e de serenidade d'alma.

Longe de nós, que escrevemos estas linhas com a mão na consciencia, a intenção de negar ao talento seus impetos, seus desdens, quem sabe mesmo se suas vinganças. Muitas vezes o esforço da calma quebra o vaso de argila, a paixão justa arrebenta a valvula da razão.

Pois bem: o Dr. João da Silva Carrão é um bello modelo moral da grande virtude da moderação. Escrevo singelamente a historia da sua vida, para que fique bem certo que é elle dotado de um talento que se não excede, de uma alma que se não turba, porque lá impera sempre a razão, e de uma modestia que só póde ter como correlativo uma grande intelligencia e copioso merecimento.

Devo-lhe a verdade, por isso a escreverei inteira; falte embora a biographia, porém fique mais ou menos fiel a effigie de tão avultado caracter.

Nascido a 14 de Maio de 1814, na cidade de Coritiba, hoje capital da provincia do Paraná, e naquelles tempos cabeça da comarca do mesmo nome, pertencente á provincia de S. Paulo, seu primeiro vagido perdeu-se na atmosphera pesada do regimen colonial. A independencia da patria mal se desenha em sua alma como fugitiva lembrança dos dias bellos e risonhos da tenra adolescencia. E' a esta geração que pertence o presente do paiz; que o enchão de gigantesco phenomenos politicos, ou de maravilhosos artefactos industriaes, a gloria será sómente sua, bem como a maldição da posteridade lhe pesará violenta sobre sua memoria, se ao patriotismo deixarem substituir a indiferença, e o que é ainda mais terrivel, consentirem que o egoismo mate em flôr a dedicação.

O caracter cavalheiroso e esaneado dos homens de Coritiba, se não é seu distinctivo, é pelo menos um de seus principaes attributos.

Filho legitimo do finado capitão Antonio José da Silva Carrão, que por largos annos exerceu o importante emprego de thesoureiro geral da comarca, até que foi extinto, recebeu de seu pai as primeiras lições de firmeza e dignidade.

A Coritiba era então uma povoação ainda em aurora, e portanto não é de admirar que, afóra os primeiros rudimentos da educação, lhe faltassem as aulas de humanidades. Mas o latim era ahi ensinado com momento espantoso á mocidade pelo afamado reverendo padre Francisco de Paula Prestes. A este distincto professor entregou Antonio José da Silva Carrão seu filho, que de prompto e com confessada admiração do professor, concluiu em mezes o estudo da lingua latina! Mas quantas vezes sua diligente e extremosa mãe não o arrancou a horas altas da noite da mesa do estudo, em que a joven e robusta intelligencia com apaixonada vontade de saber se afadigava em reiteradas lutas para o descobrimento da verdade?

Os estudos preparatorios tinham cahido em declinio na cidade de S. Paulo, pelo que o capitão Antonio José da Silva Carrão mandou seu filho para Sorocaba, onde os concluiu com louvor.

Matriculou-se em 1833 na academia de S. Paulo: formou-se bacharel em sciencias sociaes e juridicas em 1837, e recebeu o derradeiro gráo de doutor em direito no anno de 1838.

Em cada anno de sua vida academica obteve um triumpho, precursores

lieis de sua gloria futura. Seus companheiros o admiravam e estimavam-no, porquanto, a par de uma intelligencia vigorosa e de um raciocinio tão robusto e compacto a que se não resiste, se via e se sentia uma modestia typo, e um coração docil.

A amizade não é para o Dr. Carrão um simples sentimento; é uma religião com todos os seus deveres.

O vigor raro de sua intelligencia e a candura de sua alma lhe creáram admiradores, que se tornaram logo amigos. A bella palavra do joven Dr. Francisco Bernardino Ribeiro, tão cedo perdido para as letras e para a patria, se fazia ouvir nos salões da academia de S. Paulo, e levados de sympathica atracção, os dons talentos se encontraram unidos pelos vinculos da sciencia, da politica e da amizade.

Em 1835, sendo ainda estudante do 3º anno, collaborou na redacção do *Novo Pharol Paulistano*, do qual era redactor Francisco Bernardino Ribeiro, assumindo alguns mezes a redacção.

Nas mãos do estudante João da Silva Carrão, o *Novo Pharol Paulistano* não era mais essa bigorna de aço para quebrar os martellos do despotismo, não era esse facho ardente para atizar as paixões populares, com o proposito de annullar um rei, ainda compromettendo uma monarchia inteira. O *Novo Pharol* era a luz doce que esclarecia os mares aos viajores desnorteados, era a tocha da razão alagando com seus bellos clarões o sanctuario da consciencia politica.

E prestei grandes serviços esta pequena folha em S. Paulo, prégando a unica e verdadeira politica conforme com a razão e os interesses do paiz.

Nunca se precisou no Brasil de tanta moderação nos partidos como naquella periedo regencial, em que a victoria de 1831 estimulára os vencedores á exaggeração, e os vencidos á irritação nascida do despeito. A revolução, que estava no poder, não tinha outra força que não fosse a moral, e entretanto os interesses dos pequenos grupos conspiravam. Era preciso affrontar todos estes perigos, chamando os espiritos á discussão calva das cousas publicas, e dando á imprensa esta physionomia de imparcialidade scientifica, que convence sem irritar.

Tanto o finado Dr. Francisco Bernardino Ribeiro, como o joven estudante João da Silva Carrão, tinham convicções politicas, mas não odios de partidos. As opiniões da mocidade explicão-se pelos prosadores eloquentes e poetas, nos quaes hehem a longos sorvos as idéas, mas nunca por vianganças individuais ou de grupos. A razão teve no *Novo Pharol* seu altar, e dali radiou a paz e a concordia.

Foi este o primeiro marco que João da Silva Carrão, ainda nos estudos, assentou no estadio da vida politica. Não era sua ambição de gloria que tinha pressa do alarido do renome, ou dos prazeres do poder; não: era sua intelligencia admiravel, amadurecida ainda no primeiro albor.

Com a abdicacão em 1831 o partido liberal se dividiu em duas fracções muito distinctas: os exagerados e os moderados; os primeiros não se contentavam com as instituições adquiridas, e sonhavam reformas; os segundos desejavam a permanencia do regimen monarchico-constitucional. O Dr. João da Silva Carrão pertencia ao partido liberal moderado; sem adeptos na academia de S. Paulo. A mocidade folga nas lutas, e procura as grandes impressões e as novidades sorprendentes. Na cabeça do joven a idéa não produz só a convicção, porém sim um entusiasmo febril, avido de peripecias.

O estudo serio e a educação bem dirigida tinham dado ao espirito do Dr. João da Silva Carrão a calma e a reflexão, de maneira a excluir esses impetos desordenados, que o consomem de esforços estereis, e dos quaes nos dias de attenção e retrospecto ao passado quasi sempre se torna motivo de arrependimento.

Acabava de receber o grão de doutor quando vagaram na faculdade duas cadeiras. Entrou em concurso com o liado Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, e a congregação dos lentes propoz ambos ao governo imperial em 1838.

Os dons concorrentes liberaes, decididos e de talentos superiores, não poderiam agradar ao gabinete de 19 de Setembro, que, inspirado pela paixão politica e egoismo de partido, não consentia que o merecimento conquistasse os postos da republica, e ainda os das letras, sem commungar no mesmo evangelho politico, ou pelo menos prestar nas vespas da investidura o juramento de obediencia.

É escusado dizer que os dons concorrentes ás cadeiras da academia não perdêram aquella nobre postura politica de independencia e profunda convicção.

O governo de 19 de Setembro, que tinha suas vinganças a preencher, e obstaculos a pôr a toda a prosperidade que pudesse tocar a algum liberal, usou do direito dos tyrannos, annullando o concurso por caprichosa nullidade, e que em nada podia affectar a regularidade da prova, e muito menos pôr em duvida o alto merecimento dos candidatos. A verdadeira nullidade foi a opinião politica a que pertenciam os dons concorrentes.

O governo fez da sua vontade lei. Os amigos dos Drs. Carrão e Gabriel virão com razão na annullação do concurso uma inspiração politica, e molestados entendêram pedir-lhes que não mais concorressem até que mudasse o espirito do governo, que estava disposto a annullar todos os concursos em que fossem approvados e propostos Brasileiros liberaes.

Eleito deputado supplente á assembléa geral em 1840, esteve nas sessões preparatorias da camara dissolvida préviamente em 1842.

Seus principios de ordem e de liberal moderado repugnaram com o projecto da revolução de 1842 nas provincias de S. Paulo e Minas Geraes. Quando foi occasião de ser consultado por seus amigos, o Dr. João da Silva Carrão ainda tentou persuadi-los da temeridade, senão loucura, de semelhante tentativa de vencer pelas armas as idéas retrogradadas do governo de então. Mas a febre do enthusiasmo e a confiança de uma quasi unanime adhesão da provincia ao movimento armado os ensurdecia ás vozes da razão calma e não compromettida.

Vencido em seu parecer pelo numero, nem por isso o Dr. João da Silva Carrão se deixou dominar; porém não teve outro remedio senão o silencio. Ah! quantas allusões se fizeram, quantas suspeitas cruéis e injustas, quantas murmurações! Entretanto era de mister soffrê-las sem desabafo, porque os homens de bem pertencem a um partido, como a uma familia pertence o filho.

Não conhecemos alguém em politica que padeça com mais resignação a proscricção, nem tão pouco quem tenha esperanza mais viva no futuro.

A proscricção politica que padecêra em virtude da revolução vencida não o acobardou. O futuro é a grande vingança dos espiritos resignados, e a esperanza das idéas opprimidas, porém não batidas.

O jurisculto da altura do Dr. João da Silva Carrão não têm precisão da generosidade dos governos para conquistar uma vida commoda, senão feliz. A inteireza de seu character e a severidade a que sua alma se tinha habituado não podiam supportar a humilhação, e nem tão pouco as transacções da politica.

Em 1843 livrou sua residencia na cidade de S. Paulo, e abriu escriptorio de advocacia. O advogado se nivelou com o jurisculto, inspirando a maior e mais viva confiança a todos que o procuravam para dar remedio a seus soffrimentos. A pobreza encontrou um vingador de prestigio e de saber; a riqueza um amparo forte; o arbitrio um censor circumspecto, e por isso mesmo cruel.

Sua reputação correu a provincia, e de remotos termos vinham a seu escriptorio clientes animados de esperanza no patrono que a popularidade de um grande nome lhes designava.

Tem sido um verdadeiro sacerdote da nobre profissão do advogado. Nesta gloriosa arena adquirio os mais vigorosos titulos ao reconhecimento do povo, que procurou sempre ancioso as urnas electoraes para conferir-lhe o mandato legislativo.

Se a força mais de uma vez pesou sobre a consciencia publica, de sorte

que ficou privada de se exprimir livremente, todavia não foi menos grato ao candidato do povo os nobres esforços empregados para seu triumpho.

O successo não é a medida da justiça, nem o correlativo da verdade.

Em 1844, quando já tinham serenado os odios que a revolução de 1842 aticára, e parecia dever começar o trabalho da razão desprevenida na indagação do passado, creou o Dr. Carrão com o conselheiro Campos Mello um periodico politico denominado *Americano*, com o proposito de explicar as causas da revolução, e apagar as negras sombras com que os adversarios ennegrecião aquelles acontecimentos, para mais facilmente desmoralisarem o partido liberal da provincia, e ungirem com a salvação publica os golpes que da côrte descarregarão os arautos do partido saquarema contra os chefes daquella crença.

Era de mister preparar o futuro de uma religião politica vencida e perseguida, o que não se podia conseguir sem moralisar aquelles factos anormaes, que determinarão o triste acontecimento da revolução, de cujos effeitos e existencia tambem erão responsaveis em mór parte seus provocadores.

O *Americano* fallou a linguagem da moderação, raciocinou. E com este espirito obteve assignalados triumphos na opinião, que a final veio a ter um juizo verdadeiro sobre o estado do partido liberal antes e no tempo da revolução armada.

Os chefes do partido liberal não perdoarão ao philosopho e ao escriptor imparcial a independencia com que condemnára a revolução da qual elles haviam tomado a direcção suprema. Aguardarão o dia da eleição para se vingarem, excluindo da chapa liberal o nome do Dr. João da Silva Carrão.

Assim são os homens: aborrecem a verdade, porque com sua franqueza lhes molesta o amor-proprio, e amão a lisonja e a mentira, porque está sempre prompta a sanctificar seus erros.

O povo repugnou subscrever ao acto de proscricção que os chefes do partido liberal haviam lavrado com tanta fraqueza; e apesar da união em que o partido vivia, a desobediencia a um tal decreto se tornou inevitavel.

O Dr. João da Silva Carrão foi eleito primeiro supplente á deputação geral, e tomou assento na camara em 1846!

Em 1845 foi nomeado lente da faculdade de direito em S. Paulo, depois de um concurso brilhante e de proposta de seu nome ao governo pela congregação da faculdade. A vara da proscricção não pesava mais sobre o partido liberal. Estava no poder o ministerio de 2 de Fevereiro.

Sobre a profundeza de seus conhecimentos juridicos, de sua palavra clara, systematica e correctea, de sua logica vigorosa, são testemunhas sinceras todos esses jovens que tiveram a fortuna de receber suas lições.

O direito á sua voz como que se aviventa e toma todas as proporções gigantescas da sciencia da vida social.

Elle explica a lei em sua origem historica, com sua philosophia e seu

desenvolvimento no tempo. Na academia é um grande jurisconsulto, na imprensa um distincto publicista, no escriptorio um eximio advogado. A seu raciocinio corresponde a convicção; os espiritos robustos se dobrão submissos á poderosa pressão de sua logica de ferro: se não fôra seu amor pela verdade, elle a poderia fazer passar pelos cadinhos de sua dialectica de modo a desvirtua-la, illudindo aos mais atilados. Não o faz, porquanto seu espirito aborrece o paradoxo; porém em algum dia de ostentação academica, principalmente em provas de doutoramento, leva de vencida aos primeiros accommetimentos os espiritos mais preparados.

Foi membro da assembléa provincial de S. Paulo nos annos de 1842 a 1843, de 1846 a 1849, de 1856 a 1857. A instrucção publica, as finanças e melhoramentos materiaes, recebêrão impulsos beneficos de sua alta razão legislativa, dos quaes ainda goza a provincia.

Nos dias da desgraça e na hora da adversidade do partido liberal de S. Paulo o primeiro homem que apparecia para animar os amigos e prepara-los para a resistencia era o Dr. João da Silva Carrão.

Em 1849, que a infeliz revolução de Pernambuco tinha acabado por desfechar tão rude golpe no partido liberal, creou o Dr. Carrão em S. Paulo o *Ypiranga*, que foi por muitos annos o mais temivel campeão das idéas liberacs na imprensa, e um centro de unidade, de força o de desafogo ao soffrimento. Nunca faltou a esta folba dignidade e moderação. Sua collecção é uma erudita obra de direito publico, e uma historia vivaz, sim, mas fiel das lutas politicas daquelles tempos.

O *Ypiranga* foi um bello estandarte, e todo aquelle que se bateu á sua sombra deve ter uma grande ufania. Ao Dr. Carrão ficará a gloria de ter dado palavra e tribuna a um grande e patriotico partido nos annos de opposição e de padecimentos.

Em 1856 foi eleito deputado geral pelo 1º districto eleitoral (o da capital) da provincia, apesar de ser o collegio eleitoral em sua maioria composto de membros do partido outr'ora chamado Saquarema. Sua candidatura foi aceita pelos proprios adversarios, tal é a confiança que seu merecimento inspira, e tal é a prova solemne e irrecusavel de sua moderação.

Attendendo o governo imperial sobre suas brilhantes qualidades para executar fiel e proveitosamente a politica da conciliação na longinqua provincia do Grão Pará, o nomeou em 1857 seu presidente. Em menos de um anno o jurisconsulto, o publicista, e o advogado mostrou seu grande talento administrativo, e preencheu sua missão tão exactamente, que os proprios inimigos politicos não acharão motivo razoavel de censura.

Aqui pára sua carreira publica. Que Deos lhe conceda muitos annos de vida para que o nosso paiz possa usufruir todos os beneficos que tem direito de esperar de uma intelligencia tão avultada e de um coração tão puro.





Lith. de A. Pissani. Rua da Assembleia, 57, Rio de Janeiro

MANOEL DE SANTA CRUZ
BISPO DA BAHIA. PRIMEIRO DO IMPÉRIO DO BRASIL

Romualdo Bispo da Bahia



CONDE DE S^{TA} CRUZ, ARCEBISPO DA BAHIA.

O Ex^{mo} e Rv^{mo} Sr. D. Romualdo Antonio de Seixas, actual Arcebispo da Bahia, e Metropolita do Imperio do Brasil, seu Primaz, e uma de suas maiores glorias nas letras e virtudes, nasceu em Camutá, villa e hoje cidade da Provincia do Grão Pará, no dia 7 de Fevereiro de 1787, de pais honrados, ainda que pouco favorecidos da fortuna, o Sr. Francisco Justiniano de Seixas e a Sr.^a D. Angela de Souza Bittencourt.

Sua familia pertencia ás mais antigas e principaes da provincia. Como fosse elle o primeiro fructo do feliz consorcio de seus pais, era o idolo e o objecto da ternura delles a tal ponto, que desejando seu pai envia-lo á capital para ali receber a educação litteraria, sentia tão viva saudade, que declarava desistir dessa resolução, se no momento da partida seu filho chorasse. Mas tão grande vontade mostrava já o joven Romualdo de se entregar ás letras, de que havia de ser tão extremado cultor, que apesar da tenra idade de 7 annos, e do affecto filial tão natural na infancia, não só não derramou uma só lagrima, mas até manifestou satisfação e alegria, como presentindo naquella primeiro passo de sua vida a gloria que o esperava no mundo litterario, e que compensaria a seus desvelados pais a pena daquella ausencia.

Seu tio o padre Romualdo de Souza Coelho, a quem fôra recommendado, e que era então secretario do Ex^{mo} Bispo Diocesano D. Manoel d'Almeida de Carvalho, o fez entrar no Seminario Episcopal, onde esteve por espaço de um anno, passando logo depois para a companhia do mesmo seu tio, que residia no proprio palacio do Prelado. Continuou porém o joven Romualdo a frequentar o Seminario como alumno externo, sem que todavia lhe faltassem as condições do internato, tão necessario para inspirar nos candidatos ao sacerdocio os sentimentos de solida piedade, porque as proporcionavão em alto grão a casa de Bispo tão virtuoso, e os exemplos de tão digno mentor.

Estudou grammatica latina no espaço de 3 annos, e com tanta distincção, que seu professor, um dos mais habéis que ha tido aquella provincia, não cessava de o elogiar publicamente á face de seus condiscipulos. A par do muito talento desenvolvia-se nelle um tão vivo ardor pelos estudos, que, aproveitando as tregas dadas aos trabalhos escolares, aprendeu a lingua franceza, em que se aperfeioou, lendo todos os dias a vida dos Santos escripta nesse idioma, adquirindo ao mesmo tempo com o conhecimento deste a importante lição das praticas virtudes dos Heróes Christãos, como quem havia de ser chamado um dia para as inculcar com a palavra e com acções ao rebanho de Jesus Christo. Passou depois a frequentar a aula de Philosophia racional e moral no collegio, que então se abria no Convento dos Religiosos de S. Antonio, por faltar essa aula no Seminario; seus progressos forão rapidos nessa sublime arte de pensamento, e lhe conciliáráo particular estima, e consideração de seus mestres, que assim davão testemunhos de admiração ao precoce desenvolvimento com que seu espirito se exercitava nas dissertações sobre as mais importantes questões de Philosophia. Esse brilhante começo de vida litteraria em um joven que apenas contava 13 para 14 annos de idade, não podia deixar de atrahir a attenção de Prelado tão douto como zeloso pelos

interesses da Igreja, a cujo ministerio se dedicava esse notavel estudante. Sob seus auspicios pois resolveu o padre Romualdo de Souza Coelho enviar seu sobrinho a Portugal com o fim de concluir os estudos na celebre congregação de S. Felipe Nery, que ainda então florescia em letras e virtudes pelos grandes varões que em seu gremio possuia.

Foi ali recebido com singular agrado o joven Paraense, de modo que não sendo permitido no 1.^o anno, em que havia uma especie de noviciado, frequentar as aulas, fez-se em seu favor uma excepção de regra, dando-se-lhe licença de ouvir as lições de Physica do insigne padre Theodoro d'Almeida.

Depois de dous annos, em que muito aproveitou com tão grandes mestres, foi indispensavel regressar a seu paiz; mas demorando-se ainda alguns mezes em Lisboa, empregou-os com tino e gosto, em visitar as bibliothecas e outros estabelecimentos litterarios, e bem assim em aperfeiçoar-se no estudo da eloquencia e outros ramos de litteratura na companhia do famoso Doutor José Joaquim Ferreira de Moura, que depois foi um dos principaes ornamentos das côrtes de Portugal, e que muito o apreciava, convidando-o para diversos exercicios litterarios.

Voltando ao Pará na idade de 18 annos, desejava muito o Prelado, seu bemfeitor, achar uma oportunidade, em que pudesse fazer brilhar os talentos do seu protegido, e essa não se fez muito esperar á generosa benevolencia do illustre protector, porquanto, abrindo-se então a Aula Publica de Philosophia com grande solemnidade e assistencia do capitão general Conde dos Arcos, de cujo governo receberão as lettras entre nós a mais viva animação, foi o joven Romualdo encarregado de recitar, depois da Oração inaugural do respectivo professor, um discurso analogo ao objecto, commissão que desempenhou com grande e geral applauso. Desde então o Conde dos Arcos o honrou com sua estima, e não cessou de tecer elogios ao seu talento, mesmo depois que se retirára para o Rio de Janeiro.

Sendo iniciado no Estado Ecclesiastico pela recepção da prima tonsura, foi logo nomeado mestre de ceremonias do solio; e depois, chamado ao magisterio no Seminario Ecclesiastico, occupou successivamente desde a idade de 19 annos, as cadeiras de Grammatica latina, Rhetorica e Poetica, Philosophia racional e moral, Lingua franceza, e ultimamente Theologia dogmatica, com notavel aproveitamento de seus discipulos, alguns dos quaes ainda hoje se distinguem por suas luzes e posição social, sendo essa uma das épocas em que mais floreceu em letras o mencionado Seminario.

Chegando á competente idade de 21 annos recebeu a ordem Subdiaconal; e como uma graça especial de seu Prelado e por tantos titulos merecida, teve logo a permissão de annunciar a palavra Divina, sendo os seus primeiros ensaios na Oratoria Sagrada, cujo modelo veio a ser, o Panegyrico de S. Thomaz de Aquino, que elle havia escolhido para protector de sua aula, e que o improvisou por haver adoecido na vespéra da Festividade do Ex^{mo} Bispo Diocesano, que o havia promettido prégár; e poucos dias depois o de S. Anna, na então villa de Camutá.

Exercia pela segunda vez o Magisterio de Philosophia, e havia já recebido a

ordem de Diacono, quando por occasião da chegada do principe regente e sua côrte ao Rio de Janeiro o elegeu o mesmo Bispo D. Manoel d'Almeida para ir em seu nome comprimentar o soberano, e ao mesmo tempo tratar de graves e importantes negocios da diocese. Nem a pouca idade, nem a circumstancia de não ter ainda os ordens todas, forão difficuldade para essa preferencia tão justificada pela circumspecção de seu character, pela somma de seus conhecimentos e gravidade de costumes.

Acompanhado de outro joven Ecclesiastico, vice-reitor do Seminario, partio a cumprir essa honrosa commissão com viagem laboriosa e longa, porque em tal época mui poucas communicacões havia para o Rio de Janeiro.

Foi preciso começa-la dirigindo-se pelo interior da provincia até a cidade de S. Luiz do Maranhão, onde perto de um mez esperou que se concluisse o fabrico da embarcação que o conduziu a Pernambuco com escala pelo Ceará, em cuja capital se demorou alguns dias, e 18 naquella outra.

Nessas capitães recebeu muitas demonstrações de hospitalidade e benevolencia, que suavisarão os penosos soffrimentos e até mesmo privações de viagem tão incommoda como incerta. De Pernambuco seguiu para o lugar do seu destino em uma excellentegaleria, onde encontrou toda a sorte de commodidades, e excellentes companheiros.

Chegando á nova côrte do Brasil teve com o seu collega a honra de apresentar-se ao principe regente, que os acolheu com singular benignidade, mostrando grande prazer por esse testemunho de vassallagem enviado de uma das mais remotas provincias de seus Estados.

Cumprida esta primeira parte de sua missão, passou a tratar dos negocios, de que ia encarregado, sendo o principal delles o conflicto do seu prelado com a junta da corôa, que por occasião do recurso interposto por um padre criminoso, a quem elle suspendêra do exercicio de suas ordens, procedêra até occupar-lhe as temporalidades.

Nessa occasião não só merecerão os dous jovens Ecclesiasticos o mais distincto acolhimento da parte de Sua Magestade, mas também este os agraciou com a mercê do habito de Christo, e promoveu-os ás cadeiras de conego da Sé do Pará, então vagas.

Regressando ambos á sua provincia, recebeu o conego Romualdo a sagrada Ordem de Presbytero, e celebrou a sua primeira missa na igreja parochial de Camutã no dia 1º de Novembro de 1810, algum tempo depois de tomar posse de seu canonicato.

Sempre afeiçoado á terra de seu nascimento, foi nella por algum tempo prestar os serviços de vigario encomendado, até que de novo chamado á capital exerceu os cargos de provisor e vigario geral durante a ausencia de seu tio o conego Romualdo de Souza Coelho, que fôra pelo referido prelado enviado ao Rio de Janeiro para assistir á coroação do Rei. Vagou a Sé do Pará pela morte de seu bispo, e sendo o conego Souza Coelho nomeado vigario capitular, e alguns mezes depois successor no bispado, partio novamente para a côrte a esperar as bullas de confirmação, ficando entretanto seu sobrinho o conego Seixas eleito para o substituir no dito cargo de vigario capitular. Coube a esse joven e já tão distincto Ecclesiastico a honra de prégar nas Exequias do dito seu prelado e bemfeitor. Ninguém certamente estava mais habilitado para tecer o elogio do illustre finado do que aquelle que testemunhára tão de perto suas virtudes. Essa tocante e eloquente oração fúnebre, em que as evangelicas acções do morto realçao nas pompas do estylo e na linguagem sentimental do orador, profundamente commovido por tão grande perda, foi impressa em Lisboa, merecendo que um dos mais insignes prégaradores dessa capital, a cuja censura fôra submettida, dissesse que o autor do discurso começava por ondeos outros acabavão.

Por este tempo chegarão ao Pará os dous sabios naturalistas allemães Doutores Spix e Martius, com o fim de fazerem explorações scientificas; distinguindo logo o subido merito do vigario capitular dessa diocese, contrahirão com elle intimas relações de amizade, e quando voltarão á Europa, lhe enviãrão de lá o diploma de socio da real academia das sciencias de Munich.

Proclamando-se em Lisboa a constituição, teve de se organizar no Pará a junta provisoria, que devia governar a provincia; e era tão proeminente o conceito do Sr. Romualdo Antonio de Seixas, que sobre sua pessoa recahiu a eleição de membro e presidente da referida junta; prestando nessa qualidade relevantes serviço ao paiz, como fosse, entre outros tão conhecidos dos Paráenses, a abertura de um canal da maior urgencia para o commercio por facilitar a communicacão com o interior da provincia; o projecto da uma estatística da mesma, nomeando-se para esse effeito commissões sob a direcção do illustre tenente-coronel Baiena; a conclusão do fabrico da fragata *Imperatriz*, a segurança individual, e as missões entre os indios do alto Amazonas.

Obrigado pela força armada a aceitar pela segunda vez a presidencia da nova junta provisoria em 1823, quando ainda o Brasil se achava unido a Por-

tugal, fez o relevantissimo serviço de salvar a vida de alguns jovens das principaes familias, que havendo imprudente e prematuramente proclamado a independencia, tinham sido condemnados á morte, conseguindo o Sr. Seixas, a despeito de furiosa resistencia dos chefes militares, e com risco de sua propria existencia, que elles fossem enviados a Lisboa com o apparente pretexto de solicitar-se a approvação do poder moderador, mas com a occulta confiança de que só assim os poderia subtrahir ao infame supplicio, como de facto aconteceu, regressando elles immediatamente salvos ao seio da patria, por cuja liberdade se haviam sacrificado. Essa salvadora medida, proposta pelo humanissimo e patriota presidente da junta, por meio de uma energica indicacão, em que demonstrava sua conveniencia politica, causou geral satisfação, illuminando-se nessa noite quasi toda a cidade.

Esforçando-se a metropole por conservar o Brasil ligado a seu jugo, e resolvendo nesse intuito organizar um conselho de estado composto de Portuguezes, e Ultramarinos, foi o Sr. Seixas um dos nomeados membros do referido conselho por proposta das côrtes, mas não chegou a tomar posse desse cargo, por haver cahido a constituição em Portugal. Por esta occasião foi também eleito deputado supplente ás côrtes.

Proclamada a Independencia do Brasil, foi eleito deputado pela sua provincia á assembléa geral legislativa, e bem assim membro do conselho geral da mesma provincia, e só deixou de entrar na lista triplice para senador, porque, sendo eleito, apressou-se em declarar que ainda não tinha a competente idade, pois que contava 38 annos.

Partindo como deputado para o Rio de Janeiro, S. M. o Sr. D. Pedro I começou logo a distingui-lo com sua particular estima e benevolencia. Na pomposa cerimonia da apresentação do recém-nascido Principe Imperial (hoje Imperador o Sr. D. Pedro II), coube-lhe a honra de prégar um eloquente discurso, que correu impresso por todo o Imperio. No fim da sessão legislativa, quando se preparava para regressar á sua provincia, foi nas vespéras da partida tão digna e providencialmente nomeado Arcebispo da Bahia por Decreto de 12 de Outubro de 1826.

Nomeação verdadeiramente inspirada pelo Céu, e cujo acerto, confirmado por uma serie de factos gloriosos, honra sobremaneira o principe que a fez.

Esse inesperado acontecimento, mudando todos os planos do distincto deputado pelo Pará, roubando-o talvez para sempre de suas vistas para o collocar na eminente dignidade de Primaz de todo o Imperio, obrigou-o a ficar na côrte, aguardando as bullas de sua confirmação.

Nesse interim fallecendo a 1ª Imperatriz, foi o Arcebispo eleito da Bahia encarregado de prégar a oração fúnebre, que corre também impressa na collecção de seus primorosos escriptos.

Sendo expedidas as bullas de confirmação em 30 de Maio de 1827 pelo S.^{mo} P. Leão XII, teve lugar a sagração do Ex.^{mo} Sr. D. Romualdo Antonio de Seixas no dia 28 de Outubro de 1827 na Capella Imperial, sendo seu sagrante o Ex.^{mo} Bispo Cape-lão-Mór D. José Cactano da Silva Continho, e recebeu o Pallio das mãos de mesmo prelado na sua Capella Episcopal no dia 4 de Novembro seguinte, assistindo a esta cerimonia os Ex.^{mos} Bispos do Maranhão e de S. Paulo.

Em data de 18 de Maio de 1828 dirigio elle da côrte sua primeira Carta Pastoral, saudando os seus Diocesanos na effusão daquelle zelo e caridade que caracterisam os escolhidos de Deos.

Não lhe sendo possivel logo tomar pessoalmente posse do Arcebispado, nomeou para esse fim na qualidade de governador o conego deputado geral pela Bahia o Dr. José Cardoso Pereira de Mello, que em nome de S. Ex.^{ta} Rev.^{ma} a realisou no dia 31 de Janeiro de 1828 com grande pompa e solemnidade.

Na sessão legislativa de 1828 foi eleito Presidente da camara, cargo que exerceu successivamente até o fim da mesma sessão, e depois do encerramento desta partio para a Bahia, em cujo porto chegou no dia 26 de Novembro pelas 4 horas da tarde, recebendo todas as honras e continencias devidas á dignidade episcopal, e bem assim as maiores demonstrações de publico regozijo.

Orphãa de Pastor ha tantos annos, a Diocese Bahiana saudava justamente jubilosa áquelle que juntando a tão eminente poder o prestigio do saber e das virtudes, trazia a bem fundada esperanza de restaura-la na disciplina e na fé.

A cerimonia da entrada solemne fez-se dous dias depois (28) sahindo da Igreja do mosteiro de S. Bento o prestito brilhante e numerozo, como pedia a grandeza desse acto.

Na legislatura de 1834 a Bahia, testemunhando o elevado merito de seu digno prelado, espontaneamente o elegeu deputado geral á assembléa, porque então o voto era ainda a expressão da vontade popular. Nessa, assim conin-

na anterior e subsequentes legislaturas, em que continuou a ter assento na camara temporaria, prestei os mais assignalados serviços á religião e á patria, como fossem, entre outros, a sustentação do celibato clerical, dos impedimentos matrimoniaes, dos direitos da S.^a Sé sobre a confirmação dos Bispos, e de outros pontos concernentes á disciplina da Igreja, que haviam sido atacados por alguns membros da mesma camara.

Sua palavra, sempre eloquente, pugnou com energica dedicação pela edificação ou melhoramento dos Seminarios, como o mais efficaz da regeneração do clero; advogou com patriotico e evangelico zelo a causa da liberdade e civilização dos indigenas, bem como a utilidade das Missões, repellindo victoriosamente, auxiliado de outros illustres parlamentares, o projecto anti-catholico apresentado pelo governo, mandando vir Irmãos Moraves para catechisarem os ditos indigenas.

Vivamente empenhado em remover do clero tudo quanto o pudesse figurar odioso aos olhos do povo, e desvia-lo da brandura de seu ministerio, propoz a lei que isentou os parochos do Imperio do cargo de juiz de paz, a que então se achavão annexas algumas attribuições criminaes, isenção que ao depois conseguiu das assembléas provinciaes da Bahia e de Sergipe estender a todos os ecclesiasticos, não só relativamente a esse cargo, mas também aos de promotor publico, jurado e ao alistamento da Guarda Nacional.

Obteve mais a reforma da relação Metropolitana, e o augmento de seus ordenados; finalmente não houve questão ou controversia alguma, que tocasse nos interesses da Religião, e na liberdade e independencia da Igreja, em que sua voz poderosa e illustrada se não erguesse para os defender.

Igual zelo, e incansavel patriotismo demonstrou nos negocios civis ou politicos. Foi sua a indicação que, acolhida com applauso, se converteu em lei decretando o pagamento das dividas contrahidas pela finada 1.^a Imperatriz, cuja dotação prescripta pela Constituição ainda se não havia votado.

Foi elle que primeiro propoz a navegação a vapor nas aguas do Amazonas, e a elevação do Rio Negro á categoria de provincia, projectos de incalculaveis vantagens, e que, não sendo então estas devidamente comprehendidas, ficáram adiaados, não podendo todavia deixar de ser um dia apreciados, como forão em épocas bem recentes, reproduzidos por outros deputados, e passando em ambas as camaras.

Na famosa sessão de 1836 pertenceu á illustre opposição, que fez baquear o Regente Feijó, succedendo na Regencia do Imperio o senador Pedro de Araujo Lima, hoje Marquez de Olinda.

Na desagradavel questão sobre a remoção do tutor dos principes filhos de S. M. o Sr. D. Pedro I, o benemerito José Bonifacio de Andrada, declarou-se altamente o Ex.^{mo} Sr. Arcebispo contra semelhante medida, unindo-se aos defensores deste grande homem.

Na outra ainda mais desagradavel do banimento do immortal principe, fundador do Imperio, collocou-se á frente dos 17 deputados que votáram e declaráram seus votos contra esse triste projecto, que por honra do paiz cahio no senado.

Occupou de novo a cadeira da presidencia da camara temporaria na 1.^a sessão da Legislação de 1838 até o mez de Agosto, em que pediu dispensa de continuar nesse cargo em razão de molestia, e a obteve não sem difficuldade.

Nesse mesmo anno, a 18 de Julho, presidio, como Metropolita e Primaz do Brasil, a brilhante cerimonia da sagração de S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II.

Seu profundo saber, circumspecção, firmeza de character, posição social e affabilidade, lhe grangeáram sempre na camara temporaria o maior respeito e sympathias da parte de seus collegas, de modo que, para não citar outros factos, pedindo o Sr. Arcebispo a palavra para oppôr-se a um topico da resposta á Falla do Throno, de que era relator o illustre Antonio Carlos de Andrada, este apressou-se a entender-se com aquelle prelado, não hesitando em modificar os termos em que era concebido o referido topico, por não estar muito de accordo com as crenças religiosas.

Tendo votado pelo tratado entre o Brasil e Portugal com os Srs. Calmon (hoje Marquez de Abrantes), Paim e Galvão, deputados pela Bahia, soffreu com estes viva guerra e injurias de alguns jornaes da mesma provincia, de fórma que procedendo-se á eleição para a dita legislatura de 1838, foi apenas eleito 1.^o suplente; mas como, em consequencia da revolução do Pará, ainda se não tinha ali feito a eleição dos seus deputados, apenas constou aquella exclusão pela Bahia, foi o digno Sr. Arcebispo eleito 1.^o deputado por sua provincia natal, que assim vingou a gratidão do paiz; porquanto esse mesmo tratado era tão vantajoso aos interesses do Brasil, que os jornaes de Lisboa por esse motivo fizeram graves censuras contra o agente portuguez que o

negociou; e em uma excellente Memoria que publicou na Bahia o sabio padre Francisco Agostinho Gomes forão estas vantagens plenamente demonstradas.

Não podendo ir ao Rio de Janeiro para a 2.^a sessão de 1838, recebeu com sorpresa o Decreto que o nomeava ministro do Imperio, com um convite sobremodo honroso do Regente Marquez de Olinda; mas não julgando o Sr. Arcebispo na sua tão reconhecida modestia, que pudesse prestar ao gabinete os serviços que reclamava a critica posição do Imperio, escusou-se a todas as instancias que se lhe fizeram para aceitar este eminente cargo.

A sessão de 1841 foi a ultima em que compareceu na camara, porquo d'ahi em diante não se occupou mais do que do Regimen de sua Diocese.

Na assembléa provincial da Bahia, a que pertencen por muito tempo desde sua instalação, offereceu as mesmas provas de solicitude e zelo pelos interesses do paiz e da Igreja, existindo muitos monumentos desses serviços nos seus sabios escriptos.

Além da 1.^a eleição para senador, mallograda pela sua declaração de falta de idade, como mais acima dissemos, foi ainda votado e entrou na lista triplice pelo Pará em duas ou tres subsequentes eleições; porém, apesar dos votos tão espontaneamente pronunciados e repetidos de seus patricios, apesar da opinião publica, e da sua alta posição e serviços, nunca foi escolhido. A proposito dessas exclusões todas que nos abtemos de qualificar, dizia elle — que não tinha vocação para senador. Mais modesto que esse celebre varão na antiguidade, cujo nome nos não lembra, que exclamou congratulando-se com sua patria por haver esta achado outros mais dignos de occupar o cargo por elle solicitado, o Sr. Arcebispo oppoz-se aos seus amigos na Bahia quando por vezes pretendêram propô-lo candidato á senatoria, dizendo que esta provincia abundava em illustrações, a que elle não podia ser preferido.

A maior parte dos gabinetes o não tratado sempre com muita deferencia e consideração. Rebentando no Pará a revolução de 1835, recebeu por aviso do ministro do Imperio insinuação da regencia para dirigir uma pastoral aos habitantes dessa provincia, persuadindo-lhes que depuzessem as armas, e voltassem á ordem e á obediencia das instituições. Sempre prompto a prestar-se ao serviço da patria, onde quer que elle fosse reclamado, assim o praticou, sendo portador da pastoral o illustre general Manoel Jorge Rodrigues, que nessa expedição contra os rebeldes teve por um grande recurso da estrategia militar o poderoso prestigio dessa palavra doce e efficaz do eloquente prelado.

Quando em 1837 o grito revolucionario da Republica lançou por terra na capital da Bahia as instituições juradas, retirando-se com as mais autoridades para o Recôncavo, ali publicou duas pastoraes, que produzirão feliz impressão, reanimando os sentimentos de lealdade e coragem dos habitantes.

Então quasi todos os membros do gabinete lhe dirigirão por este motivo palavras de felicitação e agradecimento, exprimindo-se um, que essas pastoraes tinham valido um exercito. Expressão tanto mais verdadeira quanto é certo, que a força pôde abafar as revoluções, mas que as não destróe, se a convicção não acalma a agitação das idéas, que se traduzem nas commoções populares.

Já em outra época, quando por occasião da abdicção do Sr. D. Pedro I, a capital da Bahia vio-se ameaçada de uma desastrosa guerra civil, a ponto de se reunirem os dous partidos auxiliados pela força armada, um no forte de S. Pedro, e outro no quartel da Palma, muito concorreu o Sr. Arcebispo para os reconciliar, indo pessoalmente fallar-lhes, e assim se restituiu a tranquillidade publica.

Nas numerosas relações que tem entretido sempre com pessoas distinctas, ou em dignidade, ou em saber, ha recebido constantemente os mais lisongeiros testemunhos de apreço e admiração. Os Soberanos Pontifices Gregorio XVI e Pio IX o honráram com Breves Epistolares demonstrativos do mais alto conceito, e o mesmo mereceu sempre dos delegados da Santa Sé desde o Arcebispo de Tarso até o de Edessa, ultimamente fallecido.

Não só muitos dos nossos bispos, vigarios capitulares, e parochos, se gloriam de consultar suas luzes em materia da administração pastoral, mas também muitos seculares illustrados se não tem dedignado de recorrer nas suas duvidas e controversias a essa subida intelligencia, que o distincto litterato e chronista mór do Imperio o Sr. coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva não duvidou classificar como a primeira do paiz na sua breve, porém luminosa Historia do Brasil.

Para corroborar esta verdade citaremos o distincto publicista Silvestre Pinheiro, que não só lhe enviava suas obras, como também submetteu ao seu exame e juizo algumas antes de as dar aos prélos. O já referido naturalista allemão Dr. Martius, além da muito honrosa menção que faz de S. Ex.^{ta} na sua viagem ao Brasil, ha entretido com elle uma interessante

correspondencia dando-lhe o epitheto de Mestre. O celebre poeta o Sr. Antonio Feliciano de Castilho, cujo nome, como o de Camões, basta para immortalisar uma nação, tributa em suas cartas ao illustre prelado brasileiro o maior testemunho de respeito aos seus conhecimentos scientificos. O seu irmão o Sr. conselheiro José Feliciano de Castilho, tambem distincto litterato, lhe dedicou a sua interessante traducção da —*Mulher Catholica*— com as mais lisongeiras expressões.

O benemerito fallecido conego Luiz Gonçalves dos Santos, em cujos escriptos teve sempre a Igreja o mais estrenuo defensor, não tem para assim dizer uma pagina em suas obras, que não seja uma homenagem ao saber do respeitavel Metropolita. O sabio lente de Direito Ecclesiastico da Academia de Olinda, o Sr. Dr. Villela Tavares, não obstante a renhida discussão que teve com o Sr. Arcebispo acerca de alguns pontos dessa sciencia, acaba de tecer-lhe os maiores elogios no bello discurso com que abriu a sua aula no corrente anno. Tanto é certo, que nas lutas da intelligencia os espiritos elevados tendem a se approximar pela força irresistivel da verdade, ainda quando se combatem. O famoso orador sagrado Mont'Alverne, gloria do pulpito brasileiro, e do Monarcha que o estima como Luiz XIV a Bossuet, não menos modesto que illustrado, folga de humilhar-se nas suas cartas ante a sabedoria do Arcebispo da Bahia. Ultrapassariamos os curtos limites que nos temos traçado se foramos mencionar todos os nomes daquelles litteratos nacionaes e estrangeiros que o honrão com sua admiração.

O Instituto d'Africa em Paris, que conta em seu gremio um grande numero de altos personagens de todos os paizes, o nomeou seu presidente honorario vitalicio.

A Academia Real das Sciencias de Munich, a sociedade dos Antiquarios do Norte na Dinamarca se honrão de tê-lo por socio correspondente, e da mesma sorte o Instituto Historico e Geographico e a sociedade das Bellas Artes do Rio de Janeiro, o Instituto Historico e Geographico da Bahia, e outras associações a que pertence como socio honorario.

Com um nome europeu na republica das letras, nenhum titulo mais honroso para elle que o de sabio dado por autoridades de incontestavel competencia na materia, era portanto de honra para o seu paiz, distingui-lo entre seus concidadãos com essas condecorações, sómente valiosas quando concedidas ao merito. S. M. o Sr. D. Pedro I, de saudosa memoria, além de outras provas de particular apreço, com que sabia estimar o verdadeiro merecimento dos servidores do Estado, condecorou o Ex^{mo} Arcebispo da Bahia antes de sua elevação ao Episcopado nomeando-o pregador de sua Imperial Capella, e depois grande dignatario da Ordem da Rosa; e o Sr. D. Pedro II concedeu-lhe a graça de Grão Cruz da Ordem de Christo.

Alheio aos negocios politicos do paiz, e descansando, á sombra do sanctuario, dessas fadigas tão gloriosas em pró da patria, em uma vida mais conforme talvez a seus commodos e gosto, o Sr. D. Romualdo Antonio de Seixas entrega-se absolutamente ao cultivo das letras, cujo amor nunca morre no genio, e ao regimen de sua venturosa diocese, em que não menos importantes serviços continua a prestar á religião e ao paiz.

O seu primeiro cuidado no governo da diocese ha sido a educação do clero, como a fonte da regeneração do povo nos solidos principios da Fé e dos costumes. Com este intuito fundou o grande Seminario Ecclesiastico que pouco e pouco se tem elevado ao estado lisongeiro que hoje se observa, e onde o padre que antes dessa criação se ordenava com algumas noções apenas de Theologia moral, hoje é obrigado a frequentar, em um curso de 4 annos, as aulas de Historia Sagrada e Ecclesiastica, Exegetica, Direito natural, Theologia, Dogma e Moral, Direito Canonico, Eloquencia Sagrada, Canto Gregoriano e Lithurgia; e a par dos estudos profissionais recebe esses habitos de piedade e abnegação, que formão a parte mais essencial do sacerdocio.

Para conseguir esse duplo elemento, que constitue o verdadeiro padre catholico, S. Ex^a, a exemplo de veneraveis Bispos, confiou aos padres da Congregação da Missão, como especialmente habilitados por seu instituto, não só a direcção do grande Seminario, como tambem a de um outro pequeno Seminario, que estabeleceu como preparatorio para o outro, e que possui as

cadeiras de latim, francez, grego, geographia, philosophia, e rhetorica, pagas pelos cofres publicos.

É innegavel o beneficio desse estabelecimento, donde tem sahido ecclesiasticos que hoje dignamente occupão diversos empregos da Igreja com grande proveito publico, e edificação dos fieis, até em outras dioceses do Imperio.

Em diversas e luminosas pastoraes, e bem assim por todos os meios a seu alcance, não tem cessado de exhortar e providenciar acerca da residencia dos parochos, administração dos sacramentos, explicação do Evangelho, conferencias ecclesiasticas em todas as parochias, e outros objectos concernentes á disciplina e á Fé.

Acompanhando sempre o espirito publico na sua firme adhesão e amor ao systema Monarchico Constitucional, tem sido sempre solícito em ordenar as preces ou acções de graças conforme as diversas occurrencias relativas aos membros da dynastia Imperial, e aos fastos da nação.

Nada esquecendo de seus deveres pastoraes, não obstante sua provectividade e fadigas, em 1843 e 1846 visitou pessoalmente as freguezias do litoral do Reconcavo, onde foi recebido com todas as demonstrações de piedoso entusiasmo e amor filial. Nessas visitas tornou-se incansavel em exhortar de viva voz e por escripto ao clero e aos fieis ao cumprimento dos respectivos deveres, em regular e reviver o culto Divino, na administração do Sacramento do Chrisma, e muitas vezes distribuio elle mesmo a Sagrada Eucharistia a numerosos fieis. E se pelo seu máo estado de saude não estendeu, como desejava, essas visitas até o interior da provincia, supprio essa falta por meio de seus delegados, e de pastoraes.

Considerando a educação religiosa da mocidade, especialmente das jovens que um dia constituirão as familias, principal base da futura felicidade do paiz, que debaixo desse ponto de vista tem pouco merecido, forçoso é dizê-lo, do zelo do nosso governo, aliás louvavelmente solícito e empenhado em todos os demais melhoramentos materiaes e scientificos, o Ex^{mo} Sr. Arcebispo, a despeito de mil difficuldades, que sua dedicação sabe superar, promoveu a fundação de collegios para educação das orphãs e filhas-familias abastadas sob a direcção das virtuosas Irmãs de Caridade. Fundação que ha merecido na experiencia de seus visiveis beneficios as benções de todos os verdadeiros amigos do paiz, máo grado essas paixões ruins e mesquinhas, que em toda a parte se revoltão contra as cousas mais santas, e mais uteis.

Sempre que sua saude o permite faz a prégacao do Evangelho, especialmente no tempo quaresmal na Igreja Cathedral, com grande concurrencia de fieis, entre os quaes pessoas notaveis por suas luzes e posição: sendo para sentir que suas tão interessantes e eloquentes Homilias não fossem escriptas em razão de suas muitas occupações no immenso expediente de tão vasta diocese.

Possuido de constante zelo da religião, nos mesmos discursos em que por vezes fallou de objectos profanos, nunca deixou de os christianisar ou dar-lhes um character religioso, como no bello e primoroso improvisado, que foi obrigado a fazer no acto solemne da inauguração da estrada de ferro depois da cerimonia da benção, demonstrando que esses prodigios na ordem material, em que o genio do homem como que reassume o sceptro do poder, que o Creador lhe conferira sobre toda a natureza no momento da criação, tinham um fim providencial chamando os homens á fraternidade, ou á unidade religiosa e social, e facilitando por esses meios a rapida comunicação de suas idéas e interesses. Essa breve e sublime allocução excitou vivo entusiasmo entre seus numerosos ouvintes, e foi muito applaudida pelos jornaes.

Cercado do maior respeito publico em qualquer parte onde comparece, recebe as mais vivas demonstrações de amor e veneração, que merecem suas luzes e virtudes. O homem illustrado encontra em sua conversação o maior interesse, o joven a maior animação, o pobre um socorro prompto, o culpado um juiz benigno. Ninguém se chega para elle, que não fique encantado e satisfeito.

Suas obras impressas, além de alguns avulsos, constão de 5 volumes em 4^o, e o 6^o acha-se nos prélos.



OS CONTEMPORANEOS



FR. FRANCISCO DE MONTE ALVERNE

Fr. Francisco de Monte Alverne.

S. A. Sisson Editor rua dos Ourives 81.

FREI FRANCISCO DO MONTE ALVERNE

Tantos esforços, fadigas tão aturadas são precisas para deixar um vestigio de minha passagem nesta terra, onde recebi applausos, cordões e orações, de que nenhum orador, nenhum philosopho antes de mim ousou ainda gloriar-se. (Fr. F. do Monte Alverne, *Conclusão de seus sermões*, vol. 4, pag. 290.)

§ 1º

Não é de certo despida de espinhos a tarefa que tomamos sobre os nossos hombros, traçando o quadro historico da vida de Fr. Francisco do Monte Alverne. A época recente de sua morte, os poucos dias passados do periodo de sua gloria, a falta de intelligencia daquelle que tanto emprehende, são difficuldades que só podem ser vencidas pela dedicação do amigo.

Ainda não é tempo para bem julgar aquelle que acaba de descer á sepultura. Ainda a luta do sentimento e da paixão póde abrasar os animos, e fulminar o que por nossa consciencia, aliás pura e sincera, fôr dictado em prol do illustre finado.

E ainda mais crescem os embaraços quando se trata da biographia de um religioso Franciscano, isto é, do verdadeiro soldado da Cruz, contra quem se conspira infelizmente o seculo dezenove, por intermedio de cabeças vertiginosas, que em sua descommunal perseguição desabão nos abysmos das contradicções, desconhecem as necessidades de seu paiz, e inconsideradamente procurão destruir o elemento unico formador da illustração, moralidade, e virtude de um bom clero.

São esses perseguidores contradictorios, porque quando pedem o direito amplo da liberdade dos povos, restringem um dos meios de praticar esse direito, impedindo a vocação natural de qualquer á vida do claustro.

São desconhecedores das necessidades de seu paiz. Argumentando com os abusos da instituição, proclamão principios abstractos, idéas exaltadas que nascerão com a revolução de 1789, e querem, por força de imitação imprudente, que nas terras virgens do Brasil, em seus sertões e campos despidos de civilização, o monge seja uma inutilidade.

Semelhante doutrina só por uma má e desgraçada applicação pódo fecundar em nosso paiz. Temos ainda necessidade de conquistar e civilisar tribus numerosas de selvagens: essa conquista feita com a espada e o canhão pro-

duziria sombras e cadaveres, alcançada com a pa'avra e com a cruz, produzirá novos seres, que serão outros tantos elementos de uma boa população para o nosso interior. A catechese pois pede novos Anchietas e Nobregas, estes só se podem formar no claustro.

E tanto isto é verdade, que ao passo que se parece condemnar a ordem monacal, crê-se um centro de missionarios estrangeiros. Novo erro. Desprezão-se os nucleos nacionaes que bem dirigidos podem prestar relevantes serviços, e são elles substituidos por estrangeiros, que não têm nem mais intelligencia, nem mais vontade, e que nessas missões terão sempre o defeito de viciar a lingua portugueza.

Não é só a catechese que exige a conservação e o aperfeiçoamento da ordem monacal, a nossa educação intellectual, moral e religiosa tambem a reclama. Não nos illudamos. O systema francez póde ser uma realidade nos centros populosos, e ali se encontrará facilmente quem se dedique ao ensino dos meninos; no interior do paiz é uma infructifera utopia. Só a resignação evangelica póde chamar os homens a esses pontos remotos do interior, essa resignação póde ser encontrada naquelles que tiverem sido educados na austeridade do claustro.

São aniquiladores do elemento unico capaz de formar um clero perfeito. Não acreditamos que o sacerdote moralizado e illustrado, se forme no meio da sociedade, rodeado de prazeres e seduzido insensivelmente por gozos incompativeis com o seu estado. A mais anstera disciplina de um prelado energico e virtuoso não póde contê-lo, e sobre elle ha de pairar sempre a imputação malevola nascida pelo menos da apparencia do contacto com o mundo e sociedade em que vivemos. Essas imputações ainda que vagas são como a fumaça que sobe aos ares do pequeno incendio, e que torna em brasa o corpo combustivel que encontra, e sobre o qual passa constantemente. Entre o sacerdote regular e secular não ha duvida que o respeito é sempre mais decidido para aquelles a quem o povo vê todos os dias encerrado no retiro da oração, coberto com os habitos da disciplina, praticando actos de penitencia, sujeito a regras e costumes que o mais bem intencionado secular não póde apresentar.

Não se condemnem os conventos. Sejam elles reformados e melhor dirigidos a fim de que prestem os serviços que só elles podem fazer. Extirpem-se os abusos introduzidos pelo correr dos tempos, mas não se aniquile sob o pretexto do abuso pratico, u que está reconhecido como bom e proveitoso principiu.

§ 2.

A nossa historia é fertil em provas dos bons serviços prestados ao paiz pelas ordens regulares religiosas, e entre ellas ntu ha illuvida alguma que inferior lugar não occupa aquella que foi fundada em 1210 pelo grande patriarcha S. Francisco de Assis.

Não é preciso para isso comprehender lembrar que essa ordem tem cedido ao Estado suas melhores casas, que mais de uma vez pobres tem prestado asylo aos desvalidos, que forão sempre os escolhidos para guiar os ultimos momentos daquelles que acabavão de ser fulminados pelas justicas da terra; basta termos em memoria que ali florescêrão as grandes intelligencias, de um Rodvalho, de um S. Carlos, de um Sampaio, do ultimo de seus finados Fr. Francisco do Monte Alverne, e tantos outros.

Quando em 1808 a espada do conquistador da Europa obrigára á illustre e muito nobre familia de Bragança a deixar o velho Portugal e a procurar um asylo na terra de Santa Cruz, a côrte portugueza ficou maravilhada por encontrar nos claustros de sua colonia, intelligencias superiores, que se havião formado sem ir a plagas mais remotas, nem a horizontes mais distantes que os muros de um convento: intelligencias que se podião elevar á altura da oratoria sagrada tal qual o Sr. D. João VI não tinha visto na velha Europa, as quaes vantajosamente discutião com aquelles que erão acompanhados pelos pergaminhos lustrosos das mais notaveis Universidades (1).

Então florecião no convento dos religiosos de Santo Antonio, entre outros, tres Brasileiros, todos tres nascidos na cidade do Rio de Janeiro, todos tres distinctos pelo saber profundo, illustração e proeminentes como oradores sagrados. Erão elles Fr. Francisco de S. Carlos, Fr. Francisco de Sampaio, e Fr. Francisco do Monte Alverne. O primeiro falleceu em 6 de Agosto de 1829, o segundo em Setembro de 1830, e o terceiro acaba de exhalar o ultimo suspiro no dia 2 de Dezembro de 1858.

Erão tres vultos que fazião parte dessa pleiade em que fulguravão Caldas, Monsenhor Netto, e Congo Januario, oradores sagrados, philosophos e theologos profundos.

O unico que restava era Fr. Francisco do Monte Alverne, testemunho vivo desse saber, e dessa proeminencia da oratoria sagrada em outros tempos. Era a ultima das estrellas brilhantes desse firmamento, e como as outras correu a sua orbita, e lá cambou no occaso—morreu!

§ 3.

Para bem comprehendermos a vida de Fr. Francisco do Monte Alverne, preciso é abrir o livro das Chronicas dos membros da sua ordem, e nello ler-se-ba o seguinte (2):

« Fr. Francisco do Monte Alverne, que no seculo se chamava Francisco José de Carvalho, nasceu aos 9 de Agosto de 1784 na cidade do Rio de Janeiro, foi baptisado aos 24 dias do referido mez de Agosto na Sé Cathedral da-quella mesma cidade. Forão seus pais João Antonio da Silveira, natural e baptisado na freguezia do Pico bispado de Angra, e Anna Francisca da

Conceição, natural e baptisada na freguezia de Nossa Senhora da Guia deste bispado do Rio de Janeiro.

« Aos 28 de Junho de 1801 entrou para o convento da ordem Seraphica da Conceição, sendo accito pelo ministro provincial Fr. Antonio de S. Bernardo Monção, e professou a 3 de Outubro de 1802 nas mãos do guardião, que era Fr. José Mariano do Amor Divino. »

Exulta, Francisco de Assis, que alistou-se nas fileiras de teus soldados e irmãos, mais um denodado campeão, que cingindo-se de gloria, ha de augmentar o brilho e a reputação daquelles que seguem teus preceitos.

Então possuia a ordem um magnifico convento na cidade de S. Paulo, onde havia estabelecido um collegiu, no qual recebêrão educação e illustração muitos dos homens que hoje dirigem a faculdade de direito em S. Paulo, que occupão respeitavel posição na sociedade.

Para esse convento, ou antes para esse collegio de S. Paulo, fonte unica de instrucção primaria e secundaria naquelles tempos, foi Monte Alverne em 1804 como collegial, e ali recebeu as lições do theologo profundo Fr. Ignacio de S. Justina, que já falleceu, e foi sepultado no convento da ordem em Itú.

E tendo adquirido a instrucção precisa, recebeu as ordens, que lhe forão conferidas pelo sabio bispo de S. Paulo D. Matheus de Abreu Pereira.

Tão rapidos forão os progressos do joven religioso em seus estudos, tão firme a sua applicação, tão vantajosos os resultados, que elle, que já em 1810 tinha sido eleito prégador e *passante*, isto é, substituto de philosophia e oppositor das cadeiras de theologia, foi na congregação de 24 de Abril de 1813 eleito lente de philosophia para aquelle collegio de S. Paulo, e depois, em 1816, lente de *prima* do mesmo collegio.

Ainda existem nessa terra illustre dos Andradas, testemunhos vivos e valiosos do saber profundo professado por Monte Alverne nas cadeiras que lhe tinhão sido confiadas. Ainda a tradição conserva intacta a memoria do bons serviços prestados á sociedade, á sua ordem e ao seu paiz na cadeira do magisterio pelo mui digno Franciscano.

Era então de costume nos conventos a defesa de conclusões magnas, verdadeiras festas litterarias que se ostentavão com todo esplendor, e ás quaes concorria o que de mais notavel em saber e illustração possuia o paiz. Monte Alverne, o estudante que não tinha passado em suas pesquisas scientificas além dos muros do seu convento, bateu-se com vantagem e victoria com aquelles que ostentavão grande sciencia, e que se fazião ainda mais recommendados pelos titulos adquiridos com talento e estudo.

E taes forão os seus serviços na carreira do magisterio, que no capitulo em que sahio eleito provincial Fr. Angelo de S. José Mariano, o corpo capitular reunido no dia 27 de Outubro de 1821, querendo recompensar os serviços prestados na sua brilhante carreira, como consta da acta capitular ás fls. 127 e 178, tendo em consideração oito actos de conclusões publicas em philosophia, e não havendo titulo explicito legal que obrigue os lentes de *prima* a defenderem actos publicos de theologia, lhe declararão todos os seus privilegios, e mais os de outra guardiania.

Já então Monte Alverne era theologo de nunciatura apostolica, titulu que lhe foi dado em 18 de Novembro de 1818.—Examinador da mesa de consciencia e ordens, cargo de que foi incumbido desde 20 de Setembro do mesmo anno.—Foi guardião do Convento de Nossa Senhora da Penha em 1819.—Foi secretario da provincia em 1824, e em 1825 eleito custodio de mesa.

§ 4.

Não foi só nesse celebre collegio dos Franciscanos em S. Paulo, que Monte Alverne exerceu com honra e gloria o magisterio; tambem no lugar em que havia nascido, no Rio de Janeiro, seguiu a mesma profissão com

(1) Prologo das Obras pratorias de Monte Alverne.

(2) Livro dos assentos dos religiosos da ordem Seraphica da Conceição do Rio de Janeiro, 4 fl. 34.

reputação superior, leccionando no seminario de S. José rhetorica, philosophia racional e moral, e theologia dogmatica.

Se em S. Paulo ha testemunhos vigorosos do saber do illustrado professor, não menos são os que existem na capital do Imperio. Domingos José Gonçalves Magalhães, Manoel de Araujo Porto Alegre, Antonio Felix Martins, e tantos outros, ali figurão proeminentemente na republica das letras, e tornão ainda mais grandioso o nome daquelle que elles melhor do que ninguem conhecêrão, e de quem recebêrão a sciencia, a palavra e a inspiração.

Bem o disse o Sr. Porto Alegre, « aquelles que como elle passarão das lições de Fr. José Polycarpo de Santa Gertrudes, o mestre bondadoso, para aquellas de quem se diz — rei da palavra: estes mais do que ninguem podem aquilatar quão grande, magestoso e solemne era o saber do philosopho brasileiro (3)!»

O finado Bispo D. José Caetano foi quem o nomeou professor para o seminario de S. José, funcções que preencheu até 1836. E tambem neste intervallo de tempo recebeu o illustrado Fluminense as nomeações de examinador synodal e membro correspondente do Instituto Historico da França.

Seus serviços forão aqui como ali importantes para a sciencia, elle proprio o diz com orgulho e franqueza nos seguintes termos:

« Empreguei, é verdade, os annos da minha mocidade em dirigir as intelligencias que me tinham sido confiadas, revelei verdades que meus antecessores não me tinham communicado, alarguei a esphera da intelligencia: marchei intrepido; pisei o egoismo: fui sobranceiro á intelligencia: não voltei o rosto á injuria, á calumnia: fui conspurcado por a inveja....; mas longe de succumbir levei de vencida meus adversarios.

« Uma nova arena se abriu diante de mim no seminario de S. José. Meus serviços são conhecidos: a mocidade não foi enganada, o que não era conhecido foi apresentado ás claras.... (4)»

E no entanto o grande homem de quem se podia esperar a continuação de serviços senão maiores, ficou quasi morto para o mundo! Fatal amaurosis accommetteu seus bellos olhos, sepultou-o em profundas trevas, e privou-o da contemplação do mundo externo, sempre brilhante, magnifico e encantador, como criação sabia de um Deos.

Apenas accommettido dessa horrivel enfermidade retirou-se ao claustro, e lá ficou esquecido doze annos!!

Quão ingrato é o mundo?! Monte Alverne que guiára a mocidade pelas veredas escabrosas da vida. Que com a palavra inspirada pela chamma celeste, convertêra talvez tantos corações estranhos aos influxos beneficos da religião! Que havia descido da cadeira sagrada, seu carro triumphal, e estendido o braço de gigante sempre vencedor nos combates da cruz, a seus patrios que lutavão com o genio da desordem e da anarchia. Que com a sua palavra sagrada, e o fogo do patriotismo que abrasava seu peito, havia tanto concorrido para que a pedra preciosa do continente sul americano, a monarchia brasileira, não fosse marcada pela mão impura do audaz e despota aventureiro. Monte Alverne fica esquecido! Por doze annos teve por companhia o silencio de sua cella, a presença muda de seus livros, o braço de um fiel escravo que o guiasse atravez das massas agglomeradas em nossas ruas, que ás vczes por curiosidade apenas perguntavão — quem é este cégo que passa — e que com indifferença de gelo ouvião a resposta — chama-se Fr. Francisco de Monte Alverne.

E' sem duvida horrivel o sentimento de ingratiidão! com elle não é possivel o desejo da gloria, nem o amor ao trabalho. E onde está a gloria, onde a virtude, onde enfim a nobreza da alma? quando o seculo só tem por divisa — *Sé rico e serás feliz!*

§ 5.º

Estamos nos ultimos dias do anno de 1836. Estamos na época em que a noite se declarou eterna para Fr. Francisco de Monte Alverne. Desde então inauditos são os soffrimentos que cercão a alma do triste e deconsolado velho. Cégo não podia prestar os serviços impostos ao seu ministerio. Cégo vio-se abandonado por aquelles que ainda ha pouco pequenos junto de seu vulto de gigante, havião parasitas crescido á sombra de uma grande arvore, e tratavão de fazer cahir a seiva daquelle de quem recebêrão a vida.

No meio de seus soffrimentos, nem um queixume, nem uma accusação. Resignado consolava-se implorando o auxilio da religião, de quem sempre fôra o mais denodado defensor.

Elle o diz nos seguintes termos:

« O resultado de tantas fadigas foi a extenuação de meu cerebro, e a perda irreparavel de minha vista. No fim de 1836 terminava todos os meus exercicios litterarios, e eu me achava impossibilitado para emprehender o mais insignificante trabalho. Não é dado a alguns homens avaliar as agônias de meu coração nesta horrivel peripecia de minha vida. Deos chegou aos meus labios a taça da minha tribulação, suas fezes não estejam talvez ainda esgotadas.... a vontade do Senhor seja feita.... (5).»

Tanta resignação só se podia esperar do philosopho para quem a primeira lei era o Evangelho.

A' vista deste deploravel e inesperado estado havia sido jubilado lente em 24 de Abril de 1841, e tambem em 1847 foi nomeado membro honorario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, e em 1848 membro honorario da Imperial Sociedade Amante da Instrução.

Seria tão grande abandono devido a essa sorte geral que infelizmente acompanha todos os homens de letras em qualquer parte do mundo?! Seria o ostracismo da Grecia que fazia beber a Socrates a cicuta?! Seria a decadencia dos Romanos que condemnava a desterro o poeta Ovidio?! Seria a indifferença imperdoavel quasi contemporanea que lembra-se de coroar Tasso quasi moribundo, e que abandonava Camões esmolando o pão sobre desprezíveis palhas em um hospital?! Teria Monte Alverne provocado o ciu-me das mediocridades, que carregados depois com ouropeis, nem sequer se dignavão olhar para o homem que temião pelo seu merecimento real?!

Se assim foi, maior ainda a ingratiidão!! Condemnar-se ao esquecimento e abandono ao intelligente e illustrado Monte Alverne, que teve a ousadia de combater por aquellas mesmas idéas que cubrirão de gloria, de brasões, e levárão ao poder, outros que apenas fizerão numero material no grupo, que jámais entrárão em combate, porque este podia ser sustentado só pelo saber e pela virtude.

Oh! não sejamos tão faccis em condemnar o homem que tão nobre, virtuoso e desinteressadamente servio nas fileiras do christianismo, que desceu até o mundo para com a luz brillante do Evangelho sustentar o berço d'Aquelle que era o penhor da grandeza e estabilidade da nação brasileira, o defensor da religião do Estado — a Religião Catholica Apostolica Romana.

Ainda é muito cedo para bem julgar essa época memoravel, mas hoje todos já concordão que o grande partido que combateu a restauração, e perseguiu o republicanismo, foi o grande partido que mais serviços prestou ao paiz, porque foi aquelle que salvou a monarchia brasileira.

Que vinha porém fazer o frade nessa luta de paixões, quasi de sangue? Que vinha buscar elle no meio do seculo quando sua missão era toda divina, sendo apenas soldado no reino de Jesus-Christo?

Só a má vontade pôde denegrir os passos do grande Alverne nesta sua

(3) Discurso recitado por Porto Alegre junto ao cadaver por occasião de se dar este á sepultura.

(4) Improviso feito por Monte Alverne na inauguração do *Ensaio Philosophico*.

(5) Prologo das suas obras oratorias.

conducta. E' dirigido pelo sacrosanto amor da patria que o inspira, pela dedicação ao seu monarcha a quem considera como aujo tutelar da nação, e portanto corre em soccorro desse paiz, desse monarcha, não brandindo uma espada mortifera e desoladora, e sim usando da palavra que subjuga convencendo, que crea novos mundos, que faz vigorar boas idéas. O grande meio e argumento de que se serve é o Evangelho—o grande fim que almeja a religião.

O mais aspero borcl, o mais mortificante cilicio, pôde enfraquecer as paixões satanicas do mundo, embotar a sensibilidade physica, pôr em contacto o homem com a divindade, não poderá porém enervar o patriotismo e o amor da nacionalidade nos vãos de suas inspirações nobres—para isso era preciso destruir o *Eu* e apagar o sentimento da virtude.

Pelo amor da verdade, não se exija do religioso o sacrificio do amor filial, e ainda mais do amor da patria.

Como quer que seja, Fr. Francisco de Monte Alverne depois de cego ficou esquecido no retiro da sua cella por espaço de doze annos!....

§ 6.º

Corria o anno de 1848. O Dr. Joaquim Pinto Brasil, que com tanto entusiasmo e distincção dirigia as cadeiras de philosophia, na aula publica, e no Imperial Collegio de Pedro II, como substituto ali do conselheiro Salles Torres Homem (hoje ministro da fazenda), e aqui em lugar do proprietario Dr. Domingos José Gonçalves Magalhães, agrupou em redor de si os moços intelligentes que cursavam o primeiro ramo da sciencia, e creou uma associação litteraria que foi denominada—*Ensaio Philosophico*—, á qual mais tarde o Ex.^{ma} Bispo Diocesano concedeu o titulo honroso de—Episcopal.

Essa associação foi solemnemente inaugurada no dia 10 de Dezembro de 1848 em uma casa do largo de S. Francisco de Paula, canto da rua do Fogo.

Para assistir a essa solemnidade foi convidado o padre-mestre Fr. Francisco de Monte Alverne, que pressuroso veio assistir á primeira festa litteraria de moços que reuniam suas forças no estudo da philosophia do Espirito Humano, por meio da associação, a primeira nesse genero que então se creava.

Não contava o venerando ancião com o que lá o esperava. Acostumado ao retiro e ao esquecimento, sorprendido ficou quando se apercebeu que o primeiro passo que davão esses moços fracos, eheios apenas de amor de gloria, era vingar a sua memoria indignamente esquecida, e fazer justiça ao seu merito transcendente e incontestavel. E por isso o proclamárão—o genuino representante da philosophia do Espirito Humano no Brasil, e como signal de seus triumphos pedirão ao prelado fluminense que lhe offerecesse uma corôa de louros.

Era a primeira vez que Monte Alverne, depois de doze annos de duro esquecimento, via-se restituído á posteridade honrosa a que tinha jus por sua intelligencia e por seus serviços. Lagrimas abundantes corrêrão de seus olhos, o prazer ineffavel reanimou suas feições abatidas e maceradas pelo desgosto, sua voz sonora e grave desprendeuse de seus labios quasi frios pela indifferença. Ouvio-se um ligeiro queixume da victima da ingratidão, logo depois um agradecimento a quem lhe sabia fazer justiça. Por meio de uma exhortação vehemente convidou os moços que o victoriavam a trilbarem o caminho da gloria, a proseguirem com frente altiva, não obstante a má vontade, o desprezo, e a propria inveja que por ventura se oppuzesse aos seus cursos, porque elle havia tambem encontrado estes obices, mas com pertinacia continuou, não voltou o rosto—cabio alfin extenuado, sem luz e sem forças, mas nunca vencido.

Era na verdade solemne o momento em que orava o venerando Alverne, sua alma era o embate de violentas commoções, e mais de uma lagrima vertêrão sens ouvintes quando elle exclamou:

« Estou fraco e abatido.... a posição em que estou é tão extraordinaria para mim, que talvez não a comprehendais!.... Se eu soubesse que era arrancado das bordas do meu sepulcro, do seio do meu retiro, para receber das mãos da mocidade uma corôa de louros, honra civica que premeia meus serviços pisados pela ignorancia, esquecidos pela estupidez, e mal pagos pela mais fria indifferença, ainda assim talvez não tivesse coragem de apresentar-me para recebê-la.

« Eu sei que ella tem um grande peso, que tem um brilho muito acima de meu merecimento, e que meus trabalhos não correspondem a esta aureola que recebo no fim da minha vida!.... Parece-me que sou uma victima enfeitada para a hora do sacrificio! Tanta honra, tanta consideração para um homem occulto no silencio de uma cella, passando da obscuridade á gloria, a velhice coroada por a mocidade, a morte reanimada pela vida.... são phenomenos tão grandes, gerão sensações tão poderosas que não as posso occultar.

« Doze annos tenho estado em silencio!.... Sabeis que força é preciso para que escapem estas palavras toscas no meio de tanto entusiasmo, a despeito desta gloria que a mocidade acaba de revelar, deste futuro que se apresenta tão radioso! »

Ainda nesse improviso energico e cheio de vida que parece feito nos primeiros annos de Monte Alverne, respirão as suas idéas dominantes, o amor de sua patria, e a sua dedicação pela religião do Cordeiro Immaculado.

« Sempre vi (continúa elle) no caracter dos Brasileiros essa superioridade de talentos que ninguém lhes contesta, esse futuro grandioso, essa gloria que deveria illustrar o nosso paiz tão espesinhado pelo estrangeiro que não nos conhece e aprecia, porque talvez não nos possa bem avaliar.

« O Christianismo que revelou os verdadeiros destinos do genero humano, ennobreceu o coração do homem, elevou sua razão, illustra o seu espirito, e marcha sempre a despeito de todos os revezes á frente da civilisação, porque elle é o seu mais forte elemento, porque elle é o typo nobre e sublime da grandeza, da gloria e da liberdade do homem (6) ».

São sempre as idéas dominantes do grande homem — a patria e o Evangelho. E não é Monte Alverne o proprio que nos arroubos de seu entusiasmo de fogo pela patria invoca a protecção de S. Sebastião em favor da terra brasileira, e apoio decidido em prol da eidade a rainha da America do Sul, que immediatamente se collocou debaixo de seu protectorado (7)? Não é elle o mesmo que explanando as idéas de seus trabalhos oratorios, nos diz que o seu pensamento é a religião do Crucificado — e quem invoca o psalmo do rei David para explicar a sua idéa (8)?

Desde esse seu primeiro triumpho não ficou mais Monte Alverne abandonado e esquecido—no silencio da cella, quasi um tumulto. Em 1851 iguaes demonstrações se reproduzem com a criação da sociedade Emulação Philosophica, da qual foi proclamado presidente perpetuo e grande conservador.

E taes forão os seus serviços á sua ordem e á religião que o SS. Padre, por intermedio de seu internuncio nesta côrte monsenhor Bedini, e com beneplacido imperial, em 1850 dispensando a irregularidade contrahida pela cegueira, concedeu que elle pudesse ser definidor, representar no capitulo da ordem e assignar de chancellia.

Não forão estas as unicas ovações que recebeu Fr. Francisco de Monte Alverne,

(6) Improviso feito por Monte Alverne na sessão de inauguração do Ensaio Philosophico.

(7) Panegyrico de S. Sebastião. Obras oratorias.

(8) Prologo das mesmas obras.

uma maior lhe estava reservada, verdadeira apothecose digna de seus talentos, capaz só ella de transmittir o nome do illustre Franciscano ás gerações posteriores.

§ 7.º

Os contemporaneos de tres reinados, e que florecerão com Fr. Francisco de Monte Alverne, o considerão como um grande philosopho, como o genuino representante da pura philosophia do Espirito Humano no Imperio do Brasil. Infelizmente ainda não é dado ler a prova cabal de seus conhecimentos nesta arvore gigantesca, da qual nasceram todas as sciencias — o seu compendio de philosophia — que começava a ser impresso, quando, foi sorprendido pelo somno eterno dos justos.

Impossivel pois é dar-lhe um juizo sobre esse trabalho, que, segundo ouvimos a mais de um entendido em taes materias, e que tiveram o prazer já de o ver, se julga perfeito.

O que é verdade tambem é que o methodo de ensino por elle proposto, não está em harmonia com o que ultimamente se costumava seguir nas aulas, pois que se nos informa que elle pretende que o estudo se comee pela logica — e sendo assim devemos lastimar que não lhe sobrasse tempo de fazer o prologo dessa obra, no qual havia de necessariamente defender o seu systema, que se acha em opposição com o que segue a escola moderna dos psychologistas francezes.

Essa obra estava escripta originariamente em latim, tendo o illustre finado deliberado imprimi-la, propôz-se reduzi-la á linguagem vernacula, visto que o estudo da lingua latina, hoje muito desprezado, fazia com que o seu compendio não tivesse applicação fertil para a mocidade para quem era destinado.

Não obstante a privação em que estamos do livro complexo de suas idéas sobre a materia, acreditamos poder affirmar pelos fragmentos de seus discursos, pela doutrina de seus discipulos, que elle repellia com energia as premisas falsas de Condillae — e que philosopho espiritalista tendo por base — o *nosce te ipsum*, acompanhava a razão até os limites do finito, e abraçava a crença do mysterio — que consola a alma, e que a não martyrisa como o racionalismo sceptico e estúpido — que vai esbarrar no abysmo do atheismo com todos os seus horrores.

Procurava conhecer-se a si — conhecendo-se a si via que a razão tem limites até onde chega — d'ahi preciso é chamar em soccorro a revelação, sciencia profunda e inabalavel, porque é a sciencia de um *Deos*.

Reconhecendo os fóros da razão — e admittindo a intervenção da divindade nos casos em que sem ella nada tem explicação, Monte Alverne não naufragava no systema do extasis improductivo, que tira ao homem a sua qualidade mais proeminente — o ser capaz de se conhecer.

Era um verdadeiro philosopho do Christianismo.

§ 8.º

Se a reputação do theologo e philosopho não lhe pôde ser contestada, muito menos a de prégador notavel entre os primeiros pela eloquencia, linguagem e dicção.

Ainda bem em principio de sua vida monacal deu elle logo mostras de sua proeminencia nessa carreira, porquanto já em 17 de Outubro de 1816 tinha sido elle nomeado prégador regio, nomeação que, segundo se exprime a chronica de sua ordem, era digna de seus talentos.

Não se pense que era pequena cousa a reputação de prégador naquelles tempos, em que a cadeira sagrada era a unica em que se manifestava gloriosamente o saber, a illustração, e as flôres da eloquencia.

Os conventos eram nucleos fertilissimos de reputações scientificas, e na oratoria sagrada se manifestava apenas Monte Alverne, quando já nelles faziam as delicias da corte portugueza, e arrebatavam admiração, os provecos e abalisados oradores como S. Carlos, Sampaio, monsenhor Netto, padre Caldas e outros.

Ainda as tribunas parlamentar e judiciaria não existião, e que mais tarde chamando a si recentes talentos eclipsarão a tribuna sagrada.

Grande devêra ser o esforço, o trabalho, e o estudo de Fr. Francisco de Monte Alverne para poder competir com os contemporaneos, que, segundo elle mesmo diz, na grande arena, a capella imperial, monumento immortal de piedade do Sr. D. João IV, ostentavam toda a pompa do genio brasileiro (9).

Não é nossa intenção fazer um exame desses sermões, verdadeiros modelos de eloquencia, monumento inimitavel da litteratura sagrada brasileira. Elles ali correm impressos, graças aos seus ultimos esforços, coadjuvado pelo seu dedicado amigo o Rev. padre João Diniz da Silva. Todo aquelle que amar a litteratura patria deve sem duvida alguma lançar seus olhos para esses livros de ouro. Apenas fallaremos do seu sermão monumental, o panegyrico por elle feito a S. Pedro de Alcantara, que bem se poderá dizer o ultimo cantico do servo de Deos, no grande officio e desempenho do sacerdocio.

Quem depois de estar dezoito annos cego, escreve um panegyrico como o de S. Pedro de Alcantara, quem subindo á tribuna sagrada abatido de forças e de soffrimentos, acabrunhado pelo peso de setenta annos, repete essa sua producção com a energia e força de vinte annos, quem faz acompanhar essa recitação de um accionado magestoso e grave do qual nem memoria havia, esse será com toda a justiça reconhecido pelos contemporaneos como o *principe dos oradores sagrados*.

§ 9.º

Coube a S. M. I. o Sr. D. Pedro II a gloria de fazer triumphar em seu reinado augusto a memoria daquelles varões do Evangelho e da ordem Franciscana que haviam precedido, e sido coevos de Monte Alverne. Coube a S. M. I. o Sr. D. Pedro II o grande facto immortal de evitar que Monte Alverne descesse ao tumulo sem uma lagrima ardente de saudade de seus compatriotas reconhecidos a seu nome e aos seus serviços.

Havia quasi dezoito annos que o Alverne não subia á cadeira sagrada, e nem pela lembrança de ninguem passava a possibilidade de um tal facto, e no entanto annunciou-se aos habitantes descuidosos da corte do Brasil, que no dia 19 de Outubro de 1834 o padre-mestre Fr. Francisco de Monte Alverne faria o panegyrico de S. Pedro de Alcantara.

Pressurosa corre a população ao templo da capella imperial. Os velhos não recordar-se de seus tempos triumphantes da oratoria sagrada, os moços verificar se a tradição não faltava á verdade, e se com effeito o Alverne era o primeiro entre aquelles que tanto se dizião gloriosos nesses misteres.

O resultado foi além da expectativa: os velhos sonhárão com os bellos dias de seu passado e mal acreditavão que no homem de setenta annos estivesse aquelle mesmo Monte Alverne, que outr'ora com tanto saber fazia comprehender os mysterios divinos da religião; que com tanta energia atacava o vicio, e os vaidosos dominadores da terra; que com tanta melancolia e saudade pranteára a morte da primeira imperatriz do Brasil; e que finalmente com tanto fulgor descrevia os feitos daquelles que bem haviam merecido de Deos, e que a Igreja reverenciava como seus heróes: os moços mal comprehendião o que diante delles se passava, e com dôr confessavão que á vista do sermão de Monte Alverne, o interprete fiel do passado, a tribuna

(9) Prologo das obras oratorias de Monte Alverne.

sagrada era hoje triste sombra, pallido reflexo do que fôra em tempo de S. Carlos e Sampaio.

Novas sensações, novos combates para a alma do velho Franciscano. Com o corpo alquebrado pelos annos, pelos desgostos e pelos trabalhos, sem vista, sem sciencia do compacto auditorio que o cercava, bem se pôde dizer que Monte Alverne fallava para o céu, e qual o immortal fundador de sua ordem, apresentava nos gestos, nas feições e na voz aquella divina inspiração que guiára o grande servo de Deos, que mereceu em recompensa gravar em seu corpo os mysterios vivos da paixão do Redemptor.

Abre a boca, desprende a voz, e bem depressa esse auditorio compacto e immenso, arrebatado pela eloquencia, pela dicção correcta, pelas imagens, e pelo accionado animador da palavra, foi levado espontaneamente ao applauso. Facto virgem e sem exemplo nos annaes dos povos.

Mal pensava Monte Alverne que lhe estava reservada uma significação mais grata, mais notavel e mais sensivel ao seu nome, do que uma mitra sobre a fronte, refulgentes condecorações sobre o peito e titulos pomposos, porque as mitras, as condecorações e os titulos são muitas vezes partilha da mediocridade, e no entanto o applauso espontaneo na propria casa de oração, a ovação inesperada pela massa do povo, só pôde ser conquistada pelo genio na circumstancias em que estava Fr. Francisco de Monte Alverne.

Na verdade grande peça de eloquencia é esse sermão do qual infelizmente não podemos dar completa noticia, porque não se acba publicado.

Os pequenos trechos que passamos a citar dão uma idéa da grandeza do todo.

Assim é que depois de fazer um brilhante exordio, elle o continúa fazendo transpirar ligeiro queixume que solta sua alma, queixume repassado de uneção, porque elle não blasphemava contra o autor de seus dias, mostra-se resignado, e só diz — *E' tarde!... E' muito tarde!...*

« Não, não poderei terminar o quadro que acabo de bosquejar: compellido por uma força irresistivel a encetar de novo a carreira que percorri por 26 annos, quando a imaginação está extincta, quando a robustez da intelligencia está enfraquecida por tantos esforços, quando não vejo as galas do sanctuario, e eu mesmo pareço estranho áquelles que me escutam, como desempenhar esse passado tão fertil de reminiscencias? como reproduzir esse transporte, esse enlevo com que realcei as festas da religião e da patria?... *E' tarde!... E' muito tarde!...* »

Ao terminar estas palavras, levanta-se o signal de approvação das massas que ali se aggrupavam, parecia que todos sentiam profundamente a dôr que nutria o seu peito, traduzida nestas tocantes e eloquentes phrases.

« Seria impossivel (continúa elle) reconhecer um carro de triumpho neste pulpito que ha dezoito annos é para mim um pensamento sinistro, uma recordação afflictiva, um phantasma inferno e importuno, a pyra em que ardêrão meus olhos, e cujos degraus desci só e silencioso para esconder-me no retiro do claustro. Os bardos do Thabor, os cantores de Hermon e de Sinai, batidos da tribulação, devorados de pezares, não ouvindo mais os échos repetir as stropbes de seus canticos, nas quebradas de suas montanhas pittorescas; não escutando a voz do deserto que levava ao longe a melodia de seus hymnos; penduráram seus alaúdes nos salgueiros que bordavam o rio da escravidão; e quando os homens que apreciavam suas composições, quando aquelles que se deleitavam com os perfumes do seu estylo, e a belleza de suas imagens, vinham pedir-lhes a repetição dessas epopéas em que perpetuavam a memoria de seus antepassados e as maravilhas do Todo-Poderoso, elles cobriam suas faces humedecidas de pranto, e abandonavam as cordas frouxas e desafinadas de seus instrumentos musicos ao vento das tempestades. »

Bella e sublime comparação ampliativa com que o orador descreve o seu estado, e a impossibilidade em que está de repetir aquellas epopéas, que faziam as delicias das gerações que outrora o ouviam.

Termina o seu exordio com a seguinte apostrophe, cheia de bellezas innumeraveis, e que tambem faz ver cada vez mais a crença existente de seu espirito, que a religião é a fonte inesgotavel e unica de todos os seus bens e de suas inspirações.

« Religião divina, mysteriosa e encantadora. Tu que dirigiste meus passos na vereda escabrosa da eloquencia, tu a quem devo todas as minhas aspirações, tu, minha estrella, minha consolação, meu unico refugio, toma esta corda... Se dos espinhos que a cercão rebentar alguma flôr, se das sylvas que a enlação reverdecem algumas flôres, se um enfeite, se um adorno renascer dessas vergonteadas já seccas; deposita-a nas mãos do Imperador para que a suspenda como um trophéo sobre o altar do grande homem a quem elle deve o seu nome e o Brasil a protecção mais decidida. »

Depois de traçar com mão de mestre a vida do heróe denodado do Evangelho, depois de fazer a defesa dos serviços prestados pelo claustro, depois de descrever com côres inimitaveis a abdicção de Carlos V, termina a sua narração pintando a morte de Pedro de Alcantara de um modo tão pathetico, que novos murmurios de approvação partem do meio do povo que silencioso e absorto o escutava.

« O lidador (diz elle) tinha já dobrado a meta do estadio que levára de vencida. Exhausto de forças cahio sobre montões de palmas e grinaldas, que merecera por sua perseverança. Pedro de Alcantara está rodeado por seus irmãos que o observão, chorão e admirão. O pobre de Jesus-Christo despe o habito e pede outro mais velho em que se envolva depois de morto. O superior olha em torno de si, e não encontrando quem ostente igual desprezo, veste a reliquia inestimavel, e lhe dá em troca a sua tunica. O corpo do penitente assemelha-se ás raizes reseccadas, sua pelle está denegrida e queimada com o fogo da mortificação. O frio da morte agita seus membros lusidos e descarnados. Um moço religioso aproxima-se, e intenta estender sobre elle um lençol: retira-te, grita o lidador: ainda ha perigo, o inimigo está em presença, ainda não cessou o combate! O Justo imprime os seus labios no signal adoravel da redempção.... Pedro de Alcantara subio ao throno de Deos. »

Era na verdade aquelle mesmo orador sagrado que nos tempos de sua força e mocidade, fazendo o panegyrico de S. Sebastião, exclamava:

« Eis-aqui, senhores, o protector que o céu nos concedeu, o anjo tutelar que defende os muros desta cidade heroica, desta patria amada, paiz classico da liberdade brasileira, escolho terrivel do despotismo; que debaixo de mil côres, que debaixo de mil fórmulas tem procurado enxovalhar a terra de Camarão, de Bueno e de Negreiros. Salve, ó patria minha, ó terra de minha mãe, ó paiz em que descansão as cinzas veneraveis de meu pai! São passados duzentos e sessenta e quatro annos que teus bravos fillos proclamaram no meio dos mais ardentes applausos a intervenção do homem extraordinario, que reanimando o valor de nossos batalhões affugentou de nossas praias esses ferozes oppressores que pretendião lançar sobre nossos pulsos o cadeado infame da escravidão e do opprobrio. Cingida de gloria, cercada de illustração, tu justificas da maneira a mais completa que a sorte dos povos está confiada a uma providencia que zomba das paixões e illude a politica dos homens. Tu serás grande, tu serás venturosa, assim está escripto, assim está decretado. »

E' ainda o mesmo Monte Alverne que prégando por occasião do anniversario do juramento da Constituição, proclama idéas de puro direito publico, e dá conselhos salutaes áquelles que tiverão a ventura de nascer em um paiz regido por código tão sabio e tão perfeito; assim se exprime:

« Quando todas as nações da terra se deixassem envilecer pelo captiveiro, quando todo o mundo se deshonrasse abraçando uma direcção que degrada e embrutece o homem; cada um de nós cerrando o coração ás suas mais caras affeições, deve defender a todo trance esta arvore mysteriosa que encerra a semente da prosperidade nacional. Não permita Deos que tenhamos outro procedimento. Os verdadeiros filhos de uma patria degenerada não podem en-

contrar algum pretexto para violar uma convenção regulada pelos principios da justiça. Repelli com horror todas as insinuações que tendem a destruir o edificio social. Um anathema de execração fulmine aquelles que prégando a doutrina do absolutismo apagam os brasões de vossa gloria; e lisongeando-vos com as idéas de uma liberdade sem limites procurão submergir-vos em horrores da anarchia, depois de mostrar-vos á face do universo, como infractores desta constituição, que só pôde afiançar o vosso engrandecimento.»

Eis-ahi a doutrina de um verdadeiro sectario da monarchia constitucional, que odêa o despotismo, e que despreza e fulmina a liberdade licenciosa.

E' este trecho eloquente paraphrase de versiculos do livro dos Machabêos.

E' sempre o grande Monte Alverne, o defensor da religião, o amigo dedicado de seu paiz, propugnador pela conservação das instituições e do throno.

Eis como de repente passou o genio do silencio, a vida brilhante! Maiores serviços lhe forão ainda exigidos. Monte Alverne não se negou a elles, e obediente ao convite do Excelso Monarcha Brasileiro, fez o panegyrico da Virgem Mãe do Salvador, hymno pomposo tecido á sua Assumpção, e recitado na igreja da Gloria do Outeiro, no dia 13 de Agosto de 1853.

Este novo sermão, complexo de bellezas, é ainda digno do saber e da illustração de Fr. Francisen do Monte Alverne. Depois de um magnifico exordio, entra o orador no assumpto de seu discurso, pinta com côres celestes, extrahidas dos livros dos Prophetas e dos Evangelistas, Aquella a quem Deos creou para ser a Mãe sempre Virgem do Salvador do homem; a estrella salvadora em nossas tribulações, e a rainha dos anjos, que em continnos côros evangelicos rodeião o seu throno de luz; e depois de descrever assim esse quadro do mysterio sublime de nossa Santa Religião, elle nos faz ver que essa mulher Santa *ab initio*, que veio como segunda mãe dos homens reparar os males que causára a primeira, e que dando á luz o Homem-Deos, regenerou a humanidade, era a protectora sempre constante, sempre vigorosa da Christandade. E como sempre depois do tributo á Religião, elle não se esquecia de sua outra mãe querida — a Patria, demonstra n'uma rapida descripção dos acontecimentos historicos, quanto essa protecção fôra decidida, e muito principalmente quando as trombetas dos exercitos tocavão festivas a ultima victoria. A esse som amado desperta-se eloquente o septuagenario Franciscano e exclama:

« Não nos pezamos de asseverar: o Brasil não tem que pretender de sua preclara interventora nutros documentos da affeição mais apurada. A concordia restabelecida; a tolerancia extirpando ou moderando odios inveterados e animosidades mal extinctas; melhoramentos materiaes considerados outr'ora qual a representação de um sonho; a façanha de Monte-Caseros, restaurando a vergonha de nossas armas nas margens do Ituzaingó, e afugentando esse despota popular que nos atirava a todo o instante o cartel de desafio, e cuja presença no poder era uma ameaça para o Brasil, e uma affronta ao Imperio; a passagem do Tonelero ganhando para a marinha militar uma aureola que deslumbrou as proezas do Obligado e S. João de Ullôa, são o mais bello relevo a este reinado que levará aos terainos do orbe o renome brasileiro, e com elle a alta fama de seu abalisado Monarcha. »

E se alguém houver ainda que pense que a causa que deu lugar ao esquecimento do infeliz cégo, por doze annos, foi quicá alguma idéa vertiginosa que sustentasse na época do perigo para a monarchia, risque de sua lembrança semellhante pensamento, e para capacitar-se que o Alverne fallando ao seculo foi sempre sustentador da monarchia constitucional, lêa o seguinte trecho do panegyrico de Nossa Senhora da Gloria:

« Não está ainda tão viva a lembrança desses dias de luto, de terror e incerteza em que o Brasil achou-se a braços com essa fatal minoridade, o escolho em que tem vacillado as monarchias mais bem organisadas? Quem acreditaria que um principe de cinco annos pudesse comprimir a anarchia, e assegurar um paradeiro á guerra civil, que assolava nossas sociedades e todas as nossas provincias? Quem se jactaria de predizer as consequencias dessas idéas exageradas, desses projectos sinistros, dessas aspirações criminosas, que punhão em risco o padrão indelevel do bom senso dos Brasileiros? oh! nunca

foi mais justamente apreciado o influxo benefico da realeza; nunca foi mais valioso este prestigio que torna tão veneravel a magestade dos reis!... Ao fragor do incendio que reduzia a cinzas nossas povoações, ao tenido lugubre dos punhaes fraticidos que votavão a uma vingança estúpida centenares de victimas, á inauguração dessas festins selvagens, em que o canibalismo dava os mais freneticos emboras ao roubo, á devastação, á barbaridade e á ignorancia, Deos nos deparou no Principe com que nos mimoseára, o termo de tantos damnos, e a aurora de uma felicidade que não nos era dado lobrigar (10). »

A peroração desse panegyrico é igualmente de um magnifico effeito, e só respirando os perfumes das flôres delicadamente colhidas pelo eximio Alverne na fonte fecunda de suas inspirações — a Religião e o Evangelho.

Este bello sermão já não pôde ser recitado como fôra o de S. Pedro de Alcantara. A enfermidade tinha caminhado a passos de gigante, e Monte Alverne havia-se levantado do leito da dôr, para ir prestar essa homenagem á Gloria de Maria, em nome do Magnanimo Chefe dos Brasileiros.

Apezar dos soffrimentos do corpo, continuava sempre activo o seu espirito, e assim ainda depois disso fez o exame e critica do poema — Tamoyos — composição do distincto poeta Domingos José Gonçalves Magalhães; preparava-se para dar o seu parecer sobre a obra do mesmo — Factos do Espirito Humano — sobre a grande questão mais importante da actualidade — o casamento mixto — e ainda em signal de respeito ao SS. Padre Pio IX propunha-se a fazer o panegyrico da Conceição, no dia 26 de Dezembro do corrente anno na igreja da Ordem Terceira da Conceição, quando foi sorprendido pela morte.

Erão vãos desejos de seu espirito que não recuava logo que se tratasse de glorificar a Religião de Jesus Christo, mas que se quebrarão de encontro á fria lage da sepultura.

§ 11.

Não foi só do grande mundo do seculo que Monte Alverne soffreu desprezos e perseguições; no mesmo claustro houve quem, desconhecendo seu merito, e sua reputação, o tratasse desapiedadamente, e o que é mais para admirar que esse pouco caso tenha partido de quem com elle havia sido contemporaneo.

A Providencia Divina que fez com que o seculo acabasse respeitando-o e reconhecendo seus serviços, fez com que tambem no claustro fosse elle reverenciado: e esta consideração e esse respeito derão-se logo que sahio ministro provincial o mui distincto e esperançoso Fluminense Fr. Antonio do Coração de Maria e Almeida, que era seu extremoso amigo, e havia sido seu discipulo, coadjuvado pelo guardião Fr. João do Amor Divino Costa.

E assim devêra ser, porque Monte Alverne acreditava firmemente no futuro, acreditava que só os moços lhe havião de fazer justiça: sua crença era bem fundada, porque a mocidade não é egoista, e com enthusiasmo tributa veneração e respeito áquelles que fazem a gloria do passado, e que lhe podem servir de modelos para o presente e futuro.

§ 12.

No dia 29 de Novembro de 1858, estando Monte Alverne em Nitheroy, em casa de um amigo, para onde se havia retirado, não só para distrahir seu espirito, como para completar o seu trabalho sobre os *Casamentos mixtos*, foi acommettido de uma congestão cerebral, que pela terceira vez o atacava, e apezar dos esforços da arte, rodeado de seus amigos, e de seus irmãos, que havião corrido em seu soccorro, e que lhe ministrarão os ultimos serviços da Religião, ás 11 horas da noite do dia 2 de Dezembro do mesmo anno passou ao somno eterno e á mansão dos justos.

(10) Panegyrico de Nossa Senhora da Gloria, em 15 de Agosto de 1855.

Morreu justamente no dia em que o Excelso Monarcha, o amigo a quem sempre dedicára grata afeição, completava 33 annos, como se quizesse que o Monarcha Brasileiro quando pensasse no dia faustoso de seu nascimento, tivesse uma lembrança do pobre Franciscano, a quem tanta consideração dera em sua vida, a ponto de o ir ver em sua propria cella depois do seu grande sermão de S. Pedro de Alcantara.

Apenas S. M. I. teve noticia do passamento de Fr. Francisco do Monte Alverne, ordenou que o seu corpo fosse conduzido ao cáes da cidade, em uma de suas galeotas, e d'ahi aos jazigos de sua ordem em um coche de sua imperial casa; e por outro lado o mui digno provincial Fr. Antonio do Coração de Maria, mandou que o corpo fosse antes embalsamado, em signal de respeito e piedade ao preclaro varão que acabava de desaparecer da face da terra; os desejos do provincial encontráram no Dr. Peixoto a melhor execução, o qual generosa e gratuitamente tudo fez para esse fim.

Na tarde de 4 de Dezembro, pelas 5 horas da tarde, abordou ao cáes a galeota imperial, que vinha impellida por branda viração trazendo os restos mortaes de Monte Alverne: numerosos e dedicados amigos ahi o esperavão, e pegando no caixão o leváram até o carro que o conduziu junto á ladeira do convento. A comunidade trazendo á sua frente os irmãos da Ordem Terceira da Penitencia, de cruz alçada e dirigida pelo provincial, recebeu o caixão que levado á igreja, foi d'ahi conduzido, depois das orações do estylo, á capella onde foi depositado. Grande foi o concurso de povo que assistio ás ultimas honras prestadas ao talento, aos serviços e ás virtudes do digno Fluminense.

S. M. I. querendo ainda por sua Alta Vontade dar um signal do apreço e consideração que lhe merecia o finado, mandou assistir ao funeral o seu mor-

domo-mór, conselheiro Paulo Barbosa da Sylva, general Cabral, e o camarista Nogueira da Gama. Encerrado o caixão e fechado, forão as chaves entregues ao mordomo de S. M. I.

Descansa em paz, ó Monte Alverne! lidador forte e invencivel das glorias do Christianismo, e de tua patria. Foste ainda assim mais feliz que os compa-
nheiros de tuas lntas.

Como elles, morreste simples frade da ordem Seraphica da Immaculada Conceição, e assim devêra ser para maior gloria, porque teu saber, teus serviços, se traduzião n'um nome que não devêra desaparecer, e com esse nome desceste ao tumulo. Então como hoje, és sempre Fr. Francisco do Monte Alverne.

Mas, enquanto dos outros só existe a memoria, porque nem de seus jazigos, nem de seus restos lia noticia, o teu corpo ahi está como reliquia das glorias dessa casa, para ser mostrado aos viudouros, resumindo-se em teu cadaver tudo quanto de grande ostentou o passado desse elaustro.

Descansa em paz, ó Monte Alverne! teus desejos estão cumpridos: querias sahir deste mundo com a doce consolação de que de ti se tivesse uma lembrança honrosa, e que sobre a tua sepultura se derramasse uma lagrima ardente (11). A memoria não se destruirá jámais, as lagrimas de teus amigos forão abundantes e espontaneas.

Está vingada a memoria do grande S. Carlos, do immortal Sampaio; gratidão ao actual prelado da Ordem Franciscana Fr. Antonio do Coração de Maria!

(11) Conclusão de suas Obras oratorias.



OS CONTEMPORANEOS



A. Sisson 1858

A. Sisson 1858

From the Museum of the Army

JEERONIMO FRANCISCO COELHO

Jeronimo Francisco Coelho

S. A. Sisson Editor rua dos Ourives 81



JERONYMO FRANCISCO COELHO



JERONYMO FRANCISCO COELHO, do conselho de S. M. o Imperador, guarda-roupa da casa imperial, commendador da ordem militar de S. Bento de Aviz, e da imperial ordem da Rosa, brigadeiro do exercito, vogal do conselho supremo militar, e deputado á assembléa geral legislativa; nasceu na villa (hoje cidade) da Laguna, provincia de Santa Catharina, a 30 de Setembro de 1806; seus avós forão, por parte paterna, o fallecido capitão-mór daquella villa Jeronymo Francisco Coelho, e por parte materna o alferes de milicias Lino dos Santos, natural este da villa da Laguna, e aquelle da cidade do Porto.

E' o filho segundo do já fallecido major Antonio Francisco Coelho, que era primogenito daquelle capitão-mór. Tanto seu pai como sua mãe, D. Francisca Lina do Espirito Santo Coelho, que ainda hoje vive, são naturaes tambem da villa da Laguna, de onde veio para a côrte com seus pais em 1809, tendo tres annos de idade.

No anno de 1813 seu pai levou-o em sua companhia para a provincia do Ceará, para onde havia sido nomeado commandante de um corpo de infantaria, e ao mesmo tempo inspector das tropas da mesma provincia, de que era então governador Manoel Ignacio de Sampaio. Ali, sendo ainda menor, assentou praça de 1.º cadete na companhia de artilharia, em 17 de Dezembro de 1813.

Tendo seu pai adoecido gravemente, com elle regressou para a côrte no anno de 1815, tendo sido então escuso da praça; infelizmente seu pai, tres mezes depois de sua chegada á côrte, succumbio á molestia de que fôra acommettido; um seu tio, o Dr. João Francisco Coelho, o tomou a si com vistas de encarregar-se da sua educação, entregando-o por isso aos cuidados do padre-mestre Florencio Alves de Macedo Pereira, um dos mais acreditados professores de latim daquelle tempo.

Fallecendo seu protector e tio Dr. Coelho poucos mezes depois da morte de seu pai, teve de continuar a sua educação a cargo de sua mãe, D. Francisca Lina Coelho, que, comquanto se achasse na côrte, fóra de sua terra natal, sem parentes, e em circumstancias pouco favoraveis, não esmoreceu, e sobranceira ás difficuldades proprias de quem se acha em terra estranha, dotada porém de energia e resolução superior á de seu sexo, empenhou-se com a maior dedicação e desvelo em completar a educação de seus filhos, inclusive a do mais velho o hoje fallecido Dr. Antonio Francisco Coelho, que foi major do corpo de engenheiros e lente da escola militar. Continuou os seus estudos de latiniidade com o mesmo padre-mestre Florencio, de philosophia racional e moral com o padre-mestre Frei José Polycarpo, estudando outros differentes preparatorios, como francez, inglez, etc.

Novamente assentando praça no regimento de artilharia da côrte a 16 de Fevereiro de 1816, matriculou-se na extincta academia militar a 8 de Março de 1820, onde sempre primou como estudante, obtendo as cartas dos cursos mathematico e de engenharia, tendo alcançado os primeiros premios no 3.º e 4.º annos.

Foi promovido a 2.º tenente em 23 de Fevereiro de 1823, e a 12 de Outubro de 1824, contando apenas 18 annos de idade, já se achava no posto de capitão, tendo em 20 mezes obtido tres postos, mediante concurso e exames publicos, conforme a lei de promoções, que então regia.

A prohibição de promoções no exercito, que posteriormente foi decretada por lei da assembléa geral, o fez retardar 13 annos na carreira dos accessos, vindo a ser despachado major para o corpo de engenheiros a 13 de Setembro de 1837, tendo feito passagem para esse corpo a 2 de Janeiro de 1834, tenente-coronel a 7 de Setembro de 1842, coronel a 14 de Março de 1847, e finalmente brigadeiro a 14 de Março de 1855.

Servio portanto effectivamente por espaço de 14 annos em diversos corpos arregimentados da arma de artilharia, tendo tido muitos annos por commandante o venerando marechal do exercito Francisco de Paula Vasconcellos, o primeiro e mais distincto artilheiro do Imperio.

No mez de Dezembro de 1827 casou com D. Emilia Carolina da Costa Barros, filha do tenente-coronel Francisco da Costa Barros. Existem deste consorcio dous filhos e uma filha, sendo aquelles o capitão de engenheiros bacharel em mathematicas Jeronymo Francisco Coelho, junior, e o tenente do estado-maior de 1.ª classe José Francisco Coelho. Viuvou em 30 de Agosto de 1854.

Toda a sua vida, depois de adolescente, tem sido sem interrupção consagrada ao serviço do Estado, quer no serviço militar dos corpos, quer em commissões profissionais de engenharia, ora nos altos cargos da suprema administração, ora, finalmente, no corpo legislativo, tendo principiado o seu tirocinio parlamentar na assembléa provincial de sua provincia, de que foi membro desde 1835 até 1847.

No anno de 1838, aos 32 annos de idade, tomou pela primeira vez assento na assembléa geral legislativa, como deputado pela provincia de Santa Catharina, sua terra natal, tendo sido eleito e reeleito seguidamente por espaço de dez annos, até o de 1847 inclusive.

Como politico, honesto e probo sem ostentação, de inabalavel firmeza de caracter, grangeando por isso a estima e respeito, não só dos seus co-religiosarios, como dos seus antagonistas politicos, professou sempre até hoje opiniões liberaes, sempre porém reflectido, tolerante e moderado, nunca acompanhando seu partido nas suas exagerações. Seus principios têm sido constan-

temente a alliança da liberdade com a ordem, e o do triumpho das idéas liberaes conquistado pela convicção no campo da legalidade e dentro dos limites e orbita das leis.

Assim, apesar de intimamente unido á opposição de 1838 e 1842, de que fazião parte distinctas notabilidades, taes como os irmãos Andradas, Marinhos, Ottonis, Alvares Machados e outros, delles frequentes vezes se separava em diversas votações, não adoptando o principio severo de negar pão e agua ao governo, prestando-lhe, pelo contrario, o seu voto nas medidas puramente governamentais, e negando-o ás que erão de confiança, ou simplesmente de occasião, ou ás que erão exigidas pelo espirito de partido.

Negou, por exemplo, ao gabinete de 19 de Setembro o seu voto á lei interpretativa do acto addicional, e da reforma judiciaria; concedeu-o porém a todas as leis de força e á de orçamento, e bem assim á do 1º de Dezembro de 1841, de que foi o autor de accordo com o ministro da guerra de então, José Clemente Pereira, organisando o quadro dos officiaes do exercito, e augmentando-lhes a tarifa dos soldos.

Tomou parte nas questões mais graves de seu tempo, e em geral em todas que dizião respeito a assumptos militares; seus discursos erão sempre ouvidos com attenção pela camara; sua elocução era facil e clara, e algumas vezes até graciosa. Logico nos raciocinios, e rigoroso nas suas demonstrações, o seu voto e opiniões emittidas nas discussões quando se tratava de materias profissionais, decidião ordinariamente a votação da camara, sem distincção de partido.

Todas essas provas exhibidas no parlamento merecêrão-lhe a honra de ser chamado aos conselhos da corôa, fazendo parte do gabinete de 2 de Fevereiro de 1844 como ministro da marinha, e interino da guerra, passando depois a effectivo para esta ultima repartição a 23 de Maio desse mesmo anno.

Ao historiador imparcial pertence para o futuro apreciar devidamente os actos do gabinete de 2 de Fevereiro, tendo em vista a situação politica daquella época. Esse gabinete, proclamando a politica da concordia e da clemencia, aconselhára á corôa o perdão para os vencidos na rebelião de Minas e S. Paulo em 1842, e em consequencia teve lugar a 14 de Março de 1844 o acto magnanimo da amnistia. Este facto conspirou contra o gabinete, e tornou profundamente hostil o então denominado partido da ordem, e dividiu em dous campos adversos os partidos actualmente conhecidos com os nomes de liberal ou luzia, e conservador ou saquarema.

Nesta situação dos espiritos abrio-se a sessão legislativa de 1848, e achou-se o gabinete na camara dos deputados em frente de uma opposição violenta, forte por sua grande maioria, que abrangia tres quartos do numero de deputados; respeitavel pela importancia e pelo talento de seus chefes, entre os quaes se contavão os Srs. Viscondes de Uruguay e de Itaborahy, Eusebio, Pereira da Silva, Souza Ramos, Visconde da Boa-Vista, Rego Barros, e outros, todos fervorosos em suas erenças politicas, e decididos a todo o transe a golpear e derribar o novo gabinete.

Coube ao Sr. Coelho, como ministro da guerra e deputado, sustentar na camara temporaria a luta renhida, que então se travou na discussão do voto de graças.

A opposição em grande maioria, por meio de seus mais eloquentes órgãos, estigmatizando o gabinete, declarou-se com elle inconciliavel, e ameaçou-o energicamente com a recusa clara e decidida de sua confiança, e intimando-o, quasi em tom imperativo, a que se retirasse pela falta de apoio dos representantes da nação.

Foi então que o Sr. Coelho, na sessão de 23 de Maio, respondendo á opposição em um energico discurso, declarou que o gabinete não se retirava, apesar da opposição em maioria se declarar inconciliavel, e de ameaçar com a recusa decidida de confiança por parte da camara, terminando com as seguintes memoraveis palavras: «Temos recursos na constituição; appellaremos para a corôa e para o paiz, e o seu juizo supremo decidirá quem deva governar o Estado: ou nós, ou vós.»

A revelação, que se continha nestas palavras, impressionou vivamente a opposição. No dia seguinte (24) lia-se em ambas as camaras o decreto de dis-

solução entre os vivas e acclamações do povo, que occupava as galerias e as immedições do paço da camara dos deputados.

A nova camara dos deputados, reunida em 1845, prestava o seu apoio unanime ao gabinete de 2 de Fevereiro, exceptuando tres deputados, que se declararão em opposição, talentosos e habéis oradores, a quem nesse tempo se denominou — Patrullha.

O partido liberal, rehabilitado e chamado ás posições officiaes, movido principalmente pelo sentimento de gratidão, dava pleno apoio ao gabinete, mas nelle se presentia uma certa soffreguidão e impaciencia pela adopção de medidas no sentido da politica do progresso, e em antagonismo com as medidas fortes, que tihão sido convertidas em lei pela politica anterior.

Era como uma reacção natural, que o governo prudentemente procurava moderar, abstendo-se de promover medidas precipitadamente no sentido, que seus amigos desejavão, pelo que era por elles accusado de inercia. Foi por isso que o Sr. Coelho, á vista desses indícios de soffreguidão da parte dos amigos do gabinete, em uma das sessões de Maio de 1845 proferio esse notavel discurso, no qual proclamou a inercia como systema politico em certos casos e em dadas circumstancias, considerando-a, tanto no sentido physico como moral, uma força capaz de resistencia, e muitas vezes a unica propria, salutar e benefica para impedir movimentos desordenados.

Este discurso lhe alienou as sympathias de alguns de seus amigos politicos; posteriormente, tendo-se opposto e fazendo cahir com o seu voto, e o do seu collega dos estrangeiros, Ernesto Ferreira França, a medida proposta sobre a incompatibilidade dos magistrados com as funções de deputado, estando além disto nesta parte divergentes da opinião dos outros seus quatro collegas, teve de retirar-se do ministerio a 26 de Maio de 1855.

Entre os serviços mais notaveis prestados ao paiz neste seu primeiro ministerio deve contar-se a parte directa e activa com que planejou e correu para a pacificação da provincia do Rio Grande do Sul.

Em perfeita intelligencia e accordo com o então presidente e commandante em chefe do exercito naquella provincia, o general marquez de Caxias, seu amigo de juventude e seu contemporaneo na academia, tudo entre elles se dispôs o combinou com tanto acerto, que a paz veio a effectuar-se pelos meios da convicção espontanea e sincera, fazendo com que os rebeldes confiassem na clemencia imperial e na fé do governo.

Para esse fim veio particularmente á côrte em commissão por parte dos rebeldes o (entre elles) tenente-coronel Antonio Vicente da Fontoura, acompanhado pelo coronel Manoel Marques de Souza (hoje Barão de Porto-Alegre). Foi o Sr. Coelho quem fez com o commissario Fontoura e coronel Marques todos os ajustes e combinações precisas para se realizar a tão desejada pacificação, que até então milhares de contos despendidos e milhares de vidas preciosas sacrificadas não tinhão podido conseguir.

No seu gabinete e com seu punho foi elle quem redigiu as instrucções de 18 de Dezembro de 1844, que forão levar a pacificação material e moral á infeliz e magnanima provincia do Rio Grande do Sul, ha nove annos trucidada pelos horrores da guerra civil.

Quando algum dia essas instrucções chegarem a ser publicadas, se reconhecerá, que a paz desta provincia foi obtida pelos meios os mais honrosos, com brilho e magnanimidade da corôa, e sem ao mesmo tempo humilhar os brios daquelles nossos valentes irmãos illudidos, que depunhão as armas, e voltando á communhão nacional, vinhão abrigar-se sob o manto da clemencia imperial.

Quando na camara dos deputados a opposição pouco generosa, e certa de que o melindre das circumstancias não permittia ao governo fazer revelações, arguia o gabinete de ter mareado o brilho da corôa, o Sr. Coelho respondia com sua voz expressiva: «Senhores, está unida toda a grande familia brasileira, o Imperio está em paz; reudamos graças a Deos.»

Em objectos de serviço distinguio-se sempre por sua grande actividade: entre outros factos ha o seguinte de notoriedade publica. O partido da urdem na provincia das Alagoas incorrêra na mesma falta, que arguia a seus adversarios politicos, pois quando em opposição, descrendo dos meios legaes, revol-

tou-se e recorreu tambem aos meios materiaes, empunhando as armas e atacando om seu palacio o delegado do governo o Sr. Bernardo de Snua Franeo; e os revoltosos nessa occasião não desdenhãrão chamar em seu auxilio o famoso bandido e saltador das matas do Jacuipe Vicente de Paula.

O presidente da provincia, sem força para resistir á revolta, que com tanta furia rebentara de improviso, havia solicitado auxilio aos presidentes de Pernambuco e da Bahia. Todas estas noticias chegarão á cõrte trazidas pelo vapor *Imperador*, que entrou neste porto a 17 de Outubro de 1844; o incansavel ministro da guerra de 2 de Fevereiro deu logo todas as providencias, e com tal rapidez, que no dia seguinte, 18, havendo apenas decorrido 24 horas, o mesmo vapor sahia pela barra fóra com uma força de linha de 400 praças completamente armada e municada, sob o commando do valente general Seára, e a 24 do mesmo mez saltava a força nas Alagôas, e no dia seguinte era reinstalledo em seu palacio o presidente, que desde o dia 21 se achava com as principaes autoridades a bordo do hiate *Caçador*; a 31 de Outubro dava-se o sanguinolento combate da Atalaya, e logo em seguida outros, em que as forças legaes levarão sempre de vencida os revoltosos. A' presteza dos auxilios enviados da cõrte pelo ministro, e á concurrencia dos socorros das provincias da Bahia e Pernambuco deve-se o ter sido suplantada em começo uma revolta, que, com o auxilio e intervençãodos bandidos das matas, ameaçava tomar grandes proporções, e produzir males incalculaveis.

Emquanto ministro, não se descuidava da parte puramente administrativa. Deu á Escola Militar os estatutos do 1º de Março de 1843, fazendo cessar a confusão de doutrinas, que resultava de uma interminavel successão de reformas sobre reformas; restaurou o Hospital Militar da cõrte, em beneficio da vida dos soldados, que mal tratados nos insalubres e mal providos hospitaes regimentaes, succumbião á mingua em numero extraordinario; fundou o observatorio astronomico do Castello, cuja creação, decretada por lei ha muitos annos, tinha ficado em letra morta, e nunca se euidára na sua execução.

Deixando de ter assento na camara dos deputados no anno de 1848, foi nomeado presidente e commandante das armas da provincia do Pará, tomando posse destes cargos a 8 de Maio do mesmo anno.

Nesta presidencia ainda mais firmou o seu credito de administrador intelligente, recto, justo e imparcial; desenvolveu sua habitual actividade dando impulso a diferentes obras publicas da provincia, apezar dos minguados recursos das rendas provinciaes, tendo encontrado os cofres exhaustos e a provincia com uma divida superior a 70:000\$.

Durante a sua administração no Pará, em principios de 1850, tentárão os Francezes uma segunda occupação do Amapá, sendo governador de Cayena Mr. Pariset, que mandára estacionar algumas goletas o brigues de guerra em frente á embocadura do mesmo Amapá. O Sr. Coelho, por seu turno, mandou preparar todos os navios de guerra da estação do Pará, e expedio para Cayena o brigue de guerra *Nietheroy* com officios áquelle governador, fazendo energicas reclamações contra a tentativa de nova occupação; travou-se então de parte a parte, por meio de notas diplomaticas, uma renhida e luminosa discussão, que foi toda publicada no relatorio de estrangeiros de 1852, sobre a questão de limites do Oyapok, e sobre a verdadeira intelligencia dos tratados, cujo resultado foi fazer calar no animo do governador de Cayena a convicção da injustiça de sua pretensão; retirárão-se os navios francezes, não indo portanto ávante a projectada occupação.

Para caracterisar devidamente esta sua administração na provincia do Pará, e conhecer-se a norma de principios que o dirigião, basta copiar textualmente um trecho do seu relatorio de entrega ao vice-presidente o Dr. Angelo Custodio Corrêa, em que, entre outras regras que o guiárão no seu governo, pôde dizer-lhe o seguinte:

« Não partilhei com ninguém o exercicio de minha autoridade: governei só, « acertei e erreí só. Nunca admitti confidencias auriculares sobre objecto de « negoeios publicos, e nenhum acto de minha administração foi por alguém « annunciado de vespera na praça publica.

« Esforçando-me por imprimir em todos os meus actos um certo cunho de

« imparcialidade e justiça, consegui nullificar a appareição de partidos, e ter « uma presidencia tranquilla, etc. »

Entregando as redas da administração do Pará no 1º de Agosto de 1850, tendo conquistado as sympathias dos Paraenses, recolheu-se á cõrte em Novembro desse mesmo anno, e então retirou-se completamente da vida politica e administrativa, empregando-se por seis annos em diferentes cargos puramente militares, taes como o de director da fabrica da polvora, que exerceu até o mez de Junho de 1854; de director do arsenal de guerra da cõrte, até Setembro de 1855; director da Escola de Applicação do Exercito, até Março de 1856, em que foi nomeado presidente e commandante das armas da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

A' excepção dos cargos de presidente e commandante das armas das provincias do Pará e Rio Grande do Sul, nunca quiz accumular mais de um vencimento ou gratificação por empregos diversos.

Quando foi nomeado director do Arsenal de Guerra da cõrte, a que estava annexa a direcção das obras militares, fez separar este ultimo cargo, que desde então até hoje tem director especial, dizendo que no serviço do arsenal tinha de sobra com que occupar-se, e que não queria ser director honorario ou nominal daquellas obras sómente para receber as gratificações, que importavão em 1:600\$ por anno; nisto deu ao mesmo tempo prova de desinteresse e zelo pelo bem do serviço.

De maneiras affaveis no seu trato ordinario, e ao mesmo tempo energico nas occasiões precisas, nos empregos superiores, que ha exercido, tem sabido fazer-se respeitar e obedecer, captando ao mesmo tempo a cordial estima de seus subordinados; é assim que, quando embarcou para o Rio Grande do Sul, despedindo-se delle os alumnos da escola de applicação reunidos em corpo, com seu novo director e mais officiaes e empregados daquella escola, um dos alumnos, em nome de todos os seus collegas, leu um discurso por elles assignado, em que, além de muitas outras expressões lisongeiras, tratando de retratar o seu caracter, exprimião-se nas seguintes palavras:

« O que nos penhora individualmente, o o quo nos constitue gratos sobretudo, « são essas qualidades pessoaes, quo vos distinguem, são essa candura e intelligencia, que unia e separava *in continenti* o director o o alumno, que distinguia o mestre d'entre os que trabalhavão juntos, e que obsequiava ordenando, etc. »

Dous annos depois de ter deixado a direcção do arsenal de guerra da cõrte, quando os operarios e mestrança desse arsenal delle ba muito já não dependião, achando-se já na presidencia do Rio Grande do Sul, esses seus ex-subordinados se recordavão agradecidos de sua paternal administração, e espontaneamente cotisando entre si uma parte do producto de seus salarios, mandárão preparar uma rica espada de ouro, e lh'a enviárão para aquella provincia, como um signal de lembrança e reconhecimento ao seu ex-director.

Chegando á provincia do Rio Grande do Sul, foi acolhido com a mais cordial benevolencia e sympathia; todos ali, tanto ex-rebeldes como legaes, consideravão o ministro pacificador de 2 de Fevereiro como um antigo conhecido e amigo.

Nesta segunda administração seguiu invariavelmente os mesmos principios, que na provincia do Pará, de rectidão, igualdade, justiça e imparcialidade para todos: assim tambem do mesmo modo conservou a estima, sympathia e consideração dos Rio-Grandenses até o ultimo dia de sua presidencia.

Coube-lhe ali dissolver a divisão auxiliar brasileira, que havia regressado de Montevideo, organisando as brigadas que devião guarnecer, policiar, e defender nossas fronteiras, e dando-lhes instrucções convenientes para remover ou resolver os diferentes conflictos, que com diversos Estados vizinhos ali ordinariamente surgem.

Assim como no Pará, nessa provincia deu elle o maximo impulso ás obras publicas, creando a respectiva repartição; planejou e den principio a essa importante estrada de 60 leguas pelo litoral, que tem de dar commodade e segura communicação entre as cidades de Porto-Alegre e Laguna, da qual devem provir immensas vantagens ás duas provincias de S. Pedro e Santa Catharina, e que

tem por fim proporecionar em época talvez bem proxima a construcção de uma estrada de ferro, que será a verdadeira e unica possível barra do Rio Grande.

Tendo-o a sua provincia, depois de decorridos dez annos, reeleito deputado á assembléa geral legislativa, passou a administração da provincia ao segundo vice-presidente em 13 de Março de 1857, e veio para a côrte tomar assento.

Aqui chegou nos ultimos dias do mez de Abril do mesmo anno; e tendo logo occorrido a retirada do gabinete de 6 de Setembro, presidido pelo Sr. general Marquez de Caxias, entrou segunda vez para o ministerio, como ministro da guerra do gabioete do 4 de Maio daquelle mesmo anno de 1857.

Na fórma da constituição, teve de passar novamente pela prova das urnas eleitoraes, e seus patricios o reconduzirão por uma excessiva maioria de votos.

Posto que ha dez annos retirado do parlamento, nelle se apresentou com o desembaraço do antigo parlamentar, sem desmentir um só momento o conceito que outr'ora houvera adquirido.

Nas discussões da sessão legislativa do corrente anno, aggreddido o gabinete de 4 de Maio por uma opposição compacta, systematica, energica e talentosa, conservou-se sempre a par de seus collegas, na altura de sua posição.

Comquanto alquebrado de forças e já investido pela enfermidade que depois o veio a prostrar, ainda era o mesmo administrador intelligente e incansavel. Na previsão de uma guerra imminente, que estava a rebentar a cada momento com a republica do Paraguay, e que a todos parecia inevitavel, coube-lhe, como ministro da guerra, a ardua tarefa de providenciar, não só sobre os preparativos e armamentos de guerra, provimentos dos arsenaes, mandando fazer avultadas compras na Europa, como tambem sobre o movimento e marcha das tropas, parte das quaes tinham de atravessar centenaes de leguas por caminhos inhospitos e em grande parte desertos; teve de fazer organizar um corpo de exercito ao Rio Grande do Sul, e de fazer remessa para a fronteira do Baixo-Paraguay, oa provincia de Matto-Grosso, á custa de grandes sacrificios, de um immenso e pesado material de guerra, remettendo para ali engenheiros habéis, e officiaes experimentados das differentes armas, grande numero de artistas, operarios dos principaes officios, fazendo seguir repetidos contingentes de tropas, e tendo forças já preparadas e promptas a marchar á primeira voz nas proviocias de Goyaz, Minas, S. Paulo e Paraná.

Não se limitava sómente á expedição de ordens geraes, pois tratava logo de promover os meios de facilitar a sua execução, e de prevenir os embarços e difficuldades provaveis, que pudessem occorrer, organisando explicitas e minuciosas instrucções sobre os detalhes relativos á especialidade de cada serviço.

Todo este insano trabalho era feito sem ostentação nem apparato, e ainda assim teve de curtir amarguras, vendo a imprudencia com que a imprensa opposicionista, para atacar o gabinete, esmerilhava, esquadrihava, espreitava, e por este modo irreflectidamente revelava ao inimigo todas as medidas, todas as providencias tomadas pelo ministro, discutindo-as e censurando-as uma por uma.

Conscio de seus deveres em assumptos tão melindrosos, cerrava os ouvidos a estes clamores indiscretos, e proseguia sem a menor hesitação em fazer executar as suas ordens; e ainda mesmo que a questão pendente com o Paraguay não tivesse tido, como teve, tão feliz e pacifica solução, quando soasse a hora do combate, o Imperio bavia de se achar preparado para sustentar com honra e gloria a sua digoidade e os seus direitos.

Infelizmente em meio da sessão legislativa do anno de 1858 não pôde resistir á eofermidade que ha tempos o affligia, e cahio gravemente enfermo, como ainda até hoje se acha, tendo passado ha seis mezes por acerbos e crueis soffrimentos, de que ainda não está livre.

Este motivo o tinha feito passar interinamente a pasta da guerra ao seu collega da marinha o conselheiro Dr. José Antonio Saraiva em 10 de Julho deste anno, até que, ainda pelo mesmo motivo, deixou o ministerio, e com isso deu lugar á retirada de todo o gabinete a 11 de Dezembro do corrente anno.

Neste segundo ministerio conbe-lhe a tarefa de ser ainda o reformador das escolas militares, como houvera sido em 1843, e ao 1.º de Março do corrente anno de 1858 fez publicar o novo regulamento respectivo.

Entre os serviços proliissioaes, que preston em differentes épocas, deve ser mencionado um, em que deu prova de seu desinteresse, e tambem de sua dedicação á Imperial Familia.

Logo depois do primeiro ministerio, em Outubro de 1844, foi escolhido por S. M. o Imperador para chefe da commissão de engenheiros incumbida de medir e demarcar as 25 leguas de terra que devião formar o complemento do dote da Serenissima Princeza de Joinville, sendo essas terras nos sertões de S. Francisco, da provincia de Santa Catharina. Nessa importante e espinhosa commissão empregou cinco aturados mezes, internado em ermos sertões, soffrendo toda a sorte de privações, quasi sempre sem abrigo contra as intempéries, em máos ranchos de palha, feitos á pressa em cada dia no lugar do pouso, muitas vezes sem mantimentos, e algumas vezes chegando a sua comitiva ao ponto de desespero e desanimo. Mas o exemplo do soffrimento e paciencia do chefe, que, calmo, sereno e resignado, compartilhava com igualdade as mesmas privações, a sua perseverança e actividade, fez superar todas as difficuldades, e chegar ao termo dos trabalhos da completa medição, demarcação e mapeação de tão extensa e agra porção de territorio. Salvou tambem grandes embarços compondo-se amigavelmente com todos os heréos e posseiros confidentes nas terras proximas ao litoral, evitando conflictos e contestações, devido principalmente á influencia e estina de que gozava como deputado em sua terra natal, e muito difficil teria sido a qualquer outro terminar em paz tão melindrosa commissão, na qual, e no dizer dos naturaes do paiz, se lh'estirava as terras para dar aos estrangeiros.

Por esta commissão, attendendo a que o assumpto se referia a serviço da Casa Imperial, reounciou aos seus vencimentos ordinarios, bem como ás avultadas gratificações extraordinarias, que a todos os outros membros da commissão forão concedidas.

Tendo servido em altos e importantes empregos, como chefe de tres repartições militares, dous ministerios, duas presidencias, tendo estado muitos annos no parlamento, e incumbido de difficéis commissões da sua profissão, acha-se no fim da sua carreira tão pobre como no principio. Quando se lhe faz alguma observação nesse sentido, responde: « A minha pobreza é a minha riqueza. »

De costumes simples, de uma vida sem fausto e sem luxo, accomodando-se ás suas circumstancias e aos recursos de cada época de sua vida, é seu dito habitual: « Vivo com todo o dinheiro, gasto tudo o que ganho, e sómente o que ganho; nada tenho, e nada devo. »

Em toda a sua vida nunca importunou os ministros com pedidos para si, nunca solicitou empregos ou commissões; ao contrario, sendo consultado, rejeitou muitos de elevada importancia; é maxima sua *nunca pedir*. Sendo ministro, escreveu-lhe um general, em vespas de um dia de despachos, pedindo-lhe conselho se devia fallar a outro de seus collegas, fazendo-se lembrado para um despacho que d'elle dependia. O Sr. Coelho, como membro do gabinete, sabia que esse general estava já inscripto na relação dos agraciados; e sem querer revelar-lhe o que havia, e mesmo para poupar-lhe o vexame de um pedido superfluo, respondeu-lhe escrevendo por baixo da carta estas laconicas palavras: « *Os generaes não pedem*; eu acostumei-me a não pedir (para mim) desde subalterno. »

O Monarcha o tem honrado com differentes provas de estima, nomeando-o seu guarda-roupa, conselheiro, e condecorando-o com as commendas de Aviz e da Rosa, e ultimamente acaba de ser agraciado com a nomeação de vogal do Conselho Supremo Militar.

Taes são os traços biographicos e os factos principaes da vida do Sr. brigadeiro Jeronymo Francisco Coelho.

35-CONTINUED.



SEA. Sisson. Galle Lith.

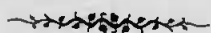
WILLIAM DOUGLASS

Visconde do Rio Branco

A. A. Smith. Engr. & Publisher.



VISCONDE DO RIO BONITO.



Nos paizes livres, onde o systema representativo não é formalidade exterior ou rebuço do despotismo, e sim a manifestação verdadeira da intelligencia e vontade popular, — exerce o commercio grande e natural influencia, já pelo trato quotidiano em que vive com todas as outras classes, já pelas repetidas occasiões que tem de prestar-lhes serviços, já porque adquire uma posição de abastança e de independencia, a *aurea mediocritas* que é considerada pelos philosophos como a situação mais feliz sobre a terra.

Habituação ao trabalho e á economia, com o espirito de ordem e de regularidade, procurando no seio da familia o descanso e a compensação das fadigas diurnas, apreciando os homens e as cousas sem o prisma das paixões politicas, o negociante tem sido, nesta cõrte, um typo de moralidade e dedicação á ordem publica, e de abnegação e modestia.

Praticando as mais raras virtudes civicas, pensa que cumpre deveres ordinarios e communs: a unica ambição a que aspira, é a de ser tido na conta de homem de bem e de cidadão prestimoso e desinteressado.

Esta foi a classe em que nasceu João Pereira Darrigue Faro; esta foi a escola em que se doutrinou desde a infancia; esta foi a tradição que recebeu, continuou e legou a seus filhos.

Seu pai, o negociante Joaquim José Pereira de Faro, tinha conquistado no commercio franco e na lavoura uma bella fortuna, e o que é melhor, o titulo de honrado e cavalheiro. Alliado aos homens de verdadeiro patriotismo, que cuidavam dos negocios publicos por bem do paiz e não por interesse de posição ou de familia, aquelle negociante concorreu com a sua influencia e cabedões para os melhores actos da existencia do Brasil. Na época em que o espirito publico reagiu contra os planos imprudentes de uma politica que offendia não só a liberdade constitucional, mas ainda os instinctos nacionaes, o velho negociante Faro foi respeitado pelos partidos attenta a franqueza e rectidão com que, apesar de nascido em Portugal, aconselhou a seus filhos que acompanhassem a opposição e servissem a causa do Brasil, sua patria, causa que elle tambem adoptava de coração. Mais tarde o partido moderado, reconhecendo essa nobreza de sentimentos, aceitou o concurso da familia Faro, teve nella um apoio constante e sempre desinteressado, e distinguio-a, dando a seu chefe na

eleição a que se procedeu em 1833 para senadores pelo Rio um lugar na lista triplice, ao lado de Diogo Antonio Feijó e de Antonio José do Amaral.

A estas qualidades de cidadão, herdadas de seu pai, João Faro reunia um character sympathico, de grande amabilidade, que lhe grangeou amigos verdadeiros em todas as classes da sociedade. Tinha tambem uma virtude, que lhe inspirára sua digna mãe, a Sra. D. Anna Rita de Faro, e era o amor dos pobres e desgraçados. Homem lhano, que vivia sem ostentação apesar de sua riqueza, se elle distinguia o poderoso e o rico do infeliz e do pobre era para estender a sua mão com mais cordialidade a estes.

João Faro nasceu a 9 de Julho de 1803. Nessa época a educação litteraria no Rio de Janeiro era minguada de recursos. Destinado para a mesma profissão de seu pai, recebeu a instrução commum e depois seguiu o curso completo da Aula do Commercio. Como se lhe percebesse logo a aptidão que depois mostrou em varias commissões administrativas, foi aproveitado para o antigo Banco do Brasil, onde prestou serviços até a liquidação desse estabelecimento e adquiriu uma pratica que lhe foi summamente proveitosa.

Na época da independencia, o Senhor D. Pedro I querendo ter em torno de si os filhos das principaes familias, creou a guarda de honra. Fazendo parte della João Faro, foi promovido desde o posto de alferes até o de major, e mereceu ser escolhido para commandar o piquete que em 1826 acompanhou o imperador na sua viagem á Bahia. O seu zelo no serviço, a delicadeza de suas maneiras, os sacrificios de fortuna que fazia para corresponder á confiança imperial, lhe grangearão a estima de D. Pedro, que o condecorou com o habito do Cruzeiro, com o habito e depois commenda de Christo, e com o da Rosa á chegada da imperatriz a Senhora D. Amelia.

Não era porém o desejo de obter distincções desta ordem que o movia a prestar-se ao serviço publico. Quando, no tempo da regencia, se creou a guarda nacional, que era destinada a uma vida de lutas continuas para manter a ordem contra a anarquia da exaltação e contra os conspiradores ambiciosos, João Faro offereceu-se a prestar o serviço de simples guarda; mas o governo, que o apreciava devidamente, confiou-lhe logo o commando do batalhão da Candelaria e o de Santa Rita, de onde passou depois a chefe de legião e preencheu muitas vezes as funcções de commandante superior.

O sangue frio e dedicação, a energia e ao mesmo tempo moderação, com que o joven commandante se liou na repressão dos tumultos e scenas desordenadas que diariamente abalavão a tranquillidade desta cõrte, forão recompensados pela estima de sens concidadãos, e pelo reconhecimento do governo. D'ahi datão muitas das relações, que João Faro conservou até a sua morte, com os homens importantes daquella quædra, com os Srs. Costa Carvalho, Honório, Vergueiro, Torres e outros. Quando um dos mais illustres cidadãos que teve o Brasil e de que se ufanaria qualquer paiz do mundo, quando Feijó veio preso de S. Paulo para esta cõrte depois da revolução de 1842, a primeira pessoa que o procurou foi João Faro, e offerecen-lhe tudo o de que precisasse.

Não era então o regente, não era então o ministro que no mais intenso da anarchia soubera fazer predominar a paz e o respeito ás instituições: era o cidadão perseguido, era o homem de sentimentos que se dizia perigosos, era o chefe que tomára, por nobreza d'alma, a responsabilidade de uma revolução a que só adherira quando a vio perdida. Também quando o velho Feijó deu com os olhos em João Faro, subindo ao navio que lhe servia de carcere, voltou-se para um official que estava a bordo e lhe disse estas palavras: «Pai e filho, sempre os mesmos! O pai comprometteu-se por Vergueiro, o filho se compromette por mim.»

O governo, também pelo seu lado, o considerava sempre. Assim, o chamou para a comissão mixta brasileira e portugueza, para a direcção dos theatros, para a comissão espinhosa da distribuição de acções da estrada de ferro, para 1º vice-presidente do Banco do Brasil, 1º vice-presidente do tribunal do Commercio, etc.

Considerado sempre por sens concidadãos, João Faro foi eleitor constantemente, membro da camara municipal da cõrte, e deputado provincial em varias legislaturas. Se não teve um assento na camara dos deputados, sabe-se que foi isso devido á sua abnegação e modestia, porque gozando de uma grande influencia, preferia servir-se della para elevar os seus amigos e os homens que lhe parecião aptos para os cargos publicos.

A posição politica em que mais francamente se revelou o merito de João Faro foi a vice-presidencia da provincia do Rio de Janeiro. Quatro vezes successivas desde 1850 exerceu elle esse cargo, e com tanta probidade, aptidão e bom senso que, sem distincção de opiniões politicas, toda a provincia o applaudio, as assembléas provinciaes o felicitárão, o governo imperial o distinguio e o corpo eleitoral deu-lhe a mais significativa demonstração de reconhecimento. Procedendo-se a uma eleição de senador, quando João Faro se achava fóra da administração, foi elle o mais votado pela provincia para

uma lista onde figurava o nome do Sr. Eusebio de Queiroz, o homem então de mais prestigio no partido conservador.

Como negociante, era proverbial a sua probidade e cavalheirismo. Nunca perseguiu, nunca vexou. Preferia perder nos seus interesses para não publicar as vilanias de que fosse victima. Também a estima de que gozava na praça se patenteou na primeira eleição para directores do Banco do Brasil, tendo obtido no primeiro escrutinio maioria absoluta dos suffragios. Igual demonstração teve quando se fizerão as primeiras eleições para deputados ao Tribunal do Commercio. Era além disso consultado e ouvido por todos os negociantes, como um homem de sã razão e de escrupulosa rectidão.

O chefe da nação deu-lhe também grandes provas de seu apreço; nomeou-o veador de S. M. a Imperatriz, e conferio-lhe o titulo de Barão do Rio Bonito, titulo com que fallecêra seu pai o Sr. Joaquim Faro. Pouco depois o Barão do Rio Bonito foi elevado a Visconde do mesmo nome.

Possuindo, por herança de seu pai, fazendas de café no municipio de Valença, mostrava-se lavrador intelligente, introduzindo ali notaveis melhoramentos e amenisando a sorte de seus escravos, que o amavão como a um pai. A primeira estrada importante da provincia do Rio, de traço regular, pela qual puderão transpôr a serra grandes carros para conducção de generos e passageiros, foi empreendida de accordo e com o concurso de João Faro, que lhe deu o maior impulso. Fallo da estrada do Presidente Pedreira, que honra ao presidente que a approvou, e aos fazendeiros (entre os quaes, José Clemente, João Faro, Ezequiel Padilha, Camillo Faro e outros), que a dirigirão e levárão a effeito.

Ha ainda nma face do character do Visconde do Rio Bonito que merece attenção: a sua dedicação aos estabelecimentos pios. Quanto não lhe deve a Santa Casa da Misericordia! Como escrivão do hospicio de Pedro II, quanto não concorreu para se levar ao cabo essa obra de verdadeira piedade! Como provedor do asylo de Santa Leopoldina em Niteroy, a elle se póde attribuir em grande parte a creação e estabilidade dessa instituição!

Quando contava 53 annos e 4 mezes de vida, falleceu aos 11 de Novembro de 1856.

Terminaremos este ligeiro artigo, recordando as virtudes domesticas de João Faro. Filho, marido, irmão e pai extremoso, tributava um respeito religioso a sua velha mãe, rodeando-a da consideração de todos os seus amigos; amou á sua mulher e amava a seus filhos com uma ternura admiravel; votava amizade profunda a seus irmãos e merecia delles confiança illimitada, servindo de pai a todos os seus sobrinhos e mostrando o maior desinteresse, sempre que tinha de entrar com elles em qualquer partilha de bens.

J. O.



THE GREAT BRITISH EMERALD CO.



W. A. Smith del.

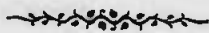
PRINTED BY J. H. COLEMAN, LONDON.


Franz de Smet

W. A. Smith del. & W. A. Smith sculp.



FRANCISCO DE LIMA E SILVA.



 REGENTE do Imperio Francisco de Lima e Silva, marechal de campo, commendador das ordens de Aviz e da Rosa, grão-cruz da do Cruzeiro, gentilhomen da camara imperial, e do conselho de Sua Magestade, foi um dos mais notaveis caracteres que atravessarão as phases do reinado, da independencia, da abdicção, da minoridade e da maioridade.

O resumo das principaes épocas da sua vida militar e civil, quer como general, quer como regente, comprova as raras qualidades de sua alma, e o quanto deve ser grata a memoria deste benemerito da patria; respeitavel pela sua intrepidez como soldado, admiravel pela sua humanidade como chefe e vencedor, estimavel pela sua prudencia e justiça como juiz, unia a todos estes dotes o da urbanidade e modestia, os da caridade e de um pai extremoso.

Deos, nas eventualidades da sua vida, deu-lhe grandes consolações e grandes dôres; porque, se vio seu filho Luiz, o illustre Marquez de Caxias, subir honrosamente os mais altos grãos da escala social, e seu filho José, pela emnencia de suas qualidades, gozar da estima do paiz e do soberano, vio tambem descrem prematuramente á sepultura seus filhos Francisco e Carlos, militares completos e merecedores de um grande futuro.

Descendente da illustre familia dos alcaides-môres de Faro e de S. Ivo, nasceu no Rio de Janeiro a 8 de Julho de 1783, filho legitimo do marechal José Joaquim de Lima e Silva e de D. Joanna Maria da Fonseca Costa. Segundo os usos e privilegios das familias militares, assentou praça da idade de cinco annos como cadete no regimento de Bragança, onde seguiu todos os postos até o de substituir seu pai no commando do mesmo batalhão.

Na época da independencia prestou os maiores serviços; á sua coragem, firmeza, actividade e confiança publica, deveu a cidade do Rio de Janeiro muitos bens naquella perigosa conjunctura, e elle o adquirir a fama de um soldado completo.

Para acalmar a revolta pernambucana de 1824 era necessario um homem que pelo seu passado inspirasse a maior confiança, tanto ao governo como aos que não compartilhavam os sentimentos dos revoltosos; e para esta perigosa e difficil missão foi escolhido o brigadeiro Lima e Silva, não só para com-

mandar a brigada expedicionaria, como tambem para presidente interino da provincia, e da commissão militar, creada por carta imperial de 27 de Julho de 1824.

Combateu a revolta com todas as armas de um coração bem formado. Aos que não vencia pelo ferro, venceu pela magnanimidade, pela piedade, e por todos os meios de que uma heroica generosidade pôde dispôr em posição tão difficil e tão ampla como o exigião as circumstancias.

Mas não erão os rebeldes á integridade do Imperio os seus maiores contrarios; erão sim os homens armados de um zelo excessivo, e os que disfarçavam seus odios com todas as côres do falso patriotismo quando invoca a lei. O general Lima tinha horror ao sangue. Para melhor descrever esta situação e o estado dos espiritos, ouçamos o que dizia de Pernambuco ao Sr. D. Pedro I o general M., e o que ao governo do mesmo Imperador escrevia o general Lima; o contraste das expressões revela salientemente o que acabamos de dizer, e o quanto era nobre e summamente humano o coração de Lima, e o alcance de suas vistas politicas naquelle tempo.

Ao Sr. D. Pedro I escrevia o general M.:

« Senhor. — Chegou finalmente a época em que a minha consciencia principia a accusar-me ou arguir-me de não haver eu participado a V. M. a reprehensivel conducta do brigadeiro Francisco de Lima, que, insensivel ás honras com que V. M. I. o tem sobejamente distinguido (julgando em seu orgulho que talvez mais se lhe deva), tendo antes em vista seus fins particulares, do que a cega obediencia ás imperiaes ordens, quando todas tendem unicamente ao bem geral do Brasil: que, esquecido do solemne juramento de fidelidade que, quer antes, quer depois de ser nomeado para commandar a expedição de Pernambuco, deve ter prestado nas mãos de V. M. I., ousa insensato novamente cabalar e illudir o governo, deixando de cumprir ordens tão claras como positivas, pretextando duvidas e tropeços que a cada passo o estorvão e embaração. Sim, Senhor, chegou o momento em que é preciso arrancar a mascara á impostura, e fazer apparecer o homem tal qual é. O brigadeiro Lima em nada tem cumprido as ordens do V. M. I.; elle não estabeleceu a commissão militar, parece que muito de proposito, para appresentar duvidas que tivessem em resultado o demorar a posse do presidente

« nomeado por V. M. I., e a mim; e enquanto esperava decisões, engolpado
 « na desmesurada ambição de mando, urdia novas tramas, esboçava novas
 « duvidas para de novo illudir o ministério, entretanto que as redes do go-
 « verno da provincia erão sustentadas de uma maneira tal, que os rebeldes,
 « que a todo o momento devião ter esperado a justa punição do seu horrendo
 « crime, principiavão a eucarar o brigadeiro Lima, senão como seu consocio,
 « ao menos seu patrono, seu protector e amigo; resolvendo entretanto o bri-
 « gadeiro Lima, em seus para mim occultos planes, e em seus clubs, intrigar
 « e enredar o presidente Mayrink..... »

O vago e a linguagem deste documento confidencial, cujo original temos á vista, justifica o character de quem o escreveu, e o do general Lima e Silva. Não seria esta a linguagem dos Sejanos e Tigellinos quando aguçavão as iras de Tiberio e Nero para se fartarem de sangue? O Sr. D. Pedro I foi surdo a todas estas miserias.

Vejamos agora o que ao mesmo tempo escrevia o general Lima, e conjunctamente o contraste que apresenta este documento pela elevação dos sentimentos, pela humanidade e alcance de vistas politicas! Escreve uma circular ao conselho de estado:

« Pelos papeis officiaes estará V. Ex. bem ao facto do que se tem passado
 « de quanto tenho feito, tanto nesta malfadada provincia, como nas outras do
 « Norte, e até mesmo na da Bahia.

« A commissão militar, tendo sido aberta *immediatamente* que me chegarão
 « com o total destroço dos rebeldes; os presos que estavam no caso de ser
 « considerados chefes da rebellião, forão já executados; e outros suspensa a
 « execução de suas sentenças, até á decisão de Sua Magestade Imperial, por
 « haver a mesma commissão julgado melhor demorar a execução e esperar as
 « imperiaes ordens, do que fazer repetir a scena de 1817, que se julgarão de-
 « pois não serem cabeças individuos que já tinham sido precipitadamente
 « fuzilados na Bahia e nesta cidade, cujos acontecimentos são aqui mui re-
 « cordados por estes povos, o que, juncto ás mais violencias e despotismos
 « inauditos que então se praticarão, creárão a obstinação que hei encontrado
 « e causarão esta reacção e odio ao governo, suppondo talvez que elles se re-
 « petissem; era-me portanto mister desmenti-los por factos de moderação, e
 « germinar nestes corações endurecidos por uma educação pervertida pela
 « lição de infernaes periodicos, o amor que devião ter á sagrada pessoa do
 « Imperador, e a confiança no governo; e é por isso que tenho sido mais hu-
 « mano que severo, sem deixar de ser justicheiro, e me persuado ter alcançado
 « algum fructo.

« V. Ex., como sabio e experimentado nos grandes negocios, estará bem
 « certo quão difficiloso é classificar e punir crimes de opinião, e em negocios
 « tão melindrosos, mediante as circumstancias em que se tem achado o
 « Brasil, e as vicissitudes das cousas, ns diferentes caracteres com que se têm
 « apresentado; a propugnação pela independencia, os desejos da liberdade
 « dos povos, a alluvião de escriptos incendiarios e subversivos da ordem,
 « que têm posto todos os povos em desconfiança e em attitudo de resistirem ao
 « que elles chamão roubo de seus direitos individuaes e de sua decantada
 « liberdade. »

Diz franca e lealmente que a commissão militar não deve continuar por ser um tribunal de horror; e que, a executar-se á letra a ultima carta imperial, ainda seria preciso condemnar á morte mais de cem pessoas, o que não seria praticavel e nem consentaneo com as pias intenções do Imperador. Pede para que os compromettidos sejam julgados pelos tribunaes ordinarios, que não são odiosos; e lastima a casualidade de ser composta a commissão de quatro Portuguezes imprudentes que davão a entender o contrario, espalhando que vierão de proposito! Mostra o ponto culminante onde este odioso poderá chegar, assim como a execração em que elle é tido, pois o chamão publicamente de verdugo dos seus patricios e o sustentaculo das vinganças dos Europeos.

Requer a eleição dos deputados: aconselha uma politica mais branda, medidas prudentes e energicas, e o maior zelo na observação da constituição; bons e honestos empregados, escriptores que dirijão a opinião publica, e uma

correspondencia activa e regular por meio de correios de vapor para mais estreitar os laços de amizade e commercio, e sobretudo pede inteira confiança nos altos funcionarios que se mandarem para a provincia.

Aquelle que venceu á força de armas Pernambuco, que fez parar a revolução, é o que falla desta maneira ao governo e aos seus conselheiros. Digão os homens de hoje se o regente Lima não era um homem das mais altas qualidades, um espirito vidente e digno de occupar o lugar que posteriormente occupou!

Aclamadas as paixões, e antes que alguns dos revoltosos escapados tomassem assento em ambas as camaras, o nome do general Lima foi de dia em dia convertendo-se em um hymno de concordia e gratidão, porque o tempo foi pouco a pouco revelando actos de sua magnanimidade que fazem honra á especie humana, e que serão admirados por todas as idades.

A Providencia havia ligado os destinos da monarchia brasileira áquelle brioso soldado por mais de um facto, e collocado nelle e em seus illustres filhos a continuação da mesma missão.

Arauto da ordem no primeiro movimento contra a integridade do Imperio, depois da independencia, conhe-lhe a gloria de amparar a monarchia mais tarde, e de ver em seu filho Luiz o pacificador de quatro provincias revoltas e o general em chefe que mandou um contingente a Buenos-Ayres para destronar o governador Rosas, que em nossos dias fez reviver as loucuras de todos os tyrannos da antiguidade.

De volta de Pernambuco, e estando de semana no paço de S. Christovão, como veador da santa Imperatriz Leopoldina, coube-lhe a honra de apresentar em seus braços á corte o Sr. D. Pedro II, que acabava de nascer em 2 de Dezembro de 1825! Quem diria então que seis annos mais tarde elle o havia de proclamar Imperador no Campo de Sant'Anna, no meio do povo e tropa, e que lhe salvaria a corôa através das tempestades que passarão durante a sua regencia?!

Mandado para S. Paulo em 1828 como governador das armas, ali correu perigo de vida no dia 12 de Outubro, quando passava revista ás tropas, por se haver espalhado que fôra ali mandado alim de proclamar o absolutismo. Homens armados de bacamarte o seguirão a cada movimento de um lado e de outro, com o fim de o acabarem ali se acaso dêsse a menor mostra de um tal intento. Tudo se desvaneceu ao primeiro — Viva á Constituição do Imperio.

O que escreve este resumo biographico do regente Lima ouviu isto da boca do muito respeitavel bispo eleito Moura, no momento em que reprovava o acto e o narrava ao bispo do Rio D. José Cactano.

De fins de 1829 até 9 de Dezembro de 1830 foi comandante das armas interino na corte, e novamente nomeado para S. Paulo, onde não voltou, por ter sido nomeado effectivo em 13 de Março de 1831 para a capital e provincia do Rio de Janeiro, lugar que deixou no dia 7 de Abril, por ter sido eleito membro da regencia provisoria.

Na noite de 6 de Abril dirigio-se o general Lima a S. Christovão para solicitar do Sr. D. Pedro I algumas providencias, á vista do estado em que se achava o povo e a tropa; e ouvindo a este o firme proposito em que estava de abdicar, disse-lhe: « Pois bem, Senhor, eu parto para o Campo a unir-me
 « com o povo e tropa, e a collocar-me á frente da revolução que se prepara,
 « mas juro a Vossa Magestade que ella será sempre no sentido monarchico. » E o Imperador, dando-lhe um abraço, respondeu: « Sr. Lima, sempre o considerarei como meu amigo sincero; vá, e lhe entrego o destino de meus filhos. » Voltou-se, e o general veio para o Campo até chegar o momento em que o Sr. D. Pedro mandou depositar em suas mãos o decreto de sua abdicção.

O general Lima reuniu em torno de si todos os amigos da constituição, leu o decreto, e proclamou Imperador do Brasil ao Senhor D. Pedro II.

Na eleição da regencia permanente ninguem pretendeu o seu lugar, todas as divergencias forão na nomeação dos dous outros, o que se fez sem grande agitação no palacio dos senadores.

Desenganado o partido republicano, descontentes os que se julgavão com

direito ao governo, começaram a proromper anarchias de todas as especies. O regente Braulio Muniz morreu de hypertrophia de coração; o regente Costa Carvalho, hoje marquez de Mont'Alegre, não podendo supportar a pressão de seus amigos politicos, as inconsequencias da época e as exigencias de novos ambiciosos, retirou-se para S. Paulo, e deixou o velho general com o peso e responsabilidade do governo do imperio.

As camaras, pela factura do acto addicional, decretarão a unidade da regencia, e no dia 12 de Outubro de 1836 entregou o general Lima a Diogo Antonio Feijó a regencia do imperio sem deixar nenhuma queixa, e sem ser accusado de um acto imprudente.

Escolhido senador pelo regente Feijó, obteve ainda mais esta prova do povo fluminense e do governo do quanto era respeitado e das lembranças de grata memoria que deixára após uma regencia tempestuosa, e de amargas provações. Amigos e inimigos lhe fizeram justiça, porque todos reconhecerão os eminentes serviços e a constancia do general Lima e Silva.

As camaras unanimemente lhe concederão uma pensão vitalicia, igual á metade do subsidio que percebia como regente. Essa pensão valeu a muitos desgraçados, consolou muitos infelizes, mórmente militares velhos, porque o regente Lima era de uma generosidade a toda prova; e que o digão as victimas de Pernambuco, as viúvas desvalidas e desgraçadas, e os proprios complicados, que acharão sempre na tenue bolsa do soldado um pão para si, seus filhos e sua familia. O senador Manoel de Carvalho o confessava publicamente, dizendo que Lima tinha sido o anjo consolador de todos os seus desgraçados companheiros, e o seu tambem.

Retirado á vida domestica, e testemunhando os acontecimentos posteriores, as mudanças de idéas, as accusações feitas ao passado por alguns prothêos politicos, resolveu-se a escrever umas memorias afim de que a posteridade não ficasse enganada; e dizia elle, que fôra o tempo mais agradável da sua vida aquelle em que se occupou com este escripto.

Uma vez, passeando elle pelas salas do paço da cidade com o que escreve estas linhas, e olhando para o retrato da Senhora D. Maria I, que estava no gabinete do despacho da regencia, exclamou: «Ah! Sr. . . se este retrato fallasse, se elle contasse o que ouvira neste gabinete quando se quiz vender a corôa imperial e mandar o Imperador estudar a arte de governar nos Estados-Unidos, muita gente fugiria desta casa e nunca mais aqui appareceria. Eu e os outros que salvemos a monarchia, aqui andamos a admirar estes senhores, que passeião como se nunca nada houvera; a influencia politica é como a moda, que muda com os tempos.»

O homem que occupou os mais altos empregos do Estado, que teve em suas mãos os destinos do Imperio, que, senhor de uma revolução, tinha por si a tropa e o povo, morreu pobre e foi enterrado pela irmandade da Cruz dos Militares. Seus illustres filhos virão nesta fôrma de enterro mais um

brazão de familia e um documento indeclinavel da probidade daquelle que deixou a regencia muito mais pobre do que quando para ella entrára, porque uma parte dessa pensão do Estado tambem foi distribuida para a amortização de suas dividas.

No dia 2 de Dezembro de 1853, no momento em que descia para o paço o Senhor D. Pedro II, deu a alma a Deos, aquelle que o havia. annos antes sustentado em seus braços, e no dia 7 de Abril de 1831 segurado em sua fronte infantil esse diadema americano que começa a lançar seu brilho por todo o mundo.

O regente Lima tinha um amor particular ao Senhor D. Pedro II, tinha-lhe uma affeição paternal. Contar-se-lhe os progressos intellectuaes do Imperador, suas boas acções, era uma delicia indisivel para elle; e logo acudia cheio de ufania: «Aqui, aqui nestes braços o apresentei á eôrte no dia do seu nascimento; com esta boca o aclamei no campo de Santa Anna, e com este « coração leal fiz tudo quanto devia para conservar-lhe a corôa. »

Nos despachos que houverão pela sagração, foi nomeado Barão da Barra Grande, *sem grandeza*. Julgou de sua dignidade não aceitar, e morrer com o titulo de regente do Imperio. Os individuos que aconselhárão este proceder ao governo devem hoje gemer, pensando que sobre elles recahe sómente tão grande ingratição, e a responsabilidade de quererem rebaixar o velho general, o pio herôe de Pernambuco, o primeiro regente do Imperio, com um titulo que o collocava abaixo de seus successores no governo, e de quem trazia ao peito a grãa-cruz do Cruzeiro, e a medalha de ouro dos que pugnarão pela integridade do Imperio.

Era o regente Lima um homem de mediana estatura, de proporções fortes, de uma physionomia austera e de um olhar firme, mas bondadoso. No seu trato familiar era de uma urbanidade tal e de uma modestia que captivava a todos.

A sua conversação era variada, cheia de factos, de anecdotes interessantes e de fôrmas muitas vezes originaes; mas em tudo isto descobria-se sempre o soldado, mas o soldado illustrado por um longo e meditado estudo das cousas humanas. A's vezes encarando os acontecimentos patrios, resumia-os por admiraveis sentenças que tinham o eunho da simplicidade na fôrma, da intensidade na materia, e da modestia que lhe era natural.

O que escreve este bosquejo passageiro da vida de um benemerito da patria, contrahe por amor da mesma patria o dever de escrever mais de espaço a biographia de um varão, cujo nome deve ser carissimo a todos os que vêm na monarchia o principio de nossa estabilidade e grandeza, e o elemento mais seguro para a ordem e prosperidade do Imperio do Brasil.

Os que passárão pelos dias tempestuosos da menoridade reconhecerão a verdade do grande principio, e os serviços prestados ao Brasil pelo general Francisco de Lima e Silva.



first of these is the fact that the
the second is the fact that the

the third is the fact that the
the fourth is the fact that the

the fifth is the fact that the
the sixth is the fact that the

the seventh is the fact that the
the eighth is the fact that the

the ninth is the fact that the
the tenth is the fact that the

the eleventh is the fact that the
the twelfth is the fact that the

the thirteenth is the fact that the
the fourteenth is the fact that the

the fifteenth is the fact that the
the sixteenth is the fact that the

the seventeenth is the fact that the
the eighteenth is the fact that the

the nineteenth is the fact that the
the twentieth is the fact that the

the twenty-first is the fact that the
the twenty-second is the fact that the

the twenty-third is the fact that the
the twenty-fourth is the fact that the

the twenty-fifth is the fact that the
the twenty-sixth is the fact that the

the twenty-seventh is the fact that the
the twenty-eighth is the fact that the

the twenty-ninth is the fact that the
the thirtieth is the fact that the

the thirty-first is the fact that the
the thirty-second is the fact that the

the thirty-third is the fact that the
the thirty-fourth is the fact that the

the thirty-fifth is the fact that the
the thirty-sixth is the fact that the

the thirty-seventh is the fact that the
the thirty-eighth is the fact that the

the thirty-ninth is the fact that the
the fortieth is the fact that the

the forty-first is the fact that the
the forty-second is the fact that the

the forty-third is the fact that the
the forty-fourth is the fact that the

AS CONTEMPORANEO



A. Sisson Lith.
1859

Nicolau Pet. de Albuquerque Sargento

A. Sisson Lith. 1859



NICOLÃO PEREIRA DE CAMPOS VERGUEIRO.

Avina deste varão illustre é uma das mais importantes entre todas que têm avultado no Imperio do Brasil. Este nome já era conhecido na revolução constitucional de 1820, que tinha abalado todo o imperio portuguez, e se foi engrandecendo todos os annos á proporção que as idéas liberaes iam triumphando da rotina, e dos principios velhos e de oppressão.

Desde que tomou assento nas côrtes portuguezas, como deputado pelo Brasil, até hoje, o senador VERGUEIRO tem sido fiel e firme ás suas convicções liberaes moderadas. A inconstancia dos interesses, a modificação que o tempo imprime sobre quasi todos os homens e até sobre as proprias cousas, não arrefecerão seu animo robusto na defesa das maximas constitucionaes.

Nunca foi sorprendido em contradicção politica, nem tão pouco em divergencia com o passado. Firmon-se no partido liberal por espontanea tendencia, progredio com elle, e soffreu resignado nos dias infelizes.

Sempre que subio as escadas do poder, foi por provocações de seus correligionarios e exigencias da situação, e não por solicitações suas. Pôde-se dizer com toda a franqueza que o senador VERGUEIRO não possui o vaidoso amor do poder. Por mais salientes que tenham sido os postos de honra e governança que occupou, não servirão para a prosperidade de seus parentes. O nepotismo não annuiu seu governo, de justiça e abnegação.

Dotado de um espirito illustrado e tenaz, de uma vontade robusta, e logico no governo, jámais voltou o rosto á verdade e á desgraça, não desanimou aos amigos, não offendeu aos adversarios, não provocou excessos, ainda nos periodos mais criticos. Nos grandes conflictos consultava sua consciencia como a um juiz infallivel; a decisão della equivalia á acção.

Na vida publica tem sido um exemplo de fidelidade, na vida privada um bello modelo de cidadão e pai de familia.

Eis os contornos geraes de sua bella physionomia moral; entremos nos factos historicos, não para traçar sua biographia, que só mais remota posteridade escreverá como cumpre, porém simplesmente uma breve noticia, que sirva para attestar que tão avultado é o seu merito, que, sendo ainda vivo, nem por isso é esquecido.

NICOLÃO PEREIRA DE CAMPOS VERGUEIRO nasceu em 20 de Dezembro de 1778, na freguezia de S. Vicente Ferrer, do lugar de Valporto, termo naquelle data da cidade de Bragança, no reino de Portugal.

Em 1801 formou-se na universidade de Coimbra bacharel em direito civil. Passou no anno seguinte a residir na provincia do S. Paulo, onde exerceu a advocacia, e ali casou com D. Maria Angelica de Vasconcellos, filha do capitão José Andrade de Vasconcellos.

Menos affeiçãoado ás chicanas do fóro do que dedicado ao serviço da sua patria adoptiva, e obedecendo tanto aos proprios desejos, como ao exemplo de seus maiores, consagrou o seu tempo aos melhoramentos agricolas; e para executa-los, deixou a banca e foi residir no sertão Pirassicaba, onde a sua influencia intelligente produziu em pouco tempo notavel desenvolvimento na pequena industria que ali então se mantinha.

Em 1821, rebentando a revolução em S. Paulo, foi inopinadamente nomeado membro do governo provisorio; e apezar da pouca affeição que votava aos cargos publicos, aceitou aquelle, dizendo: « Não sei como sahirei; mas embora fique mal com todos, hei de ficar bem com a minha consciencia. »

Seguindo-se logo depois as eleições para as côrtes constituintes de Lisboa, foi nomeado espontaneamente deputado, contra o voto do Dr. José Bonifacio de Andrada, vice-presidente do governo provisorio, que na mesa eleitoral disse-lhe mostrando a sua cedula: « Sou franco, não voto no senhor, porque faz muita falta ao governo. »

Partiu no entanto o novo deputado para Lisboa, onde chegou em Fevereiro de 1822, encontrando a notícia dos decretos que mandavam regressar o principe regente, e aboliram os tribunales do Rio de Janeiro.

Constando então a impressão desagradavel que esses actos do poder haviam causado no Brasil, nomearam as côrtes para syndicar do seu alcance a uma commissão mixta de doze membros, em cujo numero entrou o Sr. Vergueiro.

Como membro dessa — commissão politica dos negocios do Brasil, — provou o Sr. VERGUEIRO quanto lhe servia n'alma o affecto generoso que consagrava ao Brasil.

Apreciador e juiz imparcial dos factos, escreveram sobre elles um voto em

separado, que denominou-se justamente — a proclamação mais energica da independencia do Brasil.

Achando-se fóra de Lisboa, foi convidado pelo secretario das côrtes para assignar a constituição, e responden por escripto que «quando estivesse presente, a não assignaria, por não serem nella attendidos os interesses da nação constituída. »

Voltando ao Rio de Janeiro, tomou assento na assembléa constituinte que funcionava, e ali defendeu, como o fizera nas côrtes lisbonenses, a causa do paiz novo, que devia medrar sob o auspicio da liberdade constitucional, que a opinião menos provecta do povo começava a preferir ao jugo rotineiro das praxes e das doutrinas do absolutismo.

Em 12 de Novembro de 1823, dissolvida a assembléa constituinte, e invadida a casa dos trabalhos legislativos, foi o Sr. VERGUEIRO preso com outros representantes e conduzido á fortaleza de Santa Cruz, onde achavão-se os Srs. José Bonifacio de Andrada, e vigario Belchior, illustres socios de seu martyrologio, que uma semana depois vio arrastar ao degredo entre outros encarcerados.

Solto, o Sr. VERGUEIRO regressou talvez com mais ardor ao pacifico remanso onde a sorte ainda não permittio que corresse calmos os seus dias.

Eleito deputado nas subsequentes eleições, e proposto senador pelas provincias de S. Paulo e Minas Geraes, tomou assento no anno de 1826 na camara electiva e nella continuou no seguinte, distinguindo-se com assiduidade nos importantes debates que ali forão enecitados.

Em 1828, tendo apenas assistido á primeira sessão preparatoria, foi atacado de uma violenta febre cerebral que pondo em risco a sua existencia como que tornou mais evidente o seu merito, sendo, enfermo como estava, escolhido senador sob nova proposta da provincia de Minas Geraes.

Em 1830, soffrendo ainda os effeitos da molestia que o prostrára, foi o Sr. VERGUEIRO chamado a formar o novo gabinete, encargo que aceitou convidando para as differentes pastas aquelles de seus amigos de cujo devotamento e patriotismo mais esperava, na época turva em que assumião o poder.

Na revolução de 1831, tendo o Sr. VERGUEIRO ficado no Rio de Janeiro durante as férias parlamentares, foi um dos signatarios de uma representação enviada ao governo por 24 deputados, sobre as necessidades urgentes da situação.

Progredindo porém a onda revolucionaria appareceu no dia 6 de Abril a demissão do ministerio seguida da relação dos novos ministros, da suspensão de garantias, e de ordens de prisão em que figurava o seu nome.

No dia seguinte em face do novo gabinete, que nada comprehendia a bem da tranquillidade publica, reunirão-se os revoltosos no Campo d'Acclamação, e ali pedirão em massa a reintegração do ministerio demittido.

Apezar de aceita a substituição dos ministros, e declarando-se que o Sr. VER-

GUEIRO seria incumbido dessa tarefa, não diminuiu a effervescencia do povo, ao qual começavão a reunir-se alguns corpos de linha.

Seguiu-se a abdicação do imperador, tendo sido demittido o novo gabinete com excepção do Sr. marquez de Iuhambupe.

Houve então uma reunião em assembléa geral dos deputados e senadores existentes na côrte, que concordarão na nomeação de uma regencia provisoria para a qual foi eleito o Sr. VERGUEIRO com mais dous membros.

Nessa posição suprema o já encanecido servidor do Estado não desmentio os precedentes honrosos do seu bello character, mantendo a ordem e semeando a paz em uma quadra tão melindrosa.

Em 1833, apezar do máo estado de sua saude, entrou no ministerio do imperio, e servio interinamente no da fazenda.

Em 1833, soffreu uma gravissima molestia de coração cujos estragos nunca mais pôde sanar.

Em 1837, foi nomeado director do curso juridico de S. Paulo, cargo que por comprazer exerceu até 1842, tendo antes pedido, por enfermo, ser delle dispensado.

Em 1840, discutindo-se a grave questão da maioridade votou a favor della como necessidade irrecusavel, e em 1841 por occasião da coroação do Sr. D. Pedro II, foi agraciado com a grãa cruz do Cruzeiro.

Em 1842, um desgosto profundo veio ferir inesperadamente o honesto e leal representante do partido liberal do paiz.

Abafada a revolução de S. Paulo, era mister responsabilisar por ella a alguém, e contra toda a expectativa recalio a escolha no cidadão pacifico, que jámais pretendêra firmar com o sangue e o fogo os principios politicos que abraçára e sustentára na tribuna.

O senado porém julgou improcedente esse processo, em que em vão se procurava lançar um labéo desairoso sobre um benemerito do paiz.

Em 1847, occupando provisoriamente a pasta da justiça, fê-lo por mais tempo do que esperava, do que resultou-lhe novo accesso de febre cerebral que quasi o deixou sem vida.

Aqui pôde-se considerar terminada a aurea politica do Sr. VERGUEIRO, pois, se ainda hoje, como senador, eleva a voz tremula no mesmo recinto em que colheu as palmas de orador, é para pugnar pelos interesses da colonisação do paiz, a cujo estudo e desenvolvimento ha longos annos se dedica, colhendo lisongeiros fructos dessa pertinacia na prosperidade da colonia que tem estabelecida em suas terras, na provincia de S. Paulo.

Contando actualmente oitenta annos de idade, o Sr. VERGUEIRO apparece aos olhos da geração presente como um vulto grandioso do cidadão probo e honesto, do estadista integro, e do representante fiel de um partido que se ufana de o ter por decano.



OS CONTEMPORANEOS



Engraving: P. H. R.

EDUARDO PEREIRA DE VASCONCELLOS.

B. P. de Vasconcellos



BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELLOS.

BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELLOS, um dos maiores vultos da historia contemporanea brasileira, nasceu na antiga Villa Rica, hoje cidade de Ouro Preto, em 27 de Agosto de 1793. Forão seus pais o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, e D. Maria do Carmo Barradas; seus avós maternos o Dr. João de Souza Barradas e D. Jacinthia Maria da Fonseca Tavoreda e Silva; seus avós paternos o coronel Jeronymo Pereira de Vasconcellos e D. Anna Jacinthia da Natividade.

Dotado de viva comprehensão, foi por seus pais destinado desde logo á carreira dos estudos, e mandado para Portugal aos 12 annos de idade, para, sob direcção de pessoas de alta posição da sua familia portugueza, aproveitar as lições mais apuradas de certo nas aulas da metropole do que o podião ser nas da colonia.

Corria infelizmente o anno de 1807: os acontecimentos politicos embarçãõ a realisacão das intenções paternas. O navio que levava o menino brasileiro foi aprisionado e dirigido para Inglaterra: Portugal estava então occupado pelas armas da França, e a França estava nas suas grandes guerras com a patria de Pitt, ou antes com a Europa inteira.

Da Inglaterra teve de regressar para o Brasil, e de aqui concluir os seus estudos preparatorios. Seguindo outra vez para Portugal em 1813, matriculou-se nas aulas de direito da universidade de Coimbra, frequentando-as com a maior distincção, e sahindo emfim em 1818 com o grão de bacharel formado.

Na companhia de seus tios, o conselheiro de estado Fernando Luiz de Souza Barradas Cardoso e Silva e Dr. Bernardo de Souza Barradas, conservou-se um anno em Lisboa, para completar os seus estudos juridicos; só em 1820 regressou á patria.

Consagrou-se á profissão de advogado; mas tão abundantes naquella época não erão os homens de estudo, que fosse possivel ao joven legista seguir a sua vocação para essa profissão; foi logo despachado juiz de fóra de Guaratinguetá, na provincia de S. Paulo. Dahi, de volta para Ouro Preto, obteve nomeação de desembargador da relação do Maranhão.

A esse tempo agitava-se o paiz: a revolução da independencia, a convocação da constituinte, seus debates, suas lutas, sua dissolução, tinham-se succedido, sem que ao distincto joven coubesse nesses primeiros ensaios da vida politica do paiz grande papel. Proclamada porém a constituição, convocada a primeira assembléa legislativa, BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELLOS, eleito entre os representantes da provincia de Minas, veio sentar-se nesse recinto de que não devia mais arredar-se, sem embargo de todas as vicissitudes dos tempos, até que fosse occupar a cadeira vitalicia de senador.

Então começou a vida politica desse homem, cuja falta ainda hoje todos lamentão.

Bom senso nesse grão tão apurado que é quasi genio, amor ao estudo, facilidade de concentrar-se na mais profunda attenção, força de iniciativa para des-cobrir a solução das complicações, vastidão de conhecimentos, sempre augmentada por indefesso estudo de todas as horas, tornãõ esse homem o que os contemporaneos presenciãõ, o que a posteridade, consultando os monumentos das nossas leis, os annaes do nosso parlamento, os registros do nosso conselho de Estado, ha de por certo admirar.

Para isso tudo concorreu: até a sua saude deteriorando-se, pregando-o á cadeira e ao leito por fatal paralyisia, como que o obrigava a concentrar a vida nas faculdades intellectuaes, e lhe não deixava por unica distracção ás dôres constantes, por unica occupação, senão o estudo, a leitura reflectida dos melhores livros, a conversa familiar e instructiva. Sempre affável, VASCONCELLOS abria todas as noites a sua sala a quem quer que o procurasse; com a mais prazenteira amabilidade, sem que nunca esmagasse os outros com a sua superioridade intellectual; punha a conversação na altura da intelligencia dos que com elle estavão, e sabia dest'arte aproveitar todos os conhecimentos que cada qual podia ter, em qualquer especialidade.

Com esses dotes entrando na vida publica, VASCONCELLOS alistou-se necessariamente entre esses deputados brasileiros e liberaes que, em opposição ao governo, procuravão dar ao paiz a verdade do regimen constitucional, e as instituições prometidas pela constituição. No meio das patrioticas aspirações que então se multiplicavão, poucos erão os homens praticos, poucos os que aos principios e ás theorias podião accrescentar conhecimentos positivos de administração e de governo. Entre esses poucos VASCONCELLOS era um dos mais notaveis, e nos trabalhos dessas camaras que nos derão a organização superior do thesouro, da caixa da amortização, do supremo tribunal de justiça, das camaras municipaes, que emfim organisãõ o paiz tão recentemente constituido em nação, ampla participação teve elle.

D. Pedro o chamou logo em 1828 para o ministerio; mas então o regimen parlamentar não era comprehendido no paiz; entendia-se que o deputado liberal devia condemnar-se eternamente á posição de adversario do governo, nunca aceitar o poder. Por deferencia aos seus amigos politicos, VASCONCELLOS teve de curvar-se a essa doutrina, e de repellar o convite da corôa. A luta assim travada, a questão politica assim entendida, não podia ter desfecho senão em uma revolução; ella appareceu.

Nem se julgue que se aceitasse o poder, quando a elle chamado, VASCONCELLOS teria salvado o paiz; primeiro, era mais do que certo que a côrte o não receberia nas condições legitimas de ministro parlamentar; em segundo lugar, com todo o seu prestigio e todo o seu talento, é mais do que provavel que VASCONCELLOS, ministro nessa época, sem dominar a torrente, teria sido abandonado pelos seus amigos, considerado transfuga da causa popular. Cumpria pois deixar que o tempo trouxesse as suas grandes lições, e provasse aos liberaes

que a opposição não é senão o combate para triumpho de uma idéa, triumpho que se effectua no dia em que é ella chamada ao poder.

Pela revolução de 7 de Abril de 1831, os liberaes vencedores accitãrão emfim a posição que desde 1828 D. Pedro lhes havia offerecido. Mas então estavam soltas as paixões revolucionarias, a agitação armada, o motim da soldadesca, as pretensões exageradas do enthusiasmo punhão o paiz em quotidiano perigo.

VASCONCELLOS foi ministro da fazenda do primeiro ministerio liberal. As finanças então achavão-se no grão maior de descredito e de ruina, aggravado ainda pelo effeito natural da revolução, pela intimidação permanente do motim.

Mal comprehendemos hoje os serviços prestados por esse ministerio de 1831, que teve de lutar, no meio da dissolução de todos os elementos do governo, com todos os germens de dissolução social. Reprimir o motim nas ruas, dissolver a soldadesca, manter a ordem publica, restaurar a força moral do governo, até então universalmente considerado como o inimigo da sociedade, conservar unidas as provincias que os sonhos federalistas arrastavão, fazer frente ás despesas do serviço publico, manter illeso o credito nacional, lutar contra a invasão da moeda falsa de cobre, a par da moeda depreciada de um banco mais do que roubado e fallido... Honra e gloria aos homens de então! honra e gloria ao patriotismo e á devoção dos Brasileiros! tudo isso se conseguiu, e a posteridade reservará bello quinhão nos seus agradecimentos a esses que lhe salvarão a patria.

Em 1832 foi dissolvido esse ministerio.

Em 1833 estava VASCONCELLOS em Onro Preto, quando ali rebentou uma revolta contra a autoridade do presidente da provincia, que então era o desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza, hoje barão do Pontal. No meio dos gravissimos indícios que a haviam annunciado, achando-se o presidente ausente da capital, assumio VASCONCELLOS, na qualidade do 1º vice-presidente, as reas da governança; era uma posição de perigo e de sacrificio; VASCONCELLOS não tinha a prudencia egoistica que nessas horas abandona o paiz, e tergiversa com o dever: cumpria suffocar o motim. Infelizmente a dedicação do homem não bastava, erão necessarios recursos e não houve tempo de reuni-los: os insurgentes haviam combinado o seu plano com tanta sagacidade, que a autoridade só no ultimo momento prevenida, não pôde contê-los. VASCONCELLOS foi por elles preso.

Consequindo porém evadir-se aos sediciosos, apresentou-se na cidade de S. João d'El-Rei, ali organisou o governo e a defesa, chamou ás armas os Mineiros, e dentro de poucos dias forças consideraveis marchavão contra os dominadores da capital. A revolta não se pôde manter, e o presidente chamado, instado por VASCONCELLOS, para vir tomar conta do seu lugar, pôde fazê-lo livre de todo o perigo, sendo aliás coadjuvado, nas medidas que posteriormente teve de tomar, pela influencia e conselho do grande estadista.

Em 1834 tinha a camara sido reunida com os poderes necessarios para reformar a constituição, e reasir essa promessa, que fôra como o ponto de transacção entre todas as fracções liberaes, senhoras do paiz depois de 1831. A dificuldade porém dessa obra constituia uma das maiores complicações do momento: VASCONCELLOS foi della encarregado: infelizmente ao seu trabalho fizeram-se emendas, contra as quaes muitas vezes reclamou perante os seus amigos e alliados politicos, emendas que tornãrão defeituosa essa reforma, hoje *acto addicional*, e que exigirão alguns annos depois a sua interpretação.

Em 1835 membro da primeira assembléa provincial mineira, comprehendeu elle que cumpria mostrar praticamente a bondade dessa instituição, e o muito que com ella podia ganhar a administração das provincias; meditando pois sobre as necessidades de melhoramentos apresentou ácerca das estradas e do ensino publico projectos cuja adopção marcou uma verdadeira época de progresso, e a que se prende tudo quanto de melhor tem-se posteriormente feito nesse sentido.

As circumstancias politicas entretanto se modificavão; o fallecimento do Sr. D. Pedro I. que fazia perder todas as esperanças, e portanto todos os receios de uma restauração, a votação do acto addicional tinhão trazido a distensão dos espiritos, tanto tempo empenhados nas lutas politicas, e com ella novas necessidades para a governança: cumpria organizar, todos o sentião, e proclamavão; mas como, em que sentido? e quem poria peito a essa reorganização?

Separado dos seus antigos alliados politicos, VASCONCELLOS tomou a frente da opposição que então se apresentava ao governo do regente Feijó. As sessões de 1836 e de 1837 o virão constantemente na tribuna, instando com esse governo para que apresentasse os remedios que julgava necessarios aos males, que elle proprio denunciava, e que todavia elle proprio aggravava. Por fim, em vez de modificar o seu governo, o regente preferio reanunciar ao alto cargo que occupava entregando-o ao senador Pedro de Araujo Lima, hoje Marquez

de Olinda. VASCONCELLOS tomou então a pasta da justiça e interinamente a do imperio. Foi o ministerio de 19 de Setembro.

Não é aqui lugar opportuno para apreciar a acção e influencia desse tão fallado ministerio; o que ninguem contestará, é que se lhe deve o triumpho do regimen parlamentar, o reconhecimento da condição de solidariedade no gabinete, do apoio das maiorias, da disciplina das discussões. Não é menos certo que as idéas monarchicas, tanto tempo obliteradas, começaram a resurgir nos espiritos, e em publicas e officias demonstrações.

Foi nesse tempo, e no meio desses envidados que VASCONCELLOS, que queria dar impulso aos estudos no Brasil, fundou o collegio Pedro II e decretou a existencia de outros estabelecimentos de instrucção, que não chegarão infelizmente a realizar-se, talvez por falta de cooperadores.

Dissolvido o ministerio de 19 de Setembro, outros lhe succedêrão, durante os quaes o prestigio do poder regencial foi-se allindando.

Em 1840, quando já a revolução da maioridade estava senhora do triumpho, VASCONCELLOS, que estava retirado dos conselhos e da influencia no governo, foi chamado para junto do regente. O movimento já ia muito adiantado; VASCONCELLOS não o pôde conter. Algumas horas depois da sua entrada para o gabinete, havia elle triumphado. Ali corre impresso um manifesto em que o distincto estadista expõe circumstanciadamente o que então occorreu, quaes as vistas e intenções do governo, qual o sentido de seus actos, e porque forão mallogrados.

No seu ministerio, VASCONCELLOS havia preparado o imenso trabalho da reforma do codigo do processo. Interrompida a discussão desse projecto, que elle como senador havia offerecido em 1839, continuou depois em 1841 sob os auspícios do ministro da justiça Paulino José Soares de Souza, hoje visconde de Uruguay. Esse foi de todos quantos debates tem occupado o nosso parlamento o mais aturado, e o mais completo; para a gloria de VASCONCELLOS bastaria a parte que nelle tomou. Adoptado emfim pelas camaras é a lei de 3 de Dezembro de 1841.

Coube-lhe igualmente a gloria de sustentar, e de fazer passar o projecto, tambem por elle elaborado, da creação do conselho de estado.

Não menos se lhe devem os estudos que preparãrão o projecto da lei das terras; embora por ontrem offerecido á attenção das camaras, ninguem ha que ignore a parte que na sua elaboração, como na sua sustentação, coube ao distincto estadista.

Depois da creação do conselho de estado, VASCONCELLOS, nomeado conselheiro ordinario, prestou sempre o mais acurado apoio á administração do paiz, ajuda com ministerios que lhe erão infensos; o conselheiro de estado punha de lado a politica, para esclarecer com a sua vasta intelligencia as questões administrativas, e conseguir o bem do paiz, ainda quando feito por mãos de adversarios seus. Pôde-se quasi que sem hyperbole affirmar que enquanto foi vivo, VASCONCELLOS foi o conselho de estado.

Se não faltãrão calumnias á sua vida, não lhe faltãrão tambem applausos e galardões.

Ministro duas vezes, deputado em todas as legislaturas até que em 1838 entrasse para o senado, conselheiro de estado desde a fundação, condecorado em 1849 com a grã-cruz do Cruzeiro, havia anteriormente recebido de S. M. o rei dos Francezes a grã-cruz da Legião de Honra, por ter sido o plenipotenciario brasileiro no tratado matrimonial da Sra. princeza D. Francisca com o Sr. principe de Joinville.

Nos ultimos annos da sua existencia, a paralyisia que o atormentava, foi tomando um caracter mais grave, sem todavia conseguir quebrar a serenidade de seu espirito, a actividade do seu amor ao estudo, e do seu zelo pelo paiz.

Ouvindo-o, illudido pelo vigor desse espirito, ninguém podia fazer idéa da fraqueza, do soffrimento desse corpo. Só os seus intimos conhecião, vendo o progresso dos estragos da horriavel enfermidade, que essa immensa luz do genio estava para apagar-se com a ruina desse corpo.

Entretanto não foi a paralyisia. Em 1850 a febre amarella que dizimava o Brasil, e que parecia escolher as suas victimas nas eminencias sociais, acommetteu-o... e em 1º de Maio a cidade do Rio de Janeiro, coberta de luto, as camaras que já tinhão soffrido tantos golpes dolorosos, ouvirão a noticia fatal: BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELLOS já não existe.

Seu corpo jaz no cemiterio de S. Francisco de Paula: seu nome na historia, e na recordação dos Brasileiros. Homem politico, VASCONCELLOS ainda não tem herdeiros.

A's vezes nós que o conhecemos, e fômos honrados com a sua intimidade, nos perguntamos, o que teria sido dos acontecimentos do paiz, se, em vez de morrer aos 55 annos, VASCONCELLOS tivesse vivido mais algum tempo, se a sua existencia tivesse sido prolongada até os nossos dias, e... tomamo-nos de reiterados pezares...



S. A. Sisson del. LITH
1859

F. D. Levine del. Pos. 19

FRANCISCO DIOGO PEREIRA DE VASCONCELLOS

FRANCISCO DIOGO PEREIRA DE VASCONCELLOS, irmão legítimo de Bernardo Pereira de Vasconcellos, foi, como elle, filho do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos e de D. Maria do Carmo Barradas, neto pela parte materna do Dr. João de Souza Barradas e de D. Jacinthia Maria da Fonseca Tavoreda e Silva, e pela paterna do coronel Jeronymo Pereira de Vasconcellos e de D. Anna Jacinthia da Natividade. Nasceu a 28 de Dezembro de 1812 na antiga Villa Rica, hoje Cidade do Ouro Preto, capital da provincia de Minas-Geraes.

Apenas concluidos com distincção nas aulas daquella provincia os estudos preparatorios, seguiu para S. Paulo, e no anno de 1831 matriculou-se na Academia Juridica, recebendo o grão de bacharel formado em sciencias sociaes e juridicas no anno de 1835.

De volta á provincia de seu nascimento, foi no anno seguinte, o de 1836, nomeado juiz municipal e de orphãos do termo do Ouro Preto, lugar que servio até ser nomeado juiz de direito substituto da comarca do Parahybuna. Nesse cargo pouco tempo se demorou, pois logo em 1839 foi despachado juiz de direito da comarca do Rio das Mortes, na mesma provincia de Minas Geraes.

Em 27 de Agosto de 1839 casou com D. Bernarda Malvina de Vasconcellos, que falleceu em Petropolis no dia 19 de Abril de 1857, ficando-lhe deste consorcio uma filha.

No anno de 1840 tomou assento na assembléa provincial e servio em diferentes outras legislativas, honrado por vezes com a eleição de presidente da mesma assembléa.

Em 1842 foi nomeado chefe de policia de Minas Geraes, lugar que exerceu até principios de 1844.

Foi eleito deputado á assembléa geral legislativa no anno de 1842 e reeleito nas seguintes legislaturas, menos em 1844 e 1848, em que aliás lhe coube a supplencia proxima, tendo por isso assento na camara temporaria apenas com a interrupção de um anno, o de 1845.

No anno de 1843 foi nomeado 2º, e posteriormente 1º vice-presidente da provincia de Minas Geraes.

Foi removido em 1844 para juiz de direito da 2ª vara crime do Pará (capital).

Em 1849 servio pela segunda vez o cargo de chefe de policia da provincia de Minas.

Em 1850 foi chamado para servir na policia da corte, e demorou-se no emprego de chefe de policia até o anno de 1853, em que foi mandado presidir á provincia de Minas Geraes.

Neste exercicio se conservou até Fevereiro de 1856, sendo transferido no mesmo caracter para presidente da provincia de S. Paulo.

Tendo tomado posse da presidencia dessa provincia em Abril do mesmo anno de 1856, retirou-se em Janeiro de 1857 da capital de S. Paulo para a do Imperio, em consequencia dos graves soffrimentos de sua mulher, que, como ella dito, morreu pouco tempo depois.

Eleito deputado pelo 1º districto eleitoral de Minas, tomou assento na camara dos deputados no dia 3 de Maio de 1857, e no dia 4 do mesmo mez e anno foi chamado ao ministerio da justiça pelo marquez de Olinda, encarregado por S. M. o Imperador de organizar um gabinete pela retirada do que fôra presidido pelo finado marquez de Paraná.

Procedendo-se em Julho deste anno á eleição de dous senadores nas vagas deixadas pelo dito marquez de Paraná e pelo de Valença, foi seu nome incluído na lista sextupla, e por carta imperial datada de 4 de Novembro de 1857 foi escolhido Senador do Imperio, tomando assento na respectiva camara em Maio do anno de 1858.

Retirou-se do ministerio com seus collegas no dia 12 de Dezembro do mesmo anno de 1858.

E' commendador da Ordem de Christu, e official da da Rosa.

DE CONTEMPORANEO.

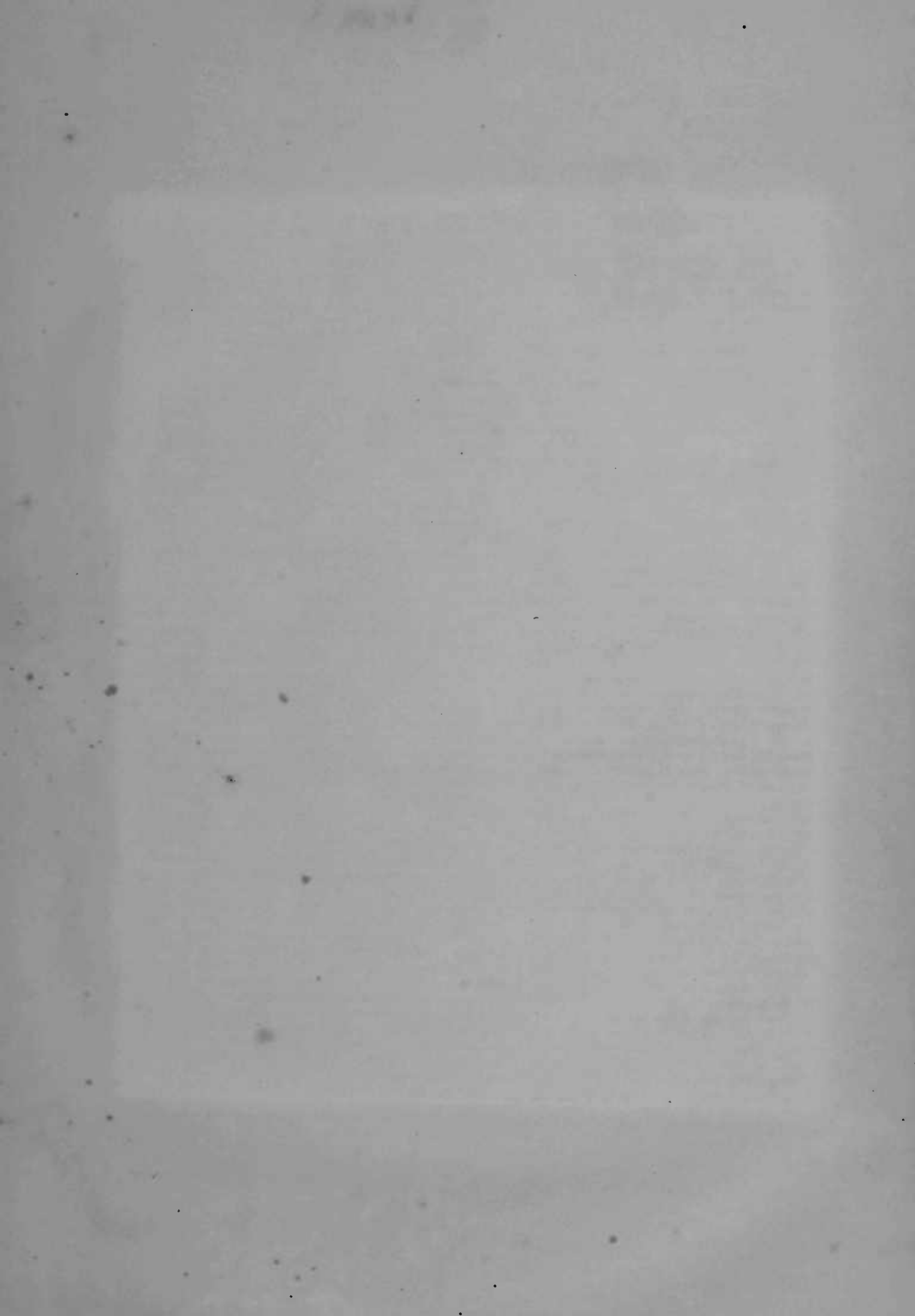


Salvador de Almeida

SERGIO TEIXEIRA DE MACEDO.

Sergio Teixeira de Macedo

LA LITTOGRAPHIE DE LA RUE DE LA PAIX



SERGIO TEIXEIRA DE MACEDO.

SERGIO TEIXEIRA DE MACEDO nasceu no Rio de Janeiro em Setembro de 1809. Seu pai, o major Diogo Teixeira de Macedo, retirando-se do serviço militar nesse posto, tinha vindo estabelecer-se em Pernambuco, e depois nesta cidade.

Sergio, o quinto de seus filhos, foi o primeiro dos dous que aqui nascerão.

Nas diversas aulas então aqui existentes, e que de melhor conceito gozavam, estudou elle os rudimentos das letras, e as doutrinas preparatorias, sempre bemquisto dos seus professores, e especialmente dos seus condiscipulos.

Sua compleição delicada, seu tardio desenvolvimento physico davão-lhe uma apparencia de idade inferior á que tinha, e assim concorrião para que sobresahisse entre os seus companheiros, que devidamente apreciavam o seu genio jovial, e o seu commercio facil e ameno.

Resolvido a estudar as sciencias juridicas, partio em 1827 para Coimbra, e tendo-se matriculado em Outubro, estava, em Junho de 1828, á espera de sua vez de fazer exame, quando, em consequencia dos successos politicos que então agitavam o reino de Portugal, foi fechada a Universidade.

A esse tempo porém já estavam fundados os cursos juridicos no Brasil. Pai desvelado, querendo melhor e mais economicamente promover a educação dos seus tres ultimos filhos, o major Diogo Teixeira de Macedo foi residir em Pernambuco, e o curso juridico de Olinda vio em seus bancos o joven Sergio com os seus irmãos Alvaro e Diogo.

Os filhos correspondião ao desvelo do pai: tendo por companheiros de aula moços distinctos, cujo talento posteriormente primou em maior theatro, como fossem seu primo Eusebio, Souza Martins, Franco de Sá e outros, Sergio sempre com elles foi proposto para premio.

No seu viver de estudante applicado, sentio que não bastavam as aulas para occupar a actividade do seu espirito: era tempo de effervescencia politica, e um jornal, do formato e dimensões dos melhores de então, o *Olindense*, appareceu em 1831, e Sergio achou-se em breve redactor exclusivo delle.

Erão difficeis os tempos. A abdicação de D. Pedro I havia trazido a crise, que, como lição, ficou na memoria de todos.

O *Olindense* vio-se a braços com os propaladores de idéas destruidoras de toda a ordem social. Em Pernambuco, os resentimentos e as pretenções da luta de 1824 davão talvez ás paixões de 1831 caracter mais acerbo e violento do que no resto do Brasil.

O *Olindense* porém não se desmentio; firme na sua linha de sustentador das saãs doutrinas, nunca esqueceu a decencia, moderação e energia que lhes dão realce; e seus artigos, reproduzidos na *Aurora*, na *Astréa*, no *Diario Flumi-*

nense, no *Independente*, davão testemunho do merecimento prematuro do joven escriptor.

Formado em Outubro de 1832, o Dr. Sergio de Macedo, quando se apresentou no Rio de Janeiro, achou já sancionado o codigo do processo. Exigia este um anno de pratica de advocacia para poder ser juiz: alguns de seus collegas que, favorecidos pela letra inicial dos seus nomes, se haviam formado alguns dias antes, tinham sido immediatamente despachados juizes de fóra, e como taes haviam entrado na organização da nova magistratura. Não podendo emprega-lo o ministro da justiça Honorio Hermeto Carneiro Leão, o fez eleger promotor publico, incumbio-lhe diversos trabalhos, e o tratou com aquella amizade que sempre lhe conservou, distinguindo-o com alguma commissão importante em todas as occasiões em que entrava para o ministerio. Emquanto praticava no escriptorio do Dr. Saturnino de Souza e Oliveira, e exercia o emprego de promotor, escrevia alguns artigos para a *Verdade* e para a *Aurora*, de cujo redactor, Evaristo Ferreira da Veiga, foi sempre amigo.

Ao cabo porém de alguns mezes, o Dr. Sergio de Macedo resolveu solicitar e obteve o lugar de secretario de legação em Paris, que por mezes esteve vago.

Pouco tempo esteve na posição subalterna de secretario; a mudança do chefe da legação deu-lhe a oportunidade de servir como encarregado do negocios desde Junho até Novembro de 1834. Poucas questões havia então que tratar, todavia uma pequena difficuldade, que occorrêra no serviço, foi vencida com bom exito.

Apenas um mez continuou secretario; em principio de Dezembro lhe chegou a nomeação de encarregado de negocios em Lisboa.

As circumstancias erão melindrosas. O Sr. D. Pedro I governava Portugal como regente. As relações dos dous paizes se azedavam com os movimentos anarchicos aqui occorridos, em que a perseguição aos Portuguezes era o grito de guerra. O partido restaurador havia compromettido o nome do Imperador, regente de Portugal; numa lei de banimento contra elle fóra infelizmente votada na camara dos deputados. O diplomata brasileiro tinha pois de ir achar em Lisboa uma posição delicadissima.

O governo brasileiro, limitado na sua escolha a homens que não tivessem sido favorecidos pelo governo do Sr. D. Pedro I, nem lhe houvessem sido infensos, depois de se haver dirigido a varios caracteres conspícuos, que todos recusarão, determinou-se a ordenar áquelle que devia obedecer.

Era uma verdadeira loteria incumbir a um moço de menos de 25 annos a legação mais trabalhosa, pelas muitas relações dos dous paizes, e mais melindrosa, por amor daquellas circumstancias.

Antes de partir para esse destino, o joven diplomata casou-se com uma se-

nhora de familia muito distincta e abastada do pariatto irlandez, familia a que pertencera o celebre deão Swift, tão famoso nas letras e na politica ingleza.

Na opinião de muitos, a morte do Sr. D. Pedro I tirava á legação brasileira em Lisboa grande parte das suas difficuldades. Era um engano. Não era no resentimento de um principe daquella tempera que o negociador brasileiro havia de achar embaraços. O poder estava em Portugal nas mãos dos ultimos e entusiasticos amigos do fallecido Imperador-regente. Havia paixões; até mesmo palavras desagradaveis tinham sido trocadas entre o ministro dos negocios estrangeiros e o nosso consul.

O Sr. Sergio de Macedo porém teve a fortuna de entender-se com o duque de Palmella, então encarregado da pasta dos negocios estrangeiros. Homem superior, e amigo do Brasil, o duque desde logo estabeleceu as relações com o diplomata brasileiro no tom de agradável cortezia, que ao depois, com a estima progressiva que lhe inspiravão o trato e o caracter do Sr. Macedo, foi perfeita cordialidade.

O digno Brasileiro estudava, entretanto, as relações commerciaes dos dous paizes, segurava a posição dos Brasileiros ali residentes, dava instrucções aos consules, e transmittia ao seu governo informações cuja exactidão, denotando estudo e criterio, forão apreciadas pelo ministro Alves Branco, successor do Sr. Aureliano de Souza e Oliveira que o havia nomeado.

Entretanto no Brasil realisava-se, pela morte do Sr. D. Pedro I, importante mudança politica. Acabavão as esperanças do partido que desejava aquelle principe no throno, ou na regencia; inutilisava-se o systema cuja importancia estava na luta com esse partido; surgião novos systemas, novas pretensões, novos partidos.

A nomeação de uma criança (como dizião os influentes da nova situação) para a espinhosa legação de Lisboa, não era explicada como uma necessidade, mas como um acto de nepotismo. Alves Branco porém, que não conhecia pessoalmente a criança, estava tão satisfeito com as suas communicações, que o sustentou com toda a sua influencia, resistindo ás pretensões dos muitos candidatos, que julgavão commoda uma missão diplomatica em terra da nossa lingua.

E' difficil escrever a biographia de um diplomata ainda vivo, e em tempo tão proximo ás negociações em que teve parte. Tudo quanto se começou não foi ultimado, muitas questões devem estar ainda pendentes, até mesmo das concluidas nem todas se podem revelar; só a posteridade talvez possa inteirar-se de todos os segredos. Cumpre-nos unicamente fallar daquillo que de algum modo tem chegado ao conhecimento do publico, ou daquillo que nunca foi secreto.

O trafego de escravos se fazia licitamente nas colonias portuguezas. Entendião as autoridades dessas colonias, entendia o governo que só uma lei nova podia tornar illicito esse trafego.

Ao Sr. Macedo era recommendado representar contra essa tolerancia, contra essa animação a um commercio que era no Brasil contrabando.

O governo brasileiro desde então queria sinceramente a abolição do trafego, e fiel ás suas instrucções, o Sr. Macedo insistia perante o gabinete portuguez, allegando que, por virtude do tratado com a Inglaterra, o trafego era illegal nos dominios portuguezes, pois desde que, pela independencia do Brasil, deixára Portugal de ter colonias na America, caducára a excepção feita no tratado de 1817 a bem da continuação do trafego ao sul do Equador, em consideração ás necessidades da grande colonia portugueza. Esse proceder do Sr. Macedo em Lisboa grangeou-lhe da parte do governo britannico a reputação de adverso ao trafego, que ao depois tão util veio a ser nas suas negociações em Londres.

Bem depressa dissipou-se a serenidade em que Portugal parecia entrar depois de tão devastadora luta e tão destruidor despotismo.

A guerra civil, a desordem vierão difficultar a posição do nosso diplomata. No meio dos perigos e angustias que cercavão a rainha, o corpo diplomatico estrangeiro havia tomado uma attitude, que os partidos parecião aceitar.

O representante do Brasil manteve até o fim a posição que lhe competia, com tanta prudencia e dignidade, que nunca deixou compromettido o seu governo na luta dos partidos portuguezes, e que, longe de perder a amizade e consideração dos chefes de todos esses partidos, foi, pelo contrario, cada vez mais bemquisto e considerado, e seu procedimento tanto agradou á Rainha, que, sentindo-se proxima a ser mãe, convidou seu augusto Irmão a ser padrinho do futuro principe, e lhe rogou mandasse a procuração ao Sr. Macedo, apezar da sua inferior categoria diplomatica.

Na occasião do baptizado ordenou que fosse tratado como embaixador, e o condecorou com a grã-cruz da sua ordem de Christo, dignidade que, pela primeira e até hoje ultima vez, foi conferida a simples encarregado de negocios.

Foi este o ultimo acto da sua missão em Lisboa. As discussões com a Santa

Sé, suscitadas pela questão do bispo eleito do Rio de Janeiro, aconselhárão a remoção do ministro brasileiro daquella corte; foi elle mandado para Lishoa, e o Sr. Macedo teve de ir para Roma e Turim.

Retirou-se deixando saudades em todos os Brasileiros residentes em Portugal, deixando a paz e a boa intelligencia entre os dous governos, deixando apontados em sua correspondencia com a secretaria de estado os negocios que carecião de ser attendidos.

Estava em viagem quando lhe foi ordenado que, em vez de seguir para a Italia, ficasse em Paris, e ali substituisse o ministro, que obtivera uma licença.

Entretanto occorren a mudança de Regente. Feijó foi substituido pelo Sr. Araujo Lima. Outras deliberações forão tomadas quanto á legação de Paris, e em Abril de 1838 seguiu o Sr. Macedo para Roma.

Na Curia Romana erão conhecidas algumas opiniões que elle emittira officialmente sobre as relações com a Santa Sé, e por isso foi recebido com distincção pelo Papa Gregorio XVI.

Sua missão em Roma, além do reconhecimento da independencia do Chile, por elle obtido da Santa Sé, nada mais apresenta do que a expedição dos negocios ordinarios, que sempre forão concluidos com felicidade, até mesmo esse da confirmação do bispo eleito do Rio de Janeiro, que foi enfim levado a termo decoroso.

Em Fevereiro de 1842 partio elle de Roma para Turim, apparentemente para levar ao rei Carlos Alberto as insignias da ordem do Cruzeiro, mas realmente para entrar em negociações que officialmente ficarão secretas, mas cuja existencia se divulgou logo pela imprensa. Respeitamos o segredo official, bastando asseverar que o nosso negociador foi louvado e galardoado.

Foi então elevado á categoria de ministro residente na corte de Turim, e dispensado da missão de Roma, continuando todavia acreditado em Parma.

O Santo Padre, por occasião da sua despedida, enviou ao Sr. Macedo as insignias de commendador da sua ordem de S. Gregorio Magno, acompanhadas de um breve pontificio concebido nos termos os mais lisonjeiros.

Apenas estabelecido em Turim, teve o Sr. Macedo, em meados de 1843, ordem de ir a Paris substituir interinamente o ministro naquella corte, incumbido de uma missão especial em Londres. Essa interinidade terminou com o anno de 1843.

Nella o Sr. Sergio de Macedo parece ter sido incumbido de transacções directas com o rei Luiz Philippe, e este, bem como toda a familia real, em cujo gremio acabava de entrar a nossa princeza, a Sra. D. Francisca, sempre o tratou com especial benevolencia.

Voltou o nosso ministro ao seu posto de Turim. Pouco tempo porém lhe foi dado continuar nessa sua quieta residencia; porquanto foi logo removido para a corte de Vienna no mesmo caracter de ministro residente.

O rei Carlos Alberto, que já havia dado ao Sr. Macedo a commenda da sua ordem de S. Mauricio e S. Lazaro, presenteou-o na despedida com uma magnifica boceta de rapé, de ouro, ornada com o seu retrato guarnecido de brillantes.

Em Vienna o nosso ministro teve de occupar-se das relações commerciaes, que ião avultando com aquella potencia pelo porto de Trieste.

Obteve do principe de Metternich o reconhecimento das republicas do Chile e do Paraguay; esse reconhecimento que tanto amargurou a existencia de Rosas, e sobre o qual tanto escreveu e representou; esse reconhecimento que todas as outras grandes potencias nos recusarão.

Em 1847 foi o Sr. Sergio elevado á categoria de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, chegado assim, depois de 14 annos de serviço, ao grão mais elevado da nossa diplomacia.

Seguirão-se em 1848 as scenas da estrondosa revolução europeá, que produziu a queda do rei Luiz Philippe.

Vio o Sr. Sergio a desorganisação completa da monarchia austriaca, e manteve sempre a sua posição, com o corpo diplomatico, ao lado do Imperador.

No meio destes acontecimentos o nosso ministro foi reinovido para os Estados-Unidos, onde occorrião sérias difficuldades.

Quando lá chegou o ministro brasileiro, cahia a administração democratica pela eleição do general Taylor, representante do partido whig ou conservador. A pendencia com aquelle governo teve a solução mais satisfactoria e decorosa que podia ter.

As relações de ambos os governos continuarão nos termos da mais perfeita cordialidade, e todos os negocios que forão apparecendo, ficarão decididos sem quebra dessa boa intelligencia.

O que de mais importante occorreu foi a proposta feita pelo secretario de estado americano ao nosso ministro para a abertura da navegação do Amazonas a todas as bandeiras.

A resposta do Sr. Macedo collocou logo a questão no ponto em que continuou sempre a ser considerada. O direito do Brasil, de franquear, ou limitar, ou de todo fechar aquelle rin, foi estabelecido, e a convenienciou de tomar qualquer daquellas decisões deixada ao seu juizo e diserção.

Ausente do Brasil desde 1833, alcançou enfim em 1851 o Sr. Macedo uma licença para vir a esta corte. Ao chegar achou-se designado para a legação de Paris, que acabava de vagar. Dispunha-se a ir para o seu novo posto, quando pelo Sr. visconde de Itaboraí, então ministro da fazenda, lhe foi pedido um trabalho ácerca do que conviria fizesse o governo para solver os empenhos em que se achava, tendo de pagar em 1853 o empréstimo portuguez de 1823, que, pelo tratado do reconhecimento da independência, ficára a nosso cargo, e em 1854 os empréstimos de 1824. O primeiro importava em um milhão sterlingo, ou nove mil contos, e os outros em tres milhões sterlingos, ou vinte e sete mil contos.

A vista da exposição apresentada pelo conselheiro Sergio, o visconde resolveu incumbi-lo das operações de credito para isso necessarias: foi pois removido de Paris para Londres.

Depois de 18 annos de ausencia da patria, dos parentes, dos amigos, apenas quatro mezes foram dados ao distincto Brasileiro para saciar as saudades, que o devião pungir. Logo em Outubro partio para seu novo destino.

La cheio de cuidados, pois a sua missão era das mais arduas; as questões politicas sobrepujavão a difficuldade das questões financeiras: salvar os compromettimentos do thesouro, por miores que fossem, era muito menos do que vindicar o decore nacional. Era, pois, esse o momento em que os cruzeiros inglezes queimavão nossos navios nos nossos portos e ancoradouros.

Se porém era ardua a missão, o acerto da escolha ou a fortuna do nomeado para logo a modificou: os mais prosperos resultados foram obtidos. Em consequencia de suas laboriosas e habéis negociações, e da boa aceitação que ao governo britannico merecia o antigo inimigo do trafego de Africanos, em fins do Abril ordem era dada aos cruzadores inglezes de se absterem de violencias, expressões de sincero pezar pelo passado erão dirigidas ao negociador brasileiro, com attenciosa franqueza se lhe explicavão as razões que obstavão a que o governo desde logo propuzesse a revogação do bill que autorizára tacs violencias, passando este a ser letra morta.

Ao tempo que salvava a honra do paiz, seriamente se occupava o ministro brasileiro com os interesses materiaes. Então apresentava-se em Londres uma pessoa munida de titulos, que suppunha validos, para organizar uma companhia que construísse a estrada de ferro de D. Pedro 2°. Erão principios de 1852; no mercado abundava dinheiro; nenhuma empresa consideravel apparecia; ferro, mão de obra, fretes, engenheiros habéis, empreiteiros os mais sagazes e poderosos, tudo havia em abundancia e por preços baixos. O nnsso ministro devia impedir que a primeira empresa do Brasil se transformasse em uma especulação de agiotas. Semelhante risco foi desde logo desviado; a mesa de directores que mais poderosa se podia desejar, achou-se promptamente formada.

Questões que se levantarão nesta corte adiarão, primeiro, a adopção da lei que dava a garantia do juro de 5 por cento, e depois, a escolha da pessoa a quem devia ser outorgada a concessão do privilegio. A occasião fugio com o anno de 1852. Organisarão-se diversas empresas na India, na Italia, no Canadá; todas ião a Londres buscar capitães, elevárão portanto todos os preços, empregarão muitos engenheiros e empresarios. Com o anno de 1853 devião começar difficuldades onde até então tudo havia sido facilidade.

Naquillo porém que só dependia da vontade do nosso negociador, as vantagens do anno de 1852 não foram perdidas. Ao chegar a Londres em fins de 1851, achára no mercado os fundos brasileiros de 5 por cento ao preço de 86. E o governo tinha obrigação de paga-los ao par em Abril de 1854. Esses fundos porém foram ganhando rapida marcha ascendente; chegarão ao par.

Certa clausula do contracto do governo com os agentes linceiros atava as mãos do ministro. O contracto foi innovado com economia nas commissões, e com eliminação daquella clausula. Livre em suas deliberações, o negociador annunciava, paquete por paquete, ao governo imperial o que esperava para o mez seguinte; os resultados confirmavão suas previsões.

Segundo as clausulas do contracto para o empréstimo portuguez, era permittido resgata-lo, quando o governo quizesse, pagando as apolices ao par. Em Julho de 1852 concluiu o nosso negociador um empréstimo ao juro de 4 1/2 por cento e ao preço de 95, com o qual remio aquelle outro, que era de 5 por cento. Assim o onus tornou-se uma fonte de economia.

Era essa a base da grande operação meditada. Só em Abril de 1854 podião ser pagos os empréstimos de 1824. Como as apolices de 4 1/2 por cento ras-tejavão pelo par, estava certo o Sr. Sergio de resgatar esses empréstimos por meio de outro a juro de 4 por cento negociado a 94 ou 95.

A guerra européa porém veio transtornar estas combinações. O anno de 1854 veio achar as apolices brasileiras em um preço elevado relativamente ás das outras nações; mas, como as de todas, tinham descido. As de 5 por cento estavam a 96 e 97. O 1° de Abril, termo fatal do empréstimo, batia á porta, o plenipotenciario brasileiro em Londres, obrigado a proceder antes de ter recebido a ultima decisão do governo ás ponderações que fizera, desenvolveu, para a operação que unica podia fazer, um systema tão completo de cautelas e de facilidades, que o resultado veio surprender a elle proprio, e mais ainda ao governo.

Os empréstimos de 1824 foram pura e simplesmente renovados por mais dez annos. Não pesou sobre o thesouro do Brasil onus algum.

Toda a imprensa ingleza sustentou a modida, e a justiça della. Todos os possuidores de apolices a accitárão. Uma insignificante commissão de 1/2 por cento aos contractadores dos empréstimos pelo trabalho da emissão das novas apolices do dez annos, postas em todas as praças da Europa, por onde se tinham espalhado as apolices brasileiras, foi a unica despeza do thesouro.

A satisfação do Marquez de Paraná, ministro da fazenda, manifestou-se no aviso endereçado ao Conselheiro Sergio, aviso o mais honroso que um funcionario pôde receber. O Sr. Macedo foi então agraciado com a grãa cruz da ordem da Rosa, em que era simplesmente official.

Temos agora de voltar ás estradas de ferro, e ao anno de 1853.

O governo imperial para desembaraçar-se das incertezas de uma concessão de empresa de estrada de ferro feita aqui, tão longe do mercado em que devia ser levantado o dinheiro, e querendo livrar-se de outras difficuldades, autorisou o ministro em Londres a outorgar essa concessão a quem lhe parecesse offerecer melhores garantias.

Reunida esta autorisação, que equivalia a 38 mil contos, aos empréstimos, ás encomendas de vasos de guerra, e muitas outras, e ás despesas regulares que fazemos annualmente pela Legação de Londres, vê-se que á diserção do Sr. Sergio de Macedo, collocado a duas mil leguas do governo, estiverão entregues mais do oitenta mil contos. A poucos homens talvez se tenha confiado a gestão de capitães tão avultados.

O anno de 1853 devia porém ser para o feliz negociador um anno de provação. No meio delle perdeu o Sr. Macedo sua esposa, modelo de virtudes, mãe extremosa, notavel pelo espirito de ordem e economia com que dirigia sua casa. Comprehende-se quão sensivel lhe seria essa perda que o deixára com cinco filhos menores; comprehende-se quão ella fortemente o impellisse na resolução, em que de ha muito estava, de recolher-se á patria, de deixar enfim uma carreira em que elle e seus filhos se tornavão como que desligados dessas afeições intimas de familia, dessas amizades e sympathias da infancia, tão poderosas para a felicidade humana, e até como que ficava elle posto em olvido dessa patria que com tanta fidelidade estava servindo.

Seguirão-se os reccios da guerra européa, a consequente falta de confiança, e o retrahimento dos capitães. Desapparecerão todas as facilidades de formar uma companhia para construir e costear a estrada de ferro de D. Pedro II. Essa concessão, até ali por tantos disputada, agora nem um homem sisudo a queria sem reservas que tirassem toda a obrigação de levantar logo os capitães.

Sendo porém necessario decidir este negocio, assim mesmo com essas reservas indeclinaveis foi em Novembro de 1853 feita a concessão a uma poderosa reunião de capitalistas. Seguiu-se a guerra, e a inação, clausula expressa do contracto da concessão, de que naturalmente se prevalecerão os concessionarios.

Entretanto no mercado de Londres a empresa de Pernambuco procurava seu caminho sem a menor intervenção do ministro brasileiro. Apparece porém a empresa da Bahia com a clausula fatal de uma garantia de juros addicionaes do 2 por cento, votada pela inexperiencia e pelo irreflectido patriotismo da Assembléa Provincial. Antes de ser concedida essa garantia, logo que appareceu a idéa della, o Sr. Macedo a tinha combatido. Cassandra inutil, não foi ouvido, ou não foi acreditado. Hoje todos conhecem o mal dessa concessão tão elevada; mas naquelle tempo a impaciencia e o enthusiasmo não quizerão attender á voz que aconselhava prudencia.

Forçoso foi ás Assembléas Provinciaes de Pernambuco e Rio de Janeiro imitarem o exemplo da Bahia. O governo provincial de Pernambuco autorisou o ministro em Londres a dispôr dos 2 por cento addicionaes da Provincia para obter logo a sua estrada de ferro. Elle os outorgou aos concessionarios, limitando a duração a 20 annos, e procurou obter que para a Bahia tambem a 20 annos se limitasse a concessão: mas já estava feita por 90; baldados foram pois os seus esforços.

Para a estrada de ferro de D. Pedro 2° outro systema, que exigia maior coragem, foi adoptado. Os concessionarios desta empresa renunciarão á

concessão. Se porém com a simples garantia de 5 por cento ninguém queria obrigar-se a leva-la a effeito, com a garantia de 7 por cento todos a querião e o nosso ministro era importunado por homens que já não pedião, mas offerecião comprar por grossas sommas uma tão vantajosa concessão.

O Sr. Sergio de Macedo entendeu que, a fazer o Brasil o sacrificio de tão grande garantia de joros, devia livrar-se dos inconvenientes de uma companhia estrangeira.

Aproveitando os menos incompletos dos planos levantados pelos pretendentes que aqui haviam apparecido, fez elle em Fevereiro de 1855 um contracto para a execução das obras da primeira secção da estrada de ferro de D. Pedro 2^o. Obtida essa base essencial para a formação de uma companhia, deixou ao governo a opção entre a formação de uma companhia nacional, ou de uma companhia estrangeira, pedindo sómente que apressasse a sua decisão. Aconselhava elle fortemente a formação da companhia nacional, e respondia á objecção da falta de capitães com o recurso ao credito, com o qual se podia obter o emprestimo desses capitães com o juro de 4 1/2 por cento em lugar de conceder a garantia de 7 por cento unida a tantas probabilidades de questões, de lutas, de encontros de interesses, que nunca se darião nos emprestimos.

Na adopção deste systema o Sr. Macedo afastava-se da lei. A responsabilidade deste passo entendeu o governo que devia deixar-lhe: decidiu pois transferi-lo para os Estados-Unidos: se fosse arguido por essa falta de pontual execução da lei, poderia declarar que a não tinha approvedo, e com aquella remoção o mostraria.

Vencidas as difficuldades que pensou encontrar na formação da companhia e no levantamento dos capitães, passada a sessão legislativa sem que a menor censura lhe houvesse sido feita no parlamento, quiz o governo recuar da medida tomada a respeito do ministro, reconhecendo o serviço que nisto mesmo havia feito ao paiz. Já era porém tarde; porque a noticia da remoção tinha sido divulgada, e o successor prevenido.

Por uma carta em que tudo isto era communicado ao Sr. Macedo lhe foi ordenado que não partisse para os Estados-Unidos, mas se recolhesse á corte, pois aqui seria util ao governo.

Ao chegar aqui o Sr. Macedo, consultado sobre o emprego de presidente da Directoria da estrada de ferro, respondeu que o seu decoro não lhe permitia aceitar semelhante posição. Outros empregos forão-lhe offerecidos nesta corte; recusou-os, assim como a missão para os Estados-Unidos, e duas outras diplomaticas, dizendo que lhe era preciso estar no paiz algum tempo, e reque-rendo simplesmente ser posto em disponibilidade activa. Isto lhe foi concedido.

Entendêrão seus amigos que convinha responder a censuras que alguns jornaes haviam feito ao contracto relativo á execução da 1^a secção da estrada de ferro. Elle o fez n'uma serie de artigos publicados no *Jornal do Comercio*, e depois colligidos em um folheto. A clareza da exposição, a força da verdade, e o tom de convicção que distinguem este escripto calárão em todos os animos desapassionados. Nem uma resposta lhe foi dada. O espirito de partido tem por vezes renovado asserções refutadas, e insinuações absurdas; o Sr. Macedo nunca mais respondeu. A sua vida ahi está para responder.

Ao Marquez de Paraná, que sempre fôra seu amigo, que sempre confiára em suas luzes e probidade, parecia incommodar a falta de aproveitamento de pessoa capaz de prestar tão bons serviços; offereceu-lhe diversas presidencias de provincias de 1^o ordem, que forão recusadas. Por fim a difficuldade de achar um presidente para Pernambuco o fez insistir de modo que o Sr. Macedo não pôde recusar.

A 21 de Maio partio para Pernambuco no vapor de guerra *Viamão*.

Chegou á provincia a 27, e tomou posse no dia seguinte.

Demorámo-nos na exposição dos serviços prestados no exterior pelo conselheiro Macedo, porquanto, pela sua natureza mesma, são dos que mais facéis se esquecem, e menos são sabidos.

Presidente de Pernambuco, ahi temos o antigo fundador do *Olindense* de volta á politica interna, á frente da alta administração do paiz.

Para a época em que foi empregado, para a importantissima provincia que

lhe fôra confiada, o Sr. conselheiro Sergio tinha uma grande vantagem; havia conservado todas as suas relações da mocidade, de aula, sem que nas nossas lutas internas se houvesse comprometido; suas idéas o fazião conservador; mas ninguém dos adversarios desse partido tinha contra elle represalias que exercer.

Comprehende-se pois como haviam de ser acolhidos na provincia a que era mandado o nome e a pessoa do novo presidente.

Entretanto acercava-se o periodo fatal das eleições, periodo sempre incandescente, e que em Pernambuco, onde os velhos partidos não tinham deposto as suas inimizades, envolvia serios perigos.

A presença da cholera-morbus na occasião em que se haviam feito as qualificações, a abstenção do partido liberal nas precedentes eleições, impunhão ao presidente a obrigação de providenciar contra os vicios da qualificação. Elle o faz com tanto acerto, que de todos é louvado; as medidas que então adopta, as soluções que então, e posteriormente, dá a innumeradas duvidas sobre a intelligencia da legislação, não têm sido até hoje combatidas, nem mesmo censuradas.

Em uma das freguezias da capital apparece na eleição municipal alguma desordem; medidas de prudente vigor, por todos os contendores a principio accitadas e applaudidas, mantêm a ordem e restaurão a regularidade do processo eleitoral.

Segue-se a essa eleição a dos eleitores; corre pacificamente. Então porém cessa para uma fracção do partido liberal o periodo de louvores e de justiça ao presidente; a sorte das urnas havia sido contraria a suas pretenções.

Impassivel ás aggressões, o presidente continúa no seu zelo pela prosperidade da provincia, e em 1^o de Março de 1857 instaura a sua assembléa com um relatório em que até os adversarios admirarão tantos estudos feitos em tão pouco tempo e no meio de tantos cuidados.

Entretanto o fim da presidencia do Sr. Sergio estava chegado: os seus amigos e patricios do Rio de Janeiro haviam-se lembrado d'elle; e os votos do 1^o circulo eleitoral da corte o mandavão á camara.

Para vir tomar assento, deixou elle a presidencia no meio das maiores demonstrações de estima e de consideração dos Pernambucanos, e no intervallo da primeira e segunda sessão legislativa, embora não se houvesse até então pronunciado em opposição, não pôde annuir ás reiteradas instancias do Marquez de Olinda que lhe pedia reassumisse aquelle encargo.

Tomou assento na camara em 7 de Maio. Se tem sido curta a vida parlamentar do Conselheiro Macedo, pois apenas consta de duas sessões, se ainda é tão recente que está na memoria de todos, ninguém nos contestará quando dissermos que com o seu proceder, com a sua palavra, justificou elle o conceito de que goza, conquistou sympathias que justamente o collocão na mais elevada posição.

Todavia, se não pôde annuir ao convite do Marquez de Olinda para voltar a Pernambuco, não podia negar-lhe o auxilio de suas luzes e experiencia para o serviço do paiz nas suas relações exteriores.

Nomado plenipotenciario para aqui tratar com o ministro inglez, concluiu a convenção que sujeita a uma commissão mixta a decisão e julgamento de todas as reclamações pendentes entre os governos brasileiro e britannico. Um só tribunal tinha até aqui decidido todas as questões: a vontade do governo inglez. Só elle declarava admissiveis as suas reclamações, só elle repelia as dos Brasileiros. Pela convenção, o governo poderoso e o governo fraco se sujeitão ao mesmo tribunal, composto de subditos de cada um delles com voto igual.

Chamado em 12 de Dezembro a tomar a pasta do imperio, no gabinete actual, o Sr. Conselheiro Sergio saberá desempenhar essa nova missão, como tem desempenhado todas as que lhe tem sido confiadas.

Membro de diversas sociedades sabias, nacionaes e estrangeiras, condecorado com a mais alta mercê da ordem da Rosa, apresenta em diversas condecorações estrangeiras, o authentico testemunho dos seus serviços diplomaticos, e da consideração em que é tido pelos soberanos das nações perante as quaes teve de representar o governo brasileiro.





Lith. Imp. de S. A. Nacional Rio de Janeiro

MANOEL FELIZARDO DE SOUZA E MELLO

Manoel Felizardo de Souza e Mello

MANOEL FELIZARDO DE SOUZA E MELLO

CONSELHEIRO Manoel Felizardo de Souza e Mello nasceu a 8 de Dezembro de 1805 na freguezia do Campo Grande, municipio da corte.

Em casa de seus pais, o major Manoel Joaquim de Souza, natural da provincia de Minas-Geraes, e de D. Luzia Maria de Souza, nascida em Iguassu, estudou as primeiras letras e o latim.

Em Março de 1819 entrou no seminario de S. José, onde frequentou as aulas de philosophia, rhetorica, grego e de francez.

Em Junho de 1822 seguiu para Portugal, e nesse mesmo anno matriculou-se nos primeiros annos mathematico e philosophico, e tomou o grão de bacharel formado em mathematicas em Junho de 1826, sendo reputado um dos mais distinctos estudantes entre seus condiscipulos, e tendo obtido premios em todos os annos em que esta distincção era permittida aos alumnos mais applicados.

Em Fevereiro de 1826 foi despachado lente substituto da academia militar da corte, e, pouco depois, tenente graduado capitão do corpo de engenheiros.

Até 1832 foi incumbido pelo governo de algumas commissões importantes, como a de membro da commissão liquidadora do primeiro banco do Brasil, e do exame do pessoal do thesouro e de todas as outras repartições fiscaes da corte, exame preciso para a reforma desses estabelecimentos, pois que antes se devia verificar quaes dos empregados então existentes devião continuar no serviço.

Em fins de 1832 teve a commissão de organizar, na qualidade de inspector, a thesouraria provincial de S. Pedro do Sul, e conseguiu em dous annos e meio fazer duplicar a renda.

Retirado poucos dias antes da infeliz revolta que por dez annos assolou aquella provincia, voltou ao magisterio, e nelle se conservou até fins de 1837, época em que foi nomeado presidente da provincia do Ceará.

Grande era então o exaltamento dos partidos politicos em todo o imperio, o novo presidente soffreu pois da parte de um delles encarniçada guerra; e, se foi forçado a reagir para manter a ordem, conduzio-se sempre com tanta justiça, que, pouco tempo depois, os proprios adversarios o confessarão. Foi obrigado a refazer a policia, a fazer algumas alterações na guarda nacional mas não demittio um só empregado cujas funcções não influissem na tranquil-

lidade publica: a um só empregado se quer não tirou o pão com que alimentava-se e a sua familia.

Removido em Fevereiro de 1839 para a presidencia da provincia do Maranhão, encontrou ali em campo a sedição que em Dezembro anterior se havia feito contra o seu antecessor.

Os recursos da provincia se achavão exhaustos. A unica força de que o presidente Camargo poderia dispôr, e havia mandado contra os sediciosos, tinha sido feita prisioneira, e o commandante esfolado vivo. Tudo foi então preciso crear para repressão da revolta. Da corte e das provincias, e com longa demora, apenas se enviãrão: da Bahia, um chamado batalhão, recrutado na vespera do embarque, levando o fardamento e armas encaixotados, e por officiaes muito poucos effectivos, e o resto novos cadetes arvorados em officiaes de commissão; de Pernambuco um outro batalhão de soldados novos, ou antes de recrutas que se achavão apenas com as primeiras lições; e do Ceará, uns 30 a 40 soldados. A corte, tendo sua attenção presa com a rebelião do Rio Grande do Sul, apenas pôde enviar para o Maranhão duas ou tres esquadras de guerra; e o Pará os destroços de um batalhão que forão encher os hospitais militares. Com estes recursos, e creando na provincia corpos provisórios, conseguiu o presidente Souza e Mello ter em campo cerca de 5,000 praças, bater os revoltosos em diversos acções, e entregar a provincia a seu successor, depois de restaurada pela segunda e ultima vez a cidade de Caxias, de repellidos os desordeiros de todas as povoações, cursos de agua e estradas, e de fazel-os recolher ás matas. Apenas em força se animavão então os revoltosos a mostrar-se na remota comarca de Pastos Bons.

A provincia não foi entregue mansa e pacifica ao Sr. Marquez de Caxias successor do conselheiro Souza e Mello, mas a revolta que contou um exercito de mais de 15,000 homens estava vencida, e com os meios creados por este administrador. O officio em que o conselheiro Souza e Mello da conta ao governo de haver entregue a presidencia expõe o estado em que deixava a provincia.

O emprego da força material muito produziu, e acções mortíferas tiveram lugar, tendo o presidente dirigido uma dellas, a da tomada da villa de Icatu; mas o que maiores e mais beneficos resultados produziu foi o constante uso

dos meios brandos para com aquelles que se não achavão effectivamente em armas, e o bom tratamento aos que as depunhão.

Os partidos politicos estavam no ultimo gráo de exaltação; um attribuia ao outro a origem da revolta e sua continuação: querião portanto aproveitar-se da occasião para saldar contas antigas. A imprensa de um desses partidos, os deputados da provincia á assembléa geral, o presidente da provincia de Piaulhy, e seus numerosos amigos, mais ou menos abertamente accusavão o conselheiro Souza e Mello por não desenvolver energia contra os autores e fomentadores da revolta. A tudo resistio o presidente: conhecia perfeitamente que o concurso de todos os Maranhenses era necessario para debellar a revolta, e fazendo della desaparecer toda a cór politica e de partidos, conseguiu extremal-a da parte sã da provincia, deixando-a sómente com a mais vil plebe, que se entregava a todas as orgias de sangue e devassidão, e por isso mais facil foi vencêl-a.

Não se limitou o presidente á provincia do Maranhão; grande parte da de Piaulhy, interceptada da capital, e não podendo receber ordens e auxilios de Oeiras, teve o conselheiro Souza e Mello de encarregar-se de sua administração e de libertal-a dos desordeiros.

Força numerosa ali concentrou, e por medidas promptas e energicas salvou a villa da Parnahyba que estava prestes a ser saqueada.

Dispensado da presidencia do Maranhão, foi promovido ao posto de major pelos serviços relevantes feitos na provincia; e tres mezes depois seguiu como presidente para a provincia das Alagôas, que agitada se achava ainda pela ultima sedição contra o presidente Agostinho da Silva Neves, e subsequente mudança da capital para a cidade de Maceió.

Sem a menor opposição administrou a provincia por dous annos e meio, e a deixou tranquillã. Neste intervallo por duas vezes foi eleito deputado em primeiro lugar, e com grande differença de votos em relação aos que seus collegas obtiverão.

Em fins de 1843 foi nomeado presidente da provincia de S. Paulo, donde voltando a assistir á sessão legislativa de 1844, e tendo sido dissolvida a camara dos deputados, regressou para a escola militar a exercer o magisterio, exercicio em que se conservou até Março de 1848, época em que na qualidade de ministro da marinha e interino da guerra, ao principio, e depois na de ministro da guerra, fez parte do ministerio de que foi presidente o Exm. visconde de Macahé.

Dissolvido o ministerio occupou-se no magisterio e na assembléa provincial do Rio de Janeiro, da qual foi eleito presidente, e de novo subio em 29 de Setembro do mesmo anno ao ministerio, occupando effectivamente a pasta da marinha e interinamente a da guerra. Em fins de 1849 passou-se effectivamente para o ministerio da guerra em que permaneceu até Setembro de 1853.

No seu longo ministerio se fez com rapidez a pacificação de Pernambuco, e se obteve n gloria de duas grandes victorias: a primeira inercuenta, a da dissolução do exercito de Oribe, que ha dez annos sitiava a cidade de Montevideo, e dominava toda a republica Cisplatina; a segunda conseguida com pequena perda de sangue brasileiro, mas com dispendio de muita coragem e habilidade dos nossos bravos.

A' rapidez do movimento das tropas, e ao completo fornecimento de tudo quanto era necessario para um exercito em campanha, se devêrão em não pequeno numero os bons resultados acima apontados.

O recrutamento do exercito, a promoção dos officiaes, e melhoramentos razoaveis de vencimentos a estes e aos inferiores, a disciplina do exercito e sua administração, forão attendidos por diversos actos administrativos ou legislativos, indicados ou promovidos pelo conselheiro Souza e Mello.

No 1º de Outubro de 1848 foi eleito senador pela provincia do Rio de Janeiro, e escolhido em Dezembro do mesmo anno.

Nomeado presidente da provincia de Pernambuco em Outubro de 1858, tomou posse da presidencia a 6 de Dezembro, e a entregou ao Sr. conselheiro J. A. Saraiva em fins de Janeiro do corrente, por ser chamado ao ministerio da guerra, no qual entrou em exercicio a 12 do seguinte mez.

Em dous mezes incompletos de administração em Pernambuco pouco poderia ter feito em beneficio da provincia; mas conseguiu durante este curto periodo inspirar confiança a todas as parcialidades, ser pelos chefes dellas acompanhado até o embarque, e deixar gratas recordações.

Entre diversas commissões que tem desempenhado nota-se a de commandante geral da freguezia de S. José nos luctuosos dias de 1831 e principios de 1832, em que a cidade do Rio de Janeiro era constantemente insultada por desordenados movimentos revolucionarios. Com a guarda municipal de sua freguezia cooperou activamente para a manutenção da ordem, não embaraçando-lhe este serviço de comparecer muitas vezes á frente da 2ª companhia do batalhão de officiaes soldados, da qual foi eleito 1º commandante.

Desde o principio de sua carreira politica sustentou sempre os principios da ordem, e nas camaras legislativas jámais se afastou de taes principios, conciliando-os sempre com a bem entendida liberdade.

Nomeado em Janeiro de 1854 director geral das terras publicas, contribuiu para a organização dos diversos regulamentos para a execução da lei de 18 de Setembro de 1850, montou a repartição, e a tem dirigido desde aquella época.

Por decreto de 2 de Dezembro de 1857 foi promovido a brigadeiro graduado; por occasião da coroação teve a commenda da ordem de Christo, e de Portugal a grã-cruz da mesma ordem pelos serviços prestados á marinha portugueza no desarmamento da não *Vasco da Gama*, etc., etc.

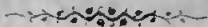
OS CONTEMPORANEOS



Lith. S.A. Sisson Rua da Assembleia 67

Teri Thomas Nabuco de Araújo

JOSÉ THOMAZ NABUCO DE ARAUJO



Filho legítimo do senador José Thomaz Nabuco de Araújo, que, no primeiro reinado e durante a minoridade, foi presidente de diversas províncias, e de sua mulher D. Maria Barbara Ferreira Nabuco, o conselheiro José Thomaz Nabuco de Araújo nasceu na cidade da Bahia em 14 de Agosto de 1813.

Logo nas aulas menores mostrou que seria digno da illustração da familia a que pertencia, e a quem o paiz já devia cidadãos illustres na magistratura e na jurisprudencia.

Dotado de atilamento, e de perseverante applicação, ainda menino, já se occupava com assumptos serios, especialmente com as questões politicas, que aliás nesse tempo de patriotismo e de dedicação constituíam como a atmosphera em que vivia o Brasileiro.

Quando no anno de 1831 foi matricular-se no curso juridico de Olinda, o joven Nabuco era um dos mais distinctos desses jovens em quem descansavam as esperanças da patria.

Politico como que desde o berço, discentidor, infatigavel no trabalho, se, todavia, sustentava nas aulas lugar de honra entre os seus companheiros, não podia contentar-se com os estudos dellas para dar alimento á actividade do seu espirito, nem faltar á sua vocação que o chamava a occupar-se dos publicos negocios; e pois tomou parte em todas as associações patrioticas dessa época de agitação, e para vulgarisar as suas convicções empregou logo a penna de jornalista.

Sem embargo da sua mocidade, solicitavam a sua coadjuvação, aceitavam os seus conselhos, attendiam a sua palavra os homens mais notaveis que nessa época dirigiam a opinião publica, e refreavam os desmandos revolucionarios.

O *Echo de Olinda*, montado em 1831 em collaboração com os Srs. Ferraz e Cansansão, então igualmente estudantes, o *Felho de 1817*, fundado em 1833, o *Aristarcho* que existiu de 1834 a 1836 forão os ensaios do estudante que, ao depois, no periodo tão importante de 1844 a 1849 devia, no *Lidador* e na *União*, apresentar-se um dos mais prestimosos atletas da grande causa da unidade brasileira, e das instituições que nos garantem a liberdade e a ordem.

Formado em 1º de Dezembro de 1835, foi alguns mezes depois despachado promotor publico da cidade do Recife, e nesse emprego se conservou até Janeiro de 1841. Foi então nomeado juiz de direito da comarca de Pão do Alho na mesma provincia de Pernambuco.

Enquanto promotor publico, applicou-se com a devida attenção e seriedade aos graves estudos de assumpto tão arido como a jurisprudencia, e a par dos conhecimentos especiaes, que desde então alcançou, e que tão raros são na época da levandade e do imprevisto em que vivemos, adquiriu os habitos da reflexão, madureza e estudo que ainda hoje o recommendão.

Podemos considerar essa época como a de seu tirocinio: tirocinio de eloquencia, nas sociedades populares em que sua palavra incansavel sustentou os seus principios constitucionaes, e no jury em defesa da sociedade contra o crime; tirocinio de publicista e de politico, quer naquellas associações, quer na constante redacção de jornaes, em épocas tão diversas das de hoje, em épocas em que a luta animada como que punha em questão cada dia, cada hora a existencia das instituições nacionaes; tirocinio de meditação e de estudo na arida sciencia do direito positivo.

Assim preparado antes de chegar aos 30 annos de idade, os votos da provincia em que residia chamáram-no ao parlamento: nelle teve assento nessa deputação pernambucana que então era tão rica de talentos e de notabilidades, na sessão de 1843, e nunca mais cessou de fazer parte della, senão quando o partido que lhe era infenso comprimia o voto popular de modo a excluir todos os que não pertenciam ás suas chapas.

Na assembléa provincial pernambucana de que por vezes tinha feito parte havia se adextrado para apparecer em maior theatro.

Antes de o vermos nesse novo theatro, acompanhemo-lo um pouco na sua carreira de Magistrado.

Da comarca do Pão do Alho foi, em 1842, removido para a do Recife; no exercicio das funcções judiciaes em comarca tão importante pôde mostrar o que a natureza e o estudo o haviam feito. Grangeou logo com a consideração e a estima publica os fóros de abalizado magistrado, a ponto tal que, quando em 1847 a reacção politica, então desencadeada por um partido que, senhor do poder, não admittia em posições officiaes a quem quer que o não servisse, o removen para a comarca do Assu, houve um clamor geral de indignação, echoado por toda a imprensa do paiz, e os cidadãos mais gradados do Recife, sem distincção de opiniões ou de parcialidades politicas, derão solenns testemunhos da mágoa que lhes causava a prepotencia que os privava de juiz tão recto e tão illostrado.

Assim o golpe com que o odio implacavel dos seus adversarios o queria castigar, achou-se frustrado; foi occasião para o juiz removido dessa solemne com-

pensação, e ainda mais o serviço abriado-lhe a carreira da advocacia. Em vez de resignar-se ao logredo a que era condemnado, o juriconsulto abriu banca de advogado; ali o acompanháram o conceito, as sympathias que tinha sabido adquirir, e quando não poder mais regular o restituir em 1849 à sua comarca do Recife, foi para o illustre advogado um verdadeiro sacrificio aceitar a nomeação. Esse sacrificio porém elle o fez, porque as circumstancias erão graves: Pernambuco tinha visto uma nova revolta, felizmente a ultima que tem ensanguentado o paiz; processos não ser instaurados aos compromettidos nessa revolta, o jury do Recife ia julga-los; era pois indispensavel que o magistrado que lhe tivesse de presidir, não deixasse que as paixões politicas, os resentimentos e odios se substituíssem á justiça. Nabuco de Araujo comprehendeu que havia uma missão importante para o juiz de direito do Recife, acceptou-a, cumpriu-a. Os processos politicos forão então levados a bom exito sem quebra da lei e da justiça.

A vida politica então completamente o distrahiu da carreira de magistrado; restituído á tribuna em 1850, nunca mais pôde voltar á sua comarca, e em 1857 conseguiu a sua aposentadoria de juiz de direito com as honras de desembargador.

As convicções que o conselheiro Nabuco tem por diversas vezes manifestado na tribuna, e que cada vez se enraizão mais no seu espirito com os factos que tem presenciado, acerca da incompatibilidade das funcções de magistrado com as funcções politicas, especialmente as de natureza electiva, determináram-no naquella solicitação, quando ás nobres inspirações do seu talento, á sua patriótica ambição de servir ao paiz, offerecia a carreira de politico melhor e mais vasto campo do que a do magistrado.

Membro distincto das maiorias ordeiras, o conselheiro Nabuco fez-se logo reconhecer como um homem de futuro pelo seu talento de tribuna, pelos seus trabalhos de comissões e de gabinete.

Por amor delles vio-se, no ministerio do Sr. Queiroz Coutinho, nomeado membro da commissão que teve de organizar os regulamentos necessarios á execução do código do commercio; e foi autor do importante regulamento das correições.

Entrando enfim na alta administração, foi em 1851 presidir á provincia de S. Paulo. Essa provincia, umas das que mais agitadas temos tido pelas paixões politicas, importante pelas notabilidades que ali capitaneão os partidos, era incontestavelmente uma das em que se exigem talentos de mais subida pluma. O habil administrador avio-se de modo a neutralisar as paixões, a fazer arrefecer as lutas, a acalmar o antagonismo dos interesses, e teve a fortuna de conciliar-se amizades distinctas de ambas as parcialidades, que ainda se lhe conservão devotadas.

Os tempos porém não fazendo sua obra: longe estavam os dias de lutas, os partidos antigos começavam a deixar as suas bandeiras. Nessas circumstancias o Sr. Carneiro Leão é encarregado de organizar um gabinete, a palavra em que se encerrava o programma desse gabinete tinha de ser: *conciliação*; um notavel discurso do deputado de Pernambuco, no começo dessa sessão legislativa, o seu procedimento na camara, a sua presidencia de S. Paulo, tudo o apresentava ao organisador do gabinete como quem melhor poderia coaljuar-lhe a pasta da justiça.

Nesse longo ministerio, que durou de 1853 até 1857, e que é um dos que mais fortes vestigios tem de deixar na nossa historia, coube ao conselheiro Nabuco de Araujo papel importante. Os serviços que então prestou, querendo dar regularidade á administração da justiça, os seus grandes trabalhos sobre a reforma da nossa organização policial e criminal, e seu projecto para introduzir a luz no cahos de nossa legislação hypothecaria, e assim tornar possivel o credito terri-

torial, estão na lembrança de todos, e embora não sejam leis do paiz, constituem o mais bello florão de gloria do ministro que comprehende os deveres do seu cargo.

A morte do presidente do conselho determinou a dissolução desse ministerio: se as circumstancias politicas da proximidade de uma eleição sob o regimen de uma nova lei, impunham aos companheiros do Marquez de Paraná o dever de continuar no poder, considerações politicas de igual peso determinavão-lhes que se retirassem na presença da nova camara: o conselheiro Nabuco o comprehendeu e solicitou a sua demissão.

Nesse ministerio, o conselheiro Nabuco mostrou-se um dos mais sinceros e de votados propugnadores da conciliação; na tribuna a defendeu por vezes, a explicou com o seu talento de habil doutrinário, com as suas grandes exposições de idéas geraes; na pratica não fazendo selecção de pessoas pelas simples recommendações do passado, mas sómente attenção ao merecimento de cada um, mostrou-se o que havia annunciado que seria já na presidencia de Pernambuco, já nos seus discursos na sessão de 1853, especialmente quando procurou sustentar a validade do diploma com que então se apresentava como deputado pelo Pará o Sr. Souza Franco.

Depois desse ministerio tão prominente se tornou o conselheiro Nabuco que na nova organização ministerial de que foi encarregado o Sr. Visconde de Abaeté em 12 de Dezembro do anno passado, não podia deixar de ser contemplado. Tendo recebido recentemente da corôa a graça da escolha para senador em uma lista em que só lhe cabia o terceiro lugar, o conselheiro Nabuco entendeu que não podia recusar-se ao convite. Embora nisso sacrificasse grandes interesses, acceptou o posto... não o pôde porém sustentar; reconheceu, dizem-nos pessoas bem informadas, que não se poderia dar entre elle e alguns dos seus collegas a necessaria solidariedade; retirou-se pois em 19 de Março deste anno.

Ao sahir do ministerio em 1857 o conselheiro Nabuco alistou-se entre os advogados do fóro fluminense, onde foi acolhido como devia sê-lo um juriconsulto tão abalizado; agora que de novo se aelia fóra do poder, voltará á sua banca de advogado: ainda ali prestará bons serviços á administração da justiça.

Do character nobre e desinteressado do habil juriconsulto ha uma prova rarissima nos nossos dias.

E de pratica que as vagas senatorias que apparecem quando no poder estão ministros com a idade de 40 annos, pertencem a esses ministros. Ainda livre de influencia indebita, a eleição sempre se accomoda em pró do cidadão cujo merecimento está sobresahindo em uma pasta. Nabuco de Araujo tinha ambição mais nobre: desprezava essa pratica, no seu longo ministerio da justiça vio succederem-se sete vagas de senador por provincias onde tinha elle algum título pessoal com que apadrinhasse a sua candidatura; forão essas vagas 2 por S. Paulo, 2 pela Bahia, 1 pelo Pará, 1 por Pernambuco e 1 pelas Alagoas: o ministro Nabuco não foi candidato. Reservava-se para pleitear a sua candidatura no dia em que não fosse mais ministro, no dia pois em que não lhe pudesse ser exprobrada a interferencia official. Esse dia chegou enfim: a provincia do seu nascimento apresentou-o á corôa em 1858, e a corôa o escolheu.

Eis em breve transumpto a vida publica do conselheiro Nabuco; da sua vida particular apenas nos cabe aqui mencionar o seu consorcio, logo no começo da sua carreira, em Março de 1840, com a Sra. D. Anna Benigna Barreto Nabuco, filha legitima do tenente-coronel Antonio de Sá Barreto, e D. Anna Felicidade Barreto, irmã germana do Marquez do Recife, descendente em linha recta e legitima dos morgados do Cabo de Santo Agostinho.



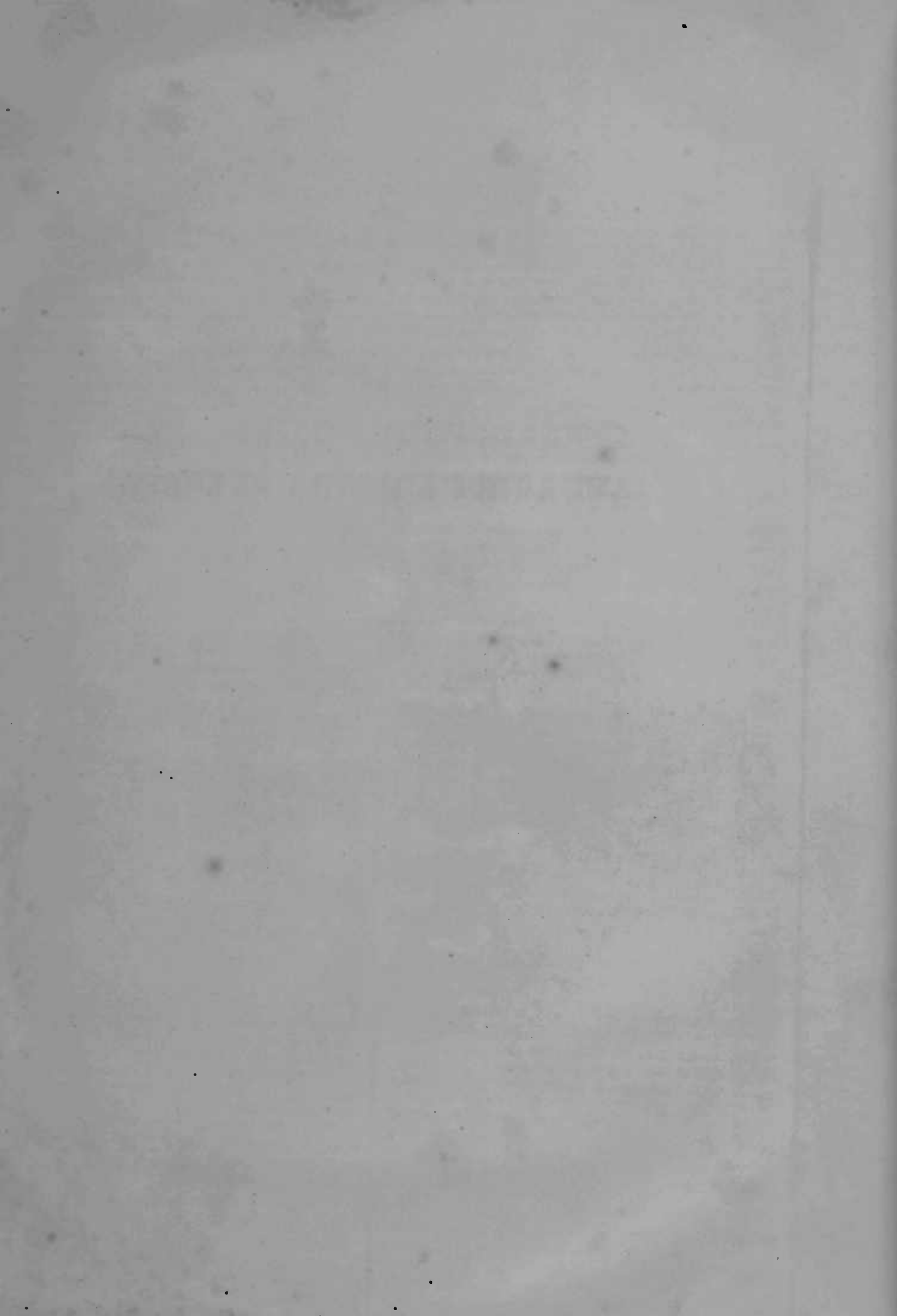
OS CONTEMPORANEOS



grav. C. A. de Sousa, Rua da Assembleia N.º 61 Rio de Janeiro

CONDE JANUARIO DA CUNHA BARBOSA.

C. Barbosa.



JANUARIO DA CUNHA BARBOSA

JANUARIO DA CUNHA BARBOSA nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 10 de Julho de 1780. Forão seus pais Leonardo José da Cunha Barbosa e Bernarda Maria de Jesus, aquelle natural de Lisboa, esta do Rio de Janeiro. Perdendo sua mãe quando apenas contava nove annos, e pouco tempo depois seu pai, ficou a sua educação, assim como a de seus irmãos ainda mais moços do que elle, a cargo de um tio paterno, que o sustentou nos estudos preparatorios ao estado ecclesiastico, que elle abraçara no anno de 1801 pela ordem de subdiacono, entrando no sacerdocio em 1803 logo que completou a idade para isso requerida. Em 1804 fez duas viagens a Lisboa, e voltando em Junho de 1805 entregou-se ao ministerio do pulpito, em que adquirio credito.

Estabelecendo-se a capella real no Rio de Janeiro, no anno de 1808, teve Januario da Cunha Barbosa carta de prégador regio. Desvelou-se no desempenho deste encargo, do qual colheu o habito de Christo, os applausos dos cortezaos e a estima de seus patricios. Em Setembro desse mesmo anno foi Januario admittido a substituir a cadeira de philosophia racional e moral, habilitando-se para isso na mesa do desembargo do Paço, e começou tambem em Janeiro seguinte a servir o lugar de pro-commissario da ordem terceira dos Mínimos. Em Dezembro de 1814 teve a propriedade da cadeira, vaga por jubilação de seu proprietario.

Em 1821 o grito de liberdade soltado em Portugal achou echo no coração de Januario da Cunha Barbosa, que, como visse desenvolverem-se os destinos do Brasil a esse brado, que retumbou promptamente em todas as suas provincias, quiz logo, associado a um amigo e collega em seus estudos, Joaquim Gonçalves Ledo, concorrer com um contingente necessario em tal ensejo. O *Reverbero Constitucional Fluminense*, periodico semanal, appareceu pela primeira vez em 15 de Setembro desse anno, encaminhou os Brasileiros á independencia, fortificou-lhes a opinião contra os disfarçados accommetimentos das côrtes de Lisboa, acendeu-lhes o entusiasmo daquella época, dispondo os animos para a emancipação do Brasil, proclamada em Setembro de 1822, mas começada verdadeiramente em Maio pela representação redigida pelos dous redactores do *Reverbero*, lembrada pelo então presidente da camara municipal José Clemente Pereira, e discentida por estes e mais dous patricios, José Mariano de Azevedo e José Joaquim da Rocha, que assim lançarão a pedra angular no alicerce da Independencia do Brasil.

Quando em Setembro desse anno os negocios do paiz chegavão ao ponto de seu maior desenvolvimento, Januario da Cunha Barbosa marchou á provincia de Minas-Geraes para coadjuvar os Mineiros na aclamação do Príncipe então escolhido para reger os destinos da nação. Apesar de que os sentimentos de quasi todos os Mineiros estivessem accordes para este acto, contudo a presença de um fidalgo portuguez, que ali governava com algum partido, fez necessaria a sua ida á capital de Minas. D. Manoel da Camara uem se pôde oppôr ao acto da aclamação que havia poucos dias antes desapprovado nem se demorou ali depois desse acto, que fôra celebrado na melhor ordem e com entusiasmo impossivel de descrever-se. Januario da Cunha Barbosa tratou então em Villa Rica, Mariana, Caeté e Sabará, de temperar algumas paixões irritadas pelos acontecimentos anteriores; trabalhou por si e por seus amigos em ordem a fazer chegar ao centro da opinião nacional os que erradamente divergião, ou que achavão graves embaraços na indignação dos escandalizados por seus primeiros actos; e conseguiu gloriosamente fazer muitas reconciliações. Mas quando Januario da Cunha Barbosa acabava a inteira conversão dos dissidentes, um mez depois da aclamação do Imperador constitucional na capital de Minas, em que tivera não pequena parte, elle foi preso em seu regresso ao Rio de Janeiro, recolhido á fortaleza de Santa Cruz em 7 de Dezembro, no mesmo instante da sua chegada á corte, e no dia 19 posto a bordo de um bergantim francez, e deportado para o Havre, sem processo, sem se attender a um só de seus requerimentos, e sem subsidio para manter-se em terra estrangeira!

Muitos outros companheiros de desgraça, e de tão inqualificavel deportação, teve Januario da Cunha Barbosa. Julgado improcedente o processo contra todos elles, e na ausencia de todos instaurado, teve elle bem depressa em Paris as provas de que sua innocencia havia plenamente triumphado, sendo-lhe restituída a liberdade de voltar ao seu paiz.

Em 1823, deixando a capital da França, dirigio-se ao Havre, donde regressou ao Imperio, chegando ao Rio de Janeiro em Dezembro do mesmo anno. O exilio só servio para fazer avultar a consideração de que por todos os seus actos e serviços feitos á patria se tornára tão credor. Todo o tempo de sua immerceida deportação foi pelo illustre Brasileiro aproveitado em illustrar a sua intelligencia, habilitando-a com os fructos da experiencia e a lição dos homens para melhor servir ao seu paiz, cuja prosperidade constituia o constante objecto de sua solicitude e anhelos.

Não era possível que os acrisolados serviços, tão desinteressadamente prestados à patria e ao Imperio por Januario da Cunha Barbosa, ficassem eternamente deslembados na consciêcia publica e nos archivos da administração suprema.

Restituido à patria, foi o digno Fluminense recebido pelo Sr. D. Pedro I com todos os signaes de benevolencia, sendo logo em seguida honrado com o officialato do Cruzeiro em Abril de 1824, e com o lugar de conego da capella imperial em Setembro do mesmo anno.

Tão significativos actos de distincção da parte do Monarcha foram por parte dos povos correspondidos por demonstrações não menos nobres e honrosas. Os Mineiros, recordando os preciosos serviços que lhes prestara o conego Januario, e os Fluminenses disputando-lhes a gloria de os retribuir, conjunctamente elevarão o conego Januario ao alto cargo de representante da nação na primeira legislatura, que teve lugar em Maio de 1826, na qual, em respeito á lei, tomou parte pela provincia do Rio, por ser a do seu nascimento.

Concluidos os trabalhos do quadriennio, o governo, querendo aproveitar as luzes e reconhecida aptidão do conego Januario, o encarregou, não só da direcção da typographia nacional, como tambem da redacção do *Diario do Governo*.

Como era natural, não poderia deixar o conego Januario nessa sua nova posição de incorrer no desagrado daquelles que, por qualquer modo, hostilisassem os actos da administração a cuja defesa se prestava. Não ha ministerio que não tenha adeptos e detractores. Desta origem procedeu o resfriamento das affeições de alguns de seus amigos e admiradores, sem que jámais lhe pudessem fazer carga de ser menos extremoso defensor dos verdadeiros sentimentos liberaes que professava, ou de olhar com menos horror para quanto podia alimentar a anarchia ou a revolução.

Por essas vicissitudes, tão naturaes no regimen da politica adoptada, faeilmente se explica a dispensa do conego Januario da redacção da folha official, em Abril de 1831, bem como tambem a sua reintegração logo em Junho do mesmo anno, sob a administração da regencia permanente, que soube fazer justiça aos sentimentos e á illustração de um cidadão tão distincto. Novas provas de consideração do governo ainda se observão em suas nomeações de examinador synodal, de chronista do Imperio, e de director da bibliotheca nacional.

Nos ultimos annos de sua existencia não se descuidava um só momento o conego Januario de dedicar-se com o mais desvelado zelo ao serviço do seu paiz. As letras receberão de sua cultura e constantes estudos os mais benéficos impulsos.

O periodico *Auxiliador da Industria Nacional*, o Instituto Historico e Geographico do Brasil, a *Revista Trimensal* do mesmo Instituto, o poema *Netheroy*, a collecção das poesias mais estimadas dos poetas brasileiros, com a vida de alguns delles, lhes devem a sua existencia. Se se juntarem a esses titulos de gloria os serviços prestados ao ensino da philosophia por espaço de vinte e sete annos, que lhe valêrão por fim a sua jubilação, e os aturados trabalhos de uma activa correspondencia entretida com as principaes sociedades litterarias da Europa e da America do Norte, atinar-se-ha com a razão por que em seus ultimos annos tantas provas de distincção publica, nacional e estrangeira, procuravão como que á porfia honrar o benemerito litterato.

A tão distinctos incentivos deveu o conego Januario o ser secretario perpetuo das duas mais uteis sociedades da capital do Imperio, como seão a Sociedade Auxiliadora e o Instituto Historico, o ser membro do Conservatório Dramatico, correspondente de quatorze associações litterarias estrangeiras. As commendas do Cruzeiro e de Christo foram unidas ás da Rosa, da Conceição de Villa Viçosa em Portugal, e de Francisco I em Napoles.

Ainda no ultimo quartel de sua vida, e quando os Fluminenses o haviam novamente elevado ao lugar de deputado á assembléa geral legislativa, seus amigos o virão dedicar-se com a solicitude que tanto o distinguia ao estudo da reforma da instrucção publica.

Orador sagrado, seus ennumerados sermões e orações de graças attestão a sua profunda erudição, colhida nas melhores obras da litteratura religiosa, publicadas nas linguas latina, portugueza, hespauhola e franceza. Seus proprios desaffectos nunca deixarão de admirar o talento e a superioridade com que nessa qualidade honrava as letras e a patria.

Escriptor publico, era dotado de rara fecundidade, de recursos variadissimos e de um estylo lucido, algumas vezes caloroso, sempre insinuante, agradável e interessante. Era um dos principaes de sua época, digno companheiro dos Cayrés e Ferreiras da Veiga.

Professor de philosophia, por mais de um quarto de seculo, instrua a mocidade nos sãos principios da sciencia, extremando-os dos abusos e inconvenientes excessos. Innumeros cidadãos, que por mais de um titulo hoje realção nas cadeiras dos legisladores da patria, entre a illustrada classe medica, na honrosa profissão das armas, e em outras não menos dignas posições, attestão os serviços importantes e verdadeiramente reaes com que procurava o conego Januario desenvolver e illustrar a intelligencia publica.

Poeta, differentes escriptos seus o collocão na ordem dos primeiros epicos, satyricos e epigrammaticos da sua época.

Jornalista, foi um dos mais conspicuos collabores do tempo, e devendo-se, como acima fica dito, á força de seus escriptos, cheios de energia, cabedal e independencia, as causas productoras dos principaes successos do paiz.

O conego Januario arrebatava no pulpito pela sua presença nobre, por sua larga fronte, seu olhar vivo e brilhante, seus gestos regulares, sua voz accentuada e sonora.

Em sua organização sanguinea, movel e susceptivel, achava-se como que incarnado o espirito do jornalismo.

Era constante e aturado no trabalho, incansavel em produzir, inexaurivel no improvisar. Seus trabalhos apenas se afrouxarão quando, na idade de sessenta e dois annos, uma paralyisia lhe veio suspender a acção da mão direita.

A morte o arrebatou na idade de sessenta e seis annos e meio, aos 22 de Fevereiro de 1846, assistindo-lhe aos seus derradeiros instantes os seus melhores amigos.

O paiz deplorou a perda do homem distincto, que por mais de um titulo se havia illustrado e o havia honrado.

O conego Januario da Cunha Barbosa teria colhido melhores louros em sua afanosa vida, e veria melhor recompensados os seus eminentes serviços, se a ingratitude dos homens e as atormentas politicas tanto o não houvessem contrariado.



MARQUEZ DE PARANAGUÁ

Marques de Paranaquá

MARQUEZ DE PARANAGUÁ

FRANCISCO VILLELA BARBOSA, natural da provincia do Rio de Janeiro, filho de Francisco Villela Barbosa, tendo terminado os estudos preparatorios seguiu para Portugal, a estudar mathematicas na universidade de Coimbra. Depois de formado nessa faculdade, assentou praça na armada nacional, no posto de 2º tenente, em 1797, na idade de 25 annos, onde prestou bons serviços, principalmente no cerco da praça de Tunis, e na tomada dos piratas Argelinos no Mediterraneo.

De volta a Lisboa foi nomeado lente da Real Academia de Marinha, por proposta da congregação dos lentes da universidade de Coimbra, segundo a lei; passando para o real corpo de engenheiros, em Agosto de 1802, no posto de 1º tenente, sendo em Dezembro do mesmo anno promovido a capitão, e a major em Julho de 1810.

Sendo já membro da sociedade Real Maritima, Militar, e Geographica de Lisboa, foi eleito socio da Academia Real das Sciencias, na classe das sciencias exaetas, em Dezembro de 1814, sendo em 1818 eleito vice-secretario, com exercicio de secretario, que servio até demittir-se, em 1823.

Além dos trabalhos academicos, F. V. Barbosa procurou dotar as sciencias com alguns de seus escriptos.

Escreveu para a Real Academia *Elementos de Geometria*, com um tratado de geometria spherica, 1 vol. em 8º, do qual a academia tem feito quatro edições, já extinctas. O 6º tomo, part. 1ª das Memorias, e historia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, traz *A Primavera*, sublime cantata, feita por V. Barbosa. Assim como o tomo 8º das mesmas Memorias contém os discursos recitados pelo vice-secretario V. Barbosa na sessão publica da academia, a 24 de Junho de 1821, e no paço de Queluz a el-rei o Sr. D. João VI, em 9 de Julho do mesmo anno, por occasião da sua chegada a Lisboa.

A mudança de systema de governo facilitou aos Fluminenses a occasião de distinguirem ao seu comprouvinciano, que em Portugal tantas provas dava de seu talento; F. V. Barbosa foi eleito deputado ás côrtes constituintes, pela sua provincia natal.

Porém apenas os deputados portuguezes justificáram a Independencia do Brasil com a sua conducta imprudente e provocadora, V. Barbosa provou que tinha um coração brasileiro; que o amor da patria que nelle palpitava, não tolerava a menor idéa de oppressão para o Brasil; e unido á phalange dos Andradas, dos Lins Continhos, e de todos os outros Brasileiros, reconhecerão que as vistas do congresso erão hostis ao Brasil; que o Brasil, que principiára a ser livre em 1808, não podia mais voltar ás cadeas colonias; e com elles assignou, a 18 de Setembro de 1822, a declaração proposta pelo digno Paulista Fernandes Pinheiro, depois Visconde de S. Leopoldo, de que não jurariam a Constituição, porque na sua discussão haviam votado contra ella; e tambem porque entendião ter cessado os seus poderes; pedindo V. Barbosa em sessão do congresso, a urgencia para a discussão dessa declaração.

Porém apresentando a commissão de Constituição do Congresso o famoso projecto de decreto, que não só cassava os poderes delegados ao principe real no Brasil, como annullava seus actos, e lhe marcava o prazo de quatro mezes para voltar a Portugal, prazo, que na discussão foi reduzido a um mez, depois da intimação; ordenando a el-rei, que no caso de recusa do principe, fosse elle desautorado! e constando em Portugal, o decreto do principe real o Sr. D. Pedro, para a convocação das côrtes constituintes no Brasil, F. V. Barbosa, depois de declarar ao Congresso Portuguez, que voava ao Brasil, para tomar parte na sua Independencia, atravessando, se possivel fosse, o oceano com a sua espada na boca, requereu ao governo portuguez a demissão de todos os seus empregos e postos; o que só lhe foi

concedido por decreto de 17 de Maio de 1823, quando regressou para o Brasil.

Sem nos fazermos cargo de historiar os dias da nossa Constituinte, diremos, como coevo imparcial, como Brasileiro desinteressado, que tem acompanhado todos os partidos politicos desde 1822, sem nunca haver a elles pertencido, que não tardou em mostrar a Constituinte que não havia comprehendido a sua alta missão; a Constituinte, cujos membros haviam sido feitos pela unica eleição vestal, que o Brasil tem tido, desde a sua emancipação!

No seio da Constituinte manifestou-se um grupo, que cívico da demagogia, parecia querer lutar com o poder. Essa luta era, sem duvida, finesta ao paiz; a existencia da Constituinte era pois um mal!

Ao chefe do Estado foi indicado o correctivo; porém generoso como era, a ponto de ser tolerante, entendeu que o remedio era violento; e então procurou em occasião opportuna, com palavras sinceras, como amigo fanatico do Brasil, que elle emancipára! neutralisar as idéas, que parecião exageradas, de um dos membros mais proeminentes desse grupo; mas a decepção foi completa! a resposta dessa capacidade foi audaz, chegou a parecer insultuosa! E foi então, que o Imperador o Sr. D. Pedro I, sciente dessa opinião, e recebendo aviso de um dos caracteres mais distinctos da Assembléa Constituinte, em saber e moderação, de que, se o remedio fosse demorado, produziria o effeito inverso, resolveu dissolvê-la, com o decreto de 12 de Novembro de 1823. F. Villela Barbosa, recém-chegado de Portugal, defensor corajoso da monarchia, o da liberdade legal, não desejava ver reproduzidas no sen paiz as scenas da constituinte franceza de 1789 e 90: aceitando a responsabilidade moral do acto da dissolução, com ella aceitou no dia 10 desse mesmo mez a nomeação de ministro e secretario de estado dos negocios do imperio; passando para ministro da guerra a 14, e a 17 para ministro da marinha, cujo ministerio servio até 16 de Janeiro de 1827, data em que talvez a firmeza de seu caracter o fez sollicitar e obter a sua demissão; tendo sido durante esse espaço novamente ministro da guerra, de 26 de Julho de 1824 a 3 de Agosto do mesmo anno; e dos negocios estrangeiros, de 4 de Agosto de 1825 a 21 de Novembro desse anno.

Novamente ministro da marinha, a 4 de Dezembro de 1829, deixou essa pasta a 19 de Março de 1831, tendo estado tambem com a pasta de estrangeiros desde 29 de Setembro a 9 de Outubro de 1830.

Deixou, dissemos nós, a pasta da marinha a 19 de Março de 1831, porque tendo-se violentamente manifestado o partido revolucionario, pretextava, para as suas iras, a existencia do ministerio Paranaguá (F. Villela Barbosa havia sido nomeado por seus bons serviços, Visconde de Paranaguá, e depois Marquez).

Sem duvida, o Marquez de Paranaguá não transigia com revolucionarios, e portanto era elle um obstaculo para seus fins!... O Marquez de Paranaguá deixou pois o poder a 19 de Março de 1831, aconselhando porém á corôa, a nomeação de um ministerio liberal; e esse ministerio, composto em parte de capacidades, o no todo, de pessoas que o seu partido indicava como as mais aptas para satisfazer as suas exigencias, ou não tinha força moral para obstar o progresso do mal, que ostentava o seu poder! ou trahia a corôa! e nada fazia. A exoneração desse ministerio foi decretada a 5 de Abril seguinte, e chamado o Marquez de Paranaguá.

Mas o damno estava feito, só medidas energicas podião salvar o paiz. Porém o Imperador o Sr. D. Pedro I temia o derramamento do sangue brasileiro, no emprego dessas medidas; e generoso e magnanimo, como era, preferio sacrificar-se, abdicando a corôa em seu excelso filho. Manifestada a vontade do Imperador, o Marquez de Paranaguá retirou-se no dia seguinte ao da sua entrada, a 6 de Abril de 1831.

Dada a abdicção no dia 7 seguinte, ficou o nobre Marquez exposto á sanha do partido revolucionario, que a não ser a lealdade de um amigo, que

a tempo u prevenio, para abrigar-se na legação franceza, e depois a bordo do almirante Grivel, elle teria sido victima dos faceiosos, que duas vezes, depois de quebrarem as janelas da sua casa, a invadirão; aquelles, que accusavão ao Imperador, e seu ministerio, por inconstitucional; tendu em uma dessas invasões penetrado, em alta noite, até ao aposento da desolada consorte, que como uma heroína lhes bradava pela Constituição, lançando-lhes em rosto a sua ferocidade contra uma senhora! No dia seguinte a nobre Marquezza teve tambem de exilar-se, para fugir á sanha dos revolucionarios do 7 de Abril!

O Marquez de Paranaguá era criminoso, por ser amigo do Sr. D. Pedro I, como tantos outros!

Amigo da sua patria, que tantas vezes cantou na Lyra sublime, que com encanto tangia! só queria para ella o verdadeiro systema constitucional representativo; e era por isso que os demagogos o tinham como o seu maior antagonista! .. E a tal ponto chegou a sua sanha, que além de outras affrontas calumnias, lhe assacarão haver elle mandado buscar ao estrangeiro, e conservar occultas no arsenal da marinha, *forças de ferro*, para com ellas punir aos liberaes!! Não é um romance que escrevemos; essas accusações forão tantas vezes repetidas pela imprensa revolucionaria, que Brasileiros respeitaveis as acceitavão! Não ha muitas semanas, que ouvimos a uma alta personagem a confissão a mais sincera dessa fraqueza!

« En cheguei a crer, disse ella, que de facto existião no arsenal da marinha as taes forças de ferro, mandadas vir pelo Marquez de Paranaguá. »

O Marquez de Paranaguá exilado mezes, até cessar o vulcão revolucionario, pois que ainda depois exigirão a sua deportação, entregou-se á vida privada, limitandu-se a comparecer ás sessões do senado, do qual era membro desde a sua criação.

Conselheiro de estado, pela lei de 20 de Outubro de 1823, foi elle um dos dignos Brasileiros a quem o Sr. D. Pedro I incumbio a revisão do projecto da Constituição, por Elle redigido, e que por isso teve a gloria de ser um dos seus referendatarios, por cujo motivo foi condecorado com a dignataria da Imperial Ordem do Cruzeiro.

Em Janeiro de 1826 foi o plenipotenciario do tratado de amizade e commercio que o Brasil fez com a França.

Habituaados a julgarmos dos factos pelos resultados, entendem hoje alguns dos nossos politicos, que os artigos permanentes desse tratado, forão um erro, pois que ligarão o Brasil a condições onerosas! Não entraremos no exame da conveniencia, ou desconveniencia desses artigos, mas é nossa convicção, que se na sua estipulação houve sacrificio, era elle necessario naquella época. Emancipado o Brasil em 1822, ainda em Agosto de 1826 não havia sido a sua independencia reconhecida pela mãe patria, nem por nenhuma nação estrangeira; mesmo a Inglaterra, que maior commercio tinha com o Brasil. O Brasil solicitava esse direito da França, o reconhecimento da sua Independencia. A França, comquanto não receiasse comprometter-se com Portugal dando esse passo, todavia queria tirar vantagem dessa primazia; com o acto pois do reconhecimento da Independencia exigia um tratado de commercio, com taes artigos permanentes: convinha ao Brasil, naquellas circumstancias, recusar o pedido? Que nos responda o bom senso dos nossos politicos imparciaes.

E' porém verdade, que ás boas relações entre os plenipotenciarios brasileiros e o da França, deve o Brasil as condições favoraveis que lhe vierão do tratado, as quaes enstão a destituição do da França, e com ella a sua desgraça!

Uma outra circumstancia colloca a França em posição vantajosa para com o Brasil; a sua acquiescencia á exigencia do Brasil, demoveu a mãe patria a reconhecer a Independencia do Brasil, antes que aquella o fizesse; e tendo chegado a esta corte, como medianoiro para aquelle fim, Sir Carlos Stuart, em principios de Agosto de 1823, a 29 do mesmo mez e anno estava assignado o tratado do reconhecimento da sua Independencia; cabendo ainda a Francisco Villela Barbosa a gloria de ser elle um dos seus plenipotenciarios.

No ministerio da marinha prestou o nobre Marquez relevantes serviços, com os recursos que lhe dava um orçamento sempre mesquinho, como permitião então as finanças do paiz. Aos seus esforços, succedidos pelo digno Fluminense Francisco Bibiano de Castro, e o honrado José Maria de Almeida, apesar do limitado orçamento de 1,200 a 1,600 contos de réis, nos annos de 1825 e 1826, conseguiu mandar para o Rio da Prata uma esquadra respeitavel de mais de quarenta vasos, entre os quaes tres fragatas de linha, que a não ser a protecção occulta da grande potencia maritima ás Repu-

blicas contendoras, o Brasil teria evitado a vergonha, de fazer um tratado preliminar de paz, quando as forças imperiaes triumphavão dos revoltosos! Os bons serviços prestados pelo nobre Marquez de Paranaguá á marinha de guerra firão galardoalos pelo Imperador o Sr. D. Pedro I, com a grãa-cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro.

O homem que tantos serviços havia prestado no reinado do primeiro Imperador, não podia ser indifferente ao do Sr. D. Pedro II. Convencido que nada podia fazer durante o governo fraco da minoridade, tão semelhante dos governos interinos, o Marquez de Paranaguá aguardava a maioria do Sr. D. Pedro II para offerrecer-lhe seus serviços, que erão recommendados por um autographo do Sr. D. Pedro I, que o nobre Marquez só devia entregar depois que o Sr. D. Pedro II, tomasse as redeas do poder.

O Marquez de Paranaguá, assim como tantos outros distinctos Brasileiros, tinham visto a insufficiencia dos governos regenciaes para proverem ao bem do paiz, talvez pela razão já dada, da fraqueza que traz a interinidade; nem a regencia provisoria, nem a trina, reduzida a um membro que menos fez, só com o seu prestigio militar; e finalmente a de um unico regente, que apesar do prestigio ganho pelos seus bons serviços prestados nas grandes crises por que passou a capital do imperio, e com todo o suffragio do paiz, teve de abandonar o posto, reconhecendo essa impotencia, e então aspiravão o momento feliz, e em que o joven Monarcha assumisse o poder; esse momento apresentou-se a 23 de Julho de 1840.

Os partidos politicos reconhecendo a deficiencia de suas forças, que o golpe de estado de 22 de Julho desse anno acabou de aniquilar, virão na maioria a sua redempção; e sendo ella aclamada pela assemblea geral, foi o nobre Marquez chamado pela coroa para organizar o seu primeiro ministerio. O Marquez de Paranaguá, panegyrista dessa aclamação, não quiz marear a sua gloria com uma idéa de interesse pessoal; elle pediu e obteve a declinação dessa honra. Porém a 23 de Março do anno seguinte, 1841, teve de obedecer ao Imperador, entrando para o poder, na pasta da marinha, que por força de circumstancias deixou a 26 de Agosto de 1842, tornando porém a entrar para o mesmo ministerio a 13 de Setembro desse anno, que deixou a 20 de Janeiro de 1843.

Além de outras provas de distincção que aprouve a S. M. I. o Sr. D. Pedro II, conceder ao nobre Marquez como justiça a seu merito, dignou-se S. M. determinar que o Marquez de Paranaguá exercesse as funcções de condestavel, no glorioso acto de sua coroação. No quadro historico que existe no Imperial paço da cidade, representando esse acto solenne, figura o nobre Marquez no exercicio de tão altas funcções.

O nobre Marquez renunciou o poder em 1843, para não mais voltar a elle. Reconhecia que suas forças physicas erão apenas sustidas pelo espirito de seu caracter; que 75 annos de idade, dos quaes 50 haviam sido passados no bolicio de uma vida toda intellectual, que muitas vezes era exacerbada pela sublimidade de suas idéas poeticas, não lhe permitião outro trabalho, que o da revisão de seus escriptos. Entregue a ella não era todavia indifferente ás discussões do senado, em todas tomava o interesse a que o levava o zelo da causa publica, principalmente naquellas questões que lhe erão peculiares.

Depois de tenaz enfermidade, de mais de anno, e quando parecia completamente restabelecido, findou-se o nobre Marquez de Paranaguá, quasi repentinamente, a 11 de Setembro de 1846, deixando desolada a nobre Marquezza, esposa em segundas nupcias, da illustre casa de Brancamp de Portugal, e sem successão; sendo suas cinzas depositadas em modesto mausoléo, que a piedade de sua consorte lhe dedicou, na ordem 3.^a dos minimos.

Se algum dia a historia do Brasil for imparcialmente escripta, serão nella devidamente avaliados os serviços do Marquez de Paranaguá, de caracter firme, independente e probo a toda a prova!

A não ser a fatal resolução do nobre Marquez, de entregar ás chamas todos os seus escriptos, mezes antes do seu fallecimento, teriamos para adquirir, não só a sua collecção de poemas épicos, como as interessantes notas para a historia do Brasil, que com tanto esmero as havia escripto, para quatro volumes, e que algumas vezes nos honrou com a sua leitura.

Mandou porém imprimir o seu Tratado de Geometria, que tambem havia escripto, e que hoje faz parte dos compendios das nossas escolas militares.

O Marquez de Paranaguá havia sido reintegrado nos postos militares de engenharia, de que fôra demittido em Portugal, tendo depois accesso até ao de brigadeiro, em que se reformou. O Marquez de Paranaguá honrou a patria, e o nome de Brasileiro.

Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 1858.

OS CONTEMPORANEOS

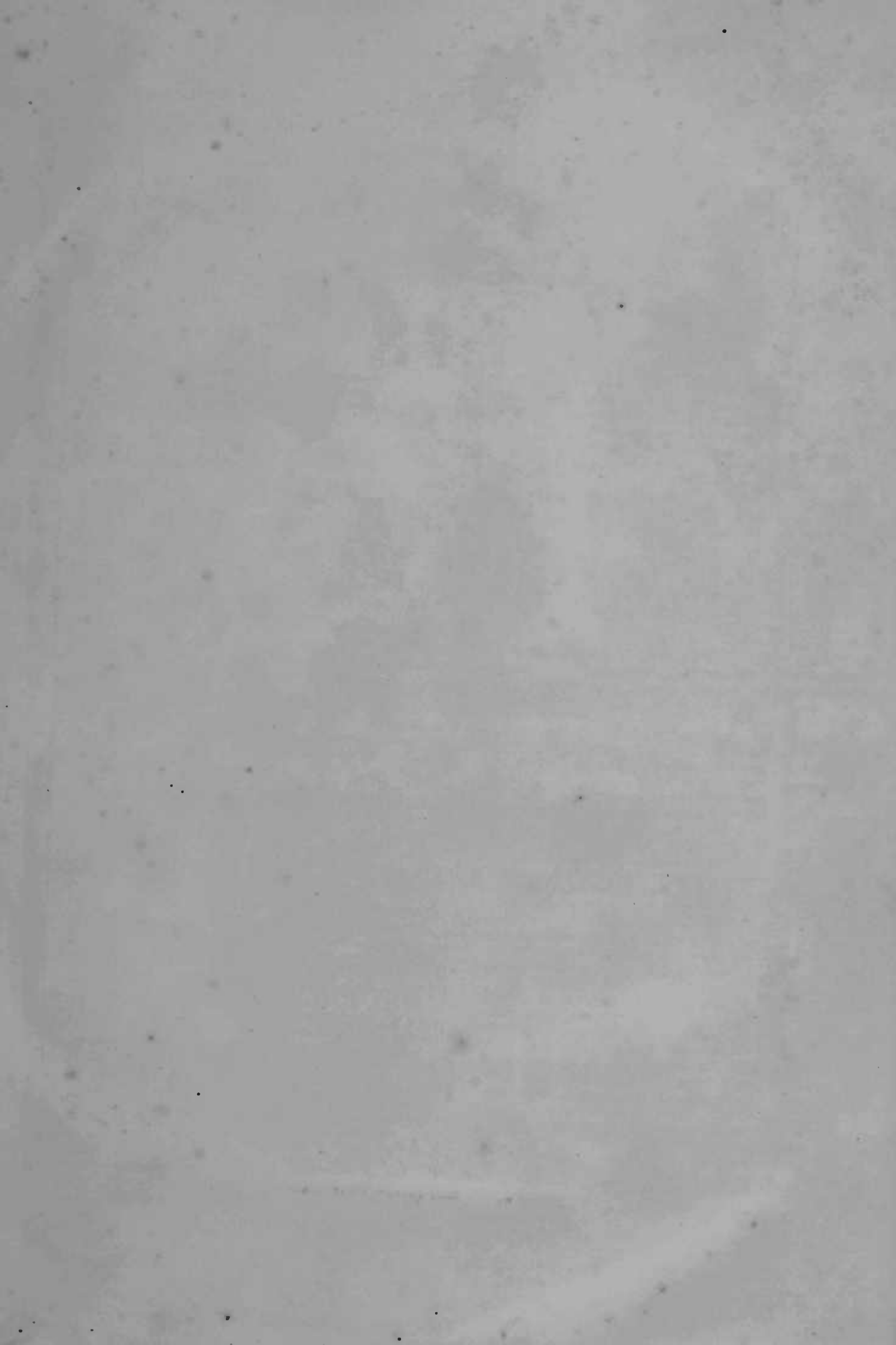


de A. Arce del e. lith

FRANCISCO DE ARRAIZIDA

Bispo de Anemuria

F. Arraizida



BISPO DE ANEMURIA

DEI ANTONIO DE ARRABIDA nasceu na cidade de Lisboa, em Portugal, a 9 de Setembro de 1771, de pais honrados e virtuosos, que lhe derão esmerada educação, baseada nos principios religiosos, os quaes com rapido desenvolvimento o preparáram para o estado regular, e por tal maneira, que Antonio de Arrabida não esperou a idade canonica para o abraçar, e apenas acabados seus primeiros estudos entrou para o claustro, no convento de S. Pedro de Alcantara, quando tinha então 15 annos; tomou logo as primeiras ordens, e ali esperava a época da sua profissão. Porém conhecida sua applicação aos estudos superiores, e seu aproveitamento, foi elle escolhido para lente e bibliothecario do convento de Mafra, onde com grande proveito para si, e para a corporação, esperou a idade necessaria, e professou.

Continuando ali tão honrosa occupação, foram seus talentos e conducta devidamente apreciados pelo virtuoso principe, depois rei, o Sr. D. João VI, de saudosa memoria, na sua estada naquella convento, chamando-o para junto de si, quando Fr. Antonio tinha apenas 28 annos de idade!

Colocado assim em tão alta posição desde 1800, Fr. Antonio, o amigo confidente do principe, nunca della abusou: era na habitação regia o mesmo religioso do elastro; e cultivando sempre as letras, Fr. Antonio não perdia occasião de fazer bem: quem o conheceu sabia, que era elle o mediano entre o principe clemente e caridoso, e o necessitado.

Em politica já então era Fr. Antonio de escrupulosa reserva, quando em consultas o ouvia o principe, muito mais depois que sua Alteza foi a regente; e o acerto em que nellas se houve era uma garantia que lhe dava o seu confidente.

Assim passarão os annos até 1807, em que o principe regente reconhecendo a importancia do Estado do Brasil, e querendo dar-lhe um governo mais forte, mais prestigioso, resolveu nomear ao Sr. D. Pedro de Alcantara, principe da Beira, seu condestavel no Brasil, para onde devia logo partir.

Tomada esta resolução, e quem sabe com que alcance, aconselhada talvez pelo distincto Brasileiro, então incumbido do gabinete do principe regente, foi por elle communicada a Fr. Antonio, da parte de sua Alteza, com a declaração, de que o principe o havia nomeado secretario particular do augusto condestavel, e que dentro em poucos dias seguirião para o novo destino; dando-lhe um exemplar da proclamação impressa, que naquella occasião seria publicada. Ao Instituto Historico e Geographico do Brasil foi ha dous annos offerecido o documento authenticico, que comprovava o facto da nomeação do augusto condestavel, até então ignorado. Porém quando Fr. Antonio preparava-se para a longa viagem, com tanto segredo, que sua propria familia apenas sabia que em serviço do regente sahia de Lisboa, é novamente chamado pelo regente, por intermedio do mesmo nosso distincto patricio, e então lhe communica, que o numero de passageiros havia-se augmentado, isto é, que elle e toda a familia real partião para o Brasil; que Fr. Antonio o devia acompanhar, e na mesma não, dando-lhe mais, além da nomeação do seu director espiritual, a de mestre do principe da Beira. A noticia da invasão dos Francezes em Portugal havia obrigado o principe regente a tomar uma tal resolução.

Obedecendo Fr. Antonio ás ordens do principe, não pôde occultar-lhe o desejo que tinha de contribuir para o engrandecimento de um paiz, cuja prosperidade elle tanto prophetisava; declarando mais, que vindo para o Brasil, seria Brasileiro!...

Realizada a viagem, e chegada a familia real a este porto, não tendo sido para isso indifferente ao principe regente o parecer do seu confessor, sobre a escolha da provincia, ou cidade do Brasil, para sua residencia, foi sempre Fr. Antonio o confessor inseparavel do principe regente, não porque assim quizesse ostentar privança, mas porque o ordenava o principe: Nós fomos testemunha da modestia de Fr. Antonio em todo esse tempo, apczar do reflexo que lhe cabia, do astro que acompanhava.

Chegada a época da aclamação do principe, por fallecimento da rainha a Sra. D. Maria I, foi ella julgada opportuna pelo novo Monarcha para elevar o

seu confessor em dignidades no seu Estado; porém Fr. Antonio tudo recusou com respeito; accitando apenas a pensão de 400,000 rs. do bolsinho de el-rei, para suas irmãs, que havião ficado em Portugal.

No anno de 1821 vierão os successos, que proclamáram a Constituição, a 26 de Fevereiro; e comquanto Fr. Antonio não fosse liberal, todavia desejava que o paiz, que adoptára por patria, tão voluntariamente, acompanhasse as idéas do seculo, e melhorasse, com a adopção de novas instituições; neste caso pois não hesitou Fr. Antonio, nas respostas que tinha de dar ao principe e ao rei, sendo consultado; ellas foram favoraveis á manifestação popular, e por maneira, que podemos certificar, que a modesta cella de Fr. Antonio, (Fr. Antonio nunca deixou a morada do convento de Santo Antonio desta corte) era o ponto de reunião dos Rochas, dos Azeredos Coutinhos, dos Nobregas, dos Andradas, e outros collaboradores da Constituição e da Independencia, onde se resolvia o que devia ser e foi proposto ao principe, e a el-rei, e depois ao Imperador.

Dado aquelle passo importante, já não era possivel duvidar da sorte do Brasil; porém outro tanto não acontecia a Portugal, donde tudo era para recear; e então pareceu a el-rei, que indo, tudo remediava; e resolvendo-o fazer, em menos de um mez, não pedia mais a Fr. Antonio o auxilio dos seus conselhos, que lhe recordavão reflexões feitas em 1807, todas favoraveis ao Monarcha e ao Brasil, mas que não cessasse de dirigir a seu filho, o principe D. Pedro; o qual collocando logo a Fr. Antonio no mesmo posto que occupára para com seu augusto pai, e já mais o consultando, e ouvindo, que não conhecesse o acerto de suas idéas, e o estudo que fazia dos homens e das cousas do Brasil, o nomeou, a 23 de Outubro de 1822, bibliothecario da bibliotheca Publica e Nacional, onde Fr. Antonio prestou importantes serviços, que ainda hoje o recordão. Entre os bons serviços prestados pelo novo bibliothecario, um ha, sem duvida, que revela bem o apreço em que Fr. Antonio tinha as cousas do Brasil. Fazendo organizar o index da livraria, encontrou elle o importante Manuscripto Botanico, do padre-mestre Fr. José Mariano da Conceição Velloso, franciscano da provincia do Rio de Janeiro, e natural da de Minas, que em 1790 o havia dedicado a Luiz de Vasconcellos, depois conde de Figueiró, com o titulo de Flora Fluminense, formado com saber e precisão, e muito trabalho em colligir, descrever, e fazer desenhar 1,639 especies de plantas.

Por tão feliz achado exultou de prazer Fr. Antonio, amigo que era do Brasil, e para logo o denunciou na augusta presença do Fundador do Imperio, o Sr. D. Pedro I, com o plano e proposta para sua publicação; o qual desejando, e tudo fazendo para realçar a gloria do Brasil, dignou-se mandar approvar a proposta por aviso da secretaria de estado dos negocios do imperio, de 25 de Abril de 1825, e louvar o reconhecido zelo do bibliothecario, por tudo quanto podia acreditar o genio brasileiro; determinando, que o texto da obra fosse aqui impresso, na typographia nacional, sob as vistas do mesmo bibliothecario, e o Dr. João da Silveira Caldeira; e autorisando-o a remetter os desenhos para Paris, afim de serem lithographados na officina de Lasteurie, ficando a direcção de todos estes trabalhos, diz o referido aviso, a cargo do bibliothecario, por lhe serem louvaveis, e muito analogos ao seu patriotismo.»

Antes de Janeiro de 1831 estavam todas as lithographias recebidas no Rio de Janeiro, para a publicação de 3,000 exemplares.

Fr. Antonio era tão Brasileiro, que accusado logo depois da nossa independencia, por uma alta personagem do velho mundo, por não ter cooperado para a conciliação dos dous paizes irmãos, o que, dizia ella, teria sido facil, mas antes conecorrido talvez, para a sua emancipação, respondeu-lhe elle nestes termos: «Se a boa fé presidia ás suas deliberações, ás das côrtes, se os seus intentos não erão escravisar, por que razão lhe tem eustado tanto a ajustar os projectos emittidos pelas commissões? Porque razão nada do que parece favorecer o Brasil directamente lhe agrada? Por que razão os mais francos principios de reciprocidade, e os artigos, talvez os mais onerosos, mas que provão os ardentes desejos que os Brasileiros tinham da união, tem sido constantemente reprovados ao som de improperios e de affrontas, de gritos, e paxuxadas, indignas do mais

ordinario? E' assim que irmãos se ajustão? E' este o methodo de tratar as mais interessantes questões de estado? Estes sentimentos de brasileirismo em Fr. Antonio erão tão conhecidos, e apreciados pelo Imperador o Sr. D. Pedro I, de sempre saudosa memoria, que lhe determinou, depois da queda da Constituição, apresentasse um projecto de Constituição; o qual foi tomado em consideração pelos distinctos Brasileiros collaboradores da que nos rege, e Fr. Antonio convidado e ouvido para as respectivas conferencias.

Ao brasileirismo de Fr. Antonio deve o paiz o significativo titulo da primeira de suas ordens honorificas.

Querendo o Sr. D. Pedro I dar a Fr. Antonio maior prova de sua estima, sollicitou e obteve da Santa Sé, com surpresa d'elle, a dignidade de bispo titular de Anemuria; adicionando-lhe a nomeação de coadjutor do capellão mór. Agradecendo a seu angusto amo tanta distincção, não lhe estava bem uma renuncia, elle se resignou; mas escrevendo a um amigo, a 23 de Outubro de 1826, lhe disse: « A Providencia queira não tomar contas ao Imperador, por este excesso de liberalidade. »

O Imperador ainda deu ao bispo de Anemuria outra prova da valia em que tinha seus talentos; dignou-se nomear-lo director dos estudos do angusto principe e princezas imperiaes; e no seu segundo consorcio, condecora-lo com a Grãa Cruz da Imperial Ordem da Rosa.

O homem que tantos serviços havia já prestado ao Brasil não podia deixar de participar de um de seus maiores triumphos, do reconhecimento da sua independencia; e tendo Portugal ouvido enfim o reclamo da justiça, nomeando o embaixador que devia fazer o tratado do reconhecimento da Independencia do Brasil, apenas chegado ao Rio de Janeiro Sir Charles Stuart, a 16 de Julho de 1825, foi procurar na modesta cella do convento de Santo Antonio a Fr. Antonio de Arrabida, e entregar-lhe uma carta autographo de el-rei o Sr. D. João VI. Não diremos até que ponto pôde influir a mediação do amigo confidente de ambas as Altas Partes Contractantes; mas é facto, que tres dias depois da chegada teve o embaixador a sua apresentação, e a 29 de Agosto do mesmo anno, pouco mais de um mez da sua chegada, estava assignado o tratado!

Foi o bispo de Anemuria incansavel em promover o engrandecimento do nosso muséo; entre outras, muito importante foi a offerta que para elle fez a Sua Magestade o Sr. D. Pedro I, de uma collecção de mil preciosas medalhas, que elle possuia, Egypticas, Gregas e Romanas.

Os annos decorridos depois, até a abdicção não forão de ocio para o bispo de Anemuria. Evitaremos os commentarios dos seus soffrimentos nessa época de dôr, que nos trouxe o devolvimento da corôa a S. M. I. o Sr. D. Pedro II, principe virtuoso, illustrado, e magnanimo, a gloria dos monarchas do nosso sceno.

Esses soffrimentos forão aggravados, quando o punhal do assassino o foi procurar na sua cella no convento de Santo Antonio, na tarde do dia 15 de Julho de 1831!! O bispo de Anemuria foi obrigado na tarde seguinte a tomar o disfarce para procurar um asylo seguro. Elle o achou na casa hospitaleira de um respeitavel ancião, onde esteve tres annos. O bispo de Anemuria havia sido contemplado em uma lista de proscriptos; o seu crime era ser amigo do Sr. D. Pedro I!

Logo depois, isto é, a 16 de Agosto do mesmo anno, foi o bispo de Anemuria exonerado do lugar de bibliothecario da bibliotheca publica nacional, perdendo assim o unico vencimento que tinha, e dos cofres publicos, porque toda a sua mais subsistencia cessou com a partida do magnanimo Sr. D. Pedro I.

Reduzido portanto á miseria, e a mendigar dos amigos o pão necessario, elle recorreu a uma subscrição entre amigos e caritativos, para formar um fundo, cujo rendimento minorasse a sua mendicidade; elle a obteve em parte, o que muito deveu, entre outros, ao Ex.^{mo} Marquez de Abrantes, que afincadamente a promoveu. O generoso coração de S. M. o Imperador appareceu a concorrer com uma mensalidade, segundo sua ordem de 23 de Agosto de 1834, que lhe foi paga até sua morte.

Estava o bispo de Anemuria nestes apuros de meios de subsistencia, quando um amigo de além-mar lhe lançava em rosto o nenhum fructo que havia tirado dos seus bons serviços, e elle lhe respondia, em carta de 8 de Fevereiro de 1835: « De que tenho eu de me pejar, da minha mendicidade? A minha prolição religiosa; 40 annos de serviços publicos, e aos imperantes; sacrificios não equivocos, prestados não só á submissão e ao respeito, mas ao amor, e á gratidão para com os soberanos, são titulos que fazem muita honra á miseria a que fui reduzido. »

A Providencia quiz ainda uma vez ser-lhe propicia, para o punir talvez depois com maior severidade. Em 1836 foi-lhe concedida pelo corpo legislativo uma congrua de um conto e duzentos mil réis annuaes; e tendo sido creado o collegio de Pedro II, nesta côrte, por grandes instancias de seus amigos accitou a sua reitoria, por decreto de 5 de Fevereiro de 1838; dando tanto apreço

a esse assentimento o Ex.^{mo} Ministro Vasconcellos, que, apesar de seu estado de paralyzia, foi ao convento de Santo Antonio, á cella do bispo de Anemuria, agradecer-lhe o seu sim, e dar-lhe por esta fórma um desmentido ás frivolas accusações.

Os soffrimentos moraes haviam fortemente contribuido para deteriorar a saude do reitor do collegio de Pedro II. Depois de o ter montado e conseguido a sua marcha regular, instou elle, e obteve a sua exoneração, por decreto de 15 de Junho de 1839.

Nesse mesmo anno teve o bispo de Anemuria a distincta honra de administrar a S. M. I. o Sr. D. Pedro II o Sacramento da Confirmação, com a agradavel coincidência de haver tido a subida honra de ser padrinho do Imperador o Sr. D. Pedro I, no mesmo Sacramento.

Retirado o bispo de Anemuria para lóra da cidade, pelo seu máo estado de saude, não lhe foi ali indifferente o brado da maioridade: voltou á côrte; e unindo seus votos aos dos defensores desse principio, procurou chamar para elle os que por acaso ainda não tinham avaliado a sua importancia. De tão feliz successo, da aclamação da maioridade de S. M. o Sr. D. Pedro II, participou directamente o bispo de Anemuria; elle teve a honra de ser um dos prelados assistentes á coroação e sagração do mesmo angusto senhor; sendo por esse motivo condecorado com a commenda da ordem de Christo; e creando-se depois o conselho de estado, foi elle contemplado no numero dos conselheiros, na sua creação, sendo nomeado, por decreto de 5 de Fevereiro de 1842, conselheiro de Estado extraordinario. Porém pouco mais de tres annos exerceu essas funcções; o aviso da secretaria de estado dos negocios do imperio, de Maio de 1845, o exonerou dellas, e novamente reduziu a privações, que tanto mais sensiveis lhe forão, quanto suas forças o abandonavão, e apparecia o desanimo para mais nada emprender.

Então teve de ser novamente pesado ao pequeno circulo de seus amigos, tão pequeno como é o de um velho sem valimento.

A mesma congrua de 1:200\$000, que o corpo legislativo lhe havia concedido em 1836, foi mal interpretada, e della deduzida a pensão de 400\$000, que recebia do bolsinho de el-rei, o Sr. D. João VI, e que não lhe havia sido mais paga desde 7 de Abril de 1831.

Com tão poucos meios impossivel era sustentar-se; e no seu máo estado de saude, sem novamente recorrer aos amigos, elle viveu pois os ultimos tempos de sua existencia na companhia de alguns, fallecendo na de um delles.

Vendo approximar-se seus ultimos dias, combatido por oito mezes de enfermidade, e tendo já satisfeito todos os deveres de catholico, o bispo de Anemuria reconheceu que lhe faltava ainda cumprir um rigoroso dever para si, e para aquelles que possuem iguaes sentimentos; esse dever era o de beijar pela ultima vez a mão de S. M. o Imperador, e pedir-lhe que lhe perdoasse, se alguma vez o offendeu. Não o podendo fazer, nem autorisar ao amigo, em cuja casa estava, a que o fizesse pessoalmente, pela estada lóra da côrte do mesmo angusto senhor, o autorizou a que por escripto, e para aquelle fim, procurasse o intermedio do gentilhomen de serviço ao Monarcha, manifestando-lhe ao mesmo tempo, que havendo elle servido com toda a dedicação aos augustos antepassados de S. M. o Imperador, desde o Sr. D. João VI, até então, cincoenta annos decorridos, não se recordava que um só momento houvesse deixado de servir com muita adhesão, fidelidade, amor, respeito e dedicação a sua angusta familia nessas tres gerações; que jámais houvesse abusado da confiança que nelle tinham depositado, trahindo-a por qualquer maneira; e que finalmente, nos quarenta e dous annos que servio ao Brasil, nunca fez, nem aconselhou senão o bem, para seus angustos amos, e para a patria que tão voluntariamente adoptou; que consio desta verdade elle beijava pela ultima vez a angusta mão de S. M. o Imperador e imperial familia; e supplicava ao Senhor dos imperios, que com a sua benção os protegesse, e ao Imperio do Brasil, como elle sempre rogou no Santo Sacrificio da Missa; esperando que um dia, pela Misericordia Divina, e ainda que demorado pela longevidade de S. M. o Imperador, para bem do Brasil, ambos podessem dizer á face do Deos vivo — *Venite, exultemus domino*. A resposta de S. M. I. em carta do Ex.^{mo} conde de Iguassú, foi a mais lisongeira possivel para o bispo de Anemuria; as expressões imperiaes servirão de consolação ao bispo moribundo, que falleceu pouco depois, a 10 de Abril de 1850, nos braços do amigo, filho daquelle que o havia recebido em sua casa a 16 de Julho de 1831.

Muito mais poderíamos dizer do bispo de Anemuria, se uma resolução, filha sem duvida da sua modestia, nos não privasse de importantes documentos, entregando-os ás chaminas, pouco tempo antes da sua ultima enfermidade, entre os quaes havia importantissimas cartas autographas de diversos Monarchas, principalmente de SS. MM. II. e RR. os Srs. D. João VI, e Francisco I.

Rio de Janeiro, 20 de Março de 1859.

D. THEREZA CHRISTINA MARIA

IMPERATRIZ DO BRASIL

SUA Magestade a Senhora D. Thereza Christina Maria, terceira Imperatriz do Brasil, nasceu a 14 de Março de 1822. É irmã de S. M. o Sr. D. Fernando, actual Rei das Duas Sicílias, por successão a seu pai, o Rei Francisco I.

Ornada pela mão prodiga da Providencia de todas as virtudes que podem realçar o alto valimento do throno, a Imperatriz do Brasil, nascida sob um outro horizonte, é na opinião unanime dos Brasileiros uma protectora desvelada e amante, em cujo seio augusto se enthesou uma affeição sincera ao seu povo.

Se em algumas resoluções da monarchia pôde-se crer que as inspirou de mais perto esse espirito divino que outr'ora, diz-se, illuminava os apóstolos e os aurspices, na escolha da augusta soberana do Brasil, mais que nunca se poderá adoptar como um mysterio celeste o acerto e o seu resultado feliz.

Ha quinze annos que o Brasil goza a ventura de elevar-se sob os auspícios da Imperatriz actual; e desde o solar faustoso até a choça modesta do operario é lembrado com jubilo o dia 3 de Setembro, em que S. M. I. acolheu pela vez primeira as saudações festivas do seu novo povo; já nessa hora promettendo-lhe no seu aspecto doce a soberania branda e carinhosa que elle até hoje applaude e abençoa.

Foi com effeito um bello dia o dessa data, em 1843, apesar do aspecto melancolico do céu e das torreotes de chuva que delle se despenhavam.

Erão talvez nuvens arredadas ao impulso de suspiros tristes do limpido horizonte de Napoles, que vinhão derramar na verde aleatifa de nossos campos as lagrimas vertidas no derradeiro adeos do povo napolitano á sua princeza adorada.

Palpitava no entanto demais forte e ansioso o regozijo dos Brasileiros para que essa expressão dos elementos o pudesse tolher ou abafar.

Na tarde do dia 3, ás 5 horas e 35 minutos, entrou em nosso porto a fragata *Constituição*, conduzindo a seu bordo a Imperatriz, entregue no dia 4º de Julho

do mesmo anno, no palacio de Chiatomoni, em Napoles, ao embaixador de S. M. o Imperador do Brasil, o Sr. José Alexandre Carneiro Leão, pelo principe de Seylla, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, na qualidade de delegado de S. M. o Rei das Duas Sicílias.

A fragata *Constituição* fôra precedida pela corveta *Euterpe*, que annunciou aos Brasileiros a propicia vinda da Imperatriz; entráram depois a corveta *Dous de Julho*, e uma não e tres fragatas napolitanas.

Chegada a fragata defronte da fortaleza de S. João, foi saudada por todas as fortalezas do mar, e vasos de guerra nacionaes e estrangeiros surtos no porto.

Ao anoitecer, apenas fundeára a fragata, dirigio-se a seu bordo o Imperador acompanhado pelos ministros de estado, e ali demorou-se algumas horas.

No dia 4 desembarcou a Imperatriz no cáes cujo nome commemora esse facto.

Esse acto a que seguirão-se as benções do imperial consorcio teve lugar da maneira mais solemne.

A S. M. o Imperador acompanhava S. A. R. o Principe Luiz, Conde d'Aquilla, irmão da Imperatriz, e o cortejo seguindo pelas ruas da Imperatriz, larga de S. Joaquim, Campo da Aclamação, S. Pedro, e Direita, parou ás portas da Capella Imperial, onde receberão a SS. MM. o Exm. bispo conde de Irajá, capellão-mór e o cabido.

Procedeu-se então ás sagradas benções; e terminada esta cerimonia, dirigiram-se os augustos noivos para a imperial quinta da Boa-Vista entre filas de povo que anhelava conhecer a graciosa soberana cujo sorriso affavel respondia a cada ovação que surgia das turbas. Erão as premicias da influencia benefica que a Imperatriz devia exercer sobre o coração de seus subditos.

No oitava dia, depois do consorcio de SS. MM. II., a multidão enchia o recinto da Capella Imperial onde celebrava-se a missa de acção de graças por tão jocundo successo.

A cidade illuminou-se; e os atavios de maior gala enfeitáram esses dias -de festa.

Assim subio os degrãos do throno brasileiro a Imperatriz actual; e jámais o diadema monarchico brillou sobre uma fronte mais reveladora de raros dotes de coração, e dessa intelligencia materna, que parece a depuração do espirito até o seu maior grão de sensibilidade e delicadeza.

Ao esplendor do throno nada mais faltava; o futuro da nação porém carecia de um novo penhor, de um novo laço que a ligasse em vinculos estreitos á imperial stirpe.

Deos ouviu as preces da nação, e no dia 23 de Fevereiro de 1843 ella soube que a Imperatriz era mãe; que mais uma raiz profunda segurava a monarchia ao solo brasileiro.

Nascera o principe D. Affonso.

Grande foi a ventura da nação; mas tambem grande tinha de ser a dôr que cedo a acompanhou.

No dia 11 de Junho de 1847 o anjo da morte estendeu sobre o berço imperial o crepe dos finados; e a esperanza dos Brasileiros, o principe D. Affonso, foi vellar de mais alto pela paz e felicidade de seus subditos.

Nesse transe supremo, nessa prova difficil, a Imperatriz mostrou quanto a resignação e a fé nos decretos do céo suavizam as angustias que a humanidade partilha.

As lagrimas da mulher humedecêrão por algum tempo a tela sumptuosa do throno; a saudade sombreou por alguns mezes essa fronte serena onde a bondade d'alma se reflecte, até que debruçada de novo sobre o berço imperial respondeu novamente aos vagidos do segundo principe que, como tenue meteoro,

perpassou tambem á face do seu povo, e, seraphim ceeste, foi, como o primeiro, sorrir á luz dos planetas, implorar ás plantas do Creador pelo bem, pela sorte dos Brasileiros.

Era o principe D. Pedro.

Por duas vezes á alegria da nação succedeu em curto espaço de tempo a afflicção mais sincera; por duas vezes do throno brasileiro trasladáram-se para o throno ceeste duas joias de immensuravel valia, dous principes herdeiros da corôa.

Submissa ao novo golpe como soffrêra o primeiro, a Imperatriz chorando essa perda irreparavel merecen do seu povo esse tributo de admiração e respeito a que tem sempre jus as intimas e verdadeiras dôres.

Actualmente dedicada á educação das princezas Isabel e Leopoldina, S. M. ensina ás mães como entre as galas do poder, desvela-se o coração no cultivo dos grandes sentimentos.

Mãe intelligente e amorosa, como é esposa terna e amante, a Imperatriz é hoje o modelo angusto onde os Brasileiros estudão o desenvolvimento e a belleza dos maiores affectos.

Protectora de muitas associações philantropicas, S. M. as ampara a um mesmo tempo com o auspicio de soberana e com o desvelo feminil; os pobres a invocão como assidua esmolér; os orphãos como mãe, e o seu povo como a mais efficaz das protectoras.

Taes são em traços indeleveis as qualidades eminentes que ornão a actual Imperatriz do Brasil, soberana por escolha feliz de seu augusto esposo, duplamente soberana pelo culto reconhecido que em geral consagrão-lhe os Brasileiros.





BRASILIANA DIGITAL

ORIENTAÇÕES PARA O USO

Esta é uma cópia digital de um documento (ou parte dele) que pertence a um dos acervos que participam do projeto BRASILIANA USP. Trata-se de uma referência, a mais fiel possível, a um documento original. Neste sentido, procuramos manter a integridade e a autenticidade da fonte, não realizando alterações no ambiente digital – com exceção de ajustes de cor, contraste e definição.

1. Você apenas deve utilizar esta obra para fins não comerciais.

Os livros, textos e imagens que publicamos na Brasiliiana Digital são todos de domínio público, no entanto, é proibido o uso comercial das nossas imagens.

2. Atribuição. Quando utilizar este documento em outro contexto, você deve dar crédito ao autor (ou autores), à Brasiliiana Digital e ao acervo original, da forma como aparece na ficha catalográfica (metadados) do repositório digital. Pedimos que você não republique este conteúdo na rede mundial de computadores (internet) sem a nossa expressa autorização.

3. Direitos do autor. No Brasil, os direitos do autor são regulados pela Lei n.º 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998. Os direitos do autor estão também respaldados na Convenção de Berna, de 1971. Sabemos das dificuldades existentes para a verificação se um obra realmente encontra-se em domínio público. Neste sentido, se você acreditar que algum documento publicado na Brasiliiana Digital esteja violando direitos autorais de tradução, versão, exibição, reprodução ou quaisquer outros, solicitamos que nos informe imediatamente (brasiliiana@usp.br).